

Setembro de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, República, Expansão, Grandes Notícias Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucuo e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 MPLA encoraja o Executivo a reforçar combate a pobreza e construção de casas	8
1.2 Especialista de Direito de Trabalho fala sobre a nova lei geral do Trabalho. Diz que o legislador focou-se demasiado na redução do custo da indemnização	8
1.3 Lei Geral do trabalho foi aprovada por parlamentares travestidos em empresários	9
1.4 Apresentado relatório sobre a pobreza	10
1.5 A pouca vergonha dos angolanos	11
1.6 Angola - uma classe média em declínio (II)	11
1.7 CICA e Igreja Católica lançam relatório de Avaliação de Combate à Pobreza	14
1.8 Construção civil lidera entre mais de 1 mil empregos perdidos em Angola com a crise	14
2. MICROFINANÇAS	16
2.1 Caso de sucesso no “Angola Investe”	16
2.2 Mais de 300 projectos do Angola Investe beneficiam de garantia pública	16
2.3 Assegurada garantia do Angola-Investe	17
2.4 Banco Millennium mantém o foco no apoio ao programa “Angola Investe”	17
2.5 Fomento de micro empresas	18
2.6 Novo código entra vigor	18
2.7 Imogestim cobra arrendamento de 2015 a partir de Outubro	18
2.8 Imogestim cobra prestações em Outubro	19
2.9 Mais de 300 projectos do Angola Investe beneficiam de garantia pública	20
2.10 Moradores voltam a pagar rendas em Outubro	21
2.11 Crédito agrícola de campanha já consumiu 160 milhões Kz	22
2.12 Grupo AB assim contrato com instituição de Micro-Finanças Kixi crédito	23
2.13 Instituições garantem financiamento a pequenos negócios por jovens	24
2.14 Famílias recebem crédito de campanha	25
2.15 Banco de Investimento Rural prevê apoiar mais camponeses	26
2.16 IPU. É um encargo anual e não altera o valor do imóvel	26
2.17 Mais de mil empreendedores aguardam financiamento do BUE	27
2.18 Prestações do Kilamba aumentam 40% em Kwanzas	27
2.19 Uma opção para a melhoria do crédito no imobiliário	28
2.20 Banco Sol anuncia fundos para crédito	29
2.21 Créditos às empresas continuam	30
2.22 Crédito Agrícola de Campanha é relançado	30
2.23 Banco de comércio e indústria apoia 1.450 famílias	31
2.24 Camponeses do Balombo vão beneficiar de crédito Agrícola	31
2.25 Crédito agrícola de companhia escolhe Huambo na sua retoma	31
2.26 Dez mil pescadores beneficiaram de apoios	32
2.27 FAJE lança cooperativa de crédito	33
2.28 Ministro exige fiscalização	34
2.29 Crédito malparado em Angola ascende os 14%	34
2.30 Kixicrédito impulsiona micronegócios	35
3. MERCADO INFORMAL	36
3.1 Programa institui mercado de futuros	36
3.2 Venda ambulante está controlada	36
3.3 Greve de taxista à vista para exigir definição de paragens	37

3.4	Moto-taxistas circulam com restrições	38
3.5	Polícia acaba com a venda ambulante	38
3.6	Polícia Nacional prendeu mais de 11 toneladas de medicamentos	39
3.7	Mercados nos municípios estão abertos ao comércio	40
3.8	Maianga avança no combate à anarquia	41
3.9	Tribunal do Kilamba Kiayi condena sete vendedores ambulantes	41
3.10	Venda ambulante. Maianga avança no combate a anarquia	42
3.11	Aconselhar as famílias contra a criminalidade	42
3.12	Cidadãos detidas por desobediência	43
4.	OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	45
4.1	CM 'examina' Conta Geral do Estado de 2014 e Plano de Caixa de Agosto	45
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	46
5.1	Administradores municipais formados em gestão pública	46
5.2	ONG “Caçam” Estatuto de utilidade pública	46
5.3	Um silêncio e Graciano “Golpe de Estado”	47
5.4	Luanda e Bengo com nova divisão político-administrativo	48
5.5	Autoridades tradicionais parceiros do Executivo	48
5.6	Nós e os Orçamentos públicos	49
5.7	Luanda e Bengo terão nova ordem Administrativa	50
5.8	Pretendem mais dinamismo do administrador	50
5.9	Porta-voz do Povo nas zonas mais recônditas	51
5.10	Província de Luanda ganha novas cidades	52
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	54
6.1	Requalificação dos musseques	54
6.2	MPLA encoraja o Executivo a reforçar combate a pobreza e construção de casas	55
6.3	Docente Universitário fala do estado real do continente	55
6.4	Imobiliário Genea Angola vai diversificar actuação	56
6.5	Novo código entra vigor	57
6.6	Origem do nome bairro dos queimados	57
6.7	Viver nos subúrbios das centralidades	57
6.8	Prioridade à juventude na entrega de moradias	58
6.9	Centralidade do Bengo arranca em Outubro com 2 mil fogos habitacionais	58
6.10	Residências no Cuanza Sul aguardam por apetrechamento	59
6.11	Responsável anuncia arranque das obras de centralidades no Zaire	59
6.12	Habitação. Bento Soito	59
6.13	Imogestim	60
6.14	Imogestim apresenta projecto no Zaire	60
6.15	Imogestim cobra arrendamento de 2015 a partir de Outubro	60
6.16	Imogestim cobra prestações em Outubro	61
6.17	Imogestim cobra arrendamento de 2015 a partir de Outubro	62
6.18	Moradores voltam a pagar rendas em Outubro	63
6.19	Novas Habitações para munícipes da Chibia	65
6.20	Rendas no Kilamba começam a ser pagas em Outubro	65
6.21	Governo recua e constrói para sinistrados	66
6.22	Ocupação ilegal de residência	66
6.23	Primeiras casas prontas para habitar	67
6.24	“Em obras destas é natural que o custo final passe o previsto”	67
6.25	Construção de casas para vítimas das cheias	68
6.26	Grupo AB assim contrato com instituição de Micro-Finanças Kixi crédito	69

6.27	Requalificação de Luanda requer esforço do Executivo	69
6.28	Abertura de serviços anima os moradores	72
6.29	Centralidades dos municípios estão concluídas	74
6.30	Dos Anjos decide construir casas para sinistrados do Lobito	74
6.31	Executivo inspecciona centralidades de cinco províncias	75
6.32	Imogestim cria prémio para dinamizar sector	75
6.33	IPU. É um encargo anual e não altera o valor do imóvel	76
6.34	Prestações do Kilamba aumentam 40% em Kwanzas	77
6.35	Uma opção para a melhoria do crédito no imobiliário	77
6.36	Construção	78
6.37	Vila residencial é erguida na Quibala	79
6.38	Casas no Luongo quase concluídas	79

7. TERRA 80

7.1	Docente Universitário fala do estado real do continente	80
7.2	Administração apela ao respeito ao memorando	80
7.3	Pároco de Calumbo acusado de usurpação de terrenos	81
7.4	Requalificações visam fomentar o turismo religioso	82
7.5	Comissão de moradores abandalhados pela polícia do Kilamba	82
7.6	Demolições e agressões na ordem do dia	82
7.7	Governo recua e constrói para sinistrados	83
7.8	O terreno da discórdia	84
7.9	Tchizé recusa projecto demolidor	84
7.10	Reservas fundiárias são invadidas por cidadãos	85
7.11	Apropriação de terras preocupa camponeses	85
7.12	Lotes de terra são entregues às populações	86
7.13	Sobrinho de Dos Santos surripia terrenos	86
7.14	Requalificação de Luanda requer esforço do Executivo	87
7.15	Dos Anjos decide construir casas para sinistrados do Lobito	90
7.16	Efectivos da Polícia Nacional condenados por burlar terreno	90

8. SERVIÇOS BÁSICOS 93

8.1	Crise económica e lixo desgraçam Angola	93
8.2	Governador de Luanda pode estar em queda livre	93
8.3	Graciano Domingos sem “Pulmão” para respirar puro	94
8.4	Militares na rua no auxílio a Elisal	94
8.5	«Lixo em Luanda já é um problema de saúde pública»	95
8.6	«A gestão dos resíduos é um problema preocupante em qualquer cidade»	95
8.7	Empresas De Limpeza Desistem Por Não Concordarem Com O Pagamento Do GPL	96
8.8	EPAL pode paralisar por descontentamento dos trabalhadores	97
8.9	Fogo combate lixo de Luanda	99
8.10	Governador de Luanda pode perder o ‘tacho’ por causa do lixo	100
8.11	Lixo pode destronar governador provincial de Luanda	102
8.12	Mentes lixadas «Só» produzem e podem oferecer lixo	103
8.13	Novo modelo fracassa por falta de verbas	104
8.14	O lixo na capital já é uma 'doença' sem cura à vista	105
8.15	O outro lado rentável do lixo	106
8.16	Técnicos de saúde preocupados com o que pode advir das lixeiras	107
8.17	Uma lixeira que podia ser evitada	108
8.18	Confissões sobre fracasso de modelo que era novo	109
8.19	Governo Provincial traça estratégia	110
8.20	Um lixo que nunca termina	111
8.21	Administrador de Viana pede colaboração	111
8.22	Afinal o lixo é coisa de mau-olhado	112

8.23	Atirar crianças ao lixo vira moda	114
8.24	Campanhas de Recolha de Lixo em Luanda sem Continuidade	114
8.25	Estado de emergência na “guerra” contra o lixo	115
8.26	GPL implementa limpeza por ‘kixikila’	116
8.27	Luanda perdida na fumaça do lixo	117
8.28	Na crise do lixo pode estar o ganho	118
8.29	O amontoado de lixo e outros mambos...	119
8.30	O impacto do saneamento Básico na saúde pública	120
8.31	O lixo a quem merece	121
8.32	"O problema do lixo não está nos modelos, mas sim na corrupção"	122
8.33	Saneamento	123
8.34	Administrações comunais	123
8.35	Luanda tenta 'plano de emergências	123
8.36	Recolha de lixo com participação	124
8.37	Saneamento	125
8.38	Breve incursão sobre lixos e lixeiras	126
8.39	Associação Jovens Unidos do Cazenga realiza campanha de limpeza no Hoji ya Henda	127
8.40	Consequências da incineração e exposição do lixo em Luanda	127
8.41	GPL e o lixo	129
8.42	O impacto do IPU no lixo	129
8.43	O lixo, a chuva e a factura adiada para os cofres do Estado	130
8.44	Programas criados pelo executivo trazem benefícios directos às famílias	131
8.45	Recomendada a promoção de mecanismo de reciclagem	131
8.46	Gestão de resíduos sólidos foi debatida em conferência	132
8.47	Abertura de serviços anima os moradores	133
8.48	Combate ao lixo chega aos municípios de Luanda	135
8.49	Comerciantes afastam-se da recolha de lixo	135
8.50	Desleixo do governador de Luanda pode causar inundações e consequentes vítimas mortais	136
8.51	Governo provincial realiza campeonato de lixo	137
8.52	Lixo em Luanda	137
8.53	Lixo. Incapacidade na recolha eleva inquietação entre luandenses	138
8.54	Saneamento Básico	138
8.55	Um dia sem aulas para limpar o Cazenga	139
8.56	Dos Anjos sufocado pelo “Lixo de cruz Neto	139
8.57	EPAL pode paralisar por descontentamento dos trabalhadores	140
8.58	"Os consumidores devem 170 milhões de dólares"	142
8.59	Recursos hídricos sustentam gerações	145
8.60	Água potável chega a aldeia Boa Estrela	146
8.61	Distribuição de água e luz é mais abrangente na Huíla	146
8.62	SADC melhora abastecimento de água potável	149
8.63	Angola vai procurar reservatórios de água subterrâneos	150
8.64	Inaugurados pontos de água nos municípios	151
8.65	Habitantes beneficiam de sistema de água	151

9. GÉNERO E VIOLENCIA

152

9.1	Populares fazem justiça por mãos próprias	152
9.2	Proliferação de armas de fogo	153
9.3	Marginais impõem obrigatório na periferia de Luanda	153
9.4	Devido à criminalidade moradores estão a abandonar as suas casas	154
9.5	Marginais “ Semeiam” Terror	157
9.6	Angola Tem Baixos Índices De Criminalidade Em África	158
9.7	Criminalidade preocupa cidadãos	158
9.8	Aconselhar as famílias contra a criminalidade	158
9.9	Dezenas de crimes registados no país	160

10. AMBIENTE	161
10.1 Madeiros aconselhados a repovoarem as áreas de exploração	161
10.2 Limpeza nas valas para escoamento da água das chuvas	161
10.3 O Cansaço das Vítimas De Sempre	162
10.4 País caminha perigosamente para a desertificação	163
10.5 Estudos analisam motivos do uso excessivo do carvão	164
10.6 Cuanza Norte pode ter sistema de alerta	167
10.7 Chuvas chegam a 'matar'	167
10.8 Época Chuvosa. São Pedro ensaia na Luanda Sul	168
10.9 Equilíbrio ecológico cria ambiente saudável a sociedades	168
10.10 Governo recua e constrói para sinistrados	169
10.11 Construção de casas para vítimas das cheias	170
10.12 Governo corrige obras dos diques do rio Cavaco	170
10.13 Alterações climáticas pesam na agricultura	171
10.14 Alterações climáticas pesam na agricultura	172
11. MIGRAÇÃO	173
11.1 População deve ajudar a combater a imigração ilegal	173
11.2 Imigrantes sem documentos exploram diamantes no Bié	174
11.3 Forças Armadas travam os ilegais	175
11.4 Polícia Nacional reforça medidas	175
11.5 Serviço de Migração trava os clandestinos	175
11.6 Cidadãos continuam a desaparecer na Lunda Norte	176
11.7 Estrangeiros Ilegais Prestam Serviço De Moto-Táxi	176
11.8 Imigrantes Africanos pagam Salários Da Polícia Nacional	177
11.9 Ilegais repatriados por irregularidades	177
11.10 Mecanismos de fiscalização reforçados na fronteira	178
12. EXPLORAÇÃO MINEIRA	179
12.1 Imigrantes sem documentos exploram diamantes no Bié	179
12.2 Diamantes rendem em Julho mais de USD 113 milhões	179
12.3 Emirados Árabes são o maior destino das pedras angolanas	180
12.4 Executivo aprova modelo de gestão para maior mina de diamantes	181
12.5 Luax, o chão onde repousam 350 milhões de quilates de diamantes!	182
12.6 Exploração ilegal com dias contados	183
12.7 Balanço. Produção de rochas ornamentais atinge 34,42%	183
12.8 Condutores apelam por mais rigor na fiscalização de transportes de inertes	184
12.9 Exploração ilegal de diamantes	185
12.10 Baixa procura trava exportação de rochas	185

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 MPLA encoraja o Executivo a reforçar combate a pobreza e construção de casas

Jornal de Angola
02 De Setembro de 2015

Reunido ontem em sessão ordinária, sob orientação do líder do partido, José Eduardo dos Santos, o órgão de cúpula do MPLA apreciou o Memorando sobre a Revisão da Programação Macroeconómica Executiva para o ano de 2015 e o Plano Operacional para as Linhas de Crédito da China.

Em relação a vida interna do partido da maioria, o Bureau Político do Comité Central apreciou o Plano de Realização do Primeiro Encontro Nacional de Quadros do MPLA, a ter lugar no próximo mês de Outubro. A iniciativa tem por objectivo promover uma profunda reflexão sobre a política de quadros no contexto actual do desenvolvimento de Angola, abordando aspectos inerentes a sua valorização e reconhecimento.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA apreciou igualmente os projectos de regulamentos sobre a avaliação de desempenho, sobre a nomenclatura de cargos e sobre a Reserva de Quadros do Partido.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA apreciou as resoluções do Comité Nacional da OMA, sobre o princípio da renovação e continuidade nos seus órgãos e organismos e sobre a composição numérica das suas estruturas no quadro do processo orgânico do VI Congresso desta organização feminina do partido, que vai decorrer de dois a cinco de Março do próximo ano. Na mesma reunião foi aprovada a logo marca do VII Congresso Ordinário do MPLA, a realizar-se de 17 a 20 de Agosto do próximo ano, sob o lema "MPLA Com Apoio do Povo Rumo a Vitória".

O VII Congresso do MPLA foi convocado no passado mês de Julho, durante a terceira sessão extraordinária do Comité Central, que aprovou também a Metodologia Geral de Preparação e realização do conclave, bem como o Regimento da Comissão Nacional Preparatória, a Composição da

Comissão Nacional Preparatória e Plano de Marketing Político.

Na ocasião, o líder do partido falou da importância de uma "profunda reflexão" sobre a selecção de candidatos aos cargos de direcção e a sua posterior eleição, incluindo ao cargo de presidente do partido e ao de candidato a eleição para Presidente da República.

I.2 Especialista de Direito de Trabalho fala sobre a nova lei geral do Trabalho. Diz que o legislador focou-se demasiado na redução do custo da indemnização

Semanário Económico
10 De Setembro de 2015
Texto: Camilo Lemos

Márcia Nigiolela afirma que a precariedade do contrato de trabalho introduzida pela nova Lei poderá levar a uma diminuição da qualidade do emprego.

A nova Lei Geral do Trabalho está a dividir a opinião pública. Qual é a sua posição?

É expectável que a nova lei suscite discussões. A sua concretização tem efeito relevante sobre o emprego e consequentemente sobre o rendimento das famílias.

Entre empregadores e empregados, cada um puxa a brasa para a sua sardinha, disse alguém. A afirmação tem algo de verdade?

É normal que na discussão da lei geral do trabalho as partes contratantes se posicionem em sentidos opostos. O Estado, na veste de legislador, caberá a harmonização do interesse das partes, tendo em conta os interesses do próprio Estado, nomeadamente, a justiça, a paz social, redistribuição dos rendimentos, entre outros.

Na sua opinião que vantagens a nova lei trará para os empregadores e empregados?

A pergunta é bastante extensa. Vou tentar assinalar um aspecto: Aos empregadores: tem a possibilidade de contratar trabalhadores a tempo determinados sem as exigências que resultavam da lei revogada. Aos trabalhadores: será expectável que sejam mais competitivos. A redução voluntária do rendimento

do trabalho e causa justa para despedir, como o era na lei revogada.

Diz-se que por desconhecerem os seus direitos, muitos trabalhadores são prejudicados e até as vezes abusados. Qual é a sua opinião?

Na relação laboral, para além da falta de cultura jurídica podem estar outros interesses tal como a preservação do emprego. Há trabalhadores que aceitam humilhações porque precisam do emprego. Considerando a situação desigual do trabalhador e empregador, espera-se que o legislador consagre soluções que desincentivem o exercício abusivo de direitos, principalmente por parte do empregador.

Quanto as indemnizações, a nova lei prevê 30 por cento do salário do trabalhador multiplicado pelo número de anos de trabalho. Concorda?

Por uma questão de honestidade e preciso dizer que nas grandes empresas o valor de indemnização pode ser mais. São 50 por cento do salário base. Assim como será menos nas pequenas e micro empresas, 20 por cento e 10 por cento, respectivamente. Quanto a pergunta que me coloca eu prefiro levar a consideração do leitor. Supondo que uma rapariga, apesar de ser boa trabalhadora, pudesse ser despedida por não ter aceitado namorar com o seu chefe ou numa outra situação, alguém que tivesse sido despedida por furto e posteriormente ficar provado que o furto foi praticado por outro que não aquele. Uma vez despedida, supondo que tivesse 3 anos de antiguidade e um salário de 100.000 (cem mil kwanzas) teria de indemnização de 90.000 (noventa mil Kwanzas), menos de um salário mensal e perderia o emprego, não obstante não ter furtado. Deixo a vossa consideração a injustiça ou justiça da indemnização.

E qual é o seu ponto de vista?

Do meu ponto de vista. É importante esclarecer que a indemnização a que nos referimos é devida por ter havido uma conduta ilícita por parte do empregador. Não houve causa justa. Pretender evitar a conduta ilícita passaria por um mecanismo legal de desincentivo. A redução da indemnização não serve para desincentivar despedimentos ilegais. Também é falacioso o argumento de que o bom trabalhador não possa ser despedido. Só quem não anda em tribunais pode afirmar tal coisa.

Diz-se que a nova lei vai permitir a aumentar o número de emprego e a produtividade das empresas. Concorda?

Quanto ao aumento da produtividade, concordo que ocorra. Quanto ao aumento do número de emprego,

prefiro esperar para ver. De qualquer forma, e preciso considerar que a precariedade do contrato de trabalho, introduzida pela nova lei, poderá levar a uma diminuição da qualidade de emprego. Por exemplo, considerando que o novo legislador admite a possibilidade de um trabalhador ser despedido por reclamar das condições de trabalho, podemos ter uma retracção na actividade sindical e consequentemente uma diminuição na qualidade de trabalho.

Quais são os mecanismos que constam na lei que poderão permitir o aumento de emprego?

Remeto a questão ao legislador da nova Lei Geral de Trabalho.

I.3 Lei Geral do trabalho foi aprovada por parlamentares travestidos em empresários

Jornal Agora

11 De Setembro de 2015

Texto: Josefa Weba

Desde 1919 que a OIT vem construindo e de forma bem conseguida, mercê da sua estrutura tripartida, o edifício do Direito do Trabalho e os seus componentes: os Estados-membros e empregadores, bem como os sindicatos em representação dos trabalhadores.

Nesta construção, desapaixonadamente se desprende do Direito Civil, onde na origem se encontrava, a fim de poder, com maior garantia, dar protecção aos mais carenciados, aos hipossuficientes que são trabalhadores, independentemente da posição de subordinação em que se encontram, face ao empregador. O Direito do Trabalho é, também, considerado o direito do contrato de trabalho. E neste, através de políticas públicas, a intervenção estatal tem como obrigação garantir a protecção dos seus trabalhadores através de leis, respeitando os princípios que constituem a base jurídica para a feitura de uma lei protectora para o trabalhador.

O princípio da Protecção, enunciado nos fundamentos constitucionais para o direito do trabalho, inserido no art. 76.º, espelhou bem, desde o ano 2000, o empenho do Governo angolano em respeitar e conceder a protecção exigida pela OIT, enquanto membro por sucessão daquela organização.

A protecção exigida insere-se nas cláusulas do contrato de trabalho a ser celebrado entre os sujeitos do mesmo: empregador e trabalhador. Neste particular, desde o ano de 2000 que o instituto da ESTABILIDADE vinha sendo respeitado como uma

figura laboral imprescindível, e que faz parte dos pilares de sustentação do Direito Laboral.

O desempenho do trabalhador e do empregador tem em mente o atingir dos seus respectivos objectivos, que são distintos. Por esta razão, os artigos 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.2 e 18.º da Lei Geral do Trabalho, em vigor, constituem COMPROMISSO ESTATAL, para a existência da figura da estabilidade, mormente o art.14.2, que dá como regra a celebração do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO, integrando o trabalhador no quadro do pessoal PERMANENTE da empresa. O CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO constitui a EXCEPÇÃO.

Infelizmente, a construção do nosso Direito Laboral Pátrio não está realizada, tão pouco relatada a História do Direito do Trabalho Angolano. Ambas as tarefas ao longo de 39 anos, que serão 40 brevemente, foram relegadas para planos inferiores de realização. Conseguiram-se grandes realizações noutras áreas do Direito, mas o Direito Laboral foi votado ao estatuto de parente pobre.

Preferiu-se enveredar pelo plágio legislativo. Por mais difícil que seja a tarefa de legitimar, convenhamos que 40 anos sem um Código do Trabalho é obra de puro desleixo legislativo, mormente quando no concerto das nações, até somos membros da OIT, somos membros dos PALOP, CPLP, SADC, é caso para se dizer que a preocupação é mais política. Mas sabe-se que quem traz a paz é social e a paz social advém de uma boa construção da área laborall

A nova Lei Geral do Trabalho, que entrará em vigor no próximo dia 13, foi analisada, revista e em 20 artigos, aprovada a este nível por parlamentares travestidos em empresários, ávidos por fazer valer os seus interesses, realizando um feito sui generis que jamais alguma legislação laboral o fez: uma lei laboral projectiva para o empregador, desenterrando o conceito MPME para atingirem com o machado da lei os direitos adquiridos dos trabalhadores a nível de compensações e indemnizações, que baixaram de 50%, para 40%,30%,20% (arts. 236.2 e 238.º LGT futura).

É consabido que quem constrói o desenvolvimento económico-social de um país são as empresas, produzindo riqueza, que deve ser realizada pelos trabalhadores e distribuída para a satisfação de todos.

O Direito do Trabalho faz parte de um sistema de Relações de Trabalho, que é parte de um todo maior que é o SISTEMA ECONÓMICO. E é diante desta perspectiva que deve ser analisada e colocada a

FLEXIBILIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.

Flexibilização significa qualidade do que é flexível. Porém, d.p.d.v jurídico laboral consiste naquela DESREGULAMENTAÇÃO para destituir as leis laborais da sua rigidez tradicional e pode comportar: mobilidade geográfica e funcional dos trabalhadores; maleabilidade nos custos de mão-de-obra; gestão de recursos humanos; organização do tempo de trabalho. Será que o contrato por tempo determinado, com a sua precariedade, e em Angola, poderá solucionar esta questão?

O artigo 15.º da futura Lei Geral do Trabalho começa por dizer que "as partes é que estabelecerão a forma de contrato, salvo de expressamente a lei determinar a forma escrita". Por outro lado, o alargamento de 5 e 10 anos para os contratos por tempo determinado incentivará, sem sombra de dúvida, a figura do despedimento com maior frequência, dada a falta de compromisso estável entre trabalhador e empregador, este último ao fim de 4 e 9 anos poderá desfazer-se do trabalhador sem que juridicamente seja responsabilizado.

O trabalhador angolano terá menos tempo para a sua pausa para o almoço (art. 96.º); redução da licença de casamento (art.145.º); redução das faltas por falecimento (art.146/b); redução das faltas por acidente, doença ou assistência (art. 149.2); retirada do princípio do enriquecimento sem justa causa e finalidade e arantia do direito a férias.

I.4 Apresentado relatório sobre a pobreza

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2015

O Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango apresentaram ontem, em Luanda, o relatório de avaliação participativa da pobreza em aldeias de três províncias e a monitorização social do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

O relatório, com 85 páginas, reflecte os níveis de pobreza nas aldeias de Munene Jepuka, Cayele, Chipuri, no município de Cassogue, província do Cuanza Sul, Kanguembe I, Kanguembe 11, Chipuka, Chikonguele, no município do Balombo, província de Benguela, e Mbanza Mpangu, Siesie, Nsemo, Lombo, no município de Mbanza Congo, província do Zaire.

A reverenda Deolinda Teca, secretária-geral do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola, explicou que

o relatório é uma contribuição da Igreja no processo de participação, identificação, acompanhamento e priorização dos projectos constantes no Orçamento Geral do Estado.

"Deste modo, a Igreja pretende contribuir na resolução dos problemas das comunidades", disse Deolinda Teca durante a apresentação do relatório, que teve lugar numa das salas de reuniões da Assembleia Nacional. Além de entidades religiosas, o acto de apresentação do relatório contou com a presença dos ministros da Educação, Pinda Simão, da Saúde, José Van-Dúnem, deputados à Assembleia Nacional e representantes de organizações da sociedade civil.

A reverenda Teca explicou que o programa de boa governação e monitoria social ao Orçamento Geral do Estado foi concebido em 2010 com o objectivo de promover um espaço de auscultação e planificação de projectos executáveis que contribuam para o combate à pobreza. Para o Bispo da Diocese do Namibe, Dom Dionísio Hisilenapo, o relatório apresentado espelha profundamente o trabalho feito pelas equipas do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola, da Arquidiocese do Lubango e da Diocese do Namibe. Dom Dionísio Hisilenapo disse 1 que o relatório é o indicativo de (que pode existir uma estreita colaboração entre a Igreja e o Executivo para juntos solucionarem os problemas que afectam as comunidades rurais.

O prelado católico sublinhou que os relatórios não são para julgar ninguém, mas para apresentar os problemas, encontrar as soluções e aproximar mais as pessoas, que devem ser consultadas para dizerem onde estão os problemas das comunidades.

1.5 A pouca vergonha dos angolanos

Jornal República

25 De Setembro de 2015

Texto: Kissanga Karinda

Depois dos excessos claramente que vem a escassez. Esta teoria económica enquadra-se perfeitamente na realidade Angolana. A pouca vergonha dos governantes Angolanos em corroborar com este tremendo erro do ponto de vista económico permitiu que a situação económica do país estivesse hoje nesta difícil situação cambial.

O pão, a alface e o tomate viajam até Angola nos aviões da TAAG, vindos de Portugal. Os Angolanos dão-se ao luxo de comer pão vindo de Portugal.

O luxo na miséria sobrepôs-se ao pensamento económico, à estratégia de impulsionar uma Angola melhor, do trabalho, do investimento na agricultura e na pequena indústria. Comer pão de Portugal é luxo! As consequências estão à vista. E agora? Tudo acabou! Angola não tem divisas, para poder fazer os pagamentos em moeda estrangeira e comprar os produtos, para venderem nos supermercados.

Angola deve evitar a importação deste tipo de produtos, pois os mesmos devem ser produzidos no nosso país de modo a que possamos oferecer emprego aos angolanos, arrecadar impostos, diminuir a balança de pagamentos, fazer com que a circulação da moeda no nosso país seja alargada e abrangente a todos extractos sociais e, consequentemente, diminuir a pobreza. Este deve ser o pensamento de todo e qualquer angolano, dentro ou fora dos holofotes.

1.6 Angola - uma classe média em declínio (II)

Jornal Agora

25 De Setembro de 2014

PONTO PRÉVIO: Propus-me e prometi-vos analisar a ascensão e o declínio actual que aflige a classe média angolana em toda a sua extensão (média

baixa ou remediados e média consolidada). Propositadamente, não incluo no objecto central desta minha reflexão a classe alta (ricos e burgueses), embora, ao de leve, fale também um pouco dela. A minha análise reporta-se mais ao período pós-colonial, geralmente considerado período da independência, porém, independência apenas política, claro, porque independência económica e financeira, estamos ainda muito longe de alcançar. Também, diga-se de passagem, Angola não é nenhum protectorado, tipo a Grécia de hoje, ou mesmo Portugal e Irlanda que estavam perto disso, há 1 ano. Não utilizo, nesta reflexão, muitos números e dados estatísticos, devido a alguma dificuldade de entendimento para alguns e a pouca fiabilidade de muitos dos dados fornecidos pelo Executivo, apesar de o Centro de Estudos da Universidade Católica estar a habituar-nos a revelar todos os anos, publicamente, dados mais bem estudados e, por isso, mais credíveis. Neste momento, Angola só tem três fundamentos macroeconómicos credíveis que dão alguma estabilidade à sua economia:

O Rácio da Dívida Pública, que felizmente ainda não ultrapassa os 50% do PIB, estando, em virtude disso, numa fasquia ainda segura; a Reserva Internacional Líquida que, apesar de estar a diminuir, ainda é aceitável por possibilitar importações de pelo menos

quatro meses e, por último, a menina dos olhos azuis de Angola, que é o grande potencial de recursos naturais por explorar. Os demais pilares de estabilidade macroeconómica angolana, que eram evidentes nos primeiros oito anos da Era da Paz, têm estado tendencialmente a degradar-se como seja: a taxa de câmbio, a taxa de inflação, o défice orçamental e a segurança de pessoas e bens. Se acrescentarmos a isso a elevada taxa de desemprego, o baixo nível médio do salário, a deterioração da qualidade dos serviços públicos e privados (destaque para a saúde e educação), a baixa produtividade e competitividade da produção nacional, é fácil concluirmos que as coisas nada vão bem cá, em Angola, no que tange a economia, às finanças, às relações sociais de produção e de consumo e à coesão nacional no seu todo. Os factos estão aí à mão de semear, bem visíveis a todos nós. Estamos todos, particularmente os da classe média, a ficar mais empobrecidos, principalmente desde Janeiro do ano corrente. Temos estado a ver e a sentir de forma impávida e serena, mas revoltante (apesar de ninguém se manifestar de forma activa), os nossos rendimentos a depreciarem-se de forma contínua e crescente. A forma alarmista como o Presidente da República consciente ou inconscientemente anunciou a existência de uma crise financeira em Angola, quando ainda nem sequer disso se tratava, precipitou tudo e despertou os especuladores a fazerem das suas. Estávamos apenas a viver uma circunstancial dificuldade de tesouraria (como cheguei a dizer na Assembleia) que não seria tão grave sequer, se os técnicos que elaboraram o OGE 2015 fossem mais prudentes e sensatos a definir o preço do barril de petróleo e o cenário macroeconómico, quando fizeram as previsões. Mas, este Executivo gosta muito das pompas, do autismo e hiperbolizações que o fazem proclamar que "estamos sempre a subir" e os "angolanos são especiais"! Contudo, a verdade mesmo é que Angola continua a ser um País rico com um povo maioritariamente pobre! Há sucesso nas relações internacionais, todavia o mesmo não acontece na economia real e no desenvolvimento social. Ainda falta muito!

1- Como afirmei na I Parte deste texto, o desenvolvimento económico nasceu em finais do século XVIII e foi provocado pela LI! Revolução Industrial, tendo sido o povo britânico o primeiro a dele beneficiar. Hoje, a humanidade já vai na quarta Revolução industrial, mas há países em que situações comparáveis às do Neolítico ou Feudalismo ainda são visíveis. O chafariz (fontenário), por exemplo, é uma invenção do Feudalismo (século XIV(XVI).

Em pleno século 21, em Angola, vivemos uma autêntica bagunça capitalista, pois nem um modelo de

desenvolvimento económico e social propriamente dito ainda temos. A nossa economia de mercado, que devia ser mais diversificada, competitiva, justa e aberta, é claramente selvagem, oportunista, desregrada e apadrinhada pelo poder público a favor de uns poucos (nacionais e estrangeiros), escolhidos a dedo. Tendo optado pela economia de mercado séculos depois de ela ter surgido no planeta, podíamos ter feito melhor o nosso trabalho de casa e seguir exemplos de países que tiveram bastante sucesso nas opções que adoptaram. Mas não, casmurros e presunçosos, os nossos governantes e os seus técnicos de especialidade bajuladora não conseguem enxergar, como fizeram os japoneses, os sul-coreanos ou mesmo os chineses. Hoje, vivemos como se estivessemos no século XVIII, num autêntico capitalismo selvagem, sem ter ao menos os elementos básicos do desenvolvimento assegurados como: a água potável, a energia eléctrica, o saneamento básico, para só citar estes. A única diferença e que se calhar nos torna vaidosos na miséria generalizada que vivemos é sermos produtores de petróleo e alguns diamantes e, com isso, e alguma paz militar, vamos conseguindo atrair alguns investimentos estrangeiros e financiamentos externos, que, por sinal, tornam o nosso País, mais dependente do estrangeiro.

2- Se tivéssemos a humildade e a inteligência de olhar mais atentamente para os factos e as realidades de outros países da América, Europa, Ásia e mesmo de África com mais anos de autonomia política (independência) do que Angola e que se desenvolveram, não seria difícil chegar à conclusão de que a democracia política, cultura de abertura e diálogo inclusivo, solidariedade social, políticas públicas justas e sensatas de distribuição do rendimento, instituições públicas fortes e despartidarizadas, um Governo honesto e transparente que saiba cumprir, em nome do Estado, as funções fundamentais que lhe são inerentes, são das mais importantes condições para se entrar na avenida do desenvolvimento de forma mais rápida e sustentada. Estas são as chaves mestras de um desenvolvimento sem grandes desigualdades sociais, pobreza, desemprego, insegurança, poluição, etc. Falta-nos capacidade organizativa e de gestão; iniciativa e talento empresarial na óptica shumpeteriana e capital humano a todos os níveis. Falta-nos humildade, patriotismo, vontade política de desenvolver seriamente este País e Empoderar, económica e intelectualmente, a maioria da sua população.

3 - Os governantes e alguns outros líderes acomodados deste País dão-nos sinais de que gostam imenso de se verem rodeados de dependentes,

mendigos, gente pobre que procura as soluções da sua miséria, nas imundícies do mercado dito negro! Este povo está cada vez mais a assemelhar-se a plebe do tempo dos Impérios Grego ou Romano, da Idade Média. Afinal, estamos independentes ou não? Somos nós as elites angolanas a decidir ou não o melhor para o nosso povo? Parece que só se sabe decidir sobre o que é pior para este povo! Treze anos pós-conflito, 40 anos de independência, deviam trazer mais segurança económica, política e sociocultural a este povo angolano. Em qualquer país do Mundo, o desenvolvimento manifesta-se no aumento da quantidade e qualidade de bens e serviços a custos menores, disponíveis para a população. O desenvolvimento real é aquele que traz consigo bem-estar, melhoria visível da qualidade de vida, não apenas para uns, mas para a maioria da população. Para se ter desenvolvimento, não basta aumentar a quantidade de bens e serviços (crescimento económico), é preciso tornar acessível à maioria da população estes bens e serviços (distribuir melhor). Se a água, a energia eléctrica, os carros, as habitações, a televisão, os electrodomésticos, as praias, as férias no estrangeiro, os hospitais e a educação de qualidade estiverem acessíveis apenas às pessoas ricas e poderosas, detentores de privilégios aristocráticos, como acontecia na Antiguidade e Idade Média, não estamos perante desenvolvimento nenhum, mas, sim, subdesenvolvimento.

4 - O principal resultado social de um desenvolvimento económico é a criação de uma Classe Média em quantidade maioritária que reduza à minoria, a classe pobre. É a Classe Média com o seu grande poder de compra, que provoca a redução das desigualdades sociais. Não são os bens caros (habitações e carros topo de gama, jóias, barcos e praias privadas, etc.) a que só os ricos têm acesso, que representam o desenvolvimento. Isso é uma ilusão! Mas, o que é a Classe Média? É um conjunto de pessoas que tem acesso aos principais bens e serviços disponíveis no mercado, de forma permanente e segura, sempre que deles necessitem. Exemplos destes bens: habitação, alimentação, transporte, vestuário, saúde, educação e lazer. Ter-me-ei esquecido de algum? Talvez, mas estes são, certamente, os principais bens e serviços necessários à satisfação das necessidades básicas fundamentais, na óptica do grande sociólogo Maslow (a famosa Pirâmide de Maslow). Dito de outra maneira, em Angola (e talvez noutros países africanos), uma pessoa pertence a classe média quando auferir um rendimento mensal capaz de lhe possibilitar a aquisição de uma residência T3, uma ou duas viaturas, alimentação diária (três refeições) sem sobressaltos durante um mês para si e sua família (média seis pessoas), acesso a escola e saúde de pelo

menos quatro filhos. Na Classe média-baixa, bastaria um carro apenas!

5- É evidente que, num país desenvolvido da Europa, América ou Ásia, a tipologia pode não ser exactamente a que acabei de descrever, pois, nestes, a estrutura familiar é muito mais pequena. Os casais raramente têm mais do que dois filhos, os avós vivem em asilos para idosos (vulgo Beiral) enfim... irmãos e sobrinhos e, às vezes, até sogras não vivem na mesma casa como acontece em África. Também cá entre nós, há pessoas da classe média, com rendimentos e bens adicionais, desiguais, devido às relações de parentesco e outras que mantêm ou com indivíduos da Classe Alta (dirigentes e burgueses) e ou beneficiando de esquemas permanentes de cabritismo e de militância partidária. Só assim se entende que haja em Angola pessoas cujos rendimentos mensais os situam na Classe Média-baixa, mas têm duas ou mais residências, três ou mais carros e livre acesso à saúde e educação em estabelecimentos caros, a que só o seu rendimento normal não daria cobertura. Há, inclusive, muitos casos caricatos de pessoas que vivem em casas precárias, mas têm a seu dispor uma viatura de grande cilindrada, adquirida pela via do parentesco ou do 'amigamento' (concubina I amante) ou do cartão de militante do partido ou através de outros esquemas sub-reptícios. E por esta via, muitos chegam à classe média!

6- Em boa verdade, se formos honestos e nos balizarmos no custo médio de vida em Angola, pelas minhas contas alguém que auferir hoje um rendimento equivalente em dólares entre 3 mil a 5 mil pertence à classe Média.

E, na Classe média baixa (remediados), estarão os que ganham regularmente entre mil a 2.500 dólares americanos por mês. Abaixo deste patamar considero como sendo pobre com dignidade, até ao equivalente aos 600 dólares por mês, mesmo tendo uma habitação própria em qualquer centralidade ou bairro e por último, entre os 200 até os 500 dólares de rendimento mês, são pobres sem dignidade. Tudo o resto são extremamente pobres, longe dos níveis de dignidade humana internacionalmente recomendados por instituições especializadas. Porém, a classe média vive hoje inúmeras dificuldades que se agravam a cada dia, sem que se veja uma intervenção séria e forte deste Governo para a socorrer e evitar a asfixia da sua grande maioria. Devido à crescente deterioração do poder de compra do seu salário, a falência das empresas ou diminuição dos seus rendimentos, a redução das oportunidades económicas, de emprego e outras, estamos em declínio, a ficar cada vez mais empobrecidos! Precisamos de uma mudança rápida nas políticas

públicas e até privadas. É sobre isso que, na próxima semana, irei reflectir. Até lá "xalenu nhi mhezu ma kidi".

1.7 CICA e Igreja Católica lançam relatório de Avaliação de Combate à Pobreza

Jornal Manchete

25 De Setembro de 2015

O Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CCICA), em coordenação com a Arquidiocese de Justiça e paz do Lubango (Huíla) e da Igreja Católica, apresentaram nesta terça-feira, em Luanda, o terceiro relatório/20 14 do trabalho de avaliação participativa de combate à pobreza.

Em declarações à imprensa, a Secretária do Conselho de Igreja Cristãs em Angola (CCICA), Deolinda Teca, ao referir-se ao programa de "Boa Governação e Monitoria Social do CICA", firmou que o relatório reflecte as prioridades sobre as acções a serem realizadas pelo Executivo, em proi da população angolana.

Acrescentou que o projecto designado "Boa governação e monitoria social" foi desenvolvido em algumas províncias do país, nomeadamente no Cuanza Sul, em Benguela e no Zaire, pela sua instituição e pela Igreja Católica, a fim de reduzir as asimetrias abismais entre o campo e a cidade, e activar um processo de melhor servir as comunidades.

"O conhecimento das reais necessidades socioeconómicas das comunidades ainda é deficiente, no ensino, na saúde, na alimentação, bem como na escolha de prioridades, pelo que levá-las ao conhecimento da população é objectivo que o CICA pretende atingir, em moldes de advocacia, junto do Executivo", adiantou a fonte.

Referiu que existem passos positivos, relativamente às construções de escolas e de postos sanitários, à colocação de professores e à identificação de pessoas que devem trabalhar nestes lugares.

"Com o trabalho realizado com base no inquérito, sentimos que há necessidade de integrarmos o Executivo e as Igrejas, para darem soluções às diferentes situações que, ainda, passam as comunidades, como as questões do registo de crianças e adultos", avançou Deolinda Teca. Por seu lado, Manuel Domingos, secretário nacional da Juventude do CICA, afirmou que o trabalho permitiu, também, obter dados sobre o estado

socioeconómico das comunidades, advogando a necessidade de uma planificação inclusiva e participativa da população, nas aldeias, no processo de desenvolvimento social e na tomada de decisões sobre os problemas que os afligem, enquanto cidadãos. Indicou que esse projecto visa, ainda, contribuir com propostas concretas sobre a melhoria de vida da população nas aldeias, investigando a população local sobre a sua vida real e inseri-la no quadro de desenvolvimento dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Participaram no acto, membros do Executivo, Deputados da Assembleia Nacional, líderes religiosos, membros da Igreja Católica e do CICA, bem como representantes de Partidos Políticos.

"O Programa de Boa Governação e Monitoria Social" do CICA foi criado em Maio de 2010, com a finalidade de contribuir para a boa e justa gestão das receitas públicas, nas diversas localidades de Angola, de modo a reduzir a pobreza.

Por falta de financiamento, o programa funciona, apenas, nos municípios de Mbanza Congo (Zaire), da Cela e de Cassongue (Cuanza Sul), do Balombo e do Cubal (Benguela).

1.8 Construção civil lidera entre mais de 1 mil empregos perdidos em Angola com a crise

Jornal República

25 De Setembro de 2015

De acordo com números transmitidos pelo secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UNTA-CS), o sector da construção civil é que mais sente a falta de recursos financeiros no Estado, devido à quebra para metade das receitas fiscais com a exportação de petróleo, tendo perdido mais de 6.500 empregos este ano.

Números que, enfatiza Manuel Viage, se referem apenas à situação nas províncias de Luanda, Benguela, Cuanza Sul e Huíla, sendo a construção um sector que, segundo a estimativa da UNTA-CS, contava com mais de 60.000 trabalhadores, dos quais 20.000 sindicalizados.

"Onde de facto o sector da construção é aquele que apresenta maiores indicadores de desmobilização", diz Manuel Viage, em entrevista à Lusa, em Luanda.

O secretário-geral da confederação sindical angolana reconhece que as dificuldades do Estado nos pagamentos estão na origem do corte, que poderá ser de dez por cento, na força laboral na área da construção civil em Angola.

"São empreitadas prestadas ao Estado e que agora o Estado mostra indisponibilidade de mantê-las, porque não tem como honrar os compromissos. E nessas situações os empreiteiros fecham a obra e desmobilizam o estaleiro, colocando os trabalhadores numa situação de desemprego", reconheceu. Manuel Viage não cita números ou nomes de empresas, mas confirma que a situação afecta igualmente "pelo menos duas" construtoras de origem portuguesa que operam em Angola e que se viram obrigadas a reduzir a actividade.

A quebra abrupta da cotação do barril de crude no último ano fez diminuir as receitas fiscais angolanas com a exportação de petróleo, levando o Governo a cortar um terço de todas as despesas públicas previstas, revendo também alguns projectos.

O sindicalista diz ainda não ter dados sobre a forma como a força laboral portuguesa na construção civil em Angola está a ser afectada, recordando apenas que o desemprego que começa a crescer - a taxa de desemprego ronda os 24% - resulta sobretudo de contratos a termo com trabalhadores angolanos que chegam ao fim e que não são renovados, precisamente por as construtoras não terem mais projectos em carteira.

Sobre as empresas portuguesas de construção presentes em Angola, Manuel Viage assume que o "tratamento já foi pior" e que há menos reclamações dos trabalhadores angolanos, tendo até reduzido a sinistralidade laboral.

Depois da construção civil, o sector do comércio e serviços, com mais de 350 empregos perdidos, e da indústria, com uma centena, são os mais afectados pela crise.

Angola conta com cerca de um milhão de trabalhadores que fazem descontos para o sistema de segurança social, entre os sectores público e privado, mas a UNTA-CS estima que mais cinco milhões possam trabalhar no mercado informal, fora deste regime e sem qualquer tipo de protecção.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Caso de sucesso no “Angola Investe”

Jornal De Angola

03 De Setembro de 2015

Texto: Natacha Roberto

O Fundo de Garantia de Crédito, um organismo institucional angolano, aprovou desde 2013 a concessão de 59 mil milhões de kwanzas para 303 projectos em vários sectores de actividade em todo o país, no âmbito do Programa Angola Investe, coordenado pelo Ministério da Economia. A informação foi avançada ontem em Luanda pelo administrador do Fundo de Garantia de Crédito, Manuel Passos, depois de uma visita à "Imprimarte", uma empresa de artes gráficas financiada pelo Angola Investe.

Manuel Passos disse que o Fundo concedeu garantias de 30 mil milhões de kwanzas, o que significa 70 por cento do capital. "Os bancos comerciais são os nossos parceiros e vamos visitar, com os responsáveis dos bancos financiadores, os projectos aprovados pelo programa", afirmou Manuel Passos.

O director do BIC para a área das empresas, Bruno Bastos, afirmou que o banco já financiou 37 projectos, avaliados em 11 mil milhões de kwanzas, e tem dez em avaliação. "Temos liquidez para financiar os projectos que vão desenvolver a economia nacional", anunciou Bruno Bastos, acrescentando que, para obterem crédito, os empresários devem apresentar bons planos de negócios. Bruno Bastos salientou que foram aprovados projectos nos sectores da agro-pecuária, pesca e indústria transformadora para as províncias de Luanda, Cuanza Sul, Cuanza Norte e Bengo.

Até 31 Agosto deste ano, o Ministério da Economia aprovou e garantiu o financiamento para 437 projectos, cifrados em 78 mil milhões de kwanzas. O presidente da subsidiária da "Imprimarte Grupo Cecaso", Carlos Cunha, informou que o Angola Investe concedeu ao grupo cinco milhões de dólares (630 milhões de kwanzas) para concluir o projecto avaliado em 12 milhões de dólares (1.512 milhões de kwanzas).

A empresa possui 40 funcionários que ainda trabalham num único período, embora tenha capacidade para laborar ininterruptamente. A "Imprimarte" está vocacionada para as artes gráficas,

na linha de produção de livros, revistas, embalagens e rótulos.

Em 2014, a empresa atingiu um volume de negócios de 355,9 milhões de kwanzas, com previsão de fechar 2015 com receitas avaliadas em 794 milhões de kwanzas. Carlos Cunha informou que a empresa produziu livros escolares para o Ministério da Educação e tem projectos no sector da saúde e outros.

"Os livros escolares são feitos cá, estamos a produzir aqueles que por contrato são determinados pelo Ministério da Indústria, mas podemos produzir muito mais", disse.

2.2 Mais de 300 projectos do Angola Investe beneficiam de garantia pública

Jornal Grandes Notícias

04 De Setembro de 2015

Trezentos e três projectos financiados pela banca comercial no âmbito do programa Angola Investe beneficiaram de garantia pública, revelou hoje, quarta-feira, em Luanda, o administrador do Fundo de Garantia de Crédito, afecto ao Ministério da Economia, Manuel Passos. Segundo o responsável, que falava a imprensa no final de uma visita as instalações da gráfica Imprimarte, no âmbito do Angola Investe, os referidos projectos (303) tiveram um financiamento de cerca de 59 mil milhões de kwanzas e cerca de 30 mil milhões de kwanzas em termos de garantias prestadas.

"O Fundo presta garantias com uma cobertura de até 70 por cento do capital, daí essa diferença entre o montante financiado e os montantes garantidos pelo Fundo de Garantia de Créditos: explicou. Considerou que o retorno tem sido satisfatório, frisando que o país não tem estado a passar por uma fase muito boa do ponto de vista do mercado. "Temos todos a consciência que isso afecta o mercado, mas o retorno tem sido feito pelos bancos.

Relativamente a empresa Imprimarte, financiada à luz do programa Angola Investe, disse que saem satisfeitos com a visita, porque viram que de facto o projecto está a funcionar a 100 por cento e com perspectivas ainda maiores de crescimento. O programa Angola Investe prevê o financiamento de projectos nos mais variados sectores da economia.

2.3 Assegurada garantia do Angola-Investe

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

Segundo o responsável, que falava à imprensa no final de uma visita às instalações da gráfica 'Imprimarte', financiado no âmbito do referido Programa, os projectos tiveram um financiamento na ordem dos 59 mil milhões de kwanzas, dos quais 30 milhões em garantias prestadas.

"O fundo presta garantias com uma cobertura de até 70% do capital, daí essa diferença entre o montante financiado e os montantes garantidos pelo Fundo de Garantia de Crédito", explicou, ao considerar que o retomo tem sido satisfatório, frisando que o País não tem estado a passar por uma fase muito boa do ponto de vista do mercado.

Em contrapartida, considerou que o projecto, com algumas dificuldades, e o banco têm dado alguma ajuda para soluções, a fim de que as coisas decorram da melhor maneira, tendo acrescentado que, até ao momento, nenhuma empresa já foi alvo de garantias, o que revela boa prestação das mesmas.

Enfatezou, ao mesmo tempo, que, relativamente à empresa Imprimarte, financiada à luz do programa Angola-Investe, o projecto está a funcionar a 100%, demonstrando boas perspectivas de crescimento.

A agricultura angolana deverá liderar o crescimento do peso do sector não-petrolífero na economia nacional, conforme prevê o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2015.

O Governo considera a agricultura sector-chave para o desenvolvimento da economia nacional, liderando o crescimento entre oito áreas não-petrolíferas identificadas.¹

O crescimento da agricultura angolana está estimado em 12,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou seja, acima dos 11,9% previstos para 2014, mas distante da marca do ano anterior, quando aumentou 42,3%. As explorações agrícolas familiares, com um universo de cerca de 2,5 milhões de famílias, já são responsáveis por mais de 80% da produção de culturas alimentares básicas, cereais, raízes, leguminosas e gado do País.

2.4 Banco Millennium mantém o foco no apoio ao programa "Angola Investe"

Jornal Economia e Finanças

4 De Setembro de 2015

Texto: *Isaque Lourenço*

O Banco Millennium Angola (BMA) disponibilizou, recentemente, 87 milhões de kwanzas em financiamento a projectos ligados ao programa "Angola Investe".

Com 149 projectos aprovados, num valor de 27.1^o9 milhões de kwanzas, o Banco Millennium Angola (BMA) já disponibilizou, até ao momento, 15.724 milhões. Estes números colocam-nos na liderança do programa do Ministério da Economia, sob acompanhamento do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

De acordo com o mais recente edital sobre o programa, o "Angola Investe" conta com 433 financiamentos aprovados, num total de 77.944 milhões de kwanzas. Destes, 296 já foram concretizados representando 53.569 milhões.

O Banco Angolano de Investimentos (BAI) segue na listagem com 52 financiamentos aprovados, que representam um valor de 12.737 milhões de kwanzas. O BAI já disponibilizou financiamento para 41 projectos num desembolso de 11.736 milhões.

Vantagens

O Banco Internacional de Crédito (BIC), por sua vez, é em termos de financiamentos aprovados o quinto com 37, atrás dos bancos de Fomento Angola (BFA) e Comércio e Indústria (BCI), que se apresentam com 50 e 47, respectivamente.

Contudo, o BIC é o terceiro em termos de valores aprovados (11.029 milhões) e de somas disponibilizadas, 9.315 milhões no total.

O edital do Ministério da Economia, que apresenta um balanço periódico do desempenho dos bancos no programa, avança ainda que o Banco de Poupança e Crédito (BPC) com 31 financiamentos aprovados e 23 disponibilizados, também faz jus ao estatuto de operador público de grande valia com 5.357 milhões aprovados, dos quais 3.903 já foram disponibilizados.

No top 10 do "Angola Investe", há, igualmente, a realçar a presença do banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA) que aprovou 22 financiamentos, avaliados em 2.954 milhões de kwanzas e disponibilizou já 1.208 milhões, representando uma carteira de 14 projectos já apoiados.

Os bancos Sol, Kwanza Investe Económico (extinto Bes a) completam o ranking dos que mais financiamentos têm aprovados, embora isso não represente a carteira de valores disponibilizados (como se pode ver no quadro abaixo).

Apesar da forte presença e liderança do BMA, o programa "Angola Investe" reúne também outros operadores bancários. Cada um, à medida do potencial da sua carteira de crédito, procura financiar os projectos de iniciativa privada com suporte estatal.

Nos últimos anos, é crescente o surgimento de empresas de direito e capitais puramente angolana no mercado nacional.

O "Angola Investe" deu ainda outro impulso na revitalização do INAPEM.

2.5 Fomento de micro empresas

Novo Jornal

4 De Setembro de 2015

A MINISTRA da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, inaugurou recentemente, em Caxito, um centro de fomento do auto-emprego, com o objectivo de reforçar o poder económico e social das mulheres da província do Bengo.

O centro, o primeiro no país, tem 80 quiosques comerciais, 40 cozinhas para a confecção e venda de alimentos, mercado de peixe, ciber-café, salão de cabeleireiro e estacionamento para 200 viaturas.

A governante adiantou que o projecto é de iniciativa privada e visa criar micro empresas dirigidas pela camada feminina, dando resposta a algumas preocupações colocadas durante o Fórum da Mulher Rural. O projecto, disse, é integrado e enquadra a agro-pecuária, agro-indústria, comércio e formação em novas tecnologias de desenvolvimento da agricultura. Para tal, esclareceu Filomena Delgado, vão concorrer apoios do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e alguns países.

Filomena Delgado lembrou que a mulher é um factor indispensável para o desenvolvimento, razão pela qual o projecto vai ser expandido em todo o país. "Demos o pontapé de saída de uma série de acções que visam reforçar o poder económico e social das

mulheres e, com o apoio do Banco de Poupança de Crédito e a empresa ABC, pensamos construir centros como este em todo o país", disse.

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Campos Major, afirmou que o centro vai impulsionar a economia. Campos Major defendeu a preservação do mesmo, para um melhor aproveitamento do empreendimento.

2.6 Novo código entra vigor

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

O diploma, aprovado pela Assembleia Nacional, em Abril, substituiu a Lei dos Valores Mobiliários (Lei 22/05, de 23 de Setembro) e completa o quadro legal básico do Mercado de Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados. A publicação do CodVM, em harmonia com a nova Lei de Bases das Instituições Financeiras (Lei 12/15), em vigor desde 17 de Junho de 2015, insere-se na reforma do sistema jurídico-financeiro nacional.

Ao longo dos seus 484 artigos, o novo CodVM clarifica conceitos de valores mobiliários; define os serviços e actividades de investimento; estabelece o quadro exaustivo de negociação de instrumentos financeiros em mercados regulamentados de bolsa e de balcão; cria um regime substantivo e processual sobre as contravenções; ao mesmo tempo tipifica o crime de desobediência; o ajuste das medidas abstractas das penas aplicáveis aos crimes de manipulação do mercado e abuso de informação privilegiada; além de outras matérias do Mercado de Capitais, ferramenta essencial para garantir a segurança jurídica e a legítima confiança de emitentes e investidores.

O CodVM preenche importante requisito para a adesão plena de Angola à Organização Internacional das Comissões de Capitais.

2.7 Imogestin cobra arrendamento de 2015 a partir de Outubro

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

A Imogestin - empresa responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas - vai retomar, em Outubro próximo, a cobrança das prestações de pagamentos mensais aos clientes que tenham adquirido habitações nas

centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, em Luanda.

O pagamento vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, uma entidade criada a 25 de Agosto do ano em curso e gerida pela Imogestín.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Imogestín, Rui Cruz, que falava no final da 2ª sessão extraordinária (conjunta) da Comissão Económica e da Comissão para Economia Real do Conselho de Ministros, os pagamentos a serem feitos em Outubro são referentes ao ano de 2015.

Quanto à prestação do ano de 2014, que está em falta, será deferida para mais um ano, no final do prazo total de pagamento. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar o ano de 2014, que está em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato".

Rui Cruz disse que haverá novidades no sistema de pagamento e que, em vez, de ser, unicamente, anual também terá a opção mensal.

Disse tratar-se de pagamentos que poderão ser realizados via multicaixa ou por transferência bancária. Após informar sobre a aprovação de mudanças nas regras de comercialização para a próxima fase de vendas, Rui Cruz referiu que os preços a praticar na segunda fase terão como base os que já foram efectuados nas centralidades do Sequele, Quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari.

Disse que os preços de base praticados na comercialização de casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo até 25 por cento.

No quadro da segunda fase do processo de venda de habitações nas centralidades do país, o gestor da Imogestín frisou que o sistema de renda resolúvel vai ficar para a função pública. De acordo o presidente da Imogestín, e no âmbito da renda resolúvel, previsto para a segunda fase, só os funcionários públicos que não tenham adquirido casas ao Estado é que serão elegíveis. O que quer dizer, prosseguiu, que os outros candidatos (da venda pública livre e da venda pública dirigida) vão ter o apoio do sistema bancário com taxa de juros bonificados. Informou que nas duas modalidades de venda (para público dirigido e livre) 30% das casas devem ser destinadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Quer dizer que na quota de casas que couber à administração pública (central, local, ministérios e serviços) obrigatoriamente serão reservados 30 por cento aos jovens.

Rui Cruz destacou também o facto do sistema de venda pública ter sido dividido em dois grupos:

"O primeiro é o da venda pública dirigida (onde estão empresas públicas' privadas e institutos públicos), que terá a quota aprovada pelo Executivo' devendo as referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários".

"Não haverá mais o sistema de postos para as pessoas se inscreverem", salientou.

Na quota de 20 a 30 por cento (segundo grupo) destinada à venda livre, a comercialização deverá ser, primeiro' via Internet e só depois através de candidatura física.

Ressaltou o facto de não ter acesso à venda livre os trabalhadores cujas empresas aderirem à venda pública dirigida. Rui Cruz disse que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos projectos em curso em todo o país.

2.8 Imogestín cobra prestações em Outubro

Novo Jornal

11 De Setembro de 2015

AS PRESTAÇÕES dos clientes da Imogestín nas diversas centralidades começarão a ser pagas a partir de Outubro, anunciou a direcção da empresa.

Citando o presidente do Conselho de Administração, Rui Cruz, que falava aos jornalistas no final da reunião da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, a Angop anuncia que o processo abrange os clientes que tenham adquirido residências nas centralidades de Sequele, ao quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, todas situadas em Luanda.

De acordo com o responsável, os pagamentos são referentes ao presente ano, podendo ser efectuados mediante opções mensais ou na 'totalidade, por intermédio do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, instituído em Agosto deste ano, que está sob gestão da Imogestín.

Relativamente à prestação do ano de 2014, em falta, será alargada por um período de mais um ano, prazo para executar totalmente o referido pagamento.

"O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, pagará o ano de 2014, em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato", anunciou.

Os pagamentos poderão ser efectivados via multicaixa ou mediante transferência bancária.

Após informar sobre a aprovação de mudanças nas regras de comercialização para a próxima fase das vendas, Rui Cruz referiu que os preços a praticar na segunda fase terão como base os que já foram efectuados nas várias centralidades.

Notou que os preços de base praticados na comercialização das casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo de 25 por cento.

No quadro da segunda fase do processo de venda das habitações nas diferentes centralidades do País, o gestor observou ainda que o sistema de renda resolúvel beneficiará os trabalhadores da função pública.

Segundo o presidente da Imogestin e no âmbito ainda da renda resolúvel, prevista para a segunda fase, só os funcionários públicos que não tenham adquirido casas ao Estado é que serão elegíveis.

O que quer dizer, prosseguiu, que os outros candidatos (da venda pública livre e da venda pública dirigida) terão o apoio do sistema bancário com taxa de juros bonificada.

Informou que nas duas modalidades de venda (para público dirigido e livre) 30% das casas devem ser destinadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Quer dizer que na quota de casas que couber à administração pública (central, local, ministérios e serviços) obrigatoriamente será reservada uma percentagem de 30 por cento para os jovens.

Rui Cruz destacou também o facto do sistema de venda pública ter sido dividido em dois grupos.

"P primeiro é o da venda pública dirigida (onde estão empresas públicas, privadas e institutos públicos), que terão a quota aprovada pelo Executivo, devendo as referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários".

"Não haverá mais o sistema de postos para as pessoas se inscreverem", salientou.

Na quota de 20 a 30 por cento (segundo grupo) destinada à venda livre, a comercialização deverá ser, primeiro, via Internet e só depois através de candidatura física.

Destacou o facto de não terem acesso à venda livre os trabalhadores cujas empresas adiram à venda pública dirigida.

Rui Cruz disse que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos diferentes projectos em curso em todo o País.

2.9 Mais de 300 projectos do Angola Investe beneficiam de garantia pública

Jornal Terra Angolana
11 De Setembro de 2015

O administrador do Fundo de Garantia de Crédito, Manuel Passos, disse, recentemente, em Luanda, que trezentos e três projectos financiados pela banca comercial ao abrigo do programa Angola Investe beneficiaram de garantia pública.

Mesmo sem revelar os sectores de actividade que receberam o maior bolo, o administrador avançou ainda que aqueles projectos, aprovados desde 2013, obtiveram um financiamento de 59 mil milhões de kwanzas (466,7 milhões de dólares) e garantias de crédito no montante de 30 mil milhões de kwanzas.

"O Fundo presta garantias com uma cobertura de até 70% do capital, daí essa diferença entre o montante financiado e os montantes garantidos pelo Fundo de Garantia de Crédito", disse.

O administrador do Fundo, que efectuava uma visita à Imprimarte, uma empresa de artes gráficas que beneficiou de investimento pelo Angola Investe, disse que até à data não houve garantias accionadas, "o que é um bom sinal."

O presidente da Imprimarte, subsidiária do grupo Cecaso, Carlos Cunha, informou que o Angola Investe concedeu um crédito de 5 milhões de dólares (630 milhões de kwanzas) para concluir o projecto avaliado em 12 milhões de dólares (1512 milhões de kwanzas).

)\ empresa é uma empresa especializada em artes gráficas, dispondo de linhas de produção de livros, revistas, embalagens e rótulos, tendo encerrado 2014 com uma facturação de 355,9 milhões de kwanzas, que deverá aumentar para 794 milhões de kwanzas este ano.

O Fundo de Garantia de Crédito de Angola é uma instituição afecta ao Ministério da Economia que funciona com recursos públicos, no sentido de facilitar o acesso ao crédito bancário por parte das micro, pequenas e médias empresas.

2.10 Moradores voltam a pagar rendas em Outubro

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2015

Texto: Kumuênho Da Rosa

Os moradores das centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse ontem Rui Cruz, presidente do Conselho de Administração da Imogestin, entidade responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas.

Em declarações à imprensa, após participar na sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros, relatório de progresso dos projectos habitacionais do Estado sob a gestão da Imogestin, Rui Cruz revelou que o pagamento é feito a favor do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, publicado a 25 de Agosto último, sob gestão da Imogestin.

Os pagamentos são referentes ao ano de 2015, disse Rui Cruz, antes de esclarecer que a prestação referente ao ano de 2014, que não foi cobrada, é diferida para o ano inicialmente aprazado para o termo do contrato. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta."

O responsável da Imogestin S.A. anunciou que foram tomadas medidas para facilitar o pagamento, mas também para reduzir o peso que representava ter de pagar um ano de renda. "Em vez da prestação única anual, os promitentes-compradores vão poder pagar as suas prestações mensalmente e com o cartão multi-caixa ou por transferência bancária", disse.

Rui Cruz adiantou que na segunda fase de comercialização das habitações, dependendo da província em que estiver localizado, é feito um ajuste nos preços, tendo como base os que foram praticados nas centralidades do Sequele e, Quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari.

Ainda como novidade para a segunda fase, na venda de habitações nas centralidades, Rui Cruz fez saber que o regime de renda resolúvel fica adstrito a funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Para os outros interessados (da venda pública livre e da venda pública dirigida), o mecanismo será o sistema bancário com taxa de juros bonificados.

Quota da Juventude

Em ambas as modalidades de venda, 30 por cento das habitações vão estar reservadas a pessoas com menos de 40 anos de idade. Uma decisão que decorre da atenção dedicada pelo Executivo aos jovens.

Rui Cruz anunciou ainda o fim dos postos de venda e a definição de critérios para o sistema de venda pública em dois grupos: "O primeiro, para venda pública dirigida (onde estão empresas públicas, privadas e institutos públicos), que terá a quota aprovada pelo Executivo, cabendo às referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários, no segundo, com uma quota de 20 a 30 por cento para venda livre, primeiro através do portal na Internet e só depois através de candidatura física."

Estratégia em debate

Durante a sessão, além do balanço das actividades dos primeiros quatro meses, foi apresentada a estratégia para assegurar o financiamento e a sustentabilidade dos projectos sob gestão da Imogestin.

As Comissões foram informadas sobre os projectos em vias de conclusão em províncias como Benguela, Huíla, Namibe. No conjunto, são mais de 30 mil habitações e devem estar prontas até meados de 2016. Em relação aos constrangimentos detectados, em especial no capítulo de infra-estruturas externas, Rui Cruz fez saber que a Comissão recomendou que o assunto seja tratado pelos organismos competentes do Estado, sob coordenação do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil.

Participação da Banca Segundo Rui Cruz, foi discutida a necessidade de se dinamizar os projectos que ainda estão no papel, vindo a propósito a criação do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional, que vai mobilizar na banca nacional os recursos necessários para o desenvolvimento dos projectos. "Não será o Orçamento Geral do Estado, mas um sindicato bancário que, com garantia soberana emitida pelo Estado, vai financiar os projectos habitacionais para que possam arrancar com as obras os que ainda não iniciaram, isso em sete províncias, e concluir com os que já estão em desenvolvimento", referiu Rui Cruz.

As comissões foram também informadas sobre o programa GEODATA que tem por objectivo legalização e regularização do património habitacional do Estado, do cadastro urbano, dos projectos de fomento habitacional e da construção e apetrechamento das lojas de registo.

Novo Kimberlito

No âmbito da diversificação da economia, a produção de diamantes voltou a ser tema de abordagem na sessão conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros. Ontem, o destaque recaiu para o Projecto Luaxe, situado na província da Lunda Sul.

Foi apreciado um memorando sobre o Projecto Luaxe, que estabelece o formato empresarial para outorga da concessão e a realização dos investimentos necessários para a prospecção e exploração de Kimberlito, precisamente na zona de Luaxe, não muito distante de Catoca, que é até hoje o maior projecto diamantífero.

Com uma previsão de entrada em funcionamento nos próximos cinco anos, o projecto Luaxe vai explorar, segundo fonte da Endiama, o maior Kimberlito jamais descoberto em território angolano. O projecto vai garantir dois mil empregos directos e duplicar a produção nacional, que passa dos actuais oito milhões para 16 milhões de quilates por ano.

Plataformas logísticas

As comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros procederam à análise do Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Carregadores (CNC) e a Empresa Agility, que estabelece os termos de referência para a implementação do Acordo de Concessão e o modelo de construção e exploração de plataformas logísticas nas áreas de Massabi (Cabinda), Luvo (Zaire) e Santa Clara (Cunene).

Peça fundamental no processo de desenvolvimento do país, o projecto da Rede Nacional de Plataformas Logísticas tem por objectivo implementar um conjunto de infra-estruturas logísticas, de circuitos comerciais e uma rede de distribuição, possibilitando a realização de excedentes de produção e o abastecimento de todo o território em "inputs" produtivos e bens de consumo essenciais.

Com uma rede estruturada dessas infra-estruturas, o Governo angolano pretende ainda impulsionar a eliminação da fome e da pobreza, promover o desenvolvimento harmonioso do território e a valorização da posição geoestratégica de Angola, em particular no plano regional.

Em declarações à imprensa, após a reunião, o ministro dos Transportes, Augusto Tomás, destacou a importância do projecto, na medida em que as plataformas vão ser instaladas de modo a agregar valor e tirar proveito das infra-estruturas como portos, caminhos de ferro e aeroportos situados nos

eixos que atravessam os corredores de desenvolvimento do país.

O ministro também falou do regime jurídico da Rede Nacional de Plataformas Logísticas, cuja apreciação decorre da Lei de Autorização Legislativa aprovada em Julho passado pela Assembleia Nacional.

O diploma prevê a participação do sector privado, através da observância da legislação sobre o investimento público-privado. O ministro disse ser importante que resulte da própria lei regular as condições em que se vai processar ~ parceria entre o Estado e o sector privado, permitindo a partilha de riscos, conformando interesses privados e do Estado, em concessões que vão até 30 anos.

Mensagem de Ban Ki-moon

A reunião foi ainda informada sobre o conteúdo da Carta enviada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, referente ao processo de paz na RCA.

O Presidente José Eduardo dos Santos tem tido um papel crucial para o restabelecimento da paz e da segurança na RCA, através de iniciativas diplomáticas, de âmbito bilateral, regional e internacional, que promovem o diálogo e aproximação entre as partes.

2.11 Crédito agrícola de campanha já consumiu 160 milhões Kz

Jornal Expansão

18 De Setembro de 2015

Texto: Beto Abias

O programa de crédito agrícola de campanha consumiu já 160 milhões Kz, desde o seu lançamento em 2010, beneficiando mais de 100 famílias, sendo que 70% das mesmas ainda não efectuou o reembolso, indica um relatório da organização não-governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), publicado recentemente.

Lançado pelo Executivo há 15 anos, o referido programa, que tem como objectivo potenciar os pequenos e médios agricultores por via das cooperativas agrícolas, no quadro da diversificação económica, teve de ser interrompido "devido a questões de sustentabilidade".

A fraca capacidade de reembolso dos valores recebidos, cuja taxa estipulada e de 2,2%, foi apontada pelo relatório da com uma taxa de reembolso estipulada ao nível dos 2,2%, foi apontada

pelo relatório da ADRA como um dos principais constrangimentos.

"Os subsídios devem ser superiores a 5 mil USD, e nos, por exemplo, no caso dos juros ao financiamento do sector, propúnhamos que fossem de 1%. Entretanto, o Executivo entendeu fixa-los em 2%", lê-se no documento.

O agrónomo Fernando Pacheco, um dos signatários do referido estudo, apontou a fraqueza do sector privado e a debilidade institucional como factores que terão contribuído para o fracasso do programa, tendo indicado como exemplo a previsão do regulamento do crédito e a aquisição de equipamentos, cuja amortização seria feita a longo prazo. Um outro aspecto ressaltado por outro especialista em matéria de desenvolvimento agrícola, Sérgio Calundungo, esta relacionado com o facto de não ter sido levado em conta os riscos e as casualidades de uma actividade como a agricultura. "Precisávamos de considerar os riscos e a especificidade da agricultura no país. Agricultura familiar ainda e muito exposta a calamidades naturais, tal como aconteceu com a seca cíclica em grande parte das regiões", sustentou.

O documento da ADRA, refere que o programa teria beneficiado 100 mil famílias integradas em 2.092 cooperativas e associações. Em princípio, pormenoriza, haviam sido consignados 15 mil milhões Kz, sendo que até a interrupção do programa, foram gastos acima de 16,4 mil milhões Kz, a razão de um valor médio por beneficiário, superior a 170 mil Kz.

Especialista defende maior rigor

Para o êxito de programas do género, Sérgio Calundungo defende maior seriedade nos estudos de viabilidade, bem como na implementação, sobretudo na auscultação da experiência dos beneficiários e o tipo de agricultura desenvolvida. Sugeriu também a necessidade de "despartidarizar" as instituições de apoio as comunidades, como o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e a União dos Camponeses Angolanos (UNACA).

Calundungo acrescenta ainda que os fornecedores de imputo e insumos agrícolas, contratados pelos bancos comerciais, no caso do Banco de Poupança e Crédito (BPC), devem evitar a entrega tardia uma vez que, como referiu, essa actividade não se compadece com atrasos.

A necessidade de assistência técnica, plano de desenvolvimento sustentável, avaliação dos riscos, bem como do seguro agrícola, também foi ressaltada pelo especialista em desenvolvimento agrário.

Dados do Ministério da Agricultura apontam que o programa terá beneficiado cerca de 5% dos dois milhões de agricultores registados em todo o território nacional, sendo que as comunidades da província do Huambo beneficiaram acima de 1,3 mil milhões Kz para um universo de 8.437 famílias camponesas, associadas em cooperativas agrícolas.

Por sua vez, o director da ADRA, Belarmino Gelembi, afirmou que seria importante que o Instituto Nacional de Estatística (INE) incluísse no recente Censo da população, o Censo da agricultura e dos solos, para que se pudesse aferir a real situação do sector, facilitando assim o desenvolver de programas com eficiência, uma vez que ultimo ocorreu em 1963.

"Não sabendo o real estado do sector, os números das comunidades existentes, não facilita uma boa gestão e planificação capaz de dar resposta as necessidades existentes", frisou.

2.12 Grupo AB assim contrato com instituição de Micro-Finanças Kixi crédito

Jornal Expansão

18 De Setembro de 2015

Texto: Silvana Tchissuleno

O grupo AB, empresa vocacionada para a construção de casas sociais, assina nesta sexta-feira um contrato com a Kixi crédito instituição de micro-crédito, para a abertura de uma linha de crédito destinada aos interessados em adquirirem residências num novo projecto habitacional da instituição em curso no Zango 3, município de Viana

De acordo com Baptista Mateus, socio-gerente do grupo AB, que avançou o facto ao Expansão, cada interessado em comprar uma residência no projecto, denominado "Kixi Casa", e que não tenha como a pagar o valor total, podera beneficiar entre 1,5 milhões Kz e 2 milhões Kz da linha de crédito que será aberta pela Kixi Crédito para a cobertura de 50%. Explicou que o crédito será disponibilizado em parcelas mensais.

"Estamos há 60 dias de construção no projecto do Zango 3 e temos já celebrados contratos com alguns camponeses, que são o nosso grupo-alvo para esta iniciativa", referiu.

No projecto Kixi Casa, explicou, cada família que quiser aderir ao programa terá de dar a entrada de

50% do pagamento, a que se deve seguir a apresentação de urna proposta ao grupo AB, em que terá de dar conta da sua incapacidade em pagar numa única prestação a sua residência, cabendo a empresa fazer chegar a mesma a Kixi-credito para que esta possa financiar parte do custo.

O novo projecto habitacional do grupo AB, que este a ser erguido numa área de 46 hectares, terá 1.500 residências T3, cada uma com um custo que varia entre 2 milhões Kz e 2,5 milhões Kz, segundo Baptista Mateus. As habitações, de carácter evolutivo, precisou, vão ocupar uma área de 250 metros quadrados.

O responsável fez saber que o novo projecto do Zango 3 é um investimento de 9 milhões DSD, qualquer coisa como 1.000 milhões Kz. Com a parceria, de tempo indeterminado, disse, a empresa pretende atingir as 18 províncias do País, dentro do primeiro semestre do próximo ano.

"Primeiramente vamos começar pelo Huambo, Kwanza Sul, Malanje, Uíge, Kwanza Norte (o projecto começará no Dondo e depois seguirá para N'dalatando), bem como Moxico", adiantou o socio-gerente do grupo AB. Apontou o "excesso de burocracia" no País como uma das maiores dificuldades que a empresa enfrenta. "O nosso mercado ainda é muito fechado e, de certa forma, isso tem prejudicado o crescimento de empregabilidade", lamentou.

Construção da igreja católica "a bom ritmo" Por outro lado, Baptista Mateus notou que o projecto de construção da igreja católica no bairro Sapú, avaliado em 1 milhão USD, cerca de 126,9 milhões Kz, como parte de um acordo de permuta de um terreno de dois hectares, decorre a bom ritmo.

Sobre a KixiCrédito

A Kixi-Credito é uma instituição de Micro-Finanças licenciada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), constituída com capitais 100% angolanos. A empresa tem como principal propósito oferecer oportunidades de inclusão financeira a população de baixa renda.

A celebração do contrato de abertura de uma linha de crédito para a aquisição de residências no projecto habitacional do grupo AB, no Zango 3, segundo Baptista Mateus, enquadra-se nas comemorações do 10.º aniversário da KixiCrédito.

2.13 Instituições garantem financiamento a pequenos negócios por jovens

Jornal Economia e Finanças

18 De Setembro de 2015

Texto: Gaspar Micolo

O financiamento é um dos obstáculos que o jovem pode enfrentar na implementação do seu negócio próprio, depois da criação do plano de negócios, aprimorar as ideias, fazer pesquisas de mercado, preparar-se e formar-se para desenvolver a actividade que se escolhe.

Para apoiar as iniciativas empresariais, o Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE), associação juvenil, apartidária e sem fins lucrativos criada em 2010, com o propósito de despertar a juventude para o empreendedorismo, prevê lançar a sua cooperativa de crédito no próximo mês, altura em que se realiza a feira regional de Benguela, nos dias 23 e 24.

De acordo com o coordenador nacional, Alberto Jorge Mendes, a associação que já conta com mais de três mil membros vai apoiar todas as pessoas que tenham plano de negócio com empréstimos até 10 milhões de kwanzas, cujo prazo de pagamento será prolongado e a taxa de juros próxima dos 6 por cento.

"O mercado apresenta ainda dificuldades nos financiamentos de pequenos projectos", disse, acrescentando que "a maioria dos bancos concede Créditos apenas a quem apresente garantias e preferencialmente a clientes que demonstrem um histórico de confiança, em que os bancos pedem relatório financeiro dos três últimos anos auditados, planos de negócio", frisou, anunciando que a cooperativa a ser lançada em Outubro dará um período de carência de seis meses a um ano.

Mesmo contando com o apoio do Banco Angolano de Investimento (BAI), que mostrou interesse em participar na iniciativa, Alberto Jorge Mendes explica que a cooperativa de crédito, que está neste momento a ultimar a plataforma informática, vai funcionar como um veículo de poupança dos associados. "A cooperativa será alimentada pela jóia dos associados, por contribuições e por outras participações", disse, acrescentando que depois do seu lançamento, o Faje vai trabalhar em formações na área do coaching.

"Se continuarmos a crescer, a fazer negócios, teremos mais capitais para financiar outros jovens e quanto mais jovens se juntarem a nós, ao Faje e à cooperativa de crédito, teremos mais empresas consolidadas", disse.

Para reduzir as dificuldades relativas ao financiamento, a Rede Crédito Angola, uma sociedade cooperativa de crédito, que foi inaugurada este ano, no distrito urbano do Rangel, propõe-se a conceder empréstimo até seis milhões de dólares constitui.

De acordo com a administradora executiva da instituição, Alexandrina Narciso, o valor mínimo é de 200 dólares; dentro dos produtos disponíveis, pelo que os interessados devem cadastrar-se para, depois, abrir a conta e remeter o processo de crédito, devendo passar por uma formação para posteriormente ser aprovado o processo da solicitação do financiamento. A instituição tem autorização do Banco Nacional de Angola para nove províncias.

Já a Kixicrédito, que também financia pequenos empreendedores, com valores de dez a 100 mil kwanzas e taxa de juros de três por cento, pretende expandir-se a outras províncias e transformar-se num banco, segundo soube o JE de fonte da instituição.

Os empreendedores contam ainda com outras opções como o Banco Sol, que concede microcrédito de grupo dirigido de 4 a 7 pessoas que conseguem reunir o mínimo de garantias exigidas pelo banco. Destina-se à criação de pequenos negócios familiares e os valores vão de dez a 250 mil kwanzas, com prazo de pagamento de 3 a 12 meses e uma taxa de juro negociável. Já o reembolso é feito em prestações semanais, quinzenais ou mensais.

2.14 Famílias recebem crédito de campanha

Jornal de Angola
23 De Setembro de 2015

Famílias camponesas dos municípios de Qulpungo, Matala, Caluquembe, Caconda e Chlcomba, na província da Huíla, estão a beneficiar de Crédito Agrícola de Campanha, no âmbito da nova época agrícola 2015-2016, informou ontem o director provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em exercício.

Jesus Rosa disse ao Jornal de Angola que o programa vai beneficiar 20 mil famílias seleccionadas em cinco

municípios e lembrou que objectivo é fortalecer a capacidade produtiva das famílias camponesas durante a campanha agrícola 2015-2016, que começa no princípio do próximo mês de Outubro.

O crédito de campanha agrícola está a ser financiado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), Sol e Banco de Comércio e Indústria (BCI). Numa primeira fase foram abrangidas as famílias camponesas das comunais e aldeias dos municípios em referência.

Sublinhou que com o crédito de campanha agrícola, as famílias camponesas são potenciadas com equipamentos de trabalho, como motobombas, enxadas europeias e tradicionais, lima, catanas, correntes, charruas e outros meios.

Tendo em conta a actual conjuntura, Jesus Rosa admitiu que o sector da Agricultura continua no centro das prioridades do Executivo, por ser a base sustentável das famílias. Recordou que com o crédito agrícola de campanha, os camponeses vão aumentar a sua capacidade de produção, com vista a combater a pobreza.

Exemplo de Caluquembe

O crédito de campanha agrícola no município de Caluquembe, província da Huíla, permitiu aumentar a qualidade de vida de muitas famílias, soube o Jornal de Angola. Elisabeth Quicuxi, da cooperativa de camponeses da missão Católica de Chilunda, comuna da Negola, integra um grupo de mulheres que recebeu juntas de gado de tracção animal, no âmbito do crédito de campanha 2013, o que permitiu aumentar e intensificar a produção de cereais e hortícolas.

Elisa Jonatão, da associação de camponeses de mulheres na localidade de Cal anda, reconheceu que o programa está a contribuir para combater a fome e a pobreza. Vitória Ribas beneficiou de duas juntas de gado de tracção animal. Residente na sede comunal Sandula, ela faz parte da associação de camponesas de mulheres do 10 de Maio, que detém mais de dez hectares de terra. O gado de tracção animal e de reprodução adquiridas pela administração municipal de Caluquembe beneficiou 100 mulheres, que integram nas associações de camponeses de Hondeque, Missão da Chilunda, Chavola, Cal anda, 10 de Maio, Cooperativa Comandante António Ngonga e a Associação Elruatisso Lyakây. Em finais de 2013 entrou em funcionamento, no município de Caluquembe, um banco de sementes, com vista a dinamizar o processo de distribuição de sementes aos camponeses. O administrador municipal de Caluquembe, José Arão Nataniel, disse que para tirar

maior proveito do programa de crédito agrícolas, foi criado um banco de sementes que permite apoiar as famílias de forma rotativa, através de distribuição de inputs agrícolas.

A administração municipal, através da direcção municipal da agricultura está a incentivar as culturas que têm um rendimento baixo. Por exemplo, em termos de renda um quilograma de feijão custa 50,00 kwanzas e de milho 35,00 kwanzas. "Privilegiamos estes produtos que têm um rendimento e com uma procura maior, para que a economia do cidadão camponês seja melhor.

O banco de sementes tem sido uma alavanca para esta acção ser uma realidade", disse o administrador municipal de Caluquembe, que considerou satisfatórios os resultados obtidos com a entrada em funcionamento do banco de sementes.

José Arão Nataniel reconheceu que a banca também desempenha um papel importante com os programas de micro - crédito e crédito de campanha, mas disse que a maior parte dos beneficiários não cumpre com os contratos celebrados

2.15 Banco de Investimento Rural prevê apoiar mais camponeses

Jornal Economia e Finanças
25 De Setembro de 2015

O Banco de Investimento Rural (BIR) vai conceder créditos bancários para apoiar os criadores de gado, pescadores e as cooperativas agrícolas na província de Malange, visando incentivar a produção nestes sectores da economia.

A garantia é do subdirector comercial da referida instituição bancária, Kiambe Ernesto, que falava quarta-feira, em Malange, num encontro com os potenciais beneficiários ligados às actividades do meio rural.

Trata-se de uma sociedade anónima (SA) de capital privado 100 por cento nacional, que se destina essencialmente ao financiamento de acções ligadas ao desenvolvimento rural, sobretudo no sector agro-industrial.

O BIR visa proporcionar a oferta de produtos e serviços bancários aos operadores, empresários e instituições que exercem negócios ligados directa ou indirectamente às actividades do meio rural, através da operacionalização de uma relação comercial com os seus clientes, financiando projectos dos ramos da agricultura, agro-indústria e pecuária, avicultura,

aquicultura e outros, que contribuam para a dinamização da sua cadeia de valores.

O Banco de Investimento Rural conta com apenas uma agência na província de Malange, inaugurada este ano.

2.16 IPU. É um encargo anual e não altera o valor do imóvel

Jornal Agora
25 De Setembro de 2015

A lei não é clara neste aspecto (i.e, no que respeita às locações de imóveis), pois, literalmente, o IPU apenas incide sobre os imóveis arrendados, sendo que, nestes casos, o imposto é devido pelas pessoas em nome de quem os imóveis se encontrem inscritos na matriz predial. Ora, nos casos de sublocações, os imóveis em causa não estarão em nome do sublocador, mas, sim, do locador principal, pelo que existe aqui uma temática sobre como se poderão tributar estes rendimentos. É uma questão para a qual a letra da lei não dá uma resposta isenta de dúvidas.

Nestes casos, o Código do IPU prevê que o imposto será pago por quem tenha o uso ou fruição do prédio, sendo o imposto pago de uma forma equivalente a quem detém a posse de imóveis. Não se trata, portanto, de um acréscimo ao valor da casa, mas sim de um encargo anual.

Em termos conceptuais, todos os impostos recolhidos e cobrados têm como objectivo último financiar a função social do Estado. Naturalmente que o tratamento e a recolha de resíduos nos centros urbanos incorporam este desiderato, mas também a questão dos arruamentos das zonas urbanas e de outros serviços de cariz social.

A base do IPU está associada ao valor dos arrendamentos, no caso de imóveis arrendados, e ao valor patrimonial, no caso de imóveis não arrendados. No limite, se existir algumas contracções do mercado imobiliário, até pode vir a descer a base tributável, razão pela qual não se afigura linear que se possa associar a questão da detenção desses imóveis por parte do Estado a um aumento da base tributável do IPU.

2.17 Mais de mil empreendedores aguardam financiamento do BUE

Jornal República

25 De Setembro de 2015

O facto foi dado a conhecer, na quarta-feira, nesta província do Huambo, pela coordenadora local do BUE, Maria da Conceição Katuvala, informando que os mesmos poderão ver atendidos brevemente os seus pedidos.

Disse que o total de empreendedores inscritos para esta segunda fase corresponde a um crescimento de 188, comparando com os que se beneficiaram de financiamento da instituição na primeira fase, decorrida entre 2012 e 2013.

Maria da Conceição Katuvala informou que a maior parte dos projectos apresentados está voltados para os ramos do comércio e de prestação de serviços.

Quanto ao processo de reembolso, disse terem sido reavidos quatro milhões, 312 mil e 377 kwanzas, dos um bilhão, 86 milhões, 556 mil kwanzas financiados a mil 65 empreendedores.

Lamentou a falta de sensibilidade dos beneficiários que se furtam em resolver as suas dívidas creditícias, tendo para o efeito apelado aos mesmos no sentido de efectuarem o reembolso, de modo a permitir o normal funcionamento daquela instituição.

Explicou que o BUE pretende abranger maior número de empreendedores, com vista a criar condições para o auto-emprego dos cidadãos e novas fontes de rendimento, no quadro do processo de diversificação da economia nacional.

Também informou estar em curso, desde Julho, o cadastramento de empreendedores informais, tendo sido abrangidos já mil e 832, com objectivo de organizar o exercício da actividade.

O Balcão Único do Empreendedor, um projecto do governo, está implantando na província do Huambo desde 2012. Dos 11 municípios da província do Huambo, o mesmo está presente em nove, estando para breve a inauguração nos dois em falta.

2.18 Prestações do Kilamba aumentam 40% em Kwanzas

Jornal Expansão

25 De Setembro de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

Muitos inquilinos da centralidade do Kilamba, na província de Luanda, pagar ao mais 40%, em kwanzas, pelas rendas das suas casas face ao que estava estipulado, por causa da desvalorização da moeda nacional face ao dólar, quando, em Outubro deste ano, forem retomadas as cobranças das prestações de pagamentos mensais das residências que adquiriram em 2013.

O Expansão fez contas para caso de um inquilino que comprou um apartamento de tipologia T3, em 8 de Agosto de 2013, por 80 mil USD, e que teria de pagar 20 prestações anuais de 6.551 USD ao câmbio do dia do banco. A primeira prestação ficou, ao câmbio de então (99,7514 Kz/USD, acrescido de 3% da taxa de serviço administrativo, ou seja, 99,7514 Kz/USD), em cerca de 653,4 mil Kz.

Mas, considerando a taxa de cambio da ultima segunda-feira, 21 de Setembro (135,968 Kz/USD, acrescida de 3% da taxa, ou seja, 140,047 Kz/USD), a mesma prestação de 6.551 USD aumenta 40,4 %, para cerca de 917,4 mil Kz.

No inicio da semana passada, recorde-se, o presidente do conselho de administração da Imogestin, entidade que esta a conduzir o processo de venda das casas do Kilamba, anunciou que o pagamento por parte dos inquilinos vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional (FDH), uma entidade criada em Agosto ultimo e gerida pela Imogestin.

Na altura, Rui Cruz explicou que a prestação referente a 2014, que não foi cobrada, será diferida para o ano inicialmente apazado para o termo do contrato. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que esta em falta", explicou.

O responsável disse que o sistema de pagamento não será apenas anual, havendo também a opção mensal, podendo os moradores efectuar a liquidação das suas prestações via Multicaixa, ou por transferência bancária.

A Expansão questionou a Imogestim sobre o facto de, nos contratos, a renda estar fixada em dólares, o que contraria a Lei do Arrendamento, mas a empresa não respondeu até ao fecho da edição. Por explicar ficou também a partir de que dia e para que bancos serão feitas as transferências.

Os apartamentos T3, com cozinha e duas casas de banho, recorde-se, eram inicialmente comercializados por 130 mil USD. Mas, na sequência de uma visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a centralidade, o valor foi reduzido para 80 mil USD - menos quase 40% em relação ao início.

Na semana passada, Rui Cruz explicou que, na nova fase de comercialização das centralidades regime de renda resolúvel apenas será disponibilizado a funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Para quem integrar os outros regimes venda pública livre e venda pública dirigida, o mecanismo será o recurso ao sistema bancário com taxas de juro bonificadas.

A venda pública dirigida diz respeito a empresas públicas, privadas e institutos públicos e terá uma quota aprovada pelo Executivo, devendo estas instituições indicar os trabalhadores beneficiários,

Para venda pública livre foi fixada uma quota de 20% a 30%, sendo as candidaturas feitas primeiro através do portal da Imogestim na Internet e depois através de candidatura física.

Em ambas as modalidades de venda, 30% das habitações estarão reservadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

2.19 Uma opção para a melhoria do crédito no imobiliário

Jornal Expansão
25 Setembro de 2015
Texto: Cleber Corrêa

Numa época em que se discute a diversificação da economia em Angola, a dinamização do imobiliário aparece como uma excelente opção, o motivo é que, vendendo-se mais imóveis, ocorre uma potencialização de várias áreas: as empresas de construção terão mais trabalho, assim empregam

mais, a formação profissional é inevitável, os produtos usados na construção civil são vendidos, a indústria interna cresce. Tudo isto gera mais empregos e impostos. Portanto, o mercado imobiliário movimenta toda uma economia, puxando consigo a indústria e serviços.

Mas não existe mercado imobiliário activo sem crédito, e esse crédito vem dos bancos.

Os bancos, segundo dados do BNA, rejeitam 86% dos pedidos de crédito habitacional. Porque? A falta de segurança na operação é um dos problemas, gerando o não interesse dos bancos de operacionalizar o crédito imobiliário em Angola. 1550 Dá-se porque o único diploma para garantir o crédito imobiliário em Angola é a hipoteca. Ocorre que um incumprimento que ocorra sobre imóvel hipotecado demora três anos para ser resolvido nos nossos tribunais, gerando não interesse pelos bancos, uma vez que dinheiro ficara parado todo esse tempo.

Como resolver isso?

Aprovando um diploma alternativo ao financiamento habitacional que resolva, rapidamente, o incumprimento nos créditos mobiliários sem a intervenção de tribunais, num primeiro momento.

Tal proposta já foi feita pela Associação dos Profissionais mobiliários de Angola (APIMA) em 2011 ao Ministério da Justiça e intitulada alienação Fiduciária. Esse diploma, até hoje, não teve aprovação.

Para entender a lei, vamos primeiro entender a necessidade do sistema financeiro: quando várias famílias contratam, junto do banco ou de uma financeira, financiamento habitacional e compram as suas casas, vão devolver ao banco o dinheiro emprestado, na forma de prestações. Quanto mais pessoas pagam a tempo as prestações, maiores é a capacidade do banco para usar esse dinheiro e emprestar a novas famílias.

Assim, quanto maior o cumprimento dos pagamentos, mais famílias novas são beneficiadas com novos financiamentos. Por outro lado, se as pessoas deixam de pagar, e o banco leva três anos para executar em tribunal o devedor e recuperar o dinheiro emprestado, várias são as famílias prejudicadas por não conseguirem financiamento, pois o dinheiro não retornou ao banco.

Pelo diploma da Alienação Fiduciária, que seria uma lei alternativa para se ir buscar financiamento habitacional, se o devedor que não cumprir com os pagamentos das prestações após ser notificado, após o órgão financiador ter proposto uma renegociando

da sua dívida, mesmo assim, não pagar, a execução da dívida acontece sem o uso de tribunais. O imóvel é leilado, a dívida é devolvida ao banco, e o excedente é devolvido ao antigo mutuário, que poderá a qualquer momento, após esse processo, contrair novo financiamento. Para que o leilão tenha sucesso, o antigo mutuário tem de deixar o imóvel.

Muitos podem achar essa lei impopular devido ao sentimento que o povo possui que o Estado deve ser paternalista e não permitir que as pessoas percam as suas casas. Mas como não permitir que as pessoas percam as suas casas e não se responsabilizem pelas dívidas contraídas perante instituições financiadoras? Alguém precisa de pagar a conta.

O que prova que a lei não é irregular e que, com o seu surgimento, automaticamente, com o passar do tempo, o custo do dinheiro (juros) baixa, pois o risco também baixa, uma vez que o incumprimento é muito menor com essa lei, já que a resposta da resolução do incumprimento é rápida. Assim, risco menor, custo do dinheiro menor.

Com isso, uma maior parte da população tem acesso a crédito, que será mais facilmente concedido pelos bancos, uma vez que o risco é menor.

Não é uma resposta automática por parte dos bancos, demora anos até perceberem que o diploma funciona, mas com certeza demonstrar que a verdadeira lei impopular é a hipoteca, que faz os bancos retraírem-se e não darem crédito.

A mais-valia disto tudo é criar um ambiente jurídico favorável com o passar do tempo, para que Estado e bancos contraiam empréstimos internacionais de logo prazo e custo baixo, para fomento da habitação. Por sua vez, o prestígio do Estado aumenta imensamente, pois fomenta o acesso cada vez maior das populações ao financiamento habitacional, e estimula a economia, resultando num aumento de empregos, formação profissional, crescimento da indústria interna, e consequente aumento da cobrança de impostos.

Mas numa economia onde os juros estão altos e as pessoas possuem renda baixa, qual papel do Estado?

Criar uma política habitacional onde os juros sejam bonificados, de forma a haver maior bonificação aos imóveis de menor valor, atraindo assim os promotores imobiliários a produzirem aquele tipo de produto, e menor bonificação aos de maior valor.

Esse dinheiro, que pode parecer 'deitado fora' pelo Estado, e devolvido ao Estado pela economia, com o aumento da cobrança de impostos como IRT, INSS, Imposto de Consumo e Imposto Industrial, devido ao crescimento da economia como um todo.

2.20 Banco Sol anuncia fundos para crédito

Jornal De Angola

03 De Setembro de 2015

Texto: Nicolau Vasco

O Banco Sol tem 30 milhões de dólares (cerca de 3,8 mil milhões de kwanzas) para financiar projectos de Microcrédito, sobretudo do sector agro-pecuário, apurou o Jornal de Angola terça-feira na cidade de Menongue.

O director de Microcrédito do Banco Sol, Esmeraldo Cerca, disse na inauguração de uma agência em Menongue que 15 milhões de dólares (1,9 mil milhões de kwanzas) já estão disponíveis e o montante pode ser duplicado até finais do corrente ano à medida que aumenta a procura local de financiamentos.

O dinheiro vai financiar projectos de empreendedorismo em todos os sectores da actividade económica, mas também está disponível para empresas de grandes dimensões, indicou Esmeraldo Cerca.

O director de Microcrédito do Banco Sol anunciou que a instituição financeira tem à disposição dos clientes uma carteira de aproximadamente 1,3 mil milhões de dólares (164 mil milhões de kwanzas), 30 por cento dos quais para financiar as micro, pequenas e médias empresas no período de 2015 a 2016.

Questionando sobre a relação entre tão elevada carteira de crédito e a conjuntura criada pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, Esmeraldo Cerca declarou que o Banco Sol dispõe de saldo suficiente para continuar a financiar a economia.

O director de Microcrédito notou que, só no mês de Julho, o Banco Sol empregou 1,5 milhões de dólares (cerca de 190 milhões de kwanzas) em crédito para financiar os programas de fomento e consolidação de empresas, com ajudou à integração de empresas no mercado,

O Banco Sol inaugurou em Menongue uma agência - a sua 172.ª - no mercado -, cuja construção orçou em um milhão de dólares (mais de 126 milhões de kwanzas) em oito meses numa área construída de 468 metros quadrados.

Os serviços da agência empregam sete trabalhadores locais, elevando para 1.420 o número de empregados do banco em todo o país, indicam os números do banco.

O administrador municipal do Menongue, Miguel Dala, elogiou a determinação dos responsáveis do Banco Sol em contribuir para o desenvolvimento económico da província do Cuando Cubango.

"Com esta inauguração, esperamos queo empresariado desta província se desenvolva para participar no processo da diversificação da economia nacional, criação de emprego, redução da pobreza e aumento do rendimento nacional" afirmou o administrador municipal de Menongue.

O Cuando Cubango tem representações da maior parte dos bancos comerciais que operam no mercado, mas as autoridades locais querem a abertura de agências nos municípios e comunas.

2.21 Créditos às empresas continuam

Jornal Economia e Finanças
4 De Setembro de 2015

O director de Microcrédito do Banco Sol, Esmeraldo Capembe Garcia Cerca, garantiu esta semana, em Menongue, província do Cuando Cubango, que esta instituição vai continuar a conceder créditos a micro, pequenas e médias empresas nacionais.

Em declarações à imprensa no final da inauguração da agência número 172, que marcou a cobertura total do banco pelo território nacional, Esmeraldo Cerca assegurou que a instituição está disposta a alavancar os empreendedores e os seus negócios, com concepções contínuas de microcréditos a micro, pequenas e médias empresas.

Créditos

De acordo com responsáveis da instituição, em Julho, o Banco Sol concedeu créditos em moeda nacional equivalentes a um milhão e meio de dólares.

Face a esta demonstração do compromisso com as microfinanças, a instituição assegura que vai continuar com esta política de aumento de créditos nos diversos programas, incluindo agrícolas.

"O Banco Sol tem uma carteira de 1 milhão 759 milhões de dólares, sendo que 30 por cento da referida carteira são dedicados à concepção do microcrédito, sua principal ferramenta no apoio ao programa do Executivo de combate à fome e à pobreza", lê-se.

Ainda de acordo com dados avançados à imprensa, o Banco Sol actua em concordância com a linha de desenvolvimento da economia que apoia o tecido empresarial e todos os micro-emprededores, razão

pela qual vai continuar a priorizar o reforço da diversificação da economia.

2.22 Crédito Agrícola de Campanha é relançado

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2015

Texto: Josina De Carvalho

O anuncio feito ontem pelo ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, no final da reunião do Comité de Coordenação do Credito Agrícola, durante a qual foram prestadas informações sobre o estado de preparação do processo de relançamento do Credito Agrícola de Campanha. Afonso Pedro Canga informou que, além dos agricultores, o credito agrícola, no valor em kwanzas equivalente a 5.000 dólares, vai também beneficiar pescadores, ajudando-os na compra de bens e no pagamento de serviços de que necessitam para as operações da Campanha Agrícola 20 15/20 16, e das pescas no mesmo período.

O técnico do Comité de Coordenação do Credito Agrícola Joaquim Duarte explicou que foram feitas algumas modificações com o objectivo de tomar o programa mais robusto e reforçar o papel dos comités locais de pilotagem, cuja responsabilidade e avaliar o perfil dos candidatos ao credito.

"E preciso reforçar o seu papel e responsabilizar esses comités, no sentido de garantir que os beneficiários desenvolvem a actividade produtiva e tern capacidade de reembolsar o valor concedido no prazo de dez meses", esclareceu.

O Comité de Coordenação do Credito Agrícola pretende fazer também uma melhor selecção dos fornecedores de insumos e proporcionar aos beneficiários um pacote tecnológico sobre a preparação de terra mecanizada ou de outra natureza, para que a produção seja realizada com maior sucesso. O Banco de Poupança e Credito, o Banco de Comercio e Industria e o Banco

Sol são as instituições financeiras fornecedoras do Credito Agrícola de Campanha, cuja primeira etapa foi lançada em 2010 e interrompida no ano passado. A reunião do Comité de Coordenação do Credito Agrícola de Campanha também abordou o estado de implementacao do Credito de Investimento de longo prazo para os sectores da Agricultura, Pecuária e Pescas, no âmbito da linha de credito disponibilizada pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA). O técnico Joao Cunha informou que o fundo disponibilizado pelo BDA vai ser repassado pelos

bancos comerciais e estes aos investidores, para permitir financiar projectos ate cinco milhões de dólares, com prazo de reembolso de 15 anos.

"Estamos a trabalhar com os bancos para finalizar os últimos detalhes técnicos e posteriormente passarmos para a fase de implementacao", concluiu.

2.23 Banco de comércio e indústria apoia 1.450 famílias

Jornal Economia e Finanças
11 De Setembro de 2015

O Banco de Comércio e Indústria (80) garantiu, recentemente, que vai apoiar 1.450 famílias com o relançamento do crédito agrícola de campanha, numa parceria com a Acção Angolana para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Numa primeira etapa, 450 famílias em Malanje, 500 em Benguela e igual número na Huíla devem ser contempladas. Estão envolvidos neste projecto os bancos de Poupança e Crédito, de Comércio e Indústria, Sol e o Africano de Investimentos Micro-finanças. O compromisso inicial de crédito assumido pelos quatro bancos foi de 120 mil de dólares (12 mil milhões de kwanzas), a que se somam os 30 milhões (três mil milhões de kwanzas) reservados para a concessão de créditos de apoio ao escoamento dos produtos agrícolas produzidos pelos beneficiários.

2.24 Camponeses do Balombo vão beneficiar de crédito Agrícola

Jornal A República
11 De Setembro de 2015

Em formação foi prestada ontem, quinta-feira, pelo administrador municipal do Balombo, Júlio da Silva Kwanza, num encontro com os camponeses locais e autoridades tradicionais. De acordo com o administrador, nesta retomada do programa, os camponeses abrangidos beneficiarão de créditos em sementes de milho, feijão, batatas rana, batata-doce e hortícolas, fertilizantes e instrumentos de trabalho, com realce para enxadas, catanas e charruas, no valor de 47 mil kwanzas para cada beneficiário.

Afirmou que para a concretização deste projecto, foi já criado no município, um comité municipal de pilotagem, constituído por sete membros, que vai avaliar todos os processos de pedido de crédito, bem como acompanhar os respectivos pagamentos. Por seu turno, o director da Estação de Desenvolvimento

Agrícola local, Adelino Francisco Cenza, explicou que neste crédito agrícola, os camponeses serão livres em optar pelos meios de que mais necessitam, entre sementes, adubos e instrumentos de trabalho.

No anterior Programa de Crédito Agrícola da campanha 2010/2011 foram abrangidos no município do Balombo 234 Camponeses, com um montante global de 17 milhões e 222 mil e 774 Kwanzas.

2.25 Crédito agrícola de companhia escolhe Huambo na sua retoma

Jornal Economia e Finanças
11 De Setembro de 2015

Os bancos de Poupança e Crédito (BPC), Comércio e Indústria (BCI) e Sol (BS) vão a partir de hoje voltar a financiar projectos ligados à agricultura e às pescas, no âmbito do programa "Crédito Agrícola de Campanha", relançado na província do Huambo.

Com um fundo de 150 milhões de dólares (cerca de 15 mil milhões de kwanzas à data da operacionalização do programa), as três instituições financeiras devem repartir entre si a carteira de financiamento de um fundo público, com o qual se prevê apoios a projectos de até cinco mil (convertíveis em kwanzas ao câmbio do dia) e com prazos máximos de reembolso de até 10 meses.

Rigor no compromisso

Na recente reunião do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, integrado pelos ministérios da Economia e Agricultura, além dos operadores financeiros referenciados anteriormente, ficou também expresso o compromisso de uma maior vitalidade aos projectos apoiados, salvaguarda dos reembolsos e certificação dá respectiva viabilidade.

No fim da reunião, um dos responsáveis do comité de coordenação disse que foram feitas algumas modificações com o objectivo de tornar o programa mais robusto e reforçar o papel dos comités locais de pilotagem, cuja responsabilidade é avaliar o perfil dos candidatos ao crédito.

"É preciso reforçar o seu papel e responsabilizar esses comités, no sentido de garantir que os beneficiários desenvolvam a actividade produtiva e tenham capacidade de reembolsar o valor concedido no prazo de dez meses", esclareceu.

O Comité de Coordenação do Crédito Agrícola pretende fazer também uma melhor selecção dos fornecedores de insumos e proporcionar aos

beneficiários um pacote tecnológico sobre a preparação de terra mecanizada ou de outra natureza, para que a produção seja realizada com maior sucesso. Os bancos de Poupança e Crédito, o de Comércio e Indústria e o Sol são as instituições financeiras fornecedoras do crédito agrícola de campanha, cuja primeira etapa foi lançada em 1010 e interrompida no ano passado. A reunião do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola de Campanha também abordou o estado de implementação do Crédito de Investimento de longo prazo para os sectores da agricultura, pecuária e pescas, no âmbito da linha de crédito disponibilizada pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA). O técnico João. Cunha informou que o fundo disponibilizado pelo BOA vai ser repassado pelos bancos comerciais aos investidores, para permitir financiar projectos de até cinco milhões de dólares, com um prazo de reembolso de 15 anos.

2.26 Dez mil pescadores beneficiaram de apoios

Jornal Economia e Finanças
11 De Setembro de 2015

Um total de 10.000 pescadores artesanais e continentais das províncias do Bengo, Luanda, Cuanza Norte e Malange vai beneficiar do financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), avaliado em cerca de 1,3 mil milhões de kwanzas (milhões de dólares norte-americanos).

A informação foi prestada na passada sexta-feira (4), em Luanda, pela secretária de Estado das Pescas, Antónia Nelumba, a propósito do acordo de financiamento assinado em Agosto, em Roma, Itália, que vai favorecer perto de 800 famílias ligadas à aquicultura de pequena escala, com destaque para mulheres chefes de famílias.

Assinaram o acordo que vai ainda beneficiar 5.000 processadores e comerciantes rurais, Antónia Nelumba, pela parte angolana, e o presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Kanayo Nwanze, pelo Fida.

Prazos dos projectos

Segundo disse, os projectos vão ser desenvolvidos até Setembro de 2021, enquanto a conclusão do financiamento está prevista para 31 de Março de 2022. O empréstimo tem a duração de 25 anos com um período de graça de cinco anos.

Com o financiamento, o Estado angolano pretende reduzir os índices de pobreza no país, através da melhoria da segurança alimentar e nutricional.

Antónia Nelumba salientou que o projecto inclui as componentes de desenvolvimento da pesca artesanal, da aquicultura comunal e a de gestão, esta última permite reforçar a capacidade do Instituto de Pesca Artesanal (entidade coordenadora do projecto).

O projecto pretende igualmente atingir metas específicas no âmbito da capacidade institucional da entidade coordenadora, melhorar a participação das comunidades no envolvimento para o aumento da produção, na diminuição das perdas pós-captura, na valorização do produto, bem como na educação nutricional.

O programa, segundo ainda a secretária de Estado, contempla um calendário de monitorização que vai permitir um acompanhamento da utilização das redes de pesca e dos serviços de apoio à manutenção das embarcações.

Ajuda às comunidades

Este projecto prevê ainda ajudar às comunidades a encontrarem mercados para a comercialização de produtos, promoção do comércio rural com bens de qualidade e técnicas melhoradas para permitir a conservação dos produtos, com a introdução de fornos melhorados para fumagem e secagem.

Temas ligadas à saúde das populações, como HIV/Sida, empreendedorismo, micro finanças e visão de poupança fazem igualmente parte do objectivo do acordo assinado.

Desde 1991, o Fida já investiu em Angola mais de 5,8 mil milhões de kwanzas (47 milhões de dólares) em programas e projectos, que já geraram investimentos na ordem dos 12,7 mil milhões (101,6 milhões), beneficiando mais de 201.600 agregados familiares.

Mais incentivos

Recentemente, a ministra das Pescas doou 10 barcos motorizados a igual número de associações e agrupamentos de cerca de 60 jovens pescadores do município do Dondo, província do Cuanza Norte.

Esta acção de apoio à juventude insere-se no programa oficial do acto central das jornadas "Abril Jovem", organizadas pelo Ministério da Juventude e Desportos.

As jornadas "Abril Jovem" do corrente ano realizam-se num contexto especial, dada a recente aprovação do plano nacional de desenvolvimento da juventude

2014-2017, que tem como principal propósito responder às preocupações dos jovens, concorrendo para a melhoria das suas condições na sociedade.

A atribuição de barcos de pesca, com os respectivos apetrechos, é um contributo do Ministério das Pescas na afirmação do compromisso público de resposta aos desafios e saídas profissionais dos jovens, em prol do desenvolvimento.

Pretende-se valorizar e inserir na cadeia de abastecimento da comercialização das pescas os produtos dos pescadores artesanais ao longo do interior do país.

Plano de acção

A ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, efectuou, recentemente, uma visita de trabalho ao projecto de produção de espécies de peixe, na comuna da Canjala, em Benguela, inserido na estratégia de aumento e diversificação de pescado, criação de empregos e aumento da renda familiar e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução da fome e da pobreza.

O primeiro centro do país foi inaugurado no mês de Março, no município de Cambambe, província do Cuanza Norte, evai fornecer peixe e larvas aos aquicultores da região norte do país.

O Executivo tem um plano de acção para o desenvolvimento da aquicultura no período 2014/2017, com a criação e desenvolvimento de larvas de peixes de espécies marinhas.

O sector da aquicultura pode gerar até 2017 cerca de 11.194 postos de trabalho.

De acordo com o Ministério das Pescas, o país tem condições climáticas que favorecem a criação de diversas espécies de peixe e facilitam um rápido desenvolvimento do sector pesqueiro. Entre os recursos pesqueiros a serem explorados pelo projecto estão a tilápia (cacusso), carapau, garoupa, linguado e cachucho.

Os níveis de importação de tilápia congelada aumentaram de forma considerável em cerca de 40 por cento, em 2014, relativamente ao ano anterior, reflectindo, por isso, a importância e a urgência de incentivar-se a produção de espécies marinhas.

2.27 FAJE lança cooperativa de crédito

Jornal Expansão

11 De Setembro de 2015

O Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE) deverá lançar em Outubro uma cooperativa de crédito para apoiar os seus associados, revela ao Expansão o dirigente da associação, Miguel Tropa. Segundo o responsável, a FAJE está nesta altura a "ultimar a plataforma informática" que vai suportar a iniciativa, que poderá contar com o apoio do BAI.

"O BAI mostrou interesse em participar na iniciativa, que será financiada também pelos nossos associados", explica Miguel Tropa, adiantando que a cooperativa irá apoiar projectos até 10 milhões Kz, com prazos de pagamento "prolongados" e taxas de juro de 6% a 8%, "mais leves" face às praticadas pela banca comercial.

"Daremos um período de carência de seis meses a um ano", diz o dirigente da FAJE, que tem actualmente cerca de 3 mil associados, número que deverá "triplicar" em 2016, graças ao trabalho que a entidade tem vindo a fazer a nível dos municípios.

A cooperativa visa melhorar as condições de acesso a crédito por parte de jovens empreendedores, um problema que, garante, "é um dos mais relevantes" em Angola.

A burocracia, a inexistência de plataformas de apoio aos jovens e a falta de conhecimento sobre a importância do empreendedorismo "por parte dos decisores" são outros entraves à actividade, explica.

Também Jorge Batista, presidente da Associação dos Jovens Empreendedores de Angola, refere a falta de financiamento como um dos problemas da actividade, ao qual se juntam "a falta de oportunidades, de um ambiente favorável aos negócios e de boas políticas económicas".

Para o dirigente, existem oportunidades de negócio em "quase todas as áreas, principalmente as do sector produtivo, como a agricultura, as pescas e a indústria extractiva".

O Estado, diz, deve "ponderar modelo de negócios e aproveitar para transformar as dificuldades em oportunidades, melhorando o ambiente e a forma como se fomentam novos negócios", criando incentivos "com visão futurista e com objectivos de melhorar a economia".

2.28 Ministro exige fiscalização

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2015

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, exigiu sábado, na aldeia de Chitata, município de Londuimbali, na província do Huambo, maior apoio dos comités locais de monitorização na aplicação do crédito agrícola de campanha.

O ministro, que falava na abertura oficial do ano agrícola e do lançamento do crédito agrícola de campanha, salientou que os comités de monitorização devem envolver-se activamente, para sanar as dificuldades registadas nas épocas anteriores. Estes comités, constituídos em todos os municípios, são enquadrados pelos governos provinciais. Abraão Gourgel também afirmou que, nesta fase de concessão do crédito agrícola de campanha, é feita uma selecção, por parte do Ministério da Agricultura, para que os camponeses sejam abastecidos por fornecedores idóneos.

O ministro referiu que este instrumento de financiamento, cujo reembolso é feito até Novembro do próximo ano, abrange todas as províncias, sobretudo nas áreas mais promissoras em termos agrícolas, cuja escolha é feita pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário. Abraão Gourgel informou que, na concessão do crédito agrícola de campanha, é dada primazia aos camponeses que desenvolvem a actividade em zonas adaptadas à agro-indústria. Por sua vez, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, exortou os agricultores que beneficiam do crédito agrícola de campanha a honrarem os compromissos com os bancos.

2.29 Crédito malparado em Angola ascende os 14%

Jornal Agora

25 De Setembro de 2015

Texto: Martins Chambassuco

Conforme dados apresentados pela consultora Deloitte-Angola, o crescimento de depósitos e evolução significativa das transacções económicas correntes foram os factores que mais contribuíram para a dinamização do sector financeiro em 2014.

Durante o período em referência, o volume de activos agregado das instituições financeiras no País aumentou cerca de 7,26% face ao ano anterior, fixando-se nos 7.129 mil milhões de kwanzas. O resultado líquido total do sector, segundo dados do Banco Nacional de Angola (BNA), registou uma

queda de 50% no mesmo período, influenciada pelo efeito dos resultados do ex-BESA.

Não considerando este efeito, os resultados líquidos do sector teriam registado crescimento de perto de 12%.

O estudo 'Banca em Análise', da Deloitte, apresentado esta semana em Luanda, num momento em que Angola celebra o 40.º aniversário da independência, revela as várias facetas do mercado financeiro angolano que, apesar da crise de divisas, ainda cresce.

"Em 10 anos, assistimos, no sector financeiro, a uma ambição extraordinária, da qual resultou uma evolução positiva muito significativa. Foram criadas, neste período, mais de 10 instituições financeiras com actividade comercial, e as que já existiam assistiram a um crescimento no caminho da sofisticação e da implementação de modelos de sustentabilidade das suas operações que lhes oferecem hoje uma posição consolidada no mercado nacional e, nalguns casos, em mercados internacionais", salienta Rui Santos Silva, presidente da Deloitte em Angola, ao falar dos 10 anos do 'Fórum Banca em Análise'.

"A evolução positiva que os bancos continuam a ter e a confiança dos depositantes, verificadas nesta 10.ª edição da Banca em Análise, é animadora. Observámos mais um ano de crescimento significativo do volume de depósitos, bem como uma evolução muito expressiva de todos os indicadores relacionados com a utilização do sistema financeiro nas transacções económicas correntes, sendo de destacar o aumento de 59% no volume de transacções efectuadas em terminais de pagamento, entre 2013 e 2014. Por outro lado, continuam a manter-se alguns desafios relevantes, devendo o sector estar atento à evolução desfavorável dos rácios de crédito vencido que se verificou neste último ano", afirmou Nuno Alpendre, sócio da Deloitte.

O peso dos depósitos em moeda nacional tem crescido em detrimento da moeda estrangeira, com uma variação positiva de 7%, de 58% em 2013 para 65% em 2014. O valor dos depósitos de clientes no sector bancário, em 2014, foi de 5.350 mil milhões de kwanzas, representando um crescimento de 15% face a 2013.

O crédito líquido a clientes também aumentou em comparação com o ano anterior. O seu valor agregado ultrapassou os 2.930 mil milhões de kwanzas em 2014, o que corresponde a um aumento de 8% face a 2013. O peso do crédito sobre clientes na estrutura global de activos dos bancos nacionais foi de 41% em 2014. Relativamente ao rácio de

crédito vencido, esse ascendeu a 14,5%, registando-se um aumento quando comparado com valor do período anterior de 11,2%.

Em 2014, estavam em actividade 23 bancos, perspectivando-se a entrada em actividade de mais seis durante o ano de 2015.

FACTOS E NÚMEROS. Os dados apontam que os pagamentos electrónicos estão em franco crescimento, o número de cartões multicaixa aumentou para 3.165.008 em 2014, comparativamente com os 2.462.174 registado em 2013 e os cartões válidos ascenderam a 4.687.951 em 2014, face a 3.377.798 em 2013.

Quanto aos terminais de pagamentos, o número de caixas automáticas (ATM) e terminais de pagamento automático (TPA) registou um crescimento de 13% e 48%, respectivamente. O número de ATM aumentou para 2.627 em 2014, comparativamente a 2.334 em 2013, e o número de TPA cresceu para 47.076 terminais em 2014 face a 31.716 em 2013.

TRANSACÇÕES. Houve um aumento recorde. Em 2014, cresceu aproximadamente 32% em relação a 2013, registando-se um aumento de 27% nas transacções realizadas em ATM e de 59% nas efectuadas em TPA, mantendo-se a abertura dos agentes económicos para a utilização destes meios de pagamento.

Analisando a composição dos depósitos à ordem, situa-se acima dos 2.900 mil milhões de kwanzas, representando cerca de 55% do total, enquanto os a prazo ultrapassam os 2.300 mil milhões de kwanzas.

INCLUSÃO FINANCEIRA. O fórum serviu ainda de ocasião para o lançamento da 3.11 edição do Observatório da Inclusão Financeira (OIF), uma iniciativa da Deloitte que pretende acompanhar o processo, avaliando os resultados da implementação de diferentes programas e acções, bem como disponibilizar informação relevante sobre boas práticas internacionais.

Nesta edição, foi destaque a evolução positiva do número global de adultos que detêm conta bancária (de 51% em 2011, para 62% em 2014), mas também o facto de continuarem a existir perto de 2 biliões de adultos sem qualquer tipo de relação directa com sistema financeiro.

Segundo documento, continuam a verificar-se profundas discrepâncias entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), onde os níveis de inclusão financeira rondam os 94%, e os países em desenvolvimento, onde este número desce para 54%.

Enquanto na generalidade das regiões esta evolução assentou maioritariamente na abertura de uma conta junto de uma instituição financeira, na África Subsariana a evolução de 24% em 2011 para 34% em 2014 foi essencialmente efectuada por via de contas de mobile money. Esta realidade vem evidenciar a grande receptividade que os países desta região apresentam para a adopção de novas tecnologias, em complemento ou substituição da banca tradicional.

2.30 Kixicrédito impulsiona micronegócios

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2015

Mais de 400 milhões de dólares foram injectados na economia nacional pela instituição financeira Kixi Crédito, em dez anos, no quadro do seu programa de desenvolvimento dirigido a pequenos negócios.

A informação foi prestada na segunda-feira, em Luanda, pelo director executivo da KixCrédito, Joaquim Catinda, quando falava no final de um encontro com parceiros. Joaquim Catinda disse que, no quadro do programa da instituição, está previsto o alargamento dos seus produtos ao crédito habitação, de poupança e de seguro.

O director geral de políticas familiares do Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam), António João, destacou o facto de o seu departamento atribuir grande importância ao desenvolvimento e à expansão do sector das micro finanças. Para ele, a importância atribuída ao sector das Micro-Finanças, pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, deve-se à relevância que os serviços prestam às questões viradas à educação financeira das famílias e das mulheres, em particular.

António João referiu que o país está a dar passos para criar um ambiente propício ao desenvolvimento da indústria de Micro-Finanças. Fundado em Luanda, em 1999, o Kixi Crédito é uma associação de micro crédito criada ao abrigo da Lei 13-05 das instituições financeiras e registado pelo Banco Nacional de Angola.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Programa institui mercado de futuros

Jornal de Angola
01 De Setembro de 2015

O novo modelo de gestão do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuário (PAPAORO) permite a venda antecipada da produção agrícola por crédito reembolsável depois das colheitas, anunciou ontem um técnico da Direcção do Comércio do Cuanza Norte.

José Felisberto Jamba, que falava num encontro com operadores encarregues da recolha da produção, disse que o novo modelo vai privilegiar a compra de perecíveis como hortícolas e citrinos e foi adoptado para evitar as perdas que se verificavam.

No Cuanza Norte, a empresa Luzito e filhos foi seleccionada para a recolha da produção agrícola da província e entrega ao Centro Nacional de Logística, o que permite a desconcentração das tarefas e salvaguarda a produção agrícola, informou o técnico. Durante o encontro, o administrador comunal adjunto de Massangano, Xavier Manuel, destacou o novo modelo de gestão do PAPAORO como crucial para aumentar a interacção entre os produtores e o comerciante e fundamental para estimular os camponeses e aumentar as áreas de cultivo.

Vendas do Cunene

No Cunene, as vendas do PAPAORO de 2013 atingiram 536.077 quilos, avaliados em 24,538 milhões de kwanzas, declarou ontem a Angop o director do Comércio aquela província. Gabriel Hikimote disse que os produtos mais comercializados foram a melancia, tomate, cebola, laranja, limão, beringela, abóbora, repolho, batata rena, maboque e banana, dos mais cultivados entre os camponeses daquela província.

A direcção provincial do Comércio prevê criar representações do PAPAORO nas sedes dos seis municípios do Cunene, tendo em vista o aumento da aproximação do programa com os camponeses. O PAPAORO foi criado para minimizar os efeitos da pobreza nas comunidades rurais. O programa pretende, entre outros aspectos contribuir para o aumento do rendimentos económicos das familiares,

através do asseguramento regular da aquisição de excedentes e do escoamento da produção para os principais centros de consumo.

No começo de Agosto o PAPAORO e a Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Angola (UNACA) concordaram em estabelecer um acordo destinado atender com mais acuidade as preocupações dos camponeses relativas ao programa.

A UNACA é considerada a mais representativa organização de agricultores do país e tem associados em 157 dos 161 municípios. O primeiro passo para a aplicação da iniciativa foi dado pelo Ministério do Comércio, departamento ministerial que superintende a implementação do PAPAORO, numa carta convite a Unaca Confederação,

A UNACA foi notificada pelo Ministério do Comércio de que esta a trabalhar para descentralizar o PAPAORO, informou o presidente da confederação, Albano Lussati, em declarações a imprensa naquela altura prestadas a imprensa.

3.2 Venda ambulante está controlada

Jornal de Angola
07 De Setembro de 2015

O administrador municipal do Cazenga, em Luanda, Victor Nataniel Narciso, orientou a Criação de grupos de trabalho para fiscalizar a venda ambulante, a organização íntima, acondicionamento do lixo e a circulação rodoviária no mercado dos Kwanzas.

A orientação foi dada no final da visita realizada sábado no mercado dos Kwanzas, onde o administrador municipal constatou constrangimentos, como os amontoados de lixo e circulação de viaturas. Victor Nataniel Narciso defendeu melhor organização do mercado. "Devem ser criados grupos de trabalho para resolver os problemas que afectam o pleno funcionamento desse local onde são comercializados diversos produtos", referiu.

A visita deve-se as reclamações apresentadas pela população as autoridades, como a falta de recolha do lixo em varios pontos do município e o tráfego rodoviário nas imediações do mercado. De acordo com o administrador, os grupos de trabalho devem, num período de 15 dias, apresentar resultados positivos na melhoria de todas as questões que enfrentam os vendedores no mercado.

A maior preocupação e a transformação de 27 quintais privados em mercado e parques de estacionamento. Um muro vai ser levantado nas imediações para impedir que o lixo chegue aos lugares onde são comercializados os produtos. Cazenga e um dos sete municípios de Luanda e tem três comunas: Tala-hady, Hoji-ya- Henda e Cazenga.

3.3 Greve de taxista à vista para exigir definição de paragens

Semanário Terra Angolana

11 De Setembro de 2015

Texto: António Ganga

A decisão da greve, segundo alegam, os condutores de "Azul e Branco" prescindem das medidas tomadas recentemente pelas autoridades policiais que, proíbem a circulação de táxis em determinadas zonas de alguns municípios como Viana, Cazenga, Cacuaco ena zona do Benfica. Falando à reportagem do Terra Angolana, estes acusam a polícia de trânsito de proibi-los a circulação para embarque e desembarque de passageiros ou mercadoria, nas principais ruas do casco urbano dos municípios periféricos, o que provoca transtornos nas suas actividades para completar a conta exigida pelo patrão que varia entre 12 a 18 mil kwanzas diário. "Proibiram-nos de circular na Vila de Viana e noutros municípios sem justificarem as razões, os agentes só dizem que estamos a cumprir ordens superiores. Os munícipes não sabem onde localizar as paragens para pegar o táxi, nem nós sabemos onde encontrar passageiros está uma confusão, ao fim do dia não temos o dinheiro da conta do patrão", desabafou, João Pitra, taxista em Viana. Ao nível do município, os condutores de "Azul e Branco" estão proibidos de parar para troca de serviços entre os munícipes que pretendam apanhar táxi na Vila Sede, na extensão da estrada 230 na intercessão com a Rua 11 de Novembro. Para o município do Cazenga, a proibição para "Azul e Branco" incide na zona da Cuca na Avenida Ngola Kiluanje e na intercessão com a estrada dos comandos. A semelhança desta restrição rodoviária nas zonas descritas abrange também os municípios de Cacuaco, Benfica, entre outros, pelo que, automobilistas e munícipes apelam às autoridades de direito para que se criem paragens apropriadas o mais rápido possível, no sentido de se evitar transtornos a actividade de táxi e mobilidade de tráfego, para o interesse do cidadão. Aumenta a revolta de taxistas que fazem diversos trajectos por Luanda tendo o ponto de partida ou chegada as zonas citadas, na medida em que, a apreensão de cartas de condução ou documentos de viaturas, por agentes da ordem pública e trânsito, ocorre

frequentemente quando efectuem paragens mesmo dentro da legalidade, ou seja, onde não há sinal de trânsito que indique "paragem proibida". "O maior problema é que até mesmo em locais onde não tem sinais de proibição, não devemos parar o polícia está logo por cima de nós, mas isso só acontece com os carros azuis e branco. Temos taxas de circulação pagas e licença de aluguer, mas para nada serve", acusou o taxista Mário António. Para os cidadãos que tenham o táxi como meio de locomoção para desenvolver actividades de diversos interesses lamenta a nova medida tomada, devido aos transtornos que as alterações das paragens vêm causando, a rotina laboral. Para além de suportar muito tempo no engarrafamento, alguns passageiros consideram cansativo andar grandes distâncias na procura de paragens improvisadas onde o táxi possa parar o que leva muitos a chegar atrasado ao posto de serviço. "Estava acostumada com as paragens bem definidas quer de onde saía como aonde vou, com estas alterações está cada vez mais difícil chegar cedo ao trabalho, o táxi passa por nós, mas não pode parar, enquanto procuramos a paragem para o táxi certo, o tempo passa. Desci aqui no Nzamba-I quando o candongueiro poderia ter chegado à Cuca, para eu apanhar o táxi para São Paulo", clamou Joana Bento no Cazenga. Associação dos Taxistas Por sua vez falando em exclusivo a reportagem do Terra Angolana, o presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), Manuel Faustino pede calma aos seus membros, e disse em defesa destes (taxistas) que a situação já é de seu domínio, porquanto, já terá sido notificado pelo responsável de tráfego ao nível do município de Viana, para que se encontre brevemente solução para o problema, que constitui um caos para actividade de táxi e não só. Quanto para o Cazenga, o presidente ALT disse terem sido já identificadas às zonas na qual serão criadas paragens obrigatória para actividade de táxi, no sentido de se ultrapassar tais transtornos, entretanto, Manuel Faustino aguarda apenas pela resposta da administração local, uma vez que o estudo conjunto da situação espera bons resultados, sendo este um problema que abrange toda capital do país. "Peço aos meus colegas que haja calma quanto ao assunto, mas, devo dizer que os taxistas em Luanda registam um grande transtorno durante as suas actividades, por falta de paragem de referência. Para o Cazenga já foi dado um passo positivo.

Quanto para Viana estou à espera que me chamem para identificarmos pontos estratégicos para se criarem paragens, o mesmo que vamos fazer com os restantes dos municípios", garantiu Manuel Faustino. Até ao fecho da edição deste jornal, procuramos solicitar a Unidade de Tránsito de Luanda para o devido esclarecimento, mas, fomos mal sucedidos.

3.4 Moto-taxistas circulam com restrições

Jornal de Angola

11 De Setembro de 2015

Texto: Joaquim Júnior

A direcção provincial de Viação e Trânsito do Uíge decidiu proibir a circulação, na zona urbana da cidade, de moto-taxistas sem capacete e conservação adequada dos meios de transporte.

O anúncio da medida foi feito quarta-feira pelo superintendente chefe Benedito Cruz, durante um encontro de esclarecimento que manteve, no estádio 4 de Janeiro, com mais de 200 moto-taxistas.

No encontro, organizado pela direcção provincial de Viação e Trânsito, em parceria com a Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG), Benedito Cruz disse que a medida, preventiva e punitiva, é aplicada para melhorar a circulação rodoviária na cidade do Uíge e reduzir o índice de acidentes de viação.

"Vamos impedir os motociclistas no geral, que não estiverem a cumprir as regras, de circularem no casco urbano da cidade do Uíge", declarou o oficial superior da Polícia Nacional, acentuando que os moto-taxistas e os passageiros devem usar capacete, cuidarem da higiene pessoal e estarem legalizados.

A medida, acrescentou, resulta de um trabalho aprofundado realizado pela Polícia de Viação e Trânsito, depois de ter constatado várias irregularidades na circulação rodoviária, cometidas maioritariamente por motociclistas.

"Muitos circulam sem licença de condução, como também sem acessórios exigidos por lei, o que tem dificultado o trabalho da Polícia quando pretende localizar meios envolvidos em acidentes ou roubados", sublinhou o oficial da corporação.

Benedito Cruz aconselhou os motociclistas que não dispõem de licença a ingressarem numa escola de condução, onde aprendem as regras de trânsito, a fim de obterem o documento que os habilita a conduzir.

"Vamos continuar a manter encontros regulares para que os condutores obedeçam rigorosamente às regras estabelecidas no Código da Estrada, para se ter paz nas estradas da província", afirmou Benedito Cruz. Jorge Panda, Moto-taxistas que participou no encontro, aplaudiu a iniciativa da direcção provincial de Viação e Trânsito e disse acreditar que "a medida

vai ajudar a disciplinar melhor a nossa actividade, obrigando-nos a cumprir de forma rigorosa o Código da Estrada".

A Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG) estima que existam no Uíge 29 mil motociclistas, mas apenas 721 estão filiados.

3.5 Polícia acaba com a venda ambulante

Novo Jornal

11 De Setembro de 2015

Texto: Isabel João

A VENDA AMBULANTE nas bermas da estrada no município de Cacuaco parece ter chegado ao fim. O comando de divisão da Polícia de Cacuaco e a administração local decidiram juntar as forças, terça-feira 8, para pôr fim a este fenómeno.

A acção começou por volta das 5h00 da manhã, quando os agentes da ordem destruíram as barrocas que se encontravam ao longo da via, onde algumas vendedoras realizavam as vendas.

Durante a actividade, que contou com a presença do comandante da divisão de Cacuaco, Joaquim do Rosário, e que teve o seu término por volta das 23 horas, foi possível observar a satisfação dos automobilistas e moradores que estavam cansados dos engarrafamentos provocados pelos vendedores.

As principais áreas de intervenção foram as zonas da TecnoCarro, entrada da Cerâmica, Vila sede, Caterpillar, Vidrul, Kifagondo, Via Expresso junto às bombas de combustível e entrada da centralidade do Sequel.

De acordo com o comandante municipal de Cacuaco, o objectivo da actividade foi evitar que as pessoas continuem a vender nas estradas, pondo as suas vidas em risco. "Recentemente aconteceu um acidente na entrada da Cerâmica que só não provocou muitos mortos porque Deus é grande ... E para que o pior não venha a acontecer, estamos a prevenir, conversando com os vendedores que o lugar para vender é nos mercados que têm espaço suficiente para todos".

Questionado se antes houve uma conversa por parte da Polícia ou da administração municipal, a fonte respondeu que sim. "Houve um comunicado e também vários diálogos da administradora-adjunta com as vendedoras, sendo que elas foram aconselhadas a irem vender nos mercados, porque

têm espaços. Pena é que não acataram os conselhos da dirigente e continuaram a vender".

Joaquim do Rosário disse ainda que o outro objectivo é também reduzir o lixo que elas produzem nos locais onde vendem. "Quem passa aqui já vê os resultados do trabalho, queremos acabar com essa anarquia vigente até agora. E os resultados estão à vista de todos quantos por lá passam. Era extremamente difícil passar e chegar cedo a outros pontos de Cacuo e até da cidade. Agora, a circulação está facilitada. Este é o nosso trabalho que é servir as populações", disse.

O Novo Jornal ouviu várias vendedoras que comercializam os seus produtos na zona do Kifangondo.

Todas foram unânimes em dizer que comercializam os seus produtos junto à estrada porque os clientes não gostam de entrar no mercado. "Sei que é um risco vender aqui, mas só assim é que tenho comida para dar aos meus filhos. Nós aqui também pagamos todos os dias 100 kz aos fiscais, se é um sítio que não está autorizado porque é que os fiscais cobram dinheiro aos vendedores? Não entendemos porque é que temos que deixar de vender aqui", reclamaram, acrescentando que os valores que pagam todos os dias deveriam ser aproveitados para fazer limpeza da zona onde vendem.

O automobilista César António elogiou o trabalho da Polícia de Cacuo e afirmou que este é um trabalho que já deveria ser feito há muito tempo. "A nossa Polícia está de parabéns, só este troço do Kifangondo até à Vidrul demorava 30 minutos. Agora com este trabalho da Polícia apenas demoro entre 5 a 10 minutos", disse Francisco João, taxista.

De acordo com uma fonte do comando da divisão de Cacuo, a corporação investiu com homens e equipamentos para acabar com esta prática, extremamente prejudicial à cidade.

O NJ chegou também ao mercado do Panguila, onde foi possível observar os espaços vazios, sem vendedores.

3.6 Polícia Nacional prendeu mais de 11 toneladas de medicamentos

Semanário Angolense

18 De Setembro de 2015

Texto: Gaspar Faustino

Uma operação coordenada pela Polícia Nacional resultou na apreensão de mais de 11 toneladas de medicamentos diversos em mercados formais e informais de Angola, bem como a detenção de 33 indivíduos.

Os resultados da operação (Jibóia II), enquadrada nas acções da Organização Internacional de Polícia Criminal e da INTERPOL, que decorreu entre 19 e 22 de Agosto passado, foram apresentados no passado dia 10 do corrente mês, em conferência de imprensa.

A província de Luanda destaca-se nos resultados obtidos, com um total de 5.350 quilogramas de medicamentos apreendidos, seguido de Cabinda, com 2.964 quilogramas, e Cunene, com 303 quilogramas.

Segundo o director-geral de inspecção do Ministério da Saúde de Angola, Miguel dos Santos de Oliveira, os fármacos chegam ao país por via terrestre e têm origem fundamentalmente na China, Índia, República Democrática do Congo e Nigéria.

O responsável adiantou que os medicamentos entram maioritariamente pela fronteira terrestre do Luvu e Massabi, além de outros pontos sem controlo das autoridades, escondidos entre mercadorias, nomeadamente carvão.

Miguel dos Santos de Oliveira referiu que os remédios apreendidos são sobretudo para o tratamento de disfunção erétil e hormonais, anti-palúdicos, antibióticos, estimulantes sexuais e anabolizantes.

No decurso da operação, foram detidos 33 indivíduos, entre os quais um cidadão da República Democrática do Congo.

Em Angola, a operação foi coordenada pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), contando com a colaboração de departamentos dos Ministérios da Saúde, do Comércio e da Administração Geral Tributária.

A operação, que decorreu em simultâneo no Malawi, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul, Moçambique e Suazilândia, teve como resultado global a apreensão de cerca de 160 toneladas de medicamentos, que resultou igualmente na detenção de 509 pessoas e o encerramento de cerca de 20 lojas de fornecimento.

Apesar da apreensão desses milhões de pílulas falsas, as mesmas continuam a circular em grande quantidade nos mercados informais de Luanda, onde são vendidos muitas vezes ao mesmo preço que o produto real.

O SA adquiriu seis pacotes de Coarctem em diversos mercados informais de Luanda e análises de laboratório confirmaram que três deles eram falsos, um reflexo do enorme problema que pode existir com este medicamento em Luanda.

De acordo com dados obtidos pelo Semanário Angolense, na cidade de Guangzhou, na China, de onde foram exportados os medicamentos falsos apreendidos existe uma enorme comunidade congoleza que tem como missão fazer a compra de medicamentos e logo de seguida enviarem para Angola, sem qualquer constrangimento na alfândega.

Estima-se que dez por cento da população angolana é diagnosticada com malária todos os anos tornando o uso e procura de medicamentos parte da vida dos angolanos. Segundo uma fonte afecta ao Ministério do Interior, a fabricação deste produto, por falsificadores chineses, parece ter como objectivo único, países africanos.

É incrível como as mercadorias provenientes da China entram em Angola com muita facilidade. Várias vezes me questiono, mas será que as mercadorias dos chineses, não são inspeccionadas nas alfândegas, porque é admirável como eles tem acesso a este país", lamentou.

Para se acabar essa ilegalidade, sugeri a fonte, deve haver maior controlo e rigor por parte da fiscalização sanitária, assim como criar-se leis mais severas para punir os infractores de forma a inibir a prática da venda ilegal de medicamentos no país.

De recordar que o Governo Provincial de Luanda (GPL) proibiu, em 14 de Maio de 2009, a comercialização de medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares em locais

impróprios e inadequados, mais ainda assim a mesma não se faz cumprir.

3.7 Mercados nos municípios estão abertos ao comércio

Jornal de Angola
20 De Setembro de 2015

Os municípios do Golungo Alto, Cambambe e Bolongongo, na província do Cuanza Norte, passam, agora, a comercializar os seus produtos em locais mais apropriados, com entrada, ontem, em funcionamento de quatro novos mercados, inaugurado pelo governador provincial Henrique Júnior, no quadro das comemorações do dia 17 de Setembro.

Construí dos no quadro do Programa de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, os mercados garantem melhores condições de venda, com vista a mitigar o comércio ambulante.

No Golungo Alto, foram abertas dois mercados, sendo um no bairro Caco lombo lo, arredores da sede, que tem carácter municipal, com 158 lugares, casa de banho e zona de gestão e administração. O outro é o da comuna de Kiluanje, cerca de 15 quilómetros da vila, com uma capacidade para acolher 5 8 vendedores.

O administrador municipal do Golungo Alto, Cirilo Mateus, admitiu que com entrada em funcionamento do mercado haverá maior e melhor aproveitamento do excedente de produção agrícola a nível da região.

O soba grande de Kiluanje, João Carlos, assegurou que com o mercado a população vai deixar de percorrer vários quilómetros em busca de um local adequado para a venda dos seus mantimentos. Ainda no Golungo Alto, o governador Henrique Júnior fez a entrega de seis cooperativas de moto táxis, compostas por cinco elementos cada, igual número de motorizadas do estilo triciclo, com o objectivo de fomentar o auto-emprego e ajudar o escoamento dos produtos do campo.

O mercado de Cambambe possui duas naves com 204 lugares, construídos durante a primeira fase.

O administrador municipal de Cambambe, Francisco

Diogo, disse que a fase posterior vai abarcar mais duas naves, com igual número de vendedores, perfazendo uma área ocupada de mil metro quadrado, dois armazéns, zona administrativa, 36

quiosques, quatro câmaras frigoríficas e um parque de estacionamento com espaço para 100 viaturas.

A energia eléctrica está igualmente acautelada, com a instalação de um transformador de 630 KVA, instalada a cerca de 100 metros do local.

O governador frisou que a construção dos referidos imóveis consta das políticas do Executivo, tendentes à diversificação da economia nacional, fomento do auto-emprego, mormente no que toca à arrecadação de receitas fiscais para os cofres do Estado. Henrique Júnior apelou às populações beneficiadas no sentido de trabalharem com dedicação e afinco, com vista o aumento da produção e a ajudar o governo a ultrapassar as dificuldades da crise económica, criando premissas para um país próspero.

3.8 Maianga avança no combate à anarquia

Jornal Agora

25 De Setembro de 2015

O administrador do distrito urbano da Mainga, em Luanda, entende que a sensibilização permanente da população é o caminho certo no combate à venda anárquica.

O retomo de algumas vendedoras aos mercados oficiais do distrito está a merecer uma atenção especial do edil distrital, Victor Ferreira, que orientou os seus colaboradores para sensibilizarem, de forma regular, as mulheres a ocuparem os espaços existentes.

A inquietação do responsável foi manifestada nesta quarta-feira no encontro que manteve com os administradores de bairros, tendo recordado que o diálogo deve ser permanente e só depois o exercício da autoridade, para a reposição da legalidade.

Victor Ferreira manifestou a sua indignação pela atitude de alguns fiscais que, sem sensibilização, atacam as vendedoras, exortando: "vamos primar pelo diálogo, em última estância, o recurso ao exercício da autoridade, mas, com ponderação e civismo".

Maianga conta com aproximadamente cinco mercados oficiais. A sua denominação histórica provém da existência de duas cacimbas (Maianga do Rei e Maianga do Povo).

Tem uma população na ordem de 852 mil e 571 habitantes, conforme o último censo da população e habitação do ano passado.

3.9 Tribunal do Kilamba Kiaxi condena sete vendedores ambulantes

Jornal Semanário Angolense

25 De Setembro de 2015

Sete cidadãos que comercializavam bens alimentares e outros produtos na via pública foram julgados e condenados pelo Tribunal do Kilamba Kiaxi, a penas de um mês de prisão por crime de desobediência às autoridades previsto e punível pelo Código Penal e na postura sobre venda ambulante. Os cidadãos Insuma Bondo, Alberto Joaquim, Luciana António, Sofia Afonso, Yanick Seque, Nela Alasse e Diantete Diambo foram também condenados ao pagamento de uma taxa de justiça mínima de três mil kwanzas ao defensor oficioso e tiveram a pena convertida em multa no valor de 1000 Kz por dia. Os cidadãos, apreendidos dois dias antes, foram submetidos a julgamento sumário, num processo dirigido pela juíza Maria da Mata. A acusação foi feita pela profissional do Ministério Público, Esperança Liberal e a defesa pelo advogado oficioso, Alberto Pedro. Segundo a juíza, os vendedores foram condenados a esta pena atendendo que são réus primários e confessos, que colaboraram com a justiça e pela sua condição económica e social. Maria da Mata considerou que a actividade destes comerciantes tem contribuindo para o incremento de focos de lixo e da delinquência nas ruas e bairros, além de dificultar a mobilidade de pessoas e o trânsito automóvel. Esclareceu que a presença dos réus ao tribunal serve para a prevenção especial dos mesmos no sentido de não voltarem a fazer a venda desordenada na rua e prevenir as comunidades e outros vendedores que continuam de forma desordeira na via pública para que se sintam coibidos de praticar estes actos. Ajuíza-aconselhou os réus a legalizarem a actividade de venda ambulante ou a comercializarem os produtos em locais apropriados como mercados e áreas indicadas pelas administrações ou feiras e a respeitarem os fiscais e agentes da Polícia Nacional que os proíbem de praticar estes actos. No acto de julgamento, os réus solicitaram espaço para venda em mercados e desculpam-se pelo crime que cometeram. Desde Maio, a administração e a Polícia local têm feito diligências e campanhas massivas para incentivar os cidadãos a recolher aos mercados e aconselhando sobre os perigos e desvantagens de vender na rua ou via pública.

3.10 Venda ambulante. Maianga avança no combate a anarquia

Jornal Agora

25 De Setembro de 2015

O administrador do distrito urbano da Maianga, em Luanda, entende que a sensibilização permanente da população e o caminho certo no combate a venda anárquica. O retorno de algumas vendedoras aos mercados oficiais do distrito está a merecer uma atenção especial do edil distrital, Victor Ferreira, que orientou os seus colaboradores para sensibilizarem, de forma regular, as mulheres a ocuparem os espaços existentes.

A inquietação do responsável foi manifestada nesta quarta-feira no encontro que manteve com os administradores de bairros, tendo recordado que o diálogo deve ser permanente e só depois o exercício da autoridade, para a reposição da legalidade.

Victor Ferreira manifestou a sua indignação pela atitude de alguns fiscais que, sem sensibilização, atacam as vendedoras, exortando: "vamos primar pelo dialogo, em ultima estancia, o recurso ao exercício da autoridade, mas, com ponderação e civismo", Maianga conta com aproximadamente cinco mercados oficiais. A sua denominação histórica prove da existência de duas cacimbas (Maianga do Rei e Maianga do Povo). Tem uma população na ordem de 852 mil e 571 habitantes, conforme o ultimo censo da população e habitação do ano passado.

3.11 Aconselhar as famílias contra a criminalidade

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2015

Texto: André Da Costa

Assaltos às residências, na via pública e furtos de bens diversos sob ameaça de arma de fogo são os crimes mais frequentes no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi. O medo impera e a população clama por mais segurança e tranquilidade. O caso é sério e exige medidas drásticas de combate à criminalidade e uma ampla campanha de sensibilização junto dos grupos delinquentes para acautelar actos ilícitos.

Foi a pensar nisso que a administração do distrito do Kilamba Kiaxi criou uma comissão de aconselhamento para a prevenção da criminalidade, da qual fazem parte os presidentes das comissões de moradores, responsáveis dos quarteirões e sectores, líderes de opinião, com apoio da Polícia Nacional.

O administrador distrital do Kilamba Kiaxi, Domingos João Lourenço, disse à reportagem do Jornal de Angola que a ideia é envolver as famílias dos supostos marginais nas campanhas de sensibilização e prevenção da criminalidade. "As famílias vão trabalhar na sensibilização dos jovens com vista à adopção de boas práticas que previnam a criminalidade", acrescentou Domingos João Lourenço, no cargo de administrador há três meses.

"Com isso estamos a ajudar a Polícia Nacional na recolha de informações para conter os assaltos", sublinhou o administrador distrital, acrescentando que a medida se deve ao facto de os delinquentes, em muitos casos, serem conhecidos das vítimas e poderem ser facilmente localizados.

Os integrantes da comissão têm a responsabilidade de aconselhar os jovens e as famílias sobre as consequências negativas resultantes da prática de actos criminosos e exortá-los a optarem uma conduta mais ordeira e cívica.

"Cada sector ou bairro vai contar com seis conselheiros, que vão abrir um canal de diálogo permanente com os supostos delinquentes no sentido de os sensibilizar para evitarem o roubo e o furto", frisou Domingos João Lourenço.

Os membros da comissão de aconselhamento, numa primeira fase, vão trabalhar com a comunidade, colocando em prática o plano que visa mentalizar os jovens, em colaboração com a Polícia Nacional. A monitorização das actividades é feita mensalmente com os administradores das comunas do Golfe, Palanca e Neves Bendinha e trimestralmente com o administrador do distrito para apresentação de relatórios de actividade, e propor medidas para ultrapassar a situação.

A Divisão de Polícia, esquadras e postos policiais e os presidentes das comissões de moradores receberam rádios de comunicação da Administração Distrital do Kilamba Kiaxi para facilitar os contactos na prevenção da criminalidade numa frequência única.

Domingos João Lourenço sublinhou que os presidentes das comissões de moradores de cada sector devem comunicar com a Polícia Nacional em caso de alteração da ordem e tranquilidade públicas.

Poluição sonora

Uma das preocupações que afligem a Administração Distrital do Kilamba Kiaxi é a poluição sonora que tem tirado o sossego de muitos moradores.

"Alguns jovens colocam aparelhos de som na via pública e tocam música com o volume muito alto, perturbando a tranquilidade dos munícipes", disse o administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, circunscção que possui 43. O 17 metros quadrados e uma população na ordem dos 900 mil habitantes, de acordo com os dados do Censo Geral da População e Habitação, e é composta por três comunas, Neves Bendinha, Palanca e Golfe.

Escolas

Domingos João Lourenço explicou à reportagem do Jornal de Angola que estão em construção centros de saúde, postos policiais e cinco escolas do primeiro ciclo, que vão beneficiar 450 crianças, e um Instituto Médio Politécnico, nas comunas do Golfe, Neves Bendinha e Palanca. No Palanca, acrescentou, estão em reabilitação e ampliação duas escolas do ensino primário e no Golfe está a ser construído um centro materno-infantil para atender 15 mil pacientes dos bairros Golfe e Havemos de Voltar. "Equipas de combate ao paludismo trabalham na prevenção da doença, mediante fumeção. Existe uma outra equipa que trabalha com a população na prevenção da cólera com a mobilização da população para a lavagem das mãos e distribuição de cloro para purificação da água", disse Domingos João Lourenço.

Estradas

As vias de comunicação do distrito estão a melhorar com a abertura de 80 por cento das estradas secundárias e terciárias. O Bairro Popular tem algumas vias em reabilitação para conferir maior comodidade na circulação automóvel. Está a ser construída a ponte do Balumuka que liga o Bairro Popular ao Distrito Urbano da Maianga. Domingos João Lourenço explicou que esta via ficou mais de vinte anos intransitável devido aos focos elevados de lixo. "Colocámos máquinas e homens no terreno. o que permitiu retirar mais de 100 camiões de lixo", disse o administrador distrital do Kilamba Kiaxi. O trabalho de reabilitação de estradas é extensivo aos bairros Palanca e Capolo com a abertura de algumas vias, à semelhança do que ocorreu na comuna do Golfe. O administrador distrital frisou que o distrito necessita de 50 pontes pequenas e já está aprovada a construção de 25 pontes junto de valas. Vão ser reabilitados a Casa da Juventude e o campo de futebol junto ao mercado dos Correios.

O distrito vai ter quatro postos de registo civil nas zonas dos Rastas, Aníbal Rocha e Balumuka, por serem locais com muitas pessoas sem documentação.

Venda ambulante

A administração distrital trabalha no sentido de acabar com a venda ambulante e tem aconselhado os vendedores para ocuparem as bancadas vazias nos mercados Sinha Moça, Catorze e Neves Bendinha. Mais de 30 vendedores ambulantes que insistiam em comercializar produtos na via pública foram julgados esta semana

pelo Tribunal do Kilamba Kiaxi e condenados a um mês de prisão convertidos em multa no valor de 30 mil kwanzas.

"A administração deseja que as roulettes funcionem apenas em locais indicados para evitar desordens", disse Domingos João Lourenço. As autoridades do Kilamba Kiaxi trabalham para manter a higiene do distrito, apesar de reconhecerem que as quatro operadoras que limpam o distrito são insuficientes. Os munícipes são sensibilizados a manterem a higiene nos locais públicos mediante a distribuição de cartilhas.

Energia

No domínio da energia eléctrica foram montados cinco Postos de Transformação no Sector Dez, para beneficiar mais de 500 famílias. "A administração distrital trabalha para levar energia eléctrica aos moradores do Bairro Aníbal Rocha que necessita numa primeira fase de cinco Postos de Transformação.

Enquanto se aguarda pela iluminação pública, a administração do distrito pretende que cada morador coloque uma lâmpada no portão em direcção à rua para permitir a sua iluminação", concluiu Domingos João Lourenço.

3.12 Cidadãos detidas por desobediência

Jornal de Angola
29 De Setembro de 2015

O Tribunal Municipal de Cacucaco julga esta semana 12 cidadãos acusados de terem cometido crime de desobediência às autoridades e venda em locais impróprios, disse ontem o subinspector Quintino

Ferreira, oficial de informação do Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional, quando apresentava o balanço das ocorrências registadas pela corporação no final de semana.

Quintino Ferreira informou que as 12 pessoas foram detidas na sequência da investigação de 30 crimes que

chegaram ao conhecimento da Polícia Nacional na província de Luanda.

Do rol de crimes constam uma tentativa de roubo, posse ilegal de arma de fogo, três homicídios, três casos de ofensa corporal, oito roubos e 11 furtos, disse o subinspector, acrescentando que foram recuperados cinco viaturas, nove armas de fogo e vinte motorizadas. No sector da segurança rodoviária, a Polícia Nacional registou vinte acidentes de viação, com dez mortes e 30 feridos, aplicou 320 multas por diversas infracções ao Código de Estrada e apreendeu cinco viaturas e 350 motorizadas.

A Polícia Nacional tem reforçado o patrulhamento na província de Luanda, sobretudo nas áreas consideradas críticas pela corporação. O reforço do sentimento de segurança nas comunidades anima a população a participar no processo de policiamento de proximidade, o que tem levado à detenção de marginais considerados pela Polícia Nacional "altamente perigosos". A Polícia reconhece que a participação da população com denúncias facilita em grande medida o trabalho de investigação de crimes que chegam ao conhecimento corporação.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 CM 'examina' Conta Geral do Estado de 2014 e Plano de Caixa de Agosto

Jornal Agora

18 De Setembro de 2015

O encontro orientado nesta quarta-feira, na Cidade Alta, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, apreciou o Relatório de Balanço da Conta Geral do Estado de 2014, que tem a ver com os fluxos orçamental, financeiro e patrimonial.

Trata-se da II^o Reunião Ordinária Conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros (CM) que, segundo fonte do Agora, reflecte sobre as demonstrações financeiras referentes às contas dos serviços da administração central e local do Estado, dos institutos públicos e fundos autónomos, da segurança social e dos órgãos de soberania.

Ao longo da mesma reunião, foram, igualmente, objectos de apreciação o balanço do Plano de Caixa de Agosto último, as propostas de programação financeira do Tesouro Nacional para o IV trimestre e do Plano de Caixa para Outubro de 2015.

O Programa de Potenciação da Receita Fiscal, que tem por objectivo ampliar a base tributária e melhorar a eficácia dos processos de fiscalização e cobrança, com a finalidade de se continuar a aumentar a arrecadação de receitas não-petrolíferas, também foi objecto de análise das comissões que, de igual modo, avaliaram as propostas de diplomas legais para a formalização dos Actos de Liquidação de Empresas do Sector Empresarial Público, visando regularizar a situação das empresas públicas inoperantes e em situação de falência, segundo o referido documento. Estão nesta condição (inoperantes ou tecnicamente falidas) perto de 47 unidades económicas estatais, conforme o discurso oficial.

PRIMEIRA ABORDAGEM. O CM procedeu, igualmente, à primeira abordagem dos projectos de Decretos Presidenciais que aprovam os Regimes das Provisões, Reintegrações e Amortizações dos Bens do Activo Imobilizado, com vista a adequá-los ao Código do Imposto Industrial.

Foram, ao mesmo tempo, objectos de apreciação o Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre a Convergência Macroeconómica da SADC, que contém propostas sobre a operacionalidade do processo gradual de integração financeira, e a melhoria do clima de investimentos entre os Estados Membros da Comunidade.

Na reunião, aprovou-se a criação de um grupo de trabalho que terá por incumbência estudar as bases de cooperação entre o Governo de Angola e a Comissão Económica para África (UN-ECA).

Por último, os grupos de trabalho tomaram conhecimento da informação sobre a implementação do processo de desburocratização e a melhoria do ambiente de negócios no País.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Administradores municipais formados em gestão pública

Jornal de Angola

01 De Setembro de 2015

Texto: Marcelo Manuel

Administradores municipais e outros gestores públicos de diversas unidades orçamentais do Cuanza Norte estão mais capacitados em matérias ligadas a impostos, consciência da cidadania fiscal, cadastro e arrecadação de receitas, bem como receitas comunitárias, na sequência de um seminário sobre administração geral tributária.

O seminário realizou-se no fim de semana, no anfiteatro do Governo Provincial do Cuanza Norte, por iniciativa da Direcção Nacional da Administração Geral Tributária, com o propósito de consciencializar os cidadãos em relação aos benefícios dos impostos, estimular as actividades cívicas e aperfeiçoar a participação da população na melhoria da qualidade de vida, a par de transmitir conhecimentos para a boa gestão dos homens do Estado. De acordo com o responsável do de direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos, a par de estudar, promover, coordenar, executar e avaliar os programas, medidas e acções de políticas tributárias relativas a organização, gestão e aperfeiçoamento do sistema.

A sua criação tem por objectivo aumentar a eficácia do serviço prestado aos contribuintes e a arrecadação de receitas.

5.2 ONG “Caçam” Estatuto de utilidade pública

Jornal a Capital

05 De Setembro de 2015

Texto: Domingos Júnior

As ONG como a Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Development Workshop (DW), Opens Society, Observatório Político e Social de Angola (OPSA), a Organização Mãos Livres e a Organização Humanitária Internacional (OHI) são os principais organismos que não só criticam o processo que

conduz a aquisição do referido estatuto, como também desenham um quadro sombrio para aquelas associações que não estão directamente ligadas ao Estado angolano.

O novo quadro jurídico que regula a actividade e o funcionamento das Organizações Não Governamentais (ONG) que operam em Angola foi decretado Pelo Presidente da República com o objectivo de ajusta-lo ao actual panorama de desenvolvimento económico, social e jurídico-constitucional, de forma a assegurar e promover a sua participação afectiva no crescimento sustentável das comunidades beneficiárias.

O documento foi considerado imprescindível pelo Chefe de Estado, no sentido de melhorar os mecanismos e procedimentos e actuação das ONG, com vista a maximizar o seu desempenho e permitir uma política de cooperação harmoniosa entre o Executivo e estas Organizações bem como prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Desde a aquisição da personalidade jurídica as formas de funcionamento e financiamento há sempre um ou outro elemento que divide as ONG e o legislador. Estabelece, por exemplo, que as Organizações Não Governamentais, no início das suas actividades, devem comunicar ao Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda as Comunidades (IMPROCAC), a fonte ou fontes de financiamento e montantes disponibilizados. São Livres de adquirir qualquer tipo de financiamento para a prossecução dos seus programas, desde que não seja um pessoa singular ou colectiva envolvida ou sob investigação, em Angola ou no exterior do país, pela prática de crimes ou acções subjacentes.

Mas compete que o financiamento de qualquer entidade governamental de outro país a ONG nacional e internacional que opera em Angola deve ocorrer, obrigatoriamente, com base num acordo assinado entre os respectivos Estados. Se vier de outros organismos estrangeiros, não governamentais, a ONG nacionais ou internacionais que operam em Angola, devera ocorrer obrigatoriamente com base num acordo reduzido a escrito, sujeito a aprovação do IPROCAC. O não cumprimento destas disposições, constitui fundamento para a suspensão e extinção da organização, independentemente da responsabilidade civil ou criminal nos terrenos da lei.

O assunto mais discutido pelas ONG e a parte desta lei que diz que o Executivo pode estabelecer em diploma próprio o regime de financiamento das mesmas com recurso ao Orçamento Geral do Estado. O referido apoio se concretiza através de

ajuda técnica ou financeira, a estabelecer mediante um acordo ou contrato-programa e não limita o direito de livre associação, Noutra vertente, as que estiverem legalmente constituídas adquirem o estatuto de associações de utilidade pública, nos termos da legislação aplicável a matéria.

5.3 Um silencio e Graciano “Golpe de Estado”

Jornal a Capital

05 De Setembro de 2015

Texto: José Dos Santos

No próximo dia 15 do corrente mes, daqui a pouco mais de uma semana, Graciano Domingos. (GD) completara exacto um ano desde que foi nomeado Governador de Luanda. Se para o poder central, a indicação daquele jurista personificava uma tentativa de salvar a capital angolana já de si a carecer de uma terapia de choque ou de férias colectivas para os luandenses, habituados a lidar com este trocar das peças no xadrez da governação luandina, a entrada de um novo 'inquilino' ao Palácio da Mutamba conformava o mesmo chover no molhado de sempre. Ou seja, trocou-se a ordem das parcelas mas os resultados, esses, simplesmente não se alteraram.

O que isso quer dizer? Quer dizer tão-somente que o novo edil de Luanda trouxe uma mão cheia de nada. Mais do que isso: um ano depois, tudo o que se ouviu com a nomeação - quase apresentado como uma espécie de Messias para os periclitantes problemas com que se confronta Luanda revelaram-se verdadeiros fogos de artifícios.

Moral da historia: Graciano Domingos era só mais um, um simples mortal. Contrariamente ao que se pensava, a 'varinha mágica' que parecia trazer para resgatar Luanda do rosto remelento com que se apresenta diariamente era, no fundo no fundo, uma 'bengala' de que o mesmo precisara para suportar os muita trambolhões que significa governar Luanda.

Um ano depois e liquido aferir que a única coisa que mudou no Governo Provincial de Luanda (GPL) foi, sem duvidas, o rosto do principal inquilino. Isto e, deixou-se de ver a cara de um Bento Bento de muito ma memoria e em sua substituição emergiu, agora, um Graciano Domingos que, convenhamos, quando chegar 0 dia da sua 'morte governativas certamente não deixara saudades nenhuma - tal e o andar da carruagem. Em boa verdade, em um ano de governação pode-se dizer que muito dificilmente Graciano Domingos se livrara da mesma ma fama porque passaram praticamente todos aqueles que

anunciaram ao desafio de governar uma cidade que se apresenta bonita mediante aturado e inútil trabalho de maquilhagem que serve somente para esconder as muitas e profundas rugas que lhe sulcam o rosto.

Na verdade, o actual governador prometeu muito e esta a cumprir muito pouco. Na sua primeira declaração publica, após tomada de posse, prometeu entre muitas coisas a imposição de ordem na capital e dar continuidade ao programa do governo, apontado como prioridade a saude publica, a melhoria do saneamento básico, educação e a recolha de lixo. "Notamos que Luanda e um pouco afectada por alguma desordem e que e necessário encontrar, colectivamente, soluções entre a administração da cidade e os cidadãos", manifestou o 'número um' de Luanda, por altura da sua entrada em funções, o tempo, porem, tern tratado de demonstrar que as suas boas intenções não tem chegado para as encomendas. Para abertura das hostilidades, o governador provincial tem-se confrontado com aquele que e o verdadeiro tormento de todos aqueles que ousaram governar uma cidade de infindáveis problemas: o lixo.

A poucos dias de completar 12 meses a frente de Luanda e sintomático de que Graciano Domingos conforma bem a metáfora do peixe que morre pela boca. Curiosamente, as prioridades que apontou como sendo o objecto de luta do seu consulado se apresentam agora como elementos que mancham a sua governação. Isto e, as politicas por si traçadas conformam um veneno por si fabricado e que ele próprio acabou por tragar goela abaixo.

Nesta fase do campeonato, se não tanto, o principal ocupante do Palácio da Mutamba tem-se apresentado com a língua de fora e com uma respiração ofegante, em face do hercúleo exercício que se tern revelado o plano por si traçado para a recolha dos resíduos sólidos na capital do pais: um verdadeiro desastre na sua concepção e, mais ainda, na sua execução, mais a mais por as operadoras escolhidas a dedo para esta empreitada apresentarem-se, a partida, sem fôlego para Lidar com a actual realidade.

Resultado: Luanda regista há já algum tempo uma silenciosa e mal cheirosa invasão de resíduos sólidos em quase toda a sua dimensão, o lixo não e recolhido faz tempo nalgumas zonas e, mais do que isso, não se vislumbram sinas de recolha por parte das empresas responsáveis pelo trabalho da recolha, limpeza e saneamento básico. Essas (operadoras) tern lidado, alem das dificuldades de recolha, com os constantes e endémicos atrasos no pagamento pelo trabalho realizado e ainda com a gritante ausência de meios de trabalho. E, claro esta, com a assustadora presença do lixo as prioridades traçadas para o seu consulado

correm o sério risco de acabarem também com prometidos. Com lixo a abundar nas ruas sem um horizonte temporal para a recolha dos mesmos a saúde pública, o saneamento básico, a mobilidade e a educação acabarão totalmente ameaçadas, com todos os riscos disso advenientes para os cidadãos obrigados a lidar diariamente com este problema.

Definitivamente, o novo modelo de recolha de lixo e Limpeza de Luanda dá claras mostras de que mais tarde ou mais cedo vai falir. Tudo porque de um lado há uma gritante ausência de dinheiro por parte do Estado para pagar em tempo bom as empresas encarregues deste trabalho e, por outro lado, várias são as empresas para quem interessa a desorganização organizada que se assistia até então, porque acabavam por ganhar sempre mais. Alias, as reclamações de um e doutro lado são uma constata: se as autoridades queixam-se de ausência de idoneidade por parte das operadoras, essas não raramente reclamam da gritante falta de dinheiro para pagamento de salários dos seus trabalhadores e, mais do que isso, de verbas necessárias para aquisição de Maiores técnicos para fazer face as exigências do momento.

5.4 Luanda e Bengo com nova divisão político-administrativo

Jornal O País

25 De Setembro de 2015

O Conselho de Ministros apreciou nesta Quarta-feira, na capital do país, as Propostas de Lei de Alteração do Código do Registo Predial, que incluem a da divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo, em sessão orientada pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

O órgão colegial auxiliar do Presidente da República apreciou também as propostas de Lei da Delimitação dos Municípios da Província de Luanda e da alteração dos Limites Cenográficos do Município de Belas. O documento filmado da reunião refere que as propostas de leis apreciadas serão remetidas à Assembleia Nacional. Ainda no domínio do ordenamento do território, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto Presidencial que altera os Limites Geográficos da Cidade de Luanda.

O Decreto Presidencial cria as cidades de Cacucaco, Sequele, Cazenga, Viana, Belas, Talatona e do Kilamba Kiaxi, na província de Luanda, e estabelece o Regime Jurídico do respectivo Foral, bem como um outro Decreto Presidencial que aprova o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território 2015-2025.

No quadro da reforma tributária, aprovou dois Decretos Presidenciais, sendo um sobre o Regime das Provisões e outro sobre o Regime das Reintegrações e Amortizações do Activo Imobilizado de todas as sociedades e entidades sujeitas a imposto industrial e um outro que actualiza o quadro regulamentar e complementar do Código do Imposto Industrial.

Com vista a reactivar a rede nacional de agências dos correios, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Director de Recuperação e Rentabilização dos Correios de Angola para 2016 e 2017. Esse, dominei estão previstas várias acções em parceria publico-privadas que permitirão a mais rápida transformação das actuais estações postais em estações multinacionais modernas e ajustadas à demanda dos cidadãos deste tipo de serviços e doutros conexos.

O âmbito do processo de adequação da estrutura orgânica da Administração Indirecta do Estado à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou, nesta ocasião, os Estatutos Orgânicos da Cinemateca Nacional de Angola, do Instituto Nacional do Património Cultural e da Biblioteca Nacional.

O dormido do redimensionamento do sector empresarial publico, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas legais que extinguem varias empresas publicas paralisadas e estabelecem os procedimentos para a sua dissolução, liquidação do património e tratamento das questões relativas ao pessoal afecto as mesmas. Finalmente, o Conselho de Ministros reconheceu a "Fundação Piedoso" e a "Fundação Troufa Real - Ukuma", tendo assinado autorizado o exercício das suas convidadas em Angola.

5.5 Autoridades tradicionais parceiros do Executivo

Jornal a verdade

17 De Setembro de 2015

As autoridades tradicionais, em diversas localidades do país, têm desenvolvido um papel preponderante na resolução de conflitos, alguns deles de carácter criminal, nas aldeias e ombalas, auxiliando, desta forma, o Executivo na administração da Justiça.

No Huambo, o Rei Ekuikui V já teve resolvido alguns conflitos, relativos a venda de terrenos, roubo de bens e adultério, que lhe chegaram às mãos, através do diálogo entre as partes em desacordo, em conjunto com os sobas e séculos.

O Rei Ekuikui V disse que esta missão não constitui ingerência nas obrigações do Estado, mas um contributo que as autoridades tradicionais podem dar ao Executivo quando o assunto se revela menos grave.

Neste particular, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nas suas deslocações às diversas províncias, tem dedicado especial atenção às autoridades tradicionais, por serem as "vozes do povo" nas zonas mais recônditas de Angola.

À guisa de exemplo, o Chefe de Estado angolano aprovou um projecto para a construção de palácios nas diversas ombalas para a conferir maior dignidade aos reis e sobas. O primeiro edifício construído, serve de modelo para as restantes localidades.

O Bailundo, no Huambo, foi o município escolhido, em 2008, para o arranque desta inciativa presidencial.

5.6 Nós e os Orçamentos públicos

Novo Jornal

18 De Setembro de 2015

NOS ÚLTIMOS tempos, o acesso às informações relacionadas com o Orçamento Geral do Estado têm vindo a merecer uma crescente atenção a nível nacional. Pena é que ao nível provincial emunicipal, alguns governantes ainda não tenham aberto os seus orçamentos ao escrutínio público.

Num momento em que os discursos apelam à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e alertam para a necessidade de aumentar os níveis de monitorização e prestação de contas ao nível local, o lógico seria tornar acessíveis aos cidadãos que vivem numa determinada província e município, informações relacionadas com os respectivos orçamentos.

Ao não colocarem à disposição dos cidadãos informações financeiras credíveis, relevantes e adequadas, os governos provinciais e as administrações locais perdem a oportunidade de receber a necessária retro-alimentação dos cidadãos em relação às prioridades que estabelecem em termos do orçamento.

Estariam de facto as instâncias locais de governação interessadas em receber tal retro alimentação? Que riscos ou constrangimentos pode correr um governo provincial ou uma administração municipal, caso decida envolver os cidadãos interessados nos processos de discussão das prioridades que devem constar do orçamento local?

É certo que o envolvimento dos diferentes actores requer capacidades técnicas, mecanismos legais e ambiente institucional para o fazer. Mas não acredito que seja por falta destes pré-requisitos que ainda não conseguimos assegurar no mínimo, um maior nível de envolvimento dos cidadãos, muito menos não disponibilizar informações sobre os orçamentos.

De nada servem os apelos à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão ao nível local, onde o cidadão encontra barreiras e dificuldades para ter acesso aos dados que lhe permitam ter algum conhecimento sobre os orçamentos locais e a maneira como estão a ser geridos.

Experiências de outras partes do mundo demonstram que quando os governos a nível local envolvem os cidadãos nos processos de recolha de dados para o desenho das intervenções, na identificação das oportunidades, e nas escolhas das prioridades ao nível do orçamento, aumentam as probabilidades de serem bem sucedidos. Para quando ver estas experiências adaptadas ao nosso contexto e em curso no nosso país?

Existe algum governante que considere absurda qualquer ideia que vise identificar as necessidades e debilidades dos vários serviços públicos desde a perspectiva do usuário? Ou vamos escudar-nos na velha desculpa segundo a qual, envolver os cidadãos no processo de orçamento requer um ambiente político, legal e institucional que não somos capazes de criar neste momento?

Posso até compreender alguns dos desafios que teríamos de enfrentar para assegurar o engajamento do sector privado, da sociedade civil e de outros actores não estatais nos processos de elaboração e acompanhamento da execução dos orçamentos ao nível de uma determinada província ou município. O que não entendo são as justificações apontadas para não avançarmos nesta direcção...

Temos actualmente em Angola organizações da sociedade civil interessadas em trabalhar questões ligadas ao orçamento e a sua monitorização, temos no país instituições com capacidade para proporcionar às instituições responsáveis pela elaboração dos orçamentos, informações recolhidas junto dos cidadãos usuários dos diferentes serviços financiados por tais orçamentos.

Só não temos vontade política nem discernimento para tirar vantagens destas forças em favor de uma gestão mais participativa dos orçamentos provinciais e municipais. Nestes casos não sou adepto das teorias de conspiração nem acredito que haja alguma

intenção premeditada para que assim seja, mas atrevo-me a perguntar quem ganha com esta situação. Porque quem perde, até eu já sei, somos todos nós, milhares de cidadãos que habitam nas diferentes províncias e municípios deste país, os decisores públicos comprometidos com o desenvolvimento das localidades sob sua jurisdição, os empreendedores que conseguem ver claramente o que deveria ser feito e por quem, mas não têm voz nem vez para expressar as suas ideias. Alguém tem de pôr um fim a isto, a cidadania de certeza que vai agradecer!

5.7 Luanda e Bengo terão nova ordem Administrativa

Jornal Manchete

25 De Setembro de 2015

O Conselho de Ministros vai remeter, nos próximos dias, à Assembleia Nacional, as propostas de leis apreciadas na última sessão realizada quarta-feira, 23, na Cidade Alta, em Luanda, sob orientação do Presidente Eduardo dos Santos. De acordo com o comunicado final do encontro, o órgão colegial auxiliar do Presidente da República apreciou, na ocasião, as Propostas de Lei de Alteração do Código do Registo Predial, que incluem a da divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo. A reunião apreciou, igualmente, as propostas de Lei da Delimitação dos Municípios da Província de Luanda e da alteração dos Limites Geográficos do Município de Belas.

De acordo com o documento que temos vindo a citar, ainda no que o ordenamento do território diz respeito, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto Presidencial que altera os Limites Geográficos da Cidade de Luanda.

O Decreto Presidencial cria as cidades de Cacucaco, Sequele, Cazenga, Viana, Belas, Talatona e do Kilamba Kiaxi, na província de Luanda, e estabelece o Regime Jurídico do respectivo Foral, bem como um outro Decreto Presidencial que aprova o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território 2015-2025. No quadro da reforma tributária, aprovou dois Decretos Presidenciais, sendo um sobre o Regime das Provisões, e outro sobre o Regime das Reintegrações e Amortizações do Activo Imobilizado de todas as sociedades e entidades sujeitas a imposto industrial e um outro que actualiza o quadro regulamentar e complementar do Código do Imposto Industrial.

Com vista a reactivar a rede nacional de agências dos correios, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Director de Recuperação e Rentabilização dos

Correios de Angola para 2016 e 2017. Nesse domínio estão previstas várias acções em parceria público-privadas que permitirão a mais rápida transformação das actuais estações postais em estações multifuncionais modernas e ajustadas à demanda dos cidadãos deste tipo de serviços e doutros conexos.

No âmbito do processo de adequação da estrutura orgânica da Administração Indirecta do Estado à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou, nesta ocasião, os Estatutos Orgânicos da Cinemateca Nacional de Angola, do Instituto Nacional do Património Cultural e da Biblioteca Nacional.

No domínio do redimensionamento do sector empresarial público, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas legais que extinguem várias empresas públicas paralisadas e estabelecem os procedimentos para a sua dissolução, liquidação do património e tratamento das questões relativas ao pessoal afecto às mesmas.

Finalmente, o Conselho de Ministros reconheceu a "Fundação Piedoso" e a "Fundação Troufa Real-Ukuma", tendo assim autorizado o exercício das suas actividades em Angola.

5.8 Pretendem mais dinamismo do administrador

Jornal Grandes Notícias

25 De Setembro de 2015

Embora que o Fórum de Desenvolvimento do Kilamba Kiaxi destacou recentemente que o sistema de trabalho da nova direcção da Administração do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, considerando-o ideal e leal que promove o progresso.

Na mensagem lida no acto de celebração do 39º aniversário do Distrito, o Fórum considera que o sistema de trabalho da liderança do Kilamba Kiaxi é participativo e colegial, começando com as análises, planificação e implementação de acções sociais.

Segundo o Fórum, isto é o que os munícipes esperavam desde 2008 e acreditam que os objectivos do Conselho de Auscultação e Concertação Social serão concretizados.

A instituição agradece o administrador por usar o modelo de trabalho colegial, acrescentando que da festividades do patrono e do 39º aniversário do Distrito, que se comemorou na quinta-feira 17 foram comemoradas de forma colegial.

O Fórum de Desenvolvimento do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi é um órgão de concertação, consenso e de engajamento social, apartidário e autónomo, substanciado na política de incremento de um processo de diálogo permanente, intensivo e participativo para o bem-estar social e auto-suficiência das famílias locais. O Fórum existe desde 2001 em função da necessidade das comunidades em dialogar organizadamente com os órgãos da Administração do Poder Local.

Por sua vez, o administrador do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Domingos João Lourenço, reafirmou o compromisso de trabalhar para o desenvolvimento da circunscrição, contribuindo para que haja mais escolas, centros de saúde, esquadras polícias e áreas de lazer.

O administrador que falava no acto de celebração do Dia do Herói Nacional e do 39º aniversário do Distrito Urbano disse que a administração tem trabalhado com o povo e, está a repor o que diz respeito a ele no tocante também a energia e água, assim com em relação às vias.

Informou que o Distrito recebeu, este ano, mais três escolas e dois centros de saúde e, está em construção um centro materno infantil, três instituições de ensino e duas esquadras policiais e, não especificou os locais aonde estão a ser erguidas estes empreendimentos.

Adiantou que a administração também tem trabalhado para dar maior dignidade às áreas de lazer para jovens.

Em relação à terraplanagem, informou que estão a 70 por cento os trabalhos no distrito, sublinhando que o interior do Palanca já está totalmente transitável.

Mas o Jornal Grandes Notícias andou este fim-de-semana em algumas zonas do Distrito e, não foi está a informação que viu no terreno. Como exemplo é a estrada que dá acesso ao centro de emprego do Kilamba Kiaxi até ao estabelecimento comercial do Angalo, ainda não foi terraplanado é uma via importante para o escoamento do trânsito na zona e, o mesmo acontece com as áreas do Havemos de Voltar, na zona do conhecido mercado do Banga - Wé, a rua N e a O do Palanca também precisa de intervenção, tal como ainda não aconteceu na zona do mercado dos correios ou seja nas subzonas 6,7,8,9 e 10. Em relação a energia eléctrica, a moradora do bairro palanca Mariquinha Zombo disse que, todas as noites a partir das 18 horas, a END resolve cortar e, só restabelece por volta das O horas todos os dias e, ninguém sabe quais são as causas desta situação. Para ela pretendem mas acções do administrador e, só

falar mas fazer trabalhos concretos, como é o acesso as ruas terciárias que ainda não existe melhorias e, também tomar medidas para aqueles motoristas que persistem em estacionar nos passeios e também lavam os seus carros.

«O administrador está apenas a limpas as ruas e não estão a colocar qualquer terra ou mesmo brita. A outra preocupação, estão a colocar os montes de áreas nas ruas e, não estão a recolher e isto acontece mesmo nas proximidades da administração do Palanca», lamenta a moradora.

5.9 Porta-voz do Povo nas zonas mais recônditas

Jornal A Verdade

29 De Setembro de 2015

É um dado adquirido as autoridades tradicionais são aliadas principais do Executivo nas regiões onde os usos e costumes dos antepassados são ainda marcantes. Não há, diz-se, projecto que avance com naturalidade sem o aval de urn rei, soba ou século local.

Angola conta com essas figuras que, nas embalas e aldeias, trabalham na busca incessante pela melhoria das condições de vida das populações que controlam e na defesa das tradições. Tem razão quando afirmam que não estão contra a modernidade, mas a nossa história deve ser respeitada e preservada.

O país esta um verdadeiro canteiro de obras. A procura de terrenos em zonas recônditas para desenvolver projectos governamentais ou privados esta na ordem do dia. Muitas vezes, e necessário recorrer a desapropriação para materializar esses propósitos. Esta situação, em muitos casos, não e encarada com os bons olhos pela população,

E neste prisma de preservação e respeito pelos usos e costumes que o Executivo angolano tem na autoridade tradicional o principal aliado para a resolução dos conflitos que surgem, quando se trata de terrenos, por serem os porta-vozes das populações, sendo que a sua linguagem em idioma local toe-a mais facilmente a alma das pessoas e a mensagem e de imediato compreendida.

Neste particular, o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, tem reiterado, nas suas deslocções as demais provindas, o dialogo permanente com as autoridades tradicionais, que representam "parte da memória comum, das raízes seculares e das culturas que enriquecem a unidade que a Constituição traduz".

Há um dado importante a realçar: José Eduardo dos Santos arranja sempre espaço, na sua apertada agenda, para conversar com reis, sobas, séculos e outras entidades tradicionais, porque reconhece que só trabalhando unidos - Executivo e autoridades tradicionais o desenvolvimento chegara as zonas mais recônditas de Angola.

O jornal A Verdade esta a encetar contactos para efectuar uma série de reportagens junto das diversas autoridades tradicionais de modo a que os leitores tenham um maior conhecimento da importância destes na sociedade angolana.

As gerações vindouras tern de conhecer a fundo as origens da nossa identidade e história.

5.10 Província de Luanda ganha novas cidades

Jornal de Angola

24 De Setembro de 2015

O Conselho de Ministros deu ontem 'luz verde' a um conjunto de propostas de Lei sobre o ordenamento do território, com realce para a que altera a divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo e a que redefine os limites geográficos do município de Belas, de que resulta o reaparecimento do Kilamba Kiaxi como município.

Ainda no que se refere ao ordenamento do território, o Conselho de Ministros aprovou um decreto presidencial que altera os limites geográficos da cidade de Luanda e cria outras urbes, como a de Cacucaco e a de Sequele, no município de Cacucaco, a de Belas e a de Talatona, no município de Belas, e ainda as cidades do Cazenga, de Viana e Kilamba Kiaxi, nos territórios correspondentes aos respectivos municípios.

Em conferência de imprensa, após a reunião do Conselho de Ministros' que foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o ministro da Administração do Território explicou que o ressurgimento do município do Kilamba Kiaxi, a grande novidade do diploma, resulta de pedidos das próprias populações dessas áreas.

Bornito de Sousa esclareceu que a única questão é que quando for a altura de submeter o diploma à Assembleia Nacional, vai ser necessária uma consulta pública de modo a encontrar uma denominação que evite qualquer tipo de confusão com a cidade do Kilamba.

Quanto ao Decreto Presidencial que aprova o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território

20 15-2025, outro dos diplomas aprovados ontem, Bornito de Sousa disse tratar-se de um instrumento fundamental que visa estruturar os mecanismos de funcionamento dos órgãos centrais, em relação à actividade da administração local e, no futuro, das autarquias locais, isso numa perspectiva vertical.

O Conselho de Ministros aprovou ainda uma proposta de Lei de alteração ao Código de Registo Predial, o qual passa a acolher o registo de propriedade de imóvel adquirido através de renda resolúvel e dos actos autorizados de operações de loteamentos de terrenos.

"O Código de Registo Predial não previa o registo da propriedade nessas situações em que, mediante contrato, o cidadão paga as suas rendas e no fim do prazo torna-se proprietário do imóvel", explicou Bornito de Sousa. Outro documento em destaque na sessão de ontem do Conselho de Ministros foi a proposta de Revisão da Lei da Contratação Pública.

Na proposta, além de definir um novo regime jurídico para formulação, negociação e execução dos contratos públicos, também altera a designação do diploma que passa a Lei dos Contratos Públicos.

A futura Lei dos Contratos Públicos propõe-se modernizar e simplificar os procedimentos de contratação pública, incorporando também o regime de execução dos contratos referentes a empreitadas, bens e serviços. O novo regime jurídico proporciona também aos operadores públicos e privados um ambiente que toma mais fácil e uniforme a contratação pública, assegurando a prevalência dos princípios da prossecução do interesse público, da igualdade, da concorrência, da transparência, da eficiência e da eficácia.

Durante a sessão, foi aprovado o plano director de recuperação e rentabilização dos Correios de Angola para 20 16 e 20 17, que o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, considerou crucial para o impulso que se pretende no processo de relançamento da actividade, com uma série de novos serviços, e, o que é de assinalar, com a inclusão do sector privado.

"O serviço de Correios dispõe de uma rede que toca praticamente todas as sedes provinciais, municipais e vilas, onde podemos encontrar pelo menos uma estação de Correios", referiu o ministro, sublinhando ser propósito do seu pelouro, "transformar a Empresa de Correios de Angola numa plataforma logística em que os usuários possam ter os serviços tradicionais e aceder a tecnologias de informação e de comunicação".

O plano prevê várias acções em regime de parceria público-privada que vão ajudar a tomar as actuais estações postais em estações multifuncionais modernas e ajustadas às demandas dos cidadãos deste tipo de serviços e de outros conexos.

No âmbito do processo de adequação da estrutura orgânica da Administração Indirecta do Estado à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou os estatutos orgânicos da Cinemateca nacional de Angola, do Instituto Nacional do Património Cultural e da Biblioteca nacional.

No domínio do redimensionamento do sector empresarial público, foram aprovados vários diplomas legais que extinguem as empresas públicas paralisadas e estabelecem os procedimentos para a sua dissolução, liquidação do património e tratamento das questões relativas ao pessoal afecto às mesmas.

O Conselho de Ministros reconheceu a "Fundação Piedoso" e a "Fundação Troufa Real-Ukuma", tendo assim autorizado o exercício das suas actividades em Angola.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Requalificação dos musseques

Jornal de Angola
22 De Setembro de 2015

"A requalificação dos musseques é uma promessa do Chefe do Executivo no que concerne à sua reconstrução. Em Luanda, temos zonas suburbanas degradadas sem o mínimo de condições de habitabilidade. Isso significa que há ausência de dignidade para as pessoas viverem nesses lugares. É um acto de coragem e determinação, porque não é fácil transformar um musseque em zona urbana". São palavras do vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, onde a obra de requalificação, que já tem frutos visíveis em muitos bairros, constitui provavelmente o terceiro maior desafio dos angolanos, a seguir à Independência Nacional e ao alcance da paz.

Trata-se de um desafio que envolve todo o país na medida em que, devido à guerra, as cidades capitais das 18 províncias registaram fluxos inumeráveis de famílias e, às vezes, de aldeias inteiras. O destino era sempre os centros urbanos, sedes de municípios, ali onde era possível contar com a segurança e protecção da Administração do Estado. As populações fugiam da guerra, e nas sedes das capitais provinciais encontravam segurança e tranquilidade. Ao lado deste êxodo surgia a expansão de um fenómeno antigo, mas revestido de uma nova roupagem cuja marca foram e continuam a ser em muitas cidades as construções anárquicas. Urge parar com o processo de nascimento de novos bairros suburbanos, numa altura

em que deixou de existir o desespero e o imediatismo que levaram numerosos compatriotas a não olhar a meios e espaços para erguer o seu abrigo.

As administrações municipais, comunais, os coordenadores de bairro e as famílias em geral devem acompanhar os esforços do Executivo que, como referiu o segundo responsável da comissão que administra a cidade capital, visam proporcionar dignidade às famílias. E não se trata de mera retórica porque o processo de requalificação e reassentamento das famílias, em muitos bairros, já conhece frutos e resultados.

As condições dignas para as famílias começam com um tecto erguido numa zona em que se regista a presença de factores mínimos de habitabilidade, tais como água potável, energia e saneamento.

O processo de requalificação dos bairros constitui um desafio que precisa de ser apoiado por todos em vez de encontrar os entraves que ainda notamos, sobretudo nos processos de reassentamento das populações. Numerosas dificuldades decorrem de vários factores que precisam de ser corrigidos, tais como mais e melhor informação sobre o processo junto das famílias beneficiadas. Na visita de campo efectuada pelo Presidente da República às obras de requalificação no distrito do Sambizanga, o Titular do Poder Executivo reafirmou a necessidade de as famílias serem devidamente informadas sobre o processo de construção para beneficiar as famílias. É preciso que continue esta modalidade em que as famílias sejam devidamente esclarecidas sobre as obras e as modalidades de reassentamento, bem como procedimentos futuros para o eventual regresso, como explicou António Fiel "Didi". O vazio de informação e esclarecimentos, além de gerar mal-estar no seio das populações, tende a ser aproveitado por oportunistas que atrapalham os esforços empreendidos pelos responsáveis. O processo de requalificação não é novo em Angola e boa parte dos países que viveram situações de êxodo rural conheceram uma considerável concentração de famílias junto dos espaços urbanos, dando origem a guetos e bairros de construções precárias.

Obviamente, que cada país adopta a estratégia e procedimentos que melhor se adequem às suas necessidades e aos objectivos que pretende.

Dar dignidade às famílias é o objectivo prioritário das instituições do Estado, numa altura em que numerosos exemplos constituem sinais evidentes de que é possível inverter o quadro. As iniciativas que estiveram por detrás da construção de modelos habitacionais e residenciais no Panguila e no Zango, apenas para exemplificar, permitem concluir que é possível erradicar os musseques ao redor das cidades de Angola.

E as famílias precisam de continuar a ser sensibilizadas sobre os ganhos resultantes de um novo começo numa área nova, com casa nova e condições de habitabilidades também novas. Vale a pena ponderar sobre os ganhos e vantagens que resultam das mudanças que decorrem do processo de requalificação, embora sejam compreensíveis os constrangimentos e reclamações das famílias. Para António Fiel "Didi", muitas reclamações não se justificam na medida em que, como exemplificou: "O Zango é uma zona boa para se viver. Há energia eléctrica, água, hospital e escolas. É um lugar bom. Não consigo compreender o porquê de estarem renitentes em sair do Sambizanga, onde vivem em condições precárias e em situação de risco. Há pessoas que viviam em casas de chapa e o Estado

deu-lhes uma casa com condições, mas, mesmo assim, querem permanecer nas zonas de risco."

É possível continuar o processo de requalificação, independentemente dos constrangimentos encontrados, atendendo ao lado positivo que envolve a experiência que estamos a testemunhar.

6.2 MPLA encoraja o Executivo a reforçar combate a pobreza e construção de casas

Jornal de Angola
02 De Setembro de 2015

Reunido ontem em sessão ordinária, sob orientação do líder do partido, José Eduardo dos Santos, o órgão de cúpula do MPLA apreciou o Memorando sobre a Revisão da Programação Macroeconómica Executiva para o ano de 2015 e o Plano Operacional para as Linhas de Crédito da China.

Em relação a vida interna do partido da maioria, o Bureau Político do Comité Central apreciou o Plano de Realização do Primeiro Encontro Nacional de Quadros do MPLA, a ter lugar no próximo mês de Outubro. A iniciativa tem por objectivo promover uma profunda reflexão sobre a política de quadros no contexto actual do desenvolvimento de Angola, abordando aspectos inerentes a sua valorização e reconhecimento.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA apreciou igualmente os projectos de regulamentos sobre a avaliação de desempenho, sobre a nomenclatura de cargos e sobre a Reserva de Quadros do Partido.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA apreciou as resoluções do Comité Nacional da OMA, sobre o princípio da renovação e continuidade nos seus órgãos e organismos e sobre a composição numérica das suas estruturas no quadro do processo orgânico do VI Congresso desta organização feminina do partido, que vai decorrer de dois a cinco de Março do próximo ano. Na mesma reunião foi aprovada a logo marca do VII Congresso Ordinário do MPLA, a realizar-se de 17 a 20 de Agosto do próximo ano, sob o lema "MPLA Com Apoio do Povo Rumo a Vitória".

O VII Congresso do MPLA foi convocado no passado mês de Julho, durante a terceira sessão extraordinária do Comité Central, que aprovou

também a Metodologia Geral de Preparação e realização do conclave, bem como o Regimento da Comissão Nacional Preparatória, a Composição da Comissão Nacional Preparatória e Plano de Marketing Político.

Na ocasião, o líder do partido falou da importância de uma "profunda reflexão" sobre a selecção de candidatos aos cargos de direcção e a sua posterior eleição, incluindo ao cargo de presidente do partido e ao de candidato a eleição para Presidente da República.

6.3 Docente Universitário fala do estado real do continente

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015
Texto: *Escrivão José*

Chamado a dissertar sobre o tema: "Mandombe a Arte do Renascimento Africano Modernos, o docente salientou que Simon Kimbango e muito esquecido, e nos devíamos lembrar sempre esta figura histórica porque é o pai do renascimento africano e das independentes no continente. O palestrante sustentou a afirmação, dizendo que, Simon Kimbango organizou o processo de desencadear a luta armada contra o colonialismo, não existia mais nenhuma resistência, trinta anos depois da sua luta, e que começou a surgir a energia aos políticos para solicitarem as independências.

Ditombokel, alertou, que é preciso que a África presta atenção a este líder, porque em algumas Universidades do continente americana, há pesquisas sobre a personalidade e profecias de Simon Kimbango, e infelizmente os nossos dirigentes africanos não o prestam maior atenção e consequentemente o ganho que se vai ter sobre aquela personalidade, e o declínio na letargia do esquecimento.

«Em África existe políticos, que também se inspiraram ao Simon Kimbango, e portanto, é preciso que reconheçamos os líderes das independências africanas, para sabermos qual foi a filosofia, e o que temos que fazer para contextualizar o desafio que nos temos», salientou o docente.

Ditombokel, disse, ainda que, «o Renascimento Africano, não vai esperar os líderes africanos reconhecer, porque é um processo que já arrancou e os investigadores de dores e que vão continuar a informar para convencer os políticos a aderir a este movimento, porque é o único caminho, que nos pode

levar ao desenvolvimento do continente», acrescentou.

O docente acrescentou ainda que esta é uma responsabilidade, dos Kimbanguistas e investigador independente, para poder consciencializar os políticos a prestar atenção a filosofia de Simon Kimbango, porque é no pensamento dele onde está a ciência da governação política do continente e do desenvolvimento espiritual do africano, afirmou.

Ao longo da sua explanação, Ditombokel, verbalizou que a África sofre dois problemas, a pobreza extrema e a opressão, esses actuam directamente na alma dos africanos, e devem ser factores de estudos para a resolução dos mesmos. O docente ampliou que, para podermos sair deste mal que enferma a África, e preciso passarmos no processo do renascimento que já começou desde 1921.

O docente Universitário, fez uma tipologia da sociedade africana, os tradicionalistas, que não têm nenhuma intenção de repensar e inovar a nossa cultura, os assimilados, que pensam, que a evolução de África deve basear-se no modelo ocidental; e temos os renascidos, que estão enquadrado na filosofia do Simon Kimbango e isso que temos no continente, afirmou.

«Não há desenvolvimento de uma sociedade, quando nos distanciamos das línguas maternas, para isso governo angolano deve investir mais como já está a fazer, ao implementar, que os cultos nas igrejas angolanas devem ser veiculados em línguas nacionais», rebateu Ditombokel Luguani Lei Gomes.

6.4 Imobiliário Genea Angola vai diversificar actuação

Jornal Economia e Finanças
4 De Setembro de 2015

Para assinalar o seu décimo aniversário, a GeneaAngola, empresa do sector imobiliário e construção civil, vai lançar no próximo ano novos projectos nas áreas da agricultura, hotelaria, serviços e bens de consumo.

Segundo o director-geral da empresa, Leandro Ang, em comunicado divulgado à imprensa, estes projectos serão lançados no próximo ano e têm como objectivo diversificar a actividade da empresa, como forma de garantir a sustentabilidade e contribuir para o desenvolvimento do mercado interno.

Desde a sua implementação, a empresa já construiu mais de 900 unidades habitacionais e comerciais em Luanda, concretamente no município de Viana, No

seu portefólio destacam-se os projectos Ginga Renata, Residencial Ginga, Ginga Shopping, Residencial Ginga Cristina, Residencial América Plaza e o Vitória Office Viana.

"As últimas crises por que passamos em Angola mostraram-nos que não podemos estar expostos a apenas um tipo de indústria, por isso decidimos expandir o nosso negócio com uma nova estratégia em 2016", afirma Leandro Ang.

No entanto, o gestor garante que o grupo continuará a sua aposta no mercado da construção civil, embora mais virado para a produção de material para o sector e outras áreas de negócios.

"Achamos que o mais bem feito é mais importante do que o mais bem falado. Os nossos projectos mostram a solidez da nossa empresa. Apesar de alguns percalços, nunca falhamos nas entregas dos projectos, nunca deixamos de honrar os nossos compromissos com os nossos clientes, o que nos tem dado a credibilidade e a confiança do mercado", sustenta Leandro Ang.

Para o gestor, todo o crescimento da empresa, em Angola, é resultado de uma aposta em recursos humanos locais assente no desenvolvimento contínuo das competências técnicas e humanas dos seus colaboradores.

"O sucesso do grupo depende dos níveis de qualificação e formação dos seus colaboradores. Por esse motivo, todos os colaboradores da Genea Angola são incentivados a desenvolver novas competências e níveis de formação capazes de dar-lhes novas capacidades em novas tarefas e funções", fundamenta Leandro Ang.

Dando cumprimento aos objectivos estratégicos da empresa, concluiu o responsável, é fundamental a criação de programas de formação contínua para todos os colaboradores, realçando que lhes permite assim construir cada vez mais fortes alicerces para o sucesso da nossa actividade.

Com um volume de negócios avaliado em cerca de 400 milhões de dólares, a Génea Angola lançou, em 2012, a Cimenfort, fábrica de cimento instalada na Catumbela, com capacidade para produzir um milhão de toneladas por ano.

Sobre a Genea Angola Criada em 1982, a empresa especializada em construção civil e promoção imobiliária está no mercado angolano desde 2005 e actua em vários países africanos e asiáticos.

Actualmente, possui cerca de 200 postos de emprego directos, com um volume de negócios estimado em 400 milhões de dólares.

No seu portefólio de projectos destacam-se cerca de 900 unidades de empreendimentos comerciais e habitacionais, bem como o seu grande contributo para o desenvolvimento do plano urbano de Viana.

6.5 Novo código entra vigor

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

O diploma, aprovado pela Assembleia Nacional, em Abril, substituiu a Lei dos Valores Mobiliários (Lei 22/05, de 23 de Setembro) e completa o quadro legal básico do Mercado de Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados. A publicação do CodVM, em harmonia com a nova Lei de Bases das Instituições Financeiras (Lei 12/15), em vigor desde 17 de Junho de 2015, insere-se na reforma do sistema jurídico-financeiro nacional.

Ao longo dos seus 484 artigos, o novo CodVM clarifica conceitos de valores mobiliários; define os serviços e actividades de investimento; estabelece o quadro exaustivo de negociação de instrumentos financeiros em mercados regulamentados de bolsa e de balcão; cria um regime substantivo e processual sobre as contravenções; ao mesmo tempo tipifica o crime de desobediência; o ajuste das medidas abstractas das penas aplicáveis aos crimes de manipulação do mercado e abuso de informação privilegiada; além de outras matérias do Mercado de Capitais, ferramenta essencial para garantir a segurança jurídica e a legítima confiança de emitentes e investidores.

O CodVM preenche importante requisito para a adesão plena de Angola à Organização Internacional das Comissões de Capitais.

6.6 Origem do nome bairro dos queimados

Jornal a Capital

05 De Setembro de 2015

Fernandes Joaquim, 56 anos, e um dos mais antigos moradores do bairro dos Queimados são 14 anos passados, o que lhe deu o mérito de ser um dos responsáveis da comunidade.

Contou que nos tempos idos, o bairro pertencia a senhoras camponesas que cultivavam no local. Entretanto, com o crescimento da urbanização, por duas vezes foram alvos de demolições. Segundo ele, o bairro foi apelidado de Queimados devido a dois incidentes que vitimaram cinco pessoas na mesma semana.

"Foi caso de uma casa onde se queimaram quatro crianças por conta de uma vela. Não havia meios para socorrer-las, porque no interior da casa havia munições. Na mesma semana uma senhora pegou em gasolina despejou no corpo e queimou-se. Foi quando nasceu o nome bairro dos Queimados", explicou.

"A única coisa de bom que temos aqui e a água potável. Consumimos água sem pagar, isso e o que nos de ramo, reconheceu o responsável, que contudo queixa-se da ocorrência de muitos assaltos, o que deixa a vida dos moradores algo insegura

"Há jovens que se dedicam ao roubo de motorizadas, roubam as senhoras quando estão de regresso dos seus Locais de trabalho", denunciou.

Para sustentar a família o tio Nando, como e carinhosamente tratado na comunidade, montou uma pequena bancada logo a entrada da sua residência, onde comercializa diversos produtos.

"Revendo as coisas aqui, ganho um pouco de dinheiro e a vila está indo", ilustrou.

6.7 Viver nos subúrbios das centralidades

Jornal a Capital

05 De Setembro de 2015-09-28

Texto: Manuel

A sombra da luxúria, bairros periféricos as grandes cidades não são novidade. O que pode haver e um grande contraste entre as duas formas de viver. Para se ter uma ideia desta realidade, a reportagem A Capital visitou alguns desses lugares.

Um deles chama-se Bita Cambeje e localiza-se nas cercanias da cidade do Kilamba. Outro e o bairro dos Queimados, próximo a urbanização Nova Vida. Isabel Francisco Dias, de 50 anos, reside no bairro dos Queimados desde 2004 com os seus seis filhos. Onze anos, na verdade e uma vida que, apesar ter contornos difíceis, permite-lhe estar lá viva e com os filhos.

A nossa reportagem ela retratou algumas dificuldades próprias para quem habita uma zona semi-rural.

Escolas, faltam para as crianças. O Mesmo que hospitais. O grande receio de quem vive aqui é as consequências das chuvas já que a época das mesmas se aproxima.

"O meu filho já me disse que não aguentava mais viver nestas condições", indicou Isabel Dias, que tem como sustento da família um pequeno negocio que faz a porta de sua casa. "Colocamos essa bancada na porta de casa para ver se ganhamos alguma coisa", finalizou.

Na zona há mais de dez anos, Kiala Victor, 31 anos, disse que vive em casa de chapas há bastante tempo. Improvisado como e o bairro, desde a sua existência, nunca foi contemplado com energia eléctrica.

"Não temos energia nem sequer algo social que nos ajuda", observou.

Tal como Isabel, Victor esta preocupado com o facto de a maior parte das crianças da comunidade estar fora do sistema de ensino. Pelo mesmo diapasão alinha Alfredo Joaquim Dinheiro, 32 anos, que escolheu aquele lugar para morar já lá vão cinco anos. Mecânico, sua grande preocupação e a lixeira que esta nas proximidades do bairro, uma vez que se tornou em fonte de muitos mosquitos.

Bitá Cambeje e o nome do subúrbio que fica para lá da centralidade do Kilamba. A vida daqueles munícipes foi narrada pela jovem Bernarda de Lemos Cardoso, 30 anos.

Há dois anos no local, queixa-se da falta de escola para as crianças, bem como de mercado. Precisam de andar muito para fazer compras ate de coisas simples. Contudo valeu o surgimento da centralidade, tendo em conta que, com ela, já podem socorrer-se de alguns serviços tais como hospitais. Quem o confirmou foi Bernarda Cardoso.

"Lá só atendem dez pessoas e, muitas vezes, não somos atendidos", registou. Para além da falta de água, energia e de um centro de saúde, Glória José, 22 anos, clama por uma escola para as crianças estudarem.

6.8 Prioridade à juventude na entrega de moradias

Jornal De Angola

8 De Setembro de 2015

Texto: Casimiro José

As administrações municipais da província do Cuanza Sul foram aconselhadas a cooperar com os Conselhos da Juventude para assegurar os 30 por

cento de prioridade na entrega de habitações sociais construídas no âmbito do programa dos 200 fogos em cada município.

A orientação resulta das recomendações saídas da terceira sessão ordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACs), orientada pelo governador do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, que foi informado sobre a conclusão das habitações construídas nos 12 municípios da província, que aguardam por apetrechamento e comercialização.

No encontro foi analisado também o andamento das obras de requalificação da cidade do Sumbe, a cargo da Odebrecht, tendo os membros do Conselho considerado oportunas as informações prestadas pelo responsável da empreitada. Durante o encontro foram apreciadas ainda as propostas de distribuição de terrenos às populações dos municípios do Sumbe e da Cela, e foi recomendado a continuidade do cadastramento das famílias que vivem em zonas de risco.

O projecto de gestão urbanístico, a cargo da empresa Horizonte Global, cujo objectivo é a melhoria das cidades e vilas, também mereceu a atenção dos membros do Conselho, além do programa comemorativo dos 40 anos da Independência Nacional.

O governador sublinhou que o efeito da baixa do preço do petróleo no mercado internacional remete a todos os habitantes da província a redobram os esforços na produção interna para à carência de alimentos. Eusébio de Brito referiu que a região possui enormes recursos hídricos e "solos aráveis que permitem alavancar a produção agro-pecuária.

6.9 Centralidade do bengo arranca em Outubro com 2 mil fogos habitacionais

Semanário Económico

10 De Setembro de 2015

Texto: Patrícia de Oliveira

A oferta a nível de residências no país tem aumentado nos últimos anos, com a construção de novas centralidades e 200 fogos habitacionais por cada município, uma iniciativa do Executivo cuja implementação esta a cargo do Ministério da Construção Urbanismo. "Em Outubro do ano em curso arrancam as obras para a primeira centralidade

da província do Bengo, o que vai garantir uma maior e melhor oferta habitacional, atraindo novos investidores e jovens recém-formados", considerou o governante. Segundo o vice-governador Domingos Guilherme, o projecto vai albergar duas áreas, nomeadamente, açucareira e as Mabubas a açucareira, em Caxito, serão construídas 1320 fogos. As residências terão a tipologia T-3 e vão receber 7600 habitantes.

Deste número, 174 serão vivendas T-3, 100 vivendas geminadas, 870 apartamentos com 120 m² e 193 apartamentos com 190m² em edifícios de 8 andares. Em relação a zona das Mabubas serão construídas 680 unidades que irão acomodar 4380 habitantes. Deste total, 180 são vivendas e 500 apartamentos, em edifícios de 4 andares.

"A conclusão da primeira fase na centralidade do Bengo esta prevista para 2016, ao passo que a segunda fica pronta em 2017. Tal como nas demais centralidades, a Imogestin e a empresa responsável pela Gestão", fez saber.

De acordo com Domingos Guilherme, nesta fase, trabalhos como a preparação do terreno e estudos de viabilidades estão a ser efectuados para que tudo corra como previsto. Importa referir que o programa de urbanismo e habitação está a contribuir para a melhoria das condições de vida da população. O plano nacional de desenvolvimento iniciado em 2013, o Executivo angolano definiu vários projectos estruturantes que visam debelar o défice habitacional que o país registava. Entre eles, destaca-se o subprograma de construção de 200 fogos habitacionais por cada município.

6.10 Residências no Cuanza Sul aguardam por apetrechamento

Semanário Económico

10 De Setembro de 2015

As residências construídas nos 12 municípios, província do Cuanza Sul aguardam por apetrechamento, visto que as redes técnicas, passeios e iluminação estão concluídas.

Em declarações a imprensa, o governador provincial, Eusébio de Brito Teixeira, adiantou que é necessário que as administrações municipais trabalhem com o Conselho da juventude no sentido de elaborarem um plano de distribuição de residências, cuja juventude tem direito a 30 por cento por cada município. A entrega de habitacoes sociais foi construída no âmbito dos 200 fogos em cada município. "A comercialização das residências vai permitir que

muitas famílias possam viver em condições condignas", disse o governador.

Salientou que as administrações municipais devem encarar este processo de forma seria, para que os funcionários públicos não sejam prejudicados. A Angop apurou que uma equipa do Governo local esta a trabalhar com a empresa que vai comercializar as residências para que as mesmas sejam vendidas a partir de Novembro.

6.11 Responsável anuncia arranque das obras de centralidades no Zaire

Semanário Económico

10 De Setembro de 2015

A vice-governadora do Zaire para os serviços técnicos e infra estruturas, Ângela Diogo, anunciou para Outubro o início da construção das centralidades habitacionais de Mbanza Congo e Soyo.

A governante fez este anúncio a imprensa após um encontro com uma comitiva da empresa IMOGESTI chefiada pelo seu presidente do Conselho de Administração, Rui Cruz, que se deslocou a província do Zaire. De acordo com a vice governadora, durante o encontro, orientado pelo governador, o se Joanes Andre, os membro do governo receberam garantias de que todas as condições estão criadas nos dois municípios para o inicio das empreitadas de mil casas sociais para Mbanza Congo e três mil para o Soyo.

"De acordo com aquilo que nos foi explicado, o projecto podera ser concluído antes do primeiro trimestre de 2017", disse. Sublinhou que, além das habitações, as centralidades contarão com outras infra-estruturas sociais, nomeadamente escolas, hospitais, Creches, centros comerciais, esquadras policiais.

6.12 Habitação. Bento Soito

Jornal Manchete

11 De Setembro de 2015

Rei poucos anos, as autoridades angolanas aprovaram a Lei da Probidade Pública, como instrumento de luta pela ética, moral e justiça na partilha da coisa publica. Apesar de não ser devidamente aplicada, esta lei e usada para o combate a corrupção, aos conflitos de interesses, nepotismo e outros males que atingem o bem publico.

No entanto, há dias, levantaram-se, em tomo do director do Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUCS), Bento

Soito, fortes suspeitas de que tem admitido pessoal na instituição que dirige, fazendo recurso a praticas que se assemelham ao nepotismo. Segundo a denúncia, dos 100 trabalhadores que este gabinete acolhe, pelo menos 10 funcionários foram identificados como familiares do director, ou com fortes ligações de parentescos ao mesmo. E caso para dizer que em Angola "os bons empregos são somente para quem tiver padrinho na cozinha".

6.13 Imogestim

Semanário Angolense

11 De Setembro de 2015

Quando o titular do Poder Executivo tomou a decisão de transferir a gestão dos projectos habitacionais do Estado da Sonip para a Imogestim, era no sentido de se evitar a festa gratuita que a primeira estava a promover, entre corrupção e outros vícios. Os funcionários daquela empresa estavam a enriquecer à custa de pessoas necessitadas, criando corredores para que de forma extra-institucional pudessem comercializar as casas. Mas, ao que tudo indica, a Imogestim também não é a instituição certa para o efeito, pela forma como tem vindo a dirigir o processo, desde a distribuição de residências por sector e a questão da idade.

6.14 Imogestin apresenta projecto no Zaire

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2015

Texto: Jaqueline Figueiredo

A empresa Imogestim apresentou quarta-feira ao Governo Provincial do Zaire um projecto para a construção de quatro mil fogos habitacionais nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, no âmbito do programa nacional de urbanismo e habitação do Executivo, em curso em todo o país.

O projecto prevê a construção de moradias do tipo T3, das quais três mil no município do Soyo e as restantes mil na capital da província do Zaire. Entre unifamiliares e geminadas e prédios de quatro andares, com 12 apartamentos, as habitações vão ser erguidas num espaço entre 110 a 120 metros quadrados cada.

A vice-governadora provincial do Zaire para área Técnica e Infra-estruturas, Angela Diogo, disse que a delegação da Imogestim avaliou os terrenos onde devem ser construídas as habitações.

O projecto é implementado em duas fases, sendo a primeira dividida em dois períodos, cujas obras iniciam no último trimestre deste ano, devendo terminar o segundo trimestre de 2017, com a conclusão de mil fogos habitacional em cada um dos municípios da província.

"Os projectos vão ser executados de forma faseada. Numa primeira fase, subdividida igualmente em dois períodos, serão construídos 200 fogos habitacionais em cada município e no segundo 600 moradias, passando as restantes três mil para a segunda fase", sublinhou.

Angela Diogo esclareceu que já foi definida a área para a construção dos mil fogos habitacionais em Mbanza Congo, um passo que considerou "importante" no âmbito do processo de requalificação em curso na cidade, por facilitar a implantação dos serviços de fornecimento de água, energia eléctrica e outros. No município do Soyo, os três mil fogos são erguidos na área de Kinganga Mavakala, uma zona contínua ao condomínio das 400 casas sociais. A vice-governadora para área Técnica e Infra-estrutura esclareceu ser ainda prematuro falar em empreiteiros, por o projecto estar ainda numa fase de discussão entre a imobiliária Imogestim e o Governo Provincial do Zaire.

"Ainda não podemos falar em concurso público para encontrar o construtor porque estamos num processo de apresentação do projecto, que deve ir a aprovação, mas só quando houver concordância entre as partes passar-se-á à execução física", acrescentou.

Implementação do projecto

O projecto contempla, igualmente, redes de fornecimento de água potável e energia eléctrica, redes de esgotos e de águas pluviais, comunicações, escolas, centro médicos, esquadras da Polícia, áreas comerciais, zonas de lazer, jardins de infância, unidades de bombeiros e outros equipamentos sociais.

A cerimónia de apresentação do projecto habitacional, que decorreu no Palácio Municipal da cidade do Soyo, foi assistida pelo governador provincial do Zaire, Joanes André, e pelo presidente da empresa Imogestim, Rui Cruz.

6.15 Imogestim cobra arrendamento de 2015 a partir de Outubro

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

A Imogestin - empresa responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas - vai retomar, em Outubro próximo, a cobrança das prestações de pagamentos mensais aos clientes que tenham adquirido habitações nas centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, em Luanda.

O pagamento vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, uma entidade criada a 25 de Agosto do ano em curso e gerida pela Imogestin.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, que falava no final da 2ª sessão extraordinária (conjunta) da Comissão Económica e da Comissão para Economia Real do Conselho de Ministros, os pagamentos a serem feitos em Outubro são referentes ao ano de 2015.

Quanto à prestação do ano de 2014, que está em falta, será deferida para mais um ano, no final do prazo total de pagamento. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar o ano de 2014, que está em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato".

Rui Cruz disse que haverá novidades no sistema de pagamento e que, em vez, de ser, unicamente, anual também terá a opção mensal.

Disse tratar-se de pagamentos que poderão ser realizados via multicaixa ou por transferência bancária. Após informar sobre a aprovação de mudanças nas regras de comercialização para a próxima fase de vendas, Rui Cruz referiu que os preços a praticar na segunda fase terão como base os que já foram efectuados nas centralidades do Sequele, Quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari.

Disse que os preços de base praticados na comercialização de casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo até 25 por cento.

No quadro da segunda fase do processo de venda de habitações nas centralidades do país, o gestor da Imogestin frisou que o sistema de renda resolúvel vai ficar para a função pública. De acordo o presidente da Imogestin, e no âmbito da renda resolúvel, previsto para a segunda fase, só os funcionários públicos que não tenham adquirido casas ao Estado é que serão elegíveis. O que quer dizer, prosseguiu, que os outros candidatos (da venda pública livre e da venda pública dirigida) vão ter o apoio do sistema bancário com taxa de juros bonificados. Informou que nas duas modalidades de venda (para público

dirigido e livre) 30% das casas devem ser destinadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Quer dizer que na quota de casas que couber à administração pública (central, local, ministérios e serviços) obrigatoriamente serão reservados 30 por cento aos jovens.

Rui Cruz destacou também o facto do sistema de venda pública ter sido dividido em dois grupos:

"O primeiro é o da venda pública dirigida (onde estão empresas públicas' privadas e institutos públicos), que terá a quota aprovada pelo Executivo' devendo as referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários".

"Não haverá mais o sistema de postos para as pessoas se inscreverem", salientou.

Na quota de 20 a 30 por cento (segundo grupo) destinada à venda livre, a comercialização deverá ser, primeiro' via Internet e só depois através de candidatura física.

Ressaltou o facto de não ter acesso à venda livre os trabalhadores cujas empresas aderirem à venda pública dirigida. Rui Cruz disse que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos projectos em curso em todo o país.

6.16 Imogestin cobra prestações em Outubro

Novo Jornal

11 De Setembro de 2015

AS PRESTAÇÕES dos clientes da Imogestin nas diversas centralidades começarão a ser pagas a partir de Outubro, anunciou a direcção da empresa.

Citando o presidente do Conselho de Administração, Rui Cruz, que falava aos jornalistas no final da reunião da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, a Angop anuncia que o processo abrange os clientes que tenham adquirido residências nas centralidades de Sequele, ao quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, todas situadas em Luanda.

De acordo com o responsável, os pagamentos são referentes ao presente ano, podendo ser efectuados mediante opções mensais ou na 'totalidade, por intermédio do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, instituído em Agosto deste ano, que está sob gestão da Imogestin.

Relativamente à prestação do ano de 2014, em falta, será alargada por um período de mais um ano, prazo para executar totalmente o referido pagamento.

"O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, pagará o ano de 2014, em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato", anunciou.

Os pagamentos poderão ser efectivados via multicaixa ou mediante transferência bancária.

Após informar sobre a aprovação de mudanças nas regras de comercialização para a próxima fase das vendas, Rui Cruz referiu que os preços a praticar na segunda fase terão como base os que já foram efectuados nas várias centralidades.

Notou que os preços de base praticados na comercialização das casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo de 25 por cento.

No quadro da segunda fase do processo de venda das habitações nas diferentes centralidades do País, o gestor observou ainda que o sistema de renda resolúvel beneficiará os trabalhadores da função pública.

Segundo o presidente da Imogestin e no âmbito ainda da renda resolúvel, prevista para a segunda fase, só os funcionários públicos que não tenham adquirido casas ao Estado é que serão elegíveis.

O que quer dizer, prosseguiu, que os outros candidatos (da venda pública livre e da venda pública dirigida) terão o apoio do sistema bancário com taxa de juros bonificada.

Informou que nas duas modalidades de venda (para público dirigido e livre) 30% das casas devem ser destinadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Quer dizer que na quota de casas que couber à administração pública (central, local, ministérios e serviços) obrigatoriamente será reservada uma percentagem de 30 por cento para os jovens.

Rui Cruz destacou também o facto do sistema de venda pública ter sido dividido em dois grupos.

"P primeiro é o da venda pública dirigida (onde estão empresas públicas, privadas e institutos públicos), que terão a quota aprovada pelo Executivo, devendo as referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários".

"Não haverá mais o sistema de postos para as pessoas se inscreverem", salientou.

Na quota de 20 a 30 por cento (segundo grupo) destinada à venda livre, a comercialização deverá ser, primeiro, via Internet e só depois através de candidatura física.

Destacou o facto de não terem acesso à venda livre os trabalhadores cujas empresas adiram à venda pública dirigida.

Rui Cruz disse que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos diferentes projectos em curso em todo o País.

6.17 Imogestin cobra arrendamento de 2015 a partir de Outubro

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Pedro Nicodemos

A Imogestin - empresa responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas vai retomar, em Outubro próximo, a cobrança das prestações de pagamentos mensais aos clientes que tenham adquirido habitações nas centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Mussequê Kapari, em Luanda.

O pagamento vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, uma entidade criada a 25 de Agosto do ano em curso e gerida pela Imogestin.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, que falava no final da 2ª sessão extraordinária (conjunta) da Comissão Económica e da Comissão para Economia Real do Conselho de Ministros, os pagamentos a serem feitos em Outubro são referentes ao ano de 2015.

Quanto à prestação do ano de 2014, que está em falta, será deferida para mais um ano, no final do prazo total de pagamento. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar o ano de 2014, que está em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato".

Rui Cruz disse que haverá novidades no sistema de pagamento e que, em vez, de ser, unicamente, anual também terá a opção mensal.

Disse tratar-se de pagamentos que poderão ser realizados via multicaixa ou por transferência bancária. Após informar sobre a aprovação de mudanças nas regras de comercialização para a próxima fase de vendas, Rui Cruz referiu que os preços a praticar na segunda fase terão como base os

que já foram efectuados nas centralidades do Sequele, Quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari.

Disse que os preços de base praticados na comercialização de casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo até 25 por cento.

O quadro da segunda fase do processo de venda de habitações nas centralidades do país, o gestor da Imogestim frisou que o sistema de renda resolúvel vai ficar para a função pública. De acordo o presidente da Imogestim, e no âmbito da renda resolúvel, previsto para a segunda fase, só os funcionários públicos que não tenham adquirido casas ao Estado é que serão elegíveis. O que quer dizer, prosseguiu, que os outros candidatos (da venda pública livre e da venda pública dirigida) vão ter o apoio do sistema bancário com taxa de juros bonificados. Informou que nas duas modalidades de venda (para público dirigido e livre) 30% das casas devem ser destinadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Quer dizer que na quota de casas que couber à administração pública (central, local, ministérios e serviços) obrigatoriamente serão reservados 30 por cento aos jovens.

Rui Cruz destacou também o facto do sistema de venda pública ter sido dividido em dois grupos.

"O primeiro é o da venda pública dirigida (onde estão empresas públicas' privadas e institutos públicos), que terá a quota aprovada pelo Executivo' devendo as referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários".

"Não haverá mais o sistema de postos para as pessoas se inscreverem", salientou.

Na quota de 20 a 30 por cento (segundo grupo) destinada à venda livre, a comercialização deverá ser, primeiro, via Internet e só depois através de candidatura física.

Ressaltou o facto de não ter acesso à venda livre os trabalhadores cujas empresas aderirem à venda pública dirigida. Rui Cruz disse que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos projectos em curso em todo o país.

6.18 Moradores voltam a pagar rendas em Outubro

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2015

Texto: Kumuênho Da Rosa

Os moradores das centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse ontem Rui Cruz, presidente do Conselho de Administração da Imogestim, entidade responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas.

Em declarações à imprensa, após participar na sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros, relatório de progresso dos projectos habitacionais do Estado sob a gestão da Imogestim, Rui Cruz revelou que o pagamento é feito a favor do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, publicado a 25 de Agosto último, sob gestão da Imogestim.

Os pagamentos são referentes ao ano de 2015, disse Rui Cruz, antes de esclarecer que a prestação referente ao ano de 2014, que não foi cobrada, é diferida para o ano inicialmente apazado para o termo do contrato. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta."

O responsável da Imogestim S.A. anunciou que foram tomadas medidas para facilitar o pagamento, mas também para reduzir o peso que representava ter de pagar um ano de renda. "Em vez da prestação única anual, os prornitentes-compradores vão poder pagar as suas prestações mensalmente e com o cartão multi-caixa ou por transferência bancária", disse.

Rui Cruz adiantou que na segunda fase de comercialização das habitações, dependendo da província em que estiver localizado, é feito um ajuste nos preços, tendo como base os que foram praticados nas centralidades do Sequele e, Quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari.

Ainda como novidade para a segunda fase, na venda de habitações nas centralidades, Rui Cruz fez saber que o regime de renda resolúvel fica adstrito a funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Para os outros interessados (da venda pública livre e da venda pública dirigida), o mecanismo será o sistema bancário com taxa de juros bonificados.

Quota da Juventude

Em ambas as modalidades de venda, 30 por cento das habitações vão estar reservadas a pessoas com menos de 40 anos de idade. Uma decisão que decorre da atenção dedicada pelo Executivo aos jovens.

Rui Cruz anunciou ainda o fim dos postos de venda e a definição de critérios para o sistema de venda pública em dois grupos: "O primeiro, para venda pública dirigida (onde estão empresas públicas, privadas e institutos públicos), que terá a quota aprovada pelo Executivo, cabendo às referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários, no segundo, com uma quota de 20 a 30 por cento para venda livre, primeiro através do portal na Internet e só depois através de candidatura física."

Estratégia em debate

Durante a sessão, além do balanço das actividades dos primeiros quatro meses, foi apresentada a estratégia para assegurar o financiamento e a sustentabilidade dos projectos sob gestão da Imogestin.

As Comissões foram informadas sobre os projectos em vias de conclusão em províncias como Benguela, Huíla, Namibe. No conjunto, são mais de 30 mil habitações e devem estar prontas até meados de 2016. Em relação aos constrangimentos detectados, em especial no capítulo de infra-estruturas externas, Rui Cruz fez saber que a Comissão recomendou que o assunto seja tratado pelos organismos competentes do Estado, sob coordenação do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil.

Participação da Banca Segundo Rui Cruz, foi discutida a necessidade de se dinamizar os projectos que ainda estão no papel, vindo a propósito a criação do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional, que vai mobilizar na banca nacional os recursos necessários para o desenvolvimento dos projectos. "Não será o Orçamento Geral do Estado, mas um sindicato bancário que, com garantia soberana emitida pelo Estado, vai financiar os projectos habitacionais para que possam arrancar com as obras os que ainda não iniciaram, isso em sete províncias, e concluir com os que já estão em desenvolvimento", referiu Rui Cruz.

As comissões foram também informadas sobre o programa GEODATA que tem por objectivo legalização e regularização do património habitacional do Estado, do cadastro urbano, dos projectos de fomento habitacional e da construção e apetrechamento das lojas de registo.

Novo Kimberlito

No âmbito da diversificação da economia, a produção de diamantes voltou a ser tema de abordagem na sessão conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros. Ontem, o destaque recaiu para o Projecto Luaxe, situado na província da Lunda Sul.

Foi apreciado um memorando sobre o Projecto Luaxe, que estabelece o formato empresarial para outorga da concessão e a realização dos investimentos necessários para a prospecção e exploração de Kimberlito, precisamente na zona de Luaxe, não muito distante de Catoca, que é até hoje o maior projecto diamantífero.

Com uma previsão de entrada em funcionamento nos próximos cinco anos, o projecto Luaxe vai explorar, segundo fonte da Endiama, o maior Kimberlito jamais descoberto em território angolano. O projecto vai garantir dois mil empregos directos e duplicar a produção nacional, que passa dos actuais oito milhões para 16 milhões de quilates por ano.

Plataformas logísticas

As comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros procederam à análise do Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Carregadores (CNC) e a Empresa Agility, que estabelece os termos de referência para a implementação do Acordo de Concessão e o modelo de construção e exploração de plataformas logísticas nas áreas de Massabi (Cabinda), Luvu (Zaire) e Santa Clara (Cunene).

Peça fundamental no processo de desenvolvimento do país, o projecto da Rede Nacional de Plataformas Logísticas tem por objectivo implementar um conjunto de infra-estruturas logísticas, de circuitos comerciais e uma rede de distribuição, possibilitando a realização de excedentes de produção e o abastecimento de todo o território em "inputs" produtivos e bens de consumo essenciais.

Com uma rede estruturada dessas infra-estruturas, o Governo angolano pretende ainda impulsionar a eliminação da fome e da pobreza, promover o desenvolvimento harmonioso do território e a valorização da posição geoestratégica de Angola, em particular no plano regional.

Em declarações à imprensa, após a reunião, o ministro dos Transportes, Augusto Tomás, destacou a importância do projecto, na medida em que as plataformas vão ser instaladas de modo a agregar valor e tirar proveito das infra-estruturas como portos, caminhos de ferro e aeroportos situados nos

eixos que atravessam os corredores de desenvolvimento do país.

O ministro também falou do regime jurídico da Rede Nacional de Plataformas Logísticas, cuja apreciação decorre da Lei de Autorização Legislativa aprovada em Julho passado pela Assembleia Nacional.

O diploma prevê a participação do sector privado, através da observância da legislação sobre o investimento público-privado. O ministro disse ser importante que resulte da própria lei regular as condições em que se vai processar ~ parceria entre o Estado e o sector privado, permitindo a partilha de riscos, conformando interesses privados e do Estado, em concessões que vão até 30 anos.

Mensagem de Ban Ki-moon

A reunião foi ainda informada sobre o conteúdo da Carta enviada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, referente ao processo de paz na RCA.

O Presidente José Eduardo dos Santos tem tido um papel crucial para o restabelecimento da paz e da segurança na RCA, através de iniciativas diplomáticas, de âmbito bilateral, regional e internacional, que promovem o diálogo e aproximação entre as partes.

6.19 Novas Habitações para munícipes da Chibia

Jornal A República
11 De Setembro de 2015

Em declarações, a administradora municipal da Chibia, Otilia Noloti Vianney, fez saber que as moradias estão concluídas desde o princípio do ano em curso, sendo que estipulou-se a sua entrega nas comemorações do Dia do primeiro Presidente da República de Angola António Agostinho Neto, pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge.

Erguidas numa área com 40 mil metros quadrados, as habitações contam com três quartos, uma sala comum, cozinha, dispensa, casas de banho e quintal, sendo que o valor da empreitada não foi revelado.

A cargo de uma empreiteira espanhola, as obras iniciaram em 2012 e contaram com uma mão-de-obra composta por dois técnicos expatriados e 14 angolanos. As moradias fazem parte da primeira fase de construção de um universo de 200 habitacionais do programa do Governo que prevê e esta quantidade de domicílios os em todos os municípios

do país, visando minimizar a carência de habitações funcionários e a juventude.

O município da Chibia situa-se a 42 quilómetros a sul do Lubango e possui uma população estimada em 181 mil 431 habitantes nas comunas de Jau, Quihita, Carpunda Cavilongo e sede.

6.20 Rendas no Kilamba começam a ser pagas em Outubro

Jornal A República
11 De Setembro de 2015

Os moradores da Centralidade do Kilamba vão começar a pagarem as rendas a partir do mês de Outubro do corrente ano. As informações foram prestadas pelo PCA da Imogestin Rui Cruz, a saída da Reunião da comissão económica, no palácio presidencial. Na reunião foi também aprovado o novo plano de construção comercial e financeiro de novos projectos que vão arrancar a partir de agora.

Rui Cruz diz que "as rendas das casas, referente ao ano de 2015 vão ser pagas a partir do mês de Outubro do corrente ano, mas por outro lado o ano de 2014 e eventualmente algum ano anterior em dívida, será prorrogado o prazo de pagamento por mais um ou dois anos, para que as pessoas possam pagar as rendas atrasadas, mas tudo isto vai ser definido num comunicado que vamos lançar em breve".

A nossa equipa soube que as vendas das casas para a próxima fase estão condicionadas pela conclusão dos trabalhos, construção de mais habitações e de infra-estruturas, mas que em Outubro começa as vendas nas cidades do Dundo, Cabinda e Huíla e no mês de Novembro em Benguela.

A comissão economia aprovou o novo plano comercial e a nova estratégia para esta segunda fase da renda ou propriedade resolúvel e vai ser somente aplicável a função pública mas só para aqueles que nunca compraram antes uma casa ao estado.

Os outros beneficiários de habitações sejam eles de empresas públicas ou privadas e ou para o público em geral vão ter um apoio do sistema bancário, segundo orientações da comissão economia, recomenda que o ministério das finanças faça as negociações com os bancos para a criação de uma taxa, de juros bonificados

6.21 Governo recua e constrói para sinistrados

Jornal A Capital
12 De Setembro de 2015
Texto: Marcos António

Governo de Benguela acaba de mudar a sua posição quanto ao realojamento das trezentas famílias que se encontravam no centro do Camuringue, arredores do Lobito, ao abraçar a etapa seguinte à instalação de alicerces na urbanização dos Cabrais, cedendo a pressões de cidadãos sem capacidade financeira.

Uma orientação baixada pelo governador, destinada a empresas que se encontram no terreno, sob supervisão do sector do Urbanismo e Ambiente, foi suficiente para colocar alguma água na fervura, sendo certo que já não se podia camuflar a revolta das vítimas das enxurradas do passado mês de Março.

Dos Anjos, que teve várias decisões contrárias às da estrutura central do Executivo, tomou esta medida quando confrontado com tendas na urbanização delineada para casas condignas, transformada, como se vê, numa espécie de "Camuringue II", Fontes bem posicionadas, em missão nos Cabrais muito antes do anúncio do "desmantelamento" do centro de concentração provisória, ressaltam que os últimos acontecimentos mexeram com o governador provincial, que chegou à conclusão de que "alguma coisa tinha de ser feita". Perante a movimentação das famílias, num claro sinal de protesto, Isaac dos Anjos, dizem as mesmas fontes, entendeu que, apesar da escassez de recursos, é imperiosa uma engenharia no sentido de minimizar os danos. "O senhor governador pensa que devemos prestar um pequeno auxílio", sintetizou. Num breve contacto com o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e Infra-estruturas, Victor Sardinha Moita, confirmou os dados acima descritos, salientando que as famílias mais desfavorecidas estão a receber uma ajuda pontual para o levantamento das paredes.

Sem ter prometido fosse o que fosse, até porque "não existem recursos", Moita admitiu que a construção de uma casa à dimensão do modelo patente na urbanização exige mão-de-obra qualificada e material de construção (ferro) adicional ao existente. "É nesta base que damos uma ajuda. São, na verdade, trezentas e setenta casas, uma vez que já lá estavam setenta famílias. As pessoas não devem, entretanto, ficar de braços cruzados, têm de fazer muito para que tudo corra bem", sintetizou. Importa recordar que o Estado gastou um milhão e cem mil Kwanzas em cada um dos trezentos e setenta alicerces construídos. Em cima da mesa estiveram hipóteses que

representariam mais 720 milhões ou mil milhões de Kwanzas.

Kangamba 'destronado' por Kissari

Quando os sinistrados, visivelmente agastados, diziam que "alguém prometeu casas" na altura em que se contabilizava o número de desalojados, saltou à vista um pronunciamento público de Bento Kangamba. Tanto é que o governador de Benguela, confrontado por jornalistas após a cerimónia de entrega de alicerces, há já mais de dois meses, afirmou, categórico, que os questionamentos deviam ter sido dirigidos a quem prometeu. "Vocês devem perguntar ao senhor Bento Kangamba, o governador não se responsabiliza pelo que os outros dizem", sustentava, recordamos, Isaac dos Anjos, que não se cansa de alertar para a hipótese de aproveitamento político. Agora, com a opinião pública conformada com uma promessa que não passou disto mesmo, surge o empresário Silvestre Kissari como uma espécie de bombeiro.

Já com anuência do Presidente José Eduardo dos Santos, Kissari vai começar com um Comité do MPLA nos Cabrais, devendo avançar, sabe o A Capital, para o apoio solicitado pelas famílias. No acto de lançamento da primeira pedra, disse que o processo de realojamento deve ser visto como parte da política habitacional do Governo, mas não descartou, embora sem ter feito promessas, um empurrão nesse sentido. Fonte próxima ao empresário garante a oferta de uma elevada quantidade de adobe, que vai impulsionar o "levantamento das paredes".

Em Benguela, onde começa a ganhar protagonismo político, Silvestre Kissari tem a parceria da empresa de Belito Xavier, outro "cabo eleitoral" que se fez à estrada em direcção ao crescimento do partido no poder.

6.22 Ocupação ilegal de residência

Jornal O Crime
12 De Setembro de 2015

A luta titânica para conseguir uma casa nas centralidades Luanda não tem sido fácil e, em muitos casos, a "porta do cavalo" tem se tornado a melhor maneira de conseguir a residência do sonho, só que optar por este caminho tem trazido muitos dissabores e conflitos entre presumíveis proprietários. Em alguns casos, face a confusão causada pela Delta Imobiliária e a Sonip, muitas casas têm mais de um proprietário.

Noutros casos, face a confusão causada por estas empresas responsáveis na venda dos imóveis, muitos surripiaadores aproveitaram a oportunidade para falsificar documentos, sendo aqueles que acreditaram nas lábias das pessoas em que a sorte os levou a seu encontro são, hoje, obrigados a abandonar as residências. Por outro lado, existe ainda grupos de mulheres e homens astutos que ocupam mais de cinco ou sete apartamentos inabitados. Fátima dos Santos, moradora da Cidade do Sequele, disse que "existe um grupo de homens e mulheres que vêm aqui e andam de prédio em prédio a baterem às portas. Caso não são atendidos, eles entram no apartamento e trocam a fechadura". A técnica usada para ter acesso ao apartamento sem arrombar a porta é o uso de chaves mestras.

6.23 Primeiras casas prontas para habitar

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2015

A centralidade da Quilemba, nos arredores do Lubango, construída no âmbito do programa do executivo de fomento à habitação tem 7.200 casas prontas, anunciou ontem o vice-governador para o sector técnico e Infra-estruturas, Nuno Dala. São apartamentos de renda média projectados para a central idade que prevê construir onze mil fogos habitacionais. As restantes habitações devem ser construídas em breve. Nuno Dala garantiu que decorrem os trabalhos de acabamento de outras 800 moradias.

"As obras estão num bom nível de execução, facto que motiva cada vez mais os técnicos a empenharem-se para que, em Novembro próximo, sejam entregues as primeiras residências", afirmou o vice-governador da Huíla.

Nuno Dala anunciou' que está em execução a construção de cinco escolas primárias e quatro secundárias, com 24 salas de aulas cada, bibliotecas' assim como jardins-de-infância. "A empreitada, que emprega um total de três mil técnicos angolanos, está com um avanço aceitável, tendo sido já asfaltadas algumas avenidas da centralidade", disse o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas.

O Jornal de Angola apurou que e trabalha nas infra-estruturas de drenagem fluvial e doméstica, abastecimento de água potável, instalação da rede eléctrica, arruamentos, passeios. Foram também reservados espaços para a construção de igrejas, estabelecimentos comerciais, ginásio e diversos campos polivalentes. O vice-governador Nuno Dala

informou que devem habitar na centralidade da Quilemba mais de dez mil famílias. A central idade da Quilemba ocupa um espaço equivalente a cinco mil campos de futebol. Em Outubro do ano passado, foi lançada a primeira pedra para a construção da avenida estruturante, com uma extensão aproximada de 27 quilómetros de um total de 70 quilómetros previstos. A nova estrada parte da comuna da Arimba, passa pelo bairro do Mutundo, até à central idade da Quilemba e prolonga-se até ao bairro da Mapunda. Nos arredores da central idade já funciona o mercado informal do Mutundo, com capacidade para mais de mil vendedores, escola do ensino primário, do II ciclo do ensino secundário do ambambi, Magistério Primário do Lubango, duas bombas de combustível, uma agência bancária e outros serviços.

O programa, que inclui a promoção da autoconstrução dirigida, contemplou um número considerável de populares, com a distribuição de lotes de terra, num espaço muito próximo à centralidade.

6.24 “Em obras destas é natural que o custo final passe o previsto”

Jornal Expansão

18 De Setembro de 2015

Texto: Vera Massango

Cinco anos depois do lançamento, o projecto esta atrasado face ao previsto?

Esta a decorrer conforme o plane ado, mas, face a nova realidade, e s ta com alguma retracção. Estamos em Angola, tínhamos de sofrer também.

O que quer dizer com retracção?

Há alguma timidez dos investidores, que fazem o retorno do nosso investimento através da componente privada de imobiliário, de manutenção... Esta retracção já se vem sentindo h a cerca de dois anos e acaba por afectar toda a cadeia.

O que já esta comercializado?

No distrito financeiro, junto ao Porto de Luanda, temos 60% dos 20 lotes vendidos, e 25% estão em fase de negociação bastante avançada.

Quem os comprou?

Varies investidores. o primeiro edificio esta a ser construído pela Omatapalo neste momento.

Há compradores internacionais?

Preferia reservar essas informações neste momento e que fossem as empresas a aparecer ...

E o resto do projecto?

O distrito residencial, junto ao Hotel Panorama, tem 54 lotes de escritórios e apartamentos, e está 30% vendido. Estamos a comercializá-lo, mas o impacto apenas virá após a conclusão da infra-estrutura - redes de água, esgotos, etc. -, que está a 50% e feita por nós. No distrito financeiro esta componente infra-estruturas já está concluída há cerca de 10 meses.

Quando vai nascer o primeiro edifício no distrito financeiro?

As fundações estão feitas. Essa informação é da Omatapalo, porque a nossa actividade foi de venda dos lotes e de construção das infra-estruturas. Os promotores têm 18 a 20 meses para começarem a construir após finalizada a compra dos lotes. Ou seja, primeiro é pago um sinal, o resto é dado com a construção da infra-estrutura.

E na área residencial?

O primeiro edifício é inaugurado na próxima semana [esta semana]. Em breve estará o primeiro prédio feito, junto ao Hotel Panorama.

E a área comercial?

O seu promotor irá reservar 12 andares para área comercial e escritórios, os edifícios são versáteis.

Quando vai haver o primeiro espaço comercial?

Na frente marítima, neste momento, estão 20 lojas montadas, estamos a terminar as infra-estruturas das redes de água e esgoto, faltam cerca de 45 dias para termos infra-estrutura de electricidade... mas contamos que, no final do ano, as pessoas tenham já os primeiros quiosques abertos.

Quando estiver tudo pronto, quanta terá sido investido?

As contas não estão fechadas. Há a frente marítima, a que chamamos obra pública, e que

Foi entregue em 2012. E estamos agora a desenvolver a obra privada, que é o retorno da obra pública. É ainda difícil quantificar o total. O projecto é uma parceria público-privada (PPP). Fizemos a obra pública em contrapartida foi-nos dada a concessão dos espaços comerciais, da publicidade e dos parques de estacionamento para 30 anos, e o direito de conquistar ao mar as parcelas e fazer o seu desenvolvimento imobiliário.

E isso aumenta o investimento?

Exactamente.

E na parte privada? Qual era a previsão de investimento?

O investimento total privado no desenvolvimento imobiliário irá ser superior a 2,5 mil milhões USD. Mas repare, a nossa intervenção directa é na venda do lote, que arrumamos e licenciamos, e há algumas características para a construção. O projecto, quem constrói, etc., e da responsabilidade do promotor, ainda que nos tenhamos de aprova-lo.

Admite que na obra privada o investimento final também acabe por ser superior ao previsto, como ocorreu na pública?

É natural que isso suceda em obras de grande porte como estas. Nunca tivemos uma obra igual no País, todos os dias enfrentamos novos desafios e arranjamos soluções que não 'choquem' os vários stakeholders.

Que retorno já tiveram?

Tendo em conta que ainda estamos a investir, não podemos falar de lucro.

Mas já teve receita com as vendas...

Não podemos analisar desta forma, porque continuamos a investir. Há investidores que já nos pagaram a totalidade, outros apenas uma parte, pelo facto de haver componentes em desenvolvimento, como na zona residencial, por exemplo.

6.25 Construção de casas para vítimas das cheias

Jornal manchete

18 De Setembro de 2015

Conhecido empresário dá mãos ao governo para ajudar no projecto O Governo de Benguela recuou na sua posição e prometeu apoiar a construção de casas para o realojamento das vítimas das cheias.

Uma outra ajuda, falhada a promessa de Bento Kangamba, chega de um grupo empresarial liderado por Silvestre Kissari, também membro do MPLA. Com efeito, depois de ter reafirmado que não ergueria mais do que as trezentas e setenta bases, o governo apoia agora a construção da habitação condigna.

6.26 Grupo AB assim contrato com instituição de Micro-Finanças Kixi crédito

Jornal Expansão

18 De Setembro de 2015

Texto: Silvana Tchissuleno

O grupo AB, empresa vocacionada para a construção de casas sociais, assina nesta sexta-feira um contrato com a Kixi crédito instituição de micro-crédito, para a abertura de uma linha de crédito destinada aos interessados em adquirirem residências num novo projecto habitacional da instituição em curso no Zango 3, município de Viana

De acordo com Baptista Mateus, socio-gerente do grupo AB, que avançou o facto ao Expansão, cada interessado em comprar uma residência no projecto, denominado "Kixi Casa", e que não tenha como a pagar o valor total, poderá beneficiar entre 1,5 milhões Kz e 2 milhões Kz da linha de crédito que será aberta pela Kixi Crédito para a cobertura de 50%. Explicou que o crédito será disponibilizado em parcelas mensais.

"Estamos há 60 dias de construção no projecto do Zango 3 e temos já celebrados contratos com alguns camponeses, que são o nosso grupo-alvo para esta iniciativa", referiu.

No projecto Kixi Casa, explicou, cada família que quiser aderir ao programa terá de dar a entrada de 50% do pagamento, a que se deve seguir a apresentação de uma proposta ao grupo AB, em que terá de dar conta da sua incapacidade em pagar numa única prestação a sua residência, cabendo a empresa fazer chegar a mesma a Kixi-crédito para que esta possa financiar parte do custo.

O novo projecto habitacional do grupo AB, que este a ser erguido numa área de 46 hectares, terá 1.500 residências T3, cada uma com um custo que varia entre 2 milhões Kz e 2,5 milhões Kz, segundo Baptista Mateus. As habitações, de carácter evolutivo, precisou, vão ocupar uma área de 250 metros quadrados.

O responsável fez saber que o novo projecto do Zango 3 é um investimento de 9 milhões DSD, qualquer coisa como 1.000 milhões Kz. Com a parceria, de tempo indeterminado, disse, a empresa pretende atingir as 18 províncias do País, dentro do primeiro semestre do próximo ano.

"Primeiramente vamos começar pelo Huambo, Kwanza Sul, Malanje, Uíge, Kwanza Norte (o projecto começará no Dondo e depois seguirá para N'dalatando), bem como Moxico", adiantou o socio-gerente do grupo AB. Apontou o "excesso de burocracia" no País como uma das maiores dificuldades que a empresa enfrenta. "O nosso mercado ainda é muito fechado e, de certa forma, isso tem prejudicado o crescimento de empregabilidade", lamentou.

Construção da igreja católica "a bom ritmo" Por outro lado, Baptista Mateus notou que o projecto de construção da igreja católica no bairro Sapú, avaliado em 1 milhão USD, cerca de 126,9 milhões Kz, como parte de um acordo de permuta de um terreno de dois hectares, decorre a bom ritmo.

Sobre a KixiCrédito

A Kixi-Crédito é uma instituição de Micro-Finanças licenciada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), constituída com capitais 100% angolanos. A empresa tem como principal propósito oferecer oportunidades de inclusão financeira a população de baixa renda.

A celebração do contrato de abertura de uma linha de crédito para a aquisição de residências no projecto habitacional do grupo AB, no Zango 3, segundo Baptista Mateus, enquadra-se nas comemorações do 10.º aniversário da KixiCrédito.

6.27 Requalificação de Luanda requer esforço do Executivo

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2015

Texto: Yara Simão

Jornal de Angola - Quais as razões e os objectivos da requalificação do Sambizanga?

António Fiel "Didi" - A Requalificação dos musseques é uma promessa do Chefe do Executivo no que concerne à sua reconstrução. Em Luanda, temos zonas suburbanas degradadas sem o mínimo de condições de habitabilidade. Isso significa que há ausência de dignidade para as pessoas viverem nesses lugares. É um acto de coragem e determinação,

porque não é fácil transformar um musseques em zona urbana.

Jornal de Angola - Quais são os maiores constrangimentos que tem encontrado?

António Fiel "Didi" - Esta actividade vai requerer um esforço muito grande do Executivo, do poder local e dos municípios. Entre os constrangimentos, o principal é o reassentamento das populações. É verdade que as pessoas estão habituadas a viver no seu habitat, onde tem história, nasceram e cresceram lá, mas a situação física desses espaços, que conhecemos bem, não é digna para se viver.

Jornal de Angola - Diz-se que, quando o assunto é habitação, aparecem muitos oportunistas...

António Fiel "Didi" - Nestes complexos suburbanos, temos casas, casinhas, casebres e chimbecos. Na hora do reassentamento há sempre o oportunismo de alguns. Mesmo assim, o Estado fecha os olhos e beneficia algumas dessas pessoas. Mas há quem viva num quartinho e reclame ao receber uma residência T3 no Zango. Não entendemos a reacção dos municípios. O Zango é um bom lugar para se viver.

Jornal de Angola As famílias desalojadas podem regressar as zonas de origem depois da requalificação?

António Fiel "Didi" - Todas as famílias que saírem das várias zonas do Distrito do Sambizanga para o Zango são livres de voltarem um dia para ter moradias melhores. Se forem para o Zango mediante negociação, independentemente da situação em que saem, quando quiserem voltar para o Sambizanga vão adquirir um apartamento. Isso é que é preciso perceber. Quem quiser voltar ao Sambizanga vai ter de comprar. Os municípios do Sambizanga não são os primeiros nem os últimos a fazer essa transacção e ninguém voltou. Temos os exemplos dos que foram morar na zona do Panguila e dos primeiros habitantes do Zango.

Jornal de Angola - Existem casas com quintal e outras com negócios. Como tratar essas situações?

António Fiel "Didi" - Cada cader local e dos municípios. Entre os constrangimentos, o principal é o reassentamento das populações. É verdade que as pessoas estão habituadas a viver no seu habitat, onde tem história, nasceram e cresceram hi, mas a situação física desses espaços, que conhecemos bem, não é digna para se viver.

Jornal de Angola- Diz-se que, quando o assunto é habitação, aparecem muitos oportunistas...

António Fiel "Didi" - Nestes complexos suburbanos, temos casas, casinhas, casebres e chimbecos. Na hora do reassentamento M sempre o oportunismo de alguns. Mesmo assim, o Estado fecha os olhos e beneficia algumas dessas pessoas. Mas quem viva num quartinho e reclame ao receber uma residência T3 no Zango. Não entendemos a reacção dos municípios. o Zango é um bom lugar para se viver.

Jornal de Angola - As famílias desalojadas podem regressar as zonas de origem depois da requalificação ?

António Fiel "Didi" - Todas as famílias que saírem das várias zonas do Distrito do Sambizanga para o Zango são livres de voltarem um dia para ter moradias melhores. Se forem para o Zango mediante negociação, independentemente da situação em que saem, quando quiserem voltar para o Sambizanga vão adquirir um apartamento. Isso é que é preciso perceber. Quem quiser voltar ao Sambizanga vai ter de comprar. Os municípios do Sambizanga não são os primeiros nem os últimos a fazer essa transacção e ninguém voltou. Temos os exemplos dos que foram morar na zona do Panguila e dos primeiros habitantes do Zango.

Jornal de Angola - Existem casas com quintal e outras com negócios. Como tratar essas situações?

António Fiel "Didi" - Cada caso é um caso, mas todos tem de sair. Temos sido bastante compreensivos neste tipo de negociação e há sempre um entendimento. Tem-se dado a devida atenção aos armazéns, as casas comerciais. As equipas negociais estão capacitadas para solucionar essas questões. Mas importa referir que existem também os casebres e as pessoas que neles residem estão a receber casas com muito melhores condições, Jornal de Angola - Quer dizer que não compreende o comportamento dos municípios?

António Fiel "Didi" - Não são todos. Alguns teimam em não sair e, se assim for, as obras não avançam e criam-se dificuldades ao projecto. Tem havido também muita agitação. Algumas pessoas opõem resistência ao negociar sem saber porque. Tem havido muita contestação e um mau clima sem necessidade. Mas o projecto não para, temos trabalhado no sentido de sensibilizar as populações para os benefícios da Requalificação. Os municípios precisam de se organizar e colaborar com a Administração Distrital e órgãos competentes pela execução do projecto. Esse apoio tem de ser permanente, desde o registo das casas e famílias até a conclusão de todo o processo, para que os municípios não saiam prejudicados por qualquer manobra tendente a ludibriar os responsáveis pelas obras.

Jornal de Angola - Fala-se em pessoas que recebem casas no Zango e dias depois aparecem no antigo bairro para receberem novas residências.

António Fiel "Didi" -E uma situação que ocorre. Começámos a fazer reassentamento na altura em que criamos o Zango, quando tira- mos as pessoas da encosta do Miramar. Essa pratica e muito antiga. Precisamos de estar atentos para essas situações não voltarem a acontecer. Aqui não há filme de bandidos. Isto e uma negociação em que deve haver sensibilidade, compreensão e colaboração de todos. E um processo que vai trazer benefícios a todas as pessoas.

Jornal de Angola - Quais as motivações dos que agem assim?

António Fiel "Didi" -As pessoas que não estão legais em determinados assentamentos populacionais fazem malabarismos para serem registadas. São oportunistas e as mais confusionistas. Vão a zonas de risco colocar chapas e dizem que já lá moram há muitos anos, com a intenção de receber casas. Esses indivíduos pretendem travar o plano de requalificação, um projecto bem estruturado do Executivo para o bem-estar dos munícipes do Sambizanga.

Jornal de Angola - Os moradores do bairro Ngola Kiluanje sonham com os apartamentos ..

António Fiel "Didi" - Neste momento, não sei quem são as pessoas que vão ocupar aquele lugar. Vamos esperar, porque esta e uma actividade coordenada. A Comissão Administrativa não esta só. A nível do Executivo, trabalha com os ministérios da Habitação e Urbanismo e da Construção. Precisamos de concertar acções para que tudo decorra como deve ser. Naturalmente, vai haver ocupação dos edificios ja construídos. Os moradores vao saírem de zonas que precisam de ser demolidas com urgência, mas nada ainda esta definido. O que posso garantir e que a maioria das pessoas vai para o Zango.

Jornal de Angola - Qual a maior preocupado da Comissão Administrativa neste processo?

António Fiel "Didi" - A maior preocupação e transmitir aos munícipes que vão acontecer inevitavelmente constrangimentos no reassentamento. As pessoas querem que o negocio seja igual para todos e não e possível. O Governo esta atento e vai valorizar o processo e agir de forma imparcial e desapaixonada, para que ninguém saia prejudicado. A intenção do Executivo e criar melhores condições de vida para os munícipes do Sambizanga através do processo de requalificação.

Jornal de Angola - Porque razão muitos munícipes se recusam a ir morar no Zango?

António Fiel "Didi" - o Zango e urna zona boa para se viver. Há energia eléctrica, agua, hospital e escolas. E um lugar bom. Não consigo compreender o porque de estarem renitentes em sair do Sambizanga, onde vivem em condições precárias e em situação de risco. Há pessoas que viviam em casas de chapa e o Estado deu-lhes uma casa com condições, mas, mesmo assim, querem permanecer nas zonas de risco.

Jornal de Angola - o que espera dos munícipes do Sambizanga?

António Fiel "Didi" - Os munícipes devem colaborar com as equipas que trabalham no registo para que a requalificação seja urn projecto que lhes traga conforto. Acredito que vai trazer alegria não só para os executores mas para os beneficiários, porque a requalificação traz infra-estruturas, redes de comunicações, hospitais e escolas. Significa transformar o musseques precário em cidade.

Jornal de Angola - Fale-nos da requalificação do Bairro Operário.

António Fiel "Didi" -No Bairro Operário vão ser criadas condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade para beneficiar as famílias que, ao longo de gerações, vivem e permanecem nessa área, mediante condições especiais a estabelecer e que permitam o seu regresso as zonas principais do projecto, a medida que forem construídos os edificios. As demais famílias vai ser assegurado, em condições especiais e objecto de regulamentação, o realojamento fora das áreas de requalificação, em habitações de cariz evolutivo, para que possam dar continuidade a construção a seu gosto.

Jornal de Angola - Os moradores do Bairro Operário tem feito varies questionamentos sobre os apartamentos da Anangola.

António Fiel "Didi" -A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda tern recebido muitas reclamações de moradores do Bairro Operário relacionadas com os apartamentos do novo edificio construído próximo da Anangola. Temos explicado aos moradores que e impossível albergar todos no mesmo edificio. Por isso, optamos por acomodar no prédio os senhorios ou responsáveis das casas-mãe e os ocupantes dos anexos ou inquilinos foram transferidos para o Zango, o que, na maioria dos casos, foi negado.

Jornal de Angola - Acredita que essa medida vai ao encontro das necessidades munícipes?

Jornal de Angola - Acredita que essa medida vai ao encontro das necessidades dos munícipes?

António Fiel "Didi" - Com este método, a Comissão Administrativa acredita ir ao encontro das necessidades e possibilidades reais das famílias em matéria de habitação condigna e de consolidação jurídica do direito de propriedade e de posse do bem patrimonial habitacional. Estamos, por outro lado, a assegurar a sustentabilidade operacional e financeira da requalificação urbana, em benefício de todos quantos ocupam as áreas em referência. Prevê-se que o processo de requalificação do Bairro Operário tenha uma duração de cinco anos.

Jornal de Angola - Quais são as funções da Comissão Administrativa de Luanda?

António Fiel "Didi" - Somos uma administração municipal, mas pela sua natureza temos uma estrutura diferente das tradicionais.

6.28 Abertura de serviços anima os moradores

Jornal de Angola
22 De Setembro de 2015

Os moradores da Cidade de Sequele, a conhecida Centralidade de Cacucaco, já respiram de alívio, fruto da abertura de vários serviços sociais básicos, como o fornecimento de luz eléctrica, água potável, escolas, mercados, policiamento, bombeiros, entre outros, que permitem aos cidadãos terem uma vida condigna, aliada ao sonho da casa própria.

Com o funcionamento da Administração da Cidade de Sequele, desde o mês de Fevereiro, a Centralidade tende a ganhar mais vida, se comparada à altura em que os primeiros moradores começaram a ocupar as casas, em Abril de 2012.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o administrador da Centralidade de Sequele, António Cruz, disse que a Cidade conta já com 1 agência da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), onde os moradores fazem os contratos, para beneficiarem do fornecimento de energia eléctrica e de água potável.

Outra questão que tirava o sono dos moradores era a falta de rede da operadora de telefonia móvel UNITEL. Mas a situação ficou solucionada com a instalação de mais antenas, que melhoraram a qualidade do sinal.

António Cruz informou que vai ser aberta nos próximos dias uma agência do Banco de Comércio e

Indústria (BCI), junto das instalações da Administração. "A dependência, embora pequena, vai satisfazer as necessidades dos moradores ligados aos serviços bancários, incluindo o pagamento de serviços públicos prestados pela Administração."

Está prevista a abertura, em breve, de uma repartição do Ministério da Justiça e dos Direitos humanos, com serviços de Identificação António Cruz disse que se registaram cerca de 90 casos, mas depois da intervenção da Polícia Nacional os falsos proprietários abandonaram os apartamentos e os verdadeiros tomaram posse imediatamente.

António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestim, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo. Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento. Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento, António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestim, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo.

Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Limpeza e organização

A falta de limpeza regular na Cidade de Sequele é outra situação que tem incomodado os moradores e administração nos últimos meses. Fruto do novo modelo de recolha de lixo, justifica o administrador, muitas operadoras desistiram da sua tarefa, por descontentamento, por isso o lixo tende em aumentar. "Mas desde o princípio do mês de Setembro, a Administração, o empresariado local e alguns moradores organizam campanhas de limpeza,

e desta forma temos solucionado este problema", acrescentou.

António Cruz reconhece o esforço de alguns moradores, mas queixa-se da falta de comparência da maioria nas reuniões para a abordagem de vários aspectos que visam a organização da Cidade.

"No mês de Fevereiro convidamos os moradores para uma reunião e ninguém compareceu. Em Setembro convocamos os coordenadores e seus adjuntos, e apenas 30 por cento marcou presença. Mas com eles realizamos uma formação de quatro dias, sobre normas de segurança, gestão e coordenação de edifícios, governação e organização de Cidades", contou.

Pagamento das rendas

A Cidade de Sequele possui 13 blocos, dos quais 12, com 10.996 apartamentos, estão habitados. Os moradores da central idade e outras como a do Kilamba, Quilómetro 44 e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse o presidente do Conselho de Administração da Imogestín, Rui Cruz, em declarações à imprensa no final da sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Os pagamentos são referentes ao ano de 20 15. As prestações do ano de 2014, que não foram cobradas, devem ser pagas depois da liquidação do valor total do imóvel, no prazo limite de 15 ou 20 anos, dependendo da idade. Significa, explica Rui Cruz, que o cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta.

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades vai ser feita em regime de renda resolúvel para os funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Os outros interessados podem recorrer aos bancos para terem acesso a créditos, com taxas de juros bonificadas. e de Registo Civil. A inauguração da repartição devia acontecer no mês passado, mas foi adiada, porque as instalações foram assaltadas e os equipamentos roubados.

Serviços sociais

Quanto à Saúde, administração da Cidade e a Direcção Provincial de Saúde estão a envidar esforços para que seja aberto, ainda este ano, o hospital localizado defronte ao mercado local, apenas com serviços de urgência, numa primeira fase.

Em relação ao número de escolas, administrador da Cidade de Sequele deu a conhecer que estão em funcionamento três escolas, nomeadamente uma do ensino primário, do primeiro e segundo ciclos, com um total de 101 salas de aulas, onde estão matriculados cerca de oito mil alunos residentes centralidade e arredores.

A ausência de muitos alunos das salas de aulas, alegadamente por falta de professores, tem preocupado a Administração. António Cruz recomenda aos pais que prestem mais atenção à vida académica dos filhos, a irem à escola regularmente para recolherem informações sobre o comportamento deles e não apenas no final do ano lectivo.

Além de novas escolas, vão também entrar em funcionamento este ano três creches, tuteladas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e geridas por entidades privadas. A fiscalização é da responsabilidade da Administração da Cidade, em coordenação com o MINARS. As inscrições para o ingresso já decorrem em cada uma das creches.

Ocupação ilegal

A Administração da Cidade de Sequele está preocupada com a ocupação ilegal de apartamentos.

António Cruz disse que se registaram cerca de 90 casos, mas depois da intervenção da Polícia Nacional os falsos proprietários abandonaram os apartamentos e os verdadeiros tomaram posse imediatamente.

António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestín, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo. Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento. Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento, António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestín, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a

Procuradoria-geral da República toma conta do processo.

Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé.

O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Limpeza e organização

A falta de limpeza regular na Cidade de Sequele é outra situação que tem incomodado os moradores e administração nos últimos meses. Fruto do novo modelo de recolha de lixo, justifica o administrador, muitas operadoras desistiram da sua tarefa, por descontentamento, por isso o lixo tende em aumentar. "Mas desde o princípio do mês de Setembro, a Administração, o empresariado local e alguns moradores organizam campanhas de limpeza, e desta forma temos solucionado este problema", acrescentou.

António Cruz reconhece o esforço de alguns moradores, mas queixa-se da falta de comparência da maioria nas reuniões para a abordagem de vários aspectos que visam a organização da Cidade.

"No mês de Fevereiro convidamos os moradores para uma reunião e ninguém compareceu. Em Setembro convocamos os coordenadores e seus adjuntos, e apenas 30 por cento marcou presença. Mas com eles realizamos uma formação de quatro dias, sobre normas de segurança, gestão e coordenação de edifícios, governação e organização de Cidades", contou.

Pagamento das rendas

A Cidade de Sequele possui 13 blocos, dos quais 12, com 10.996 apartamentos, estão habitados. Os moradores da central idade e outras como a do Kilamba, Quilómetro 44 e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, em declarações à imprensa no final da sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Os pagamentos são referentes ao ano de 20 15. As prestações do ano de 2014, que não foram cobradas, devem ser pagas depois da liquidação do valor total do imóvel, no prazo limite de 15 ou 20 anos, dependendo da idade. Significa, explica Rui Cruz, que

o cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta.

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades vai ser feita em regime de renda resolúvel para os funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Os outros interessados podem recorrer aos bancos para terem acesso a créditos, com taxas de juros bonificadas.

6.29 Centralidades dos municípios estão concluídas

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2015

Pelo menos 3.200 Apartamentos já concluídos nas centralidades dos municípios do Cuito e Andulo vão ser comercializados e entregues aos respectivos proprietários até ao final deste ano, anunciou ontem, no Cuito o vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas no Bié.

José Fanando Chatuvela sublinhou que a aquisição das casas vai ser feita no sistema de rendas resolúveis, para facilitar a vida dos futuros moradores, nomeadamente funcionários públicos.

Na centralidade do Cuito foi projectada a construção de seis mil apartamentos, do tipo T3, erguidos em edifícios de dois pisos e de três andares, enquanto na centralidade do Andulo estão projectados mil apartamentos.

Sobre a central idade do Cuito, na província, José Fernando Chatuvela informou que os trabalhos decorrem a bom ritmo, estando já na fase de colocação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, a partir do rio Cuquema, assim como a asfaltagem da via que dá acesso às habitações.

6.30 Dos Anjos decide construir casas para sinistrados do Lobito

Jornal O País

25 De Setembro de 2015

Um pouco pressionado pelos visados e pela sociedade local, o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, recuou na sua decisão de endossar aos sinistrados a responsabilidade da construção das suas próprias residências, tendo remetido a demanda para o seu Executivo.

Esta Segunda-feira, Isaac dos Anjos assinou um acordo de parceria com uma delegação de parceiros de companhias petrolíferas e apresentou as infra-estruturas sociais básicas, bem como os projectos que estão a ser desenvolvidos pelo Executivo na urbanização dos Cabrais, local que acolhe perto de 370 famílias, sendo 300 sinistradas das chuvas de Marco e 70 residentes.

A reportagem de o País constatou no local que as residências estão a ser erguidas por empresas chinesas e financiadas pelo Governo de Benguela.

"Já concedemos também o lançamento para a construção de uma escola que também vai ser integrada no Programa de Investimento Público (PIP), definiu, Isaac dos Anjos. O governante assegurou que com a indicação dessa disponibilidade, o seu executivo também identificou o modelo de centro médico que vai ser contraindo no local.

"Procuramos, desta feita, ir buscar ao de outras localidades do município do Lobito, para o qual temos uma planta específica", precisou.

Depois da cerimónia de assinatura Urbanização dos Cabrais e to contacto com a realidade da população para a qual se destina o acordo firmado com o Governo de Benguela.

"O executivo viu que as famílias, por si só, não eram capazes de construir as casas como o Governo quer, então decidiu ele próprio erguer as residências. Também um alivia para a população" confidenciou uma fonte ligada ao Governo.

Uma outra fonte louva a iniciativa do Governo na captação de recursos para a implantação de infra-estruturas sociais básicas. Todavia, alerta para uma gestão parcimoniosa dos valores financiados pelas petrolíferas p e que, efectivamente, sirvam mesmo os interesses da população carenciada, "Agora eu estou convencido de que o Governo, sozinho, não vai conseguir construir as mais de 300 casas, pelo que é necessário que continuem a procura de outros parceiros para ajudarem a construí-las, Oxalá os nossos governantes não fiquem de olho no dinheiro, porque um milhão f de dólares nesta altura do campeonato e muito dinheiro", considera outra fonte.

Entretanto, um morador identificado apenas por Jamba, mostrou-se preocupado por não ter conseguido ainda se inscrever para que, a semelhança de outros, a sua residência possa também ser construída pelos chineses. "Ouvimos que o Governo só vai construir algumas coisas e os chineses já vão e eu e outros meus vizinhos estamos preocupados

desde a semana passada que estamos a ver se o chinês constrói.

Nos falaram que o Governo vai construir todas as casas e não precisamos de pagar nada", avançou.

6.31 Executivo inspecciona centralidades de cinco províncias

Jornal República

25 De Setembro de 2015

O Grupo de Trabalho criado pelo Executivo, para o acompanhamento da construção de infra-estruturas das centralidades do país, efectua de 23 a 27 do corrente mês, visita a empreendimentos habitacionais de cinco províncias, em Luanda A jornada de trabalho é coordenada pelo Secretário de Estado do Urbanismo, Nhanga Kalunga de Assunção, e abrange as centralidades do 5 de Abril (Namibe), do Quilema (Huíla), do Lobito, do Luhongo e da Baía Farta (Benguela), do KK.5.000, do Zango RED 8000, Zango O/CTCE (Luanda) e do Capari (Bengo). O Secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, faz parte da comitiva, que acompanha o processo de construção de infra-estruturas das centralidades, nomeadamente os acessos, energia e água, drenagem das águas residuais e pluviais, entre outros aspectos relacionados. O Grupo de Trabalho criado pelo Executivo é composto pelos ministérios do Urbanismo e Habitação (MINHUA), da Energia e Águas (MINEA), das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação (MTI), da Construção (MINCONS) e da Empresa Imogestin.

6.32 Imogestin cria prémio para dinamizar sector

Jornal Economia e Finanças

25 De Setembro de 2015

Texto: António Eugénio

Dois prémios, nomeadamente "Inovação na concepção de projectos de habitação social e urbana" e "Inovação na concepção de projectos de habitação social urbana" foram criados pela empresa "Imogestin", para incentivar a criatividade no seio dos especialistas do sector,

Segundo o director para gestão de alguns projectos habitacionais em Angola da imobiliária, integrados no programa nacional de urbanismo e habitação, Manuel de Carvalho, os dois prémios podem servir de incentivo aos arquitectos, engenheiros e outros técnicos de construção civil para formatar projectos, incluindo sociais que possam ser de baixo custo.

Em declarações em Luanda, o gestor disse que o custo final da construção do projecto deve ter como preço máximo de referência, no valor equivalente em moeda nacional, 300 dólares americanos por metro quadrado de área útil.

"Qualquer cidadão pode adquirir uma casa no casco urbano e no meio rural para mitigar os efeitos habitacionais que o país regista desde a proclamação da independência", revelou.

Regulamento

Para o processo de candidaturas e as modalidades de atribuição dos prémios, foi estabelecido um regulamento com a contribuição de arquitectos e engenheiros da Ordem de Arquitectos e dos Engenheiros de Angola.

Manuel de Carvalho frisou que o prémio terá uma periodicidade bienal e os candidatos devem submeter à comissão organizadora, até ao dia 15 de Dezembro, os seus projectos. Em Junho de 2016, serão apreciadas as primeiras propostas.

Com a promoção destes prémios, a Imogestim pretende incentivar e promover a inovação e a criatividade, na concepção de projectos de habitação social, rural e urbana, que incorporem de forma significativa recursos locais, assim como apresentarem soluções respeitadoras do ambiente, sustentáveis, do ponto de vista energético e hídrico, cujo custo de execução se venha a revelar acessível à população.

Condição

Manuel de Carvalho disse que podem candidatar-se aos prémios todos os arquitectos e engenheiros, independentemente da sua nacionalidade, desde que comprovem a qualidade profissional.

A fonte revelou que as candidaturas podem ser apresentadas em nome de pessoa singular ou colectiva, qualquer delas subscritas por um arquitecto ou engenheiro.

Localização

A "Imogestim" é a empresa a qual o Executivo angolano adjudicou a venda de todos os imóveis em execução no país, com principal realce para as centralidades habitacionais localizadas em Luanda (Kilamba, Cacuaco, Zango e KM 44), Huambo, Bié, Lunda Norte, Cabinda, Zaire (Soyo), Benguela e Huíla, além de outras que estão a ser erguidas.

A mesma comunica aos interessados em candidatar-se que poderão obter exemplares do regulamento nos

escritórios da empresa, sita na urbanização Nova Vida (Luanda).

6.33 IPU. É um encargo anual e não altera o valor do imóvel

Jornal Agora

25 De Setembro de 2015

A lei não é clara neste aspecto (i.e, no que respeita às locações de imóveis), pois, literalmente, o IPU apenas incide sobre os imóveis arrendados, sendo que, nestes casos, o imposto é devido pelas pessoas em nome de quem os imóveis se encontrem inscritos na matriz predial. Ora, nos casos de sublocações, os imóveis em causa não estarão em nome do sublocador, mas, sim, do locador principal, pelo que existe aqui uma temática sobre como se poderão tributar estes rendimentos. É uma questão para a qual a letra da lei não dá uma resposta isenta de dúvidas.

Nestes casos, o Código do IPU prevê que o imposto será pago por quem tenha o uso ou fruição do prédio, sendo o imposto pago de uma forma equivalente a quem detém a posse de imóveis. Não se trata, portanto, de um acréscimo ao valor da casa, mas sim de um encargo anual.

Em termos conceptuais, todos os impostos recolhidos e cobrados têm como objectivo último financiar a função social do Estado. Naturalmente que o tratamento e a recolha de resíduos nos centros urbanos incorporam este desiderato, mas também a questão dos arruamentos das zonas urbanas e de outros serviços de cariz social.

A base do IPU está associada ao valor dos arrendamentos, no caso de imóveis arrendados, e ao valor patrimonial, no caso de imóveis não arrendados. No limite, se existir algumas contracções do mercado imobiliário, até pode vir a descer a base tributável, razão pela qual não se afigura linear que se possa associar a questão da detenção desses imóveis por parte do Estado a um aumento da base tributável do IPU.

6.34 Prestações do Kilamba aumentam 40% em Kwanzas

Jornal Expansão
25 De Setembro de 2015
Texto: Osvaldo Manuel

Muitos inquilinos da centralidade do Kilamba, na província de Luanda, pagarão agora mais 40%, em kwanzas, pelas rendas das suas casas face ao que estava estipulado, por causa da desvalorização da moeda nacional face ao dólar, quando, em Outubro deste ano, forem retomadas as cobranças das prestações de pagamentos mensais das residências que adquiriram em 2013.

O *Expansão* fez contas para caso de um inquilino que comprou um apartamento de tipologia T3, em 8 de Agosto de 2013, por 80 mil USD, e que teria de pagar 20 prestações anuais de 6.551 USD ao câmbio do dia do banco. A primeira prestação ficou, ao câmbio de então (99,7514 Kz/USD, acrescido de 3% da taxa de serviço administrativo, ou seja, 99,7514 Kz/USD), em cerca de 653,4 mil Kz.

Mas, considerando a taxa de câmbio da última segunda-feira, 21 de Setembro (135,968 Kz/USD, acrescida de 3% da taxa, ou seja, 140,047 Kz/USD), a mesma prestação de 6.551 USD aumenta 40,4 %, para cerca de 917,4 mil Kz.

No início da semana passada, recorde-se, o presidente do conselho de administração da Imogestim, entidade que está a conduzir o processo de venda das casas do Kilamba, anunciou que o pagamento por parte dos inquilinos vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional (FDH), uma entidade criada em Agosto último e gerida pela Imogestim.

Na altura, Rui Cruz explicou que a prestação referente a 2014, que não foi cobrada, será diferida para o ano inicialmente aprazado para o termo do contrato. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta", explicou.

O responsável disse que o sistema de pagamento não será apenas anual, havendo também a opção mensal, podendo os moradores efectuar a liquidação das suas prestações via Multicaixa, ou por transferência bancária.

A *Expansão* questionou a Imogestim sobre o facto de, nos contratos, a renda estar fixada em dólares, o que contraria a Lei do Arrendamento, mas a empresa não respondeu até ao fecho da edição. Por explicar ficou

também a partir de que dia e para que bancos serão feitas as transferências.

Os apartamentos T3, com cozinha e duas casas de banho, recorde-se, eram inicialmente comercializados por 130 mil USD. Mas, na sequência de uma visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, à centralidade, o valor foi reduzido para 80 mil USD - menos quase 40% em relação ao início.

Na semana passada, Rui Cruz explicou que, na nova fase de comercialização das centralidades regime de renda resolúvel apenas será disponibilizado a funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Para quem integrar os outros regimes venda pública livre e venda pública dirigida, o mecanismo será o recurso ao sistema bancário com taxas de juro bonificadas.

A venda pública dirigida diz respeito a empresas públicas, privadas e institutos públicos e terá uma quota aprovada pelo Executivo, devendo estas instituições indicar os trabalhadores beneficiários,

Para venda pública livre foi fixada uma quota de 20% a 30%, sendo as candidaturas feitas primeiro através do portal da Imogestim na Internet e depois através de candidatura física.

Em ambas as modalidades de venda, 30% das habitações estarão reservadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

6.35 Uma opção para a melhoria do crédito no imobiliário

Jornal Expansão
25 Setembro de 2015
Texto: Cleber Corrêa

Numa época em que se discute a diversificação da economia em Angola, a dinamização do imobiliário aparece como uma excelente opção, o motivo é que, vendendo-se mais imóveis, ocorre uma potencialização de várias áreas: as empresas de construção terão mais trabalho, assim empregam mais, a formação profissional é inevitável, os produtos usados na construção civil são vendidos, a indústria interna cresce. Tudo isto gera mais empregos e impostos. Portanto, o mercado imobiliário movimentará toda uma economia, puxando consigo a indústria e serviços.

Mas não existe mercado imobiliário activo sem crédito, e esse crédito vem dos bancos.

Os bancos, segundo dados do BNA, rejeitam 86% dos pedidos de crédito habitacional. Porque? A falta

de segurança na operação e um dos problemas, gerando o não interesse dos bancos de operacionalizar o crédito imobiliário em Angola. 1550 Dá-se porque o único diploma para garantir o crédito imobiliário em Angola é a hipoteca. Ocorre que um incumprimento que ocorra sobre imóvel hipotecado demora três anos para ser resolvido nos nossos tribunais, gerando não interesse pelos bancos, uma vez que dinheiro ficara parado todo esse tempo.

Como resolver isso?

Aprovando um diploma alternativo ao financiamento habitacional que resolva, rapidamente, o incumprimento nos créditos mobiliários sem a intervenção de tribunais, num primeiro momento.

Tal proposta já foi feita pela Associação dos Profissionais mobiliários de Angola (APIMA) em 2011 ao Ministério da Justiça e intitulada alienação Fiduciária. Esse diploma, até hoje, não teve aprovação.

Para entender a lei, vamos primeiro entender a necessidade do sistema financeiro: quando várias famílias contratam, junto do banco ou de uma financeira, financiamento habitacional e compram as suas casas, vão devolver ao banco o dinheiro emprestado, na forma de prestações. Quanto mais pessoas pagam a tempo as prestações, maiores e a capacidade do banco para usar esse dinheiro e emprestar a novas famílias.

Assim, quanto maior o cumprimento dos pagamentos, mais famílias novas são beneficiadas com novos financiamentos. Por outro lado, se as pessoas deixam de pagar, e o banco leva três anos para executar em tribunal o devedor e recuperar o dinheiro emprestado, várias são as famílias prejudicadas por não conseguirem financiamento, pois o dinheiro não retornou ao banco.

Pelo diploma da Alienação Fiduciária, que seria uma lei alternativa para se ir buscar financiamento habitacional, se o devedor que não cumprir com os pagamentos das prestações após ser notificado, após o órgão financiador ter proposto uma renegociando da sua dívida, mesmo assim, não pagar, a execução da dívida acontece sem o uso de tribunais. O imóvel é leilado, a dívida é devolvida ao banco, e o excedente é devolvido ao antigo mutuário, que poderá a qualquer momento, após esse processo, contrair novo financiamento. Para que o leilão tenha sucesso, o antigo mutuário tem de deixar o imóvel.

Muitos podem achar essa lei impopular devido ao sentimento que o povo possui que o Estado deve ser

paternalista e não permitir que as pessoas percam as suas casas. Mas como não permitir que as pessoas percam as suas casas e não se responsabilizem pelas dívidas contraídas perante instituições financiadoras? Alguém precisa de pagar a conta.

O que prova que a lei não é irregular e que, com o seu surgimento, automaticamente, com o passar do tempo, o custo do dinheiro (juros) baixa, pois o risco também baixa, uma vez que o incumprimento é muito menor com essa lei, já que a resposta da resolução do incumprimento é rápida. Assim, risco menor, custo do dinheiro menor.

Com isso, uma maior parte da população tem acesso a crédito, que será mais facilmente concedido pelos bancos, uma vez que o risco é menor.

Não é uma resposta automática por parte dos bancos, demora anos até perceberem que o diploma funciona, mas com certeza demonstrar que a verdadeira lei impopular é a hipoteca, que faz os bancos retraírem-se e não darem crédito.

A mais-valia disto tudo é criar um ambiente jurídico favorável com o passar do tempo, para que Estado e bancos contraiam empréstimos internacionais de longo prazo e custo baixo, para fomento da habitação. Por sua vez, o prestígio do Estado aumenta imensamente, pois fomenta o acesso cada vez maior das populações ao financiamento habitacional, e estimula a economia, resultando num aumento de empregos, formação profissional, crescimento da indústria interna, e consequente aumento da cobrança de impostos.

Mas numa economia onde os juros estão altos e as pessoas possuem renda baixa, qual papel do Estado?

Criar uma política habitacional onde os juros sejam bonificados, de forma a haver maior bonificação aos imóveis de menor valor, atraindo assim os promotores imobiliários a produzirem aquele tipo de produto, e menor bonificação aos de maior valor.

Esse dinheiro, que pode parecer 'deitado fora' pelo Estado, e devolvido ao Estado pela economia, com o aumento da cobrança de impostos como IRT, INSS, Imposto de Consumo e Imposto Industrial, devido ao crescimento da economia como um todo.

6.36 Construção

Jornal A Capital
26 De Setembro de 2015

Preocupado com a capacidade de fornecer material de construção para projectos habitacionais, o Ministério da Indústria e a Imogestim, focalizada na

área de promoção imobiliária reuniram-se com representantes de empresas e associações industriais. O encontro vem na sequência do Decreto Presidencial nº 168115, de 25 de Agosto, orienta o Ministério da Indústria, em colaboração com outros parceiros e a Enodade Gestora (Imogeson), a promover e assegurar a participação crescente da indústria nacional de materiais de construção no desenvolvimento dos projectos habitacionais, tendo sido possível auscultar os parceiros sobre a capacidade produtiva de cada um, para corresponder ao desafio integrado nos projectos do Programa Habitacional.

6.37 Vila residencial é erguida na Quibala

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2015

O projecto habitacional Cidade de Jena começa a ser construído em 2016, no município da Quibala, por iniciativa da Igreja Profética Vencedora no Mundo, disse, ontem, o líder da congregação.

Jorge Lino Cambundo, conhecido por profeta Enoque, informou que o projecto habitacional deve estar concluído dentro de 15 anos e vai ser erguido numa área de 2.300 hectares.

A primeira pedra foi lançada no sábado pela vice-governadora para o sector político e social, Maria de Lourdes Veiga.

A vila residencial inclui edifícios de quatro pisos e vivendas, uma Universidade, hospital, mercado comunal e municipal, escolas, creches, zona agrícola com fonte de irrigação, estádio de futebol, quadras desportivas, esquadra de polícia, praça monumental, templo central, serviço de Protecção Civil e Bombeiros, hotéis, áreas comerciais e de lazer.

O projecto vai ser implementado em sete fases. A primeira começa a ser executada em 2016 e termina em 2017, devendo ser construídas 500 casas do tipo T2, T3 e T4. O profeta Enoque disse que o custo das obras da primeira empreitada está avaliado em 320 milhões de dólares.

É prematuro falar dos custos das fases subsequentes e das modalidades de aquisição das residências, mas o projecto é destinado à população em geral e não apenas aos féis, considerou Jorge Lino Cambundo.

A vice-governadora da província do Cuanza Sul sublinhou que os parceiros do Estado devem ajudar o Governo na solução dos problemas da população.

Para o Estado, disse, a igreja é um parceiro incontornável nas tarefas da reconstrução. Maria de Lourdes Veiga pediu maior envolvimento da igreja na luta contra o analfabetismo, violência doméstica, drogas e outras formas que não dignificam a sociedade. Corpo do texto.

6.38 Casas no Luongo quase concluídas

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2015

As obras da Centralidade do Luongo, no município da Catumbela, com duas mil habitações, entre vivendas e edifícios, terminam em Outubro, anunciou ontem o responsável da fiscalização de construção.

Artur Sousa, que falava para dezenas de visitantes, entre nacionais e estrangeiros, disse que o projecto reservou espaços loteados para a construção de infra-estruturas sociais complementares, como igrejas, lojas. Jardins e campos polidesportivos.

O responsável da fiscalização, que se manifestou satisfeito com o cumprimento das cláusulas contratuais e do projecto, apelou aos empreendedores do sector privado a contemplarem com acções de iniciativa própria a beleza arquitectónica daquela zona habitacional, bem como do seu valor social.

Sobre algumas inquietações que têm a ver com a altura das casas, tanto das vivendas unifamiliares como dos prédios, cujos apartamentos são alegadamente muito baixos, Artur Sousa deu a conhecer que as residências foram concebidas de acordo com o projecto que fiscaliza, não tendo havido qualquer alteração.

A centralidade do Luongo, na Catumbela, e os projectos da Baía Farta e de Lobito são as novas zonas habitacionais da província de Benguela que, a qualquer momento podem ser entregues à empresa gestora, a Imogestim, para fins de comercialização.

7. TERRA

7.1 Docente Universitário fala do estado real do continente

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015
Texto: *Escrivão José*

Chamado a dissertar sobre o tema: "Mandombe a Arte do Renascimento Africano Modernos, o docente salientou que Simon Kimbango é muito esquecido, e nos devíamos lembrar sempre esta figura histórica porque é o pai do renascimento africano e das independentes no continente. O palestrante sustentou a afirmação, dizendo que, Simon Kimbango organizou o processo de desencadear a luta armada contra o colonialismo, não existia mais nenhuma resistência, trinta anos depois da sua luta, e que começou a surgir a energia aos políticos para solicitarem as independências.

Ditombokel, alertou, que é preciso que a África presta atenção a este líder, porque em algumas Universidades do continente americana, há pesquisas sobre a personalidade e profecias de Simon Kimbango, e infelizmente os nossos dirigentes africanos não o prestam maior atenção e consequentemente o ganho que se vai ter sobre aquela personalidade, e o declínio na letargia do esquecimento.

«Em África existem políticos, que também se inspiraram ao Simon Kimbango, e portanto, é preciso que reconheçamos os líderes das independências africanas, para sabermos qual foi a filosofia, e o que temos que fazer para contextualizar o desafio que nos temos», salientou o docente.

Ditombokel, disse, ainda que, «o Renascimento Africano, não vai esperar os líderes africanos reconhecer, porque é um processo que já arrancou e os investigadores de dores e que vão continuar a informar para convencer os políticos a aderir a este movimento, porque é o único caminho, que nos pode levar ao desenvolvimento do continente», acrescentou.

O docente acrescentou ainda que esta é uma responsabilidade, dos Kimbanguistas e investigador independente, para poder consciencializar os políticos a prestar atenção a filosofia de Simon Kimbango, porque é no pensamento dele onde está a ciência da governação política do continente e do desenvolvimento espiritual do africano, afirmou.

Ao longo da sua explanação, Ditombokel, verbalizou que a África sofre dois problemas, a pobreza extrema e a opressão, esses actuam directamente na alma dos africanos, e devem ser factores de estudos para a resolução dos mesmos. O docente ampliou que, para podermos sair deste mal que enferma a África, e preciso passarmos no processo do renascimento que já começou desde 1921.

O docente Universitário, fez uma tipologia da sociedade africana, os tradicionalistas, que não têm nenhuma intenção de repensar e inovar a nossa cultura, os assimilados, que pensam, que a evolução de África deve basear-se no modelo ocidental; e temos os renascidos, que estão enquadrado na filosofia do Simon Kimbango e isso que temos no continente, afirmou.

«Não há desenvolvimento de uma sociedade, quando nos distanciamos das línguas maternas, para isso o governo angolano deve investir mais como já está a fazer, ao implementar, que os cultos nas igrejas angolanas devem ser veiculados em línguas nacionais», rebateu Ditombokel Luguani Lei Gomes.

7.2 Administração apela ao respeito ao memorando

Jornal O País
11 De Setembro de 2015

O Director Municipal de Gestão Urbana de Viana, Esmeraldino Paulo, em entrevista a O PAÍS, disse que a falta de delimitação do perímetro do Santuário de São José de Calumbo e da comunidade local, que culminava em litígio, já teve tratamento a nível da Administração municipal.

Prosseguiu explicando que para o efeito, em 2012, o administrador municipal cessante criou uma comissão técnica para que fosse encontrado consenso entre as partes envolvidas no litígio.

Acrescentando que após sucessivas reuniões e visitas de campo foi elaborado um memorando de entendimento entre a comunidade de Calumbo e a diocese de Viana sob a supervisão e coordenação da Administração Municipal de Viana.

Disse ainda que neste contexto, foi disponibilizado ao santuário São José de Calumbo, um terreno com uma superfície de 45,96 hectares excluindo a área de protecção natural do rio.

O gestor urbano da administração municipal realçou também que a vedação de betão que foi levantada em torno do santuário foi autorizada pela administração, consoante o perímetro definido no memorando.

Salientando que é normal que tal situação gere inquietação no seio dos moradores de Calumbo, no entanto, a Administração municipal de Viana já delegou uma comissão no sentido de averiguar se com o início das obras têm sido respeitadas as cláusulas do memorando. Indagado se a Administração municipal estará capacitada a atribuir outros terrenos aos moradores no caso de ficar comprovado que a igreja está a violar o perímetro reservado à zona de cultivo, Esmeraldino Paulo reiterou que o memorando deve ser cumprido.

"Se umas das partes estiver a violar o memorando os serviços competentes da administração municipal entrarão em acção para repor a legalidade", explicou.

Por sua vez, o presidente da Comissão de Moradores da comuna de Calumbo, Adão Sebastião António, em depoimento ao PAÍS salientou que os moradores sentem-se ameaçados com a presença das "dragas" para extracção de burgau nos seus terrenos, e que tal facto viola o acordo.

Salientando que as autoridades eclesiásticas terão de reunir com o povo, porquanto é de seu conhecimento que o projecto de requalificação do santuário prevê a abertura de um canal que vai passar pelas lavras dos moradores até ao rio. "O padre uno de Almeida endereçou urna missiva à administração comunal, a solicitar autorização para o efeito, no entanto ainda não obtiveram resposta", divulgou.

7.3 Pároco de Calumbo acusado de usurpação de terrenos

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Afrodite Zumba

Um grupo de moradores da comunidade de Calumbo, em Viana, acusa o padre Nuno de Almeida, responsável pelo projecto de requalificação do Santuário de São José de Calumbo, de usurpar as suas lavras, desrespeitando os limites do perímetro definidos pela Administração Municipal de Viana.

De acordo com os moradores da comuna de Calumbo, o litígio à volta dos terrenos entre os moradores e o missionário responsável pelo santuário de Calumbo, Nuno de Almeida já remonta de há certo tempo.

O passado recente, a Administração comunal juntou na mesma mesa os representantes da Administração Municipal de Viana, as autoridades eclesiásticas e tradicionais, os membros da Comissão de Moradores

e populares para a demarcação do terreno ocupado pela Igreja Católica e os terrenos atribuídos aos moradores. Não obstante isso, os populares alegam que foram colocadas máquinas para a extração de inertes junto às suas lavras' facto que deixou os moradores em alvoroço.

"Depois de muito reivindicarmos ficamos a saber que foi o missionário que havia dado directrizes para que as mesmas estivessem naquele local. E com auxílio do coordenador cessante elas foram retiradas e os buracos tapados", afirmou uma das reclamantes.

Entretanto, a fonte destaca que a situação veio a repetir-se no decorrer do mês de Julho do ano em curso, quando tomaram' conhecimento de que para além dos novos muros de betão que cercam o santuário de Calumbo, há novamente máquinas para a extracção de burgau no perímetro destinado à população. A fonte salientou que tal situação motivou a reunir um grupo de moradores e baterem à porta do gabinete do administrador comunal, Manuel Bernardo.

"Reunimo-nos e fomos ao encontro do administrador para apresentar a nossa preocupação, e ele delegou alguém para atender-nos. Alegando que não havia motivos para preocupações porque tinha os croquis em sua posse.", fez saber.

Salientou ainda que não satisfeito, grupo foi ao encontro da autoridade eclesiástica, responsável pelo santuário' missionário Nuno de Almeida, para o indagamem dos projectos que pretende desenvolver junto das suas lavras.

Segundo contou, o padre afirmou que todos os terrenos, incluindo as parcelas de terras onde estão as suas lavras pertencem à Igreja Católica e que as máquinas seriam usadas para a extracção de burgau, que a posteriori serão usadas nas obras de requalificação do Santuário de São José de Calumbo.

Por seu turno, Dona Maria Filipe, de 45 anos fez saber que a sua linhagem familiar é oriunda de Calumbo, e foi aquela terra que a viu nascer e crescer.

Segundo contou, a sua preocupação reside no facto de que os muros de betão, levantados recentemente em torno do perímetro da área demarcada do santuário, impedem que as mesmas tenham acesso directo aos seus terrenos, vendo-se impedidos de cultivar as suas terras.

Salientando que fica mais difícil o acesso ao rio, pois que o percurso fica mais extenso.

"Para chegarmos até à margem do rio, agora temos de deslocar-nos do bairro dos pescadores, dirigirmos

até ao mercado para depois pegarmos o barco", detalhou.

Nesta vertente, Maria Filipe esclarece que esta medida, penalizará também os produtores agrícolas da "Sanzala 15", na zona de Caquila, que actualmente são os fornecedores das hortícolas que as vendedeiras comercializam no mercado de "Mãe de Calumbo".

7.4 Requalificações visam fomentar o turismo religioso

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Virgílio Pinto

Ao prestar esclarecimentos sobre as obras de requalificação que estão a ser executadas no Santuário de São José de Calumbo, Nuno de Almeida relata que as mesmas visam alargar e melhorar aquele espaço.

Prosseguiu dizendo que o projecto está a ser desenvolvido com o objectivo de fomentar o turismo religioso na zona, de modo que qualquer cidadão ou turista possa fazer uma peregrinação ao Santuário local, tal qual se faz em outros santuários pelo mundo.

No que tange a extracção de inertes no local, o missionário Nuno de Almeida confirmou que a mesma será feita, porque o solo daquele terreno tem quantidades consideráveis de burgau e areia que poderão ser utilizados para as obras.

"Nós colocamos um contentor para fazer a extracção de burgau e algumas pessoas alegam que os terrenos são delas", defendeu.

Realçando que tem em sua posse a licença de cadastro mineiro, atribuída a 18 de Março de 2015, pela direcção Nacional de Licenciamento e Cadastro Mineiro, do Ministério da Geologia e Mina.

7.5 Comissão de moradores abandalhados pela polícia do Kilamba

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Antes mesmo de existir a Cidade do Kilamba, Jeremias Marcelo já habitava na zona do Bita Cambe já. Ele é um dos responsáveis da Comissão de Moradores, concretamente, coordenador do Sector-B.

Relatou que os problemas de demolições na área já datam desde o mês de Abril do ano passado, confirmando que a primeira acção foi realizada por uma equipa de supostos agentes das FAA, da polícia Nacional e homens da Fiscalização.

"Sem aviso, chegaram aqui e começaram a fazer muita confusão. Bateram em munícipes", revelou, tendo por via disso, recorrido às autoridades da Cidade do Kilamba em busca de soluções.

"Isto ficou como um negócio dos homens do PCU, quando vêem pessoas a entrar com materiais de construção, prendem e obrigam a pagar 150 mil a 200 mil kwanzas para a soltura", denunciou, acrescentando que, sem isso, passam à agressões.

No entanto, Jeremias Marcelo avança que a comissão já andou muito a procura de resolução do problema e por muitas vezes solicitou a intervenção da polícia da Cidade do Kilamba, sem sucesso.

"Desde 2014 andamos abandalhados. Não somos tidos em consideração, enquanto eles continuam a fazer das suas no bairro", registou.

Ao que os moradores sabem, a presença dos PCU visava manter a segurança dos proprietários legítimos de terrenos contra invasores, no caso concreto, militares que aparecem com o intuito de ocuparem os terrenos. Por sua vez, o 1º secretário do Comité de Acção do Partido, (CAP), do bairro Bita Cambe já, Celestino João Lungongo, fez saber que a situação já foi dada a conhecer às autoridades, pelo que "aguardamos resposta".

7.6 Demolições e agressões na ordem do dia

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Texto: Manuel Alberto

À entrada do bairro as imagens são logo denunciadoras. Casas e construções demolidas, bem como dezenas e casebres de chapas, umas distantes das outras, cenário típico das zonas que começam a ser habitadas recentemente.

Segundo contaram os moradores ao A Capital, o primeiro acto de demolição protagonizado pelos supostos agentes do PCU e da Polícia Nacional ocorreu no passado mês de Abril de 2014 sem qualquer mandato oficial do Governo Provincial de Luanda, (GPL), para justificar a acção.

Aflitos, alegam que já recorreram ao GPL, ao tempo do então governador Bento Francisco Sebastião Bento. O morador Afonso Kiala, 40 anos, fez parte da comitiva que se deslocou ao palácio da Cidade Baixa.

Residente no local há mais de três anos, adiantou à nossa reportagem que depois do encontro, lhes foi dito que o GPL nada tinha a ver com a situação. Facto é que, até à data presente desconhecem o verdadeiro responsável pelas constantes demolições.

Entretanto, passado algum tempo, voltaram a reconstruir, mas antes, segundo Kiala, contactaram o provedor de Justiça que se fez ao local e garantiu-lhes que não havia problemas em eles habitarem naquela área.

"O provedor de Justiça apareceu aqui no bairro e disse-nos que, pelo que viu, tinha provas absolutas de que bairro nos pertence", registou Kiala.

Ex-militar das Forças Armadas Angolanas, o jovem Ferrão, contou que já presenciou mais de dois actos de agressões protagonizados pelos supostos agentes do PCU.

"Cheguei a ver mais de três vezes os PCU a levarem homens da construção. O meu vizinho e mais um jovem foram levados com os respectivos materiais de construção no mês passado, enquanto um outro senhor foi levado para a unidade deles com as chapas que estavam a pregar", detalhou Ferrão, avançando que os terrenos de muitos dos moradores foram comprados de camponeses, que tinham na área, lavras e quintas.

"Não somos invasores, compramos os terrenos nas mãos dos mais velhos camponeses", defendeu-se, lamentando o facto de várias vezes terem feito participações da postura monstruosa dos agentes do PCU, à Polícia do Kilamba, "mas nada resolvido".

Quem viveu na pele as agressões dos agentes do PCU, tem lembranças dolorosas. Tal é o caso do velho Domingos Manuel Pedro, mais conhecido por Mantorras. Explicou que foi torturado e levado pelos agentes do PCU.

"Encontraram-me a podar as mangueiras. Atiraram-me no carro como se fosse um saco de fuba", ilustrou.

"É uma lembrança de triste memória para mim. Partiram-me três casas", recordou. O velho avançou que, muitos dos moradores já tinham, inclusive, casas bem edificadas no bairro, porém, "eles mandaram fazer casas de chapas".

Cansado com a situação, o proprietário de algumas quintas no local, apelou a segurança por parte das autoridades policiais, porque, "isto eram lavras e agora é um bairro".

Há mais de 12 anos no bairro, a cidadã Luzia André José, 64 anos, tal como Domingos Pedro, possuía lá uma quinta, partes da qual acabou por vender. No espaço que sobrou é onde está à sua própria residência. Ela disse que estava a erguer uma casa no bairro, mas não concluiu por causa dos agentes do PCU.

"Apareceram armados e deixaram cair sem aviso prévio", queixou-se.

"Eles aparecem sempre. Controlam, evitando que as pessoas façam obras", atestou.

7.7 Governo recua e constrói para sinistrados

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Texto: Marcos António

Governo de Benguela acaba de mudar a sua posição quanto ao realojamento das trezentas famílias que se encontravam no centro do Camuringue, arredores do Lobito, ao abraçar a etapa seguinte à instalação de alicerces na urbanização dos Cabrais, cedendo a pressões de cidadãos sem capacidade financeira.

Uma orientação baixada pelo governador, destinada a empresas que se encontram no terreno, sob supervisão do sector do Urbanismo e Ambiente, foi suficiente para colocar alguma água na fervura, sendo certo que já não se podia camuflar a revolta das vítimas das enxurradas do passado mês de Março.

Dos Anjos, que teve várias decisões contrárias às da estrutura central do Executivo, tomou esta medida quando confrontado com tendas na urbanização delineada para casas condignas, transformada, como se vê, numa espécie de "Camuringue II", Fontes bem posicionadas, em missão nos Cabrais muito antes do anúncio do "desmantelamento" do centro de concentração provisória, ressaltam que os últimos acontecimentos mexeram com o governador provincial, que chegou à conclusão de que "alguma coisa tinha de ser feita". Perante a movimentação das famílias, num claro sinal de protesto, Isaac dos Anjos, dizem as mesmas fontes, entendeu que, apesar da escassez de recursos, é imperiosa uma engenharia no sentido de minimizar os danos. "O senhor

governador pensa que devemos prestar um pequeno auxílio", sintetizou. Num breve contacto com o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e Infra-estruturas, Victor Sardinha Moita, confirmou os dados acima descritos, salientando que as famílias mais desfavorecidas estão a receber uma ajuda pontual para o levantamento das paredes.

Sem ter prometido fosse o que fosse, até porque "não existem recursos", Moita admitiu que a construção de uma casa à dimensão do modelo patente na urbanização exige mão-de-obra qualificada e material de construção (ferro) adicional ao existente. "É nesta base que damos uma ajuda. São, na verdade, trezentas e setenta casas, uma vez que já lá estavam setenta famílias. As pessoas não devem, entretanto, ficar de braços cruzados, têm de fazer muito para que tudo corra bem", sintetizou. Importa recordar que o Estado gastou um milhão e cem mil Kwanzas em cada um dos trezentos e setenta alicerces construídos. Em cima da mesa estiveram hipóteses que representariam mais 720 milhões ou mil milhões de Kwanzas.

Kangamba 'destronado' por Kissari

Quando os sinistrados, visivelmente agastados, diziam que "alguém prometeu casas" na altura em que se contabilizava o número de desalojados, saltou à vista um pronunciamento público de Bento Kangamba. Tanto é que o governador de Benguela, confrontado por jornalistas após a cerimónia de entrega de alicerces, há já mais de dois meses, afirmou, categórico, que os questionamentos deviam ter sido dirigidos a quem prometeu. "Vocês devem perguntar ao senhor Bento Kangamba, o governador não se responsabiliza pelo que os outros dizem", sustentava, recordamos, Isaac dos Anjos, que não se cansa de alertar para a hipótese de aproveitamento político. Agora, com a opinião pública conformada com uma promessa que não passou disto mesmo, surge o empresário Silvestre Kissari como uma espécie de bombeiro.

Já com anuência do Presidente José Eduardo dos Santos, Kissari vai começar com um Comité do MPLA nos Cabrais, devendo avançar, sabe o A Capital, para o apoio solicitado pelas famílias. No acto de lançamento da primeira pedra, disse que o processo de realojamento deve ser visto como parte da política habitacional do Governo, mas não descartou, embora sem ter feito promessas, um empurrão nesse sentido. Fonte próxima ao empresário garante a oferta de uma elevada quantidade de adobe, que vai impulsionar o "levantamento das paredes".

Em Benguela, onde começa a ganhar protagonismo político, Silvestre Kissari tem a parceria da empresa de Belito Xavier, outro "cabo eleitoral" que se fez à estrada em direcção ao crescimento do partido no poder.

7.8 O terreno da discórdia

Jornal O Crime

12 De Setembro de 2015

Segundo familiares, o litígio com Virgílio Bernardo, administrador municipal à data dos factos, começa porque o malogrado era visto como uma espécie de «empecilho em certos negócios», realçando-se a venda de terrenos, para os quais era necessária também a assinatura de Frazão. Era necessária, conforme referem, a assinatura de um «indivíduo recto, defensor da legalidade e dos interesses do Estado».

Conforme conta Moisés Gourgel, depois da morte do tio começou a assistir-se a um cenário de venda desordeira e ocupação de terrenos. Há registo, aponta, da ocupação de um lote da vítima, localizado no bairro do Tchioco, na cidade de Lubango, com uma área de 17.887, 50m².

Fernando Simões dos Santos, legítimo titular do direito de superfície, como se lê nos vários documentos que publicamos, recorreu junto da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial da Huíla, onde recebeu um despacho favorável, diluído, entretanto, na força do «rei e senhor» Tyova. O antigo administrador, indica a fonte, tratou de ignorar a decisão do tribunal, ao vender um espaço que não o pertencia.

Este jornal tentou chegar à fala com o visado, durante dois dias, mas o deputado não atendeu a nenhuma das chamadas efectuadas. Nem com uma SMS a explicar o assunto tivemos sucessos.

7.9 Tchizé recusa projecto demolidor

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Há uma semana, uma notícia posta a circular no portal Club-K dava conta de uma acusação de proprietários de cerca de 300 casas contra a também empresária Welwitschia dos Santos de ter ordenado a demolição das referidas residências, sem que os supostos lesados tenham tido o acompanhamento ou alguma explicação de alguma entidade competente.

Ao ver-se exposta na acusação, a resposta de Tchizé não se fez esperar. Através das redes sociais (facebook), a mesma reagiu da seguinte forma: "O Club-K acordou' com vontade de dar nas vistas à minha custa", retorquiu, para depois acrescentar: Tristeza?

Gente que não tem forma criativa de ganhar visibilidade, senão inverter estórias sórdidas e macabras sobre gente trabalhadora e de bem".

Na notícia que o portal retomou das denúncias feitas à Voz da América (VOA), os moradores visados na suposta medida de demolição atribuída à filha do Presidente da República revelaram que há pretensão de instalação no local de uma nova Zona Económica Especial, à semelhança da existente no município de Viana. "(...) Todos dizem que é tudo da Tchizé. Então vamos esperar o que ela vai dizer. Têm que nos indemnizar (...) ", afirmou uma moradora, entretanto não identifica da, citada pela VOA.

Meio metafórica, a empresária sobre quem impendem as acusações de promotora da operação de demolição contra-atacou: "eu, de facto, devo estar no bom caminho, porque só se atiram pedras a árvores que dão frutos (...)", disse, para depois salientar: "vou continuar a pautar-me pela conduta de sempre", sem no entanto entrar em mais detalhes.

A Polícia Nacional local e a Administração Municipal de Viana não só lavaram as mãos, mas também encetaram uma fuga-a-sete-pés, quando instadas a pronunciarem-se a respeito deste assunto que, no dizer dos proprietários das residências visadas no alegado processo de demolição, conhecerá novos e quentes desafios nos próximos capítulos.

Aliás, não é de agora que o nome da empresária é associado a este tipo de processos. Em 2009, por exemplo, foi dada como estando interessada na compra dos bairros Katambor e parte do Prenda, acusações que a visada terá recusado naquela ocasião.

7.10 Reservas fundiárias são invadidas por cidadãos

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2015

A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE) de anunciou ontem, em Luanda, a crescente ocupação e venda ilegal de terrenos e o desrespeito reiterado e sistemático" às normas daquela reserva do Estado.

A sociedade, em comunicado citado pela Angop, diz que as violações às normas da reserva industrial de

Viana são perpetradas em regra por populares, coordenadores de bairros e a população residente nas áreas circunvizinhas, numa clara intenção de inviabilizar o projecto de industrialização do país.

A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo sublinha que o projecto serve para incentivar o empreendedorismo, a criação de novos postos de trabalho, a redução das importações, entre outros.

"A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, na qualidade de entidade gestora e de desenvolvimento da referida zona, vem através desta comunicar e acautelar que o património do Estado colocado a sua gestão não fique onerado, por acções de indivíduos ávidos de enriquecimento rápido e ilícito com venda e ocupação de terrenos afecto às 21 reservas fundiárias da Zona Económica Especial Luanda-Bengo", refere a nota.

A Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo solicita o apoio da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Nacional, Região Militar e demais instituições públicas, no sentido de responsabilizar civil e criminal todos cidadãos envolvidos em tal prática e informa ao público em geral que é proibida a construção de qualquer obra e circulação de material de construção civil dentro das reservas fundiárias da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, com excepção de pessoas devidamente autorizadas.

7.11 Apropriação de terras preocupa camponeses

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2015

A invasão e a apropriação das terras de cultivo, por parte de empresários e fazendeiros, na comuna do Lombe, município de Cacusó, está a preocupar os camponeses, por quanto se vêm limitados nas suas actividades e na expansão das áreas de produção agrícola.

A preocupação foi manifestada ontem pelos camponeses, durante o Encontro Municipal das Comunidades de Calandula, realizado na comuna do Lombe, pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) de Malanje, que visou auscultar algumas inquietações da população local.

Os camponeses destacaram a necessidade de as administrações comunais exercerem um controlo e

fiscalização das parcelas cedidas aos camponeses, às cooperativas e aos fazendeiros, para que ninguém veja violado o seu espaço e, conseqüentemente, todos trabalharemos para o desenvolvimento da região.

O chefe de secretaria da Administração Comunal do Lombe, André Pedro, em representação da administração comunal, disse que as autoridades administrativas do município de Cacusó, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), estão a registar todos os camponeses e fazendeiros da comuna e suas respectivas terras, de modo a evitar apropriações ilegais.

A importância do encontro das comunidades para o esclarecimento de todos os aspectos ligados às terras foi sublinhado por André Pedro, "porquanto o mesmo serviu para analisar e cultivar o espírito de unidade e harmonia, rumo ao desenvolvimento da comuna do Lombe e de Malanje, em geral, com as acções de todos".

A coordenadora da equipa municipal da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Cacusó, Luísa Ramos, disse que o encontro serviu para a consolidação do desenvolvimento e associativismo cultural, envolvendo diferentes franjas e sensibilidades das organizações comunitárias, capazes de se juntarem em redes de defesa dos seus interesses.

Luísa Ramos referiu que o encontro visou balancear as acções e analisar as conclusões e recomendações do décimo quinto encontro das comunidades, bem assim como o fomento da troca de experiências de boas práticas de desenvolvimento local e avaliação das práticas públicas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural."

No encontro municipal das comunidades de Calandula participaram activamente mais de cinquenta agricultores associados em diversas cooperativas que funcionam em várias localidades da comuna Unado Lombe, quadros da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, autoridades tradicionais e diversos convidados.

7.12 Lotes de terra são entregues às populações

Jornal de Angola

18 De Setembro de 2015

Mais de 200 munícipes de Mbanza Congo que residem em zonas consideradas de risco beneficiaram ontem de lotes de terrenos, no âmbito do programa de fomento de auto-construção dirigida. (O acto de

entrega de lotes decorreu na localidade de Nkondo, oito quilómetros a norte da cidade de Mbanza, e foi orientado pelo governador provincial, José Joanes André.

Dirigindo-se aos beneficiários, Joanes André disse que a iniciativa surge em resposta às preocupações levantadas no último encontro que o Governo Provincial manteve com os membros do conselho local de auscultação e concertação social em que participaram também representantes de diversos estratos sociais da região.

Neste encontro, disse o governador provincial, foram abordados aspectos atinentes às construções anárquicas e em zonas de risco, cuja recomendação foi trabalhar para a necessidade do reassentamento das famílias visadas para as áreas seguras.

"O Governo está sempre preocupado com a população. Hoje viemos cumprir o prometido", esclareceu o governador provincial, que acrescentou que cada beneficiário recebeu um lote de terreno de 600 metros quadrados para dentro de dias iniciar com a construção d sua moradia. Explicou que na referida área foi já construída uma escola, estando também prevista a edificação de um centro de saúde nos próximos tempos. O governador assegurou ainda haver um projecto de requalificação das zonas consideradas "portões de entrada" para a cidade de Mbanza Congo, com vista a proporcionar outra imagem ao município-sede.

Joanes André anunciou, para breve, o início das obras da centralidade de Mbanza Congo. Na primeira fase vão ser edificadas 1.500 casas sociais, no bairro 11 de Novembro. A centralidade vai ocupar uma área de 100 hectares, pelo que vai haver necessidade de requalificar as habitações que se encontram à volta do perímetro.

7.13 Sobrinho de Dos Santos surripia terrenos

Jornal Grandes Noticias

18 De Setembro de 2015

O sobrinho do Presidente da República Octávio Bento dos Santos Sousa, é acusado por Domingos Belchior de Sousa Van-Dúnem de burla e defraudação.

A informação foi prestada ao Jornal Grandes Notícias por Domingos Belchior de Sousa Van-Dúnem em que desmente Octávio Bento dos Santos Sousa de ter adquirido um prédio rústico na comuna do Benfica, distrito da Samba, «o mais velho José

António cedeu-me o terreno em 2007, com documentos reconhecido pelo notário em 26 de Novembro de 2008. E, foi com este e outros documentos que obteve o título de concessão do direito de superfície», esclarece.

Adiantou ainda que, não é verdade que o Senhor José M.F. Marta na qualidade de secretário e também de tesoureiro, nunca negociou com o Belchior e nem tão pouco com o velho José António, mas chegou de receber duzentos e setenta mil kwanzas, referente ao adiantamento do terreno que está em negociação na zona do lar do patriota. Devido a má fé do proprietário da empresa Mesan Cleaning limitada Octávio Bento dos Santos Sousa, desde 2009 que não honra com o compromisso assumido e, ainda falsificou a declaração de José António, dizendo que lhe foi vendido a parcela com as dimensões de 750 metros a 180 metros quadrados. O velho confirmou ao Jornal Grandes Notícias de que cedeu o seu espaço ao senhor Belchior de Sousa Van-Dúnem e não em nome de Octávio Bento dos Santos Sousa. Para dirimir o litígio entre o sobrinho do Presidente da República, Belchior de Sousa teve de recorrer aos préstimos do seu tio, José Eduardo dos Santos e, este por sua vez despachou para a sua secretária para os Assuntos Judiciais e Jurídicos Antónia Florbela da Rocha Araújo, para uma solução amigável, para que o mesmo reveja a sua parcela de 15 hectares e, foi aconselhado a pagar os valores em causa, ou mesmo devolver o terreno, nunca aceitou honrar com o seu compromisso.

Apuramos que no terreno em causa Octávio Bento dos Santos Sousa, ao arrepio da lei foi construir um projecto habitacional, denominado de «vila kuditemo» que significa «não te metas» e, que foi inaugurado pela vice-governadora de Luanda para o sector político e social Jovelina Imperial. Nesta primeira fase Octávio dos Santos tem prontas e equipadas dezassete residências de diferentes tipologias para comercialização. «São vivendas do tipo T-5 A, T-5 C e T-8. As do tipo T-5 possuem dois pisos e a T-8 tem três pisos».

O administrador adjunto do complexo habitacional, Domingos Conceição, a «vila kuditemo» em conversa com o Jornal de Angola no dia 24 de Agosto, é um projecto privado que resulta de uma parceria entre as empresas angolana Mesam e a chinesa Huashi, num investimento de 93 milhões de dólares. O projecto residencial começou a ser construído no ano passado e compreende três fases, que devem ficar concluídas em 2017. O projecto final prevê a construção de 145 vivendas de diferentes tipologias, incluindo a T-4, centros comerciais de nível superior, jardim-de-infância, creche, espaços para festas e eventos, piscinas, quadras de ténis, restaurantes, boutiques e

outras infraestruturas. Para Jovelina Imperial «é uma infra-estrutura moderna, bonita, que vai ajudar a requalificar a zona do lar do patriota e vai minorar as dificuldades de habitação.

O sector imobiliário está a caminhar muito bem».

7.14 Requalificação de Luanda requer esforço do Executivo

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2015

Texto: Yara Simão

Jornal de Angola - Quais as razões e os objectivos da requalificação do Sambizanga?

António Fiel "Didi" - A Requalificação dos musseques e uma promessa do Chefe do Executivo no que concerne a sua reconstrução. Em Luanda, temos zonas suburbanas degradadas sem o mínimo de condições de habitabilidade. Isso significa que há ausência de dignidade para as pessoas viverem nesses lugares. É um acto de coragem e determinação, porque não é fácil transformar um musseques em zona urbana.

Jornal de Angola - Quais são os maiores constrangimentos que tem encontrado?

António Fiel "Didi" - Esta actividade vai requerer um esforço muito grande do Executivo, do poder local e dos munícipes. Entre os constrangimentos, o principal é o reassentamento das populações. É verdade que as pessoas estão habituadas a viver no seu habitat, onde tem história, nasceram e cresceram lá, mas a situação física desses espaços, que conhecemos bem, não é digna para se viver.

Jornal de Angola - Diz-se que, quando o assunto é habitação, aparecem muitos oportunistas ...

António Fiel "Didi" - Nestes complexos suburbanos, temos casas, casinhas, casebres e chimbecos. Na hora do reassentamento há sempre o oportunismo de alguns. Mesmo assim, o Estado fecha os olhos e beneficia algumas dessas pessoas. Mas há quem viva num quatinho e reclame ao receber uma residência T3 no Zango. Não entendemos a reacção dos munícipes. O Zango é um bom lugar para se viver.

Jornal de Angola - As famílias desalojadas podem regressar as zonas de origem depois da requalificação?

António Fiel "Didi" - Todas as famílias que saírem das várias zonas do Distrito do Sambizanga para o Zango são livres de voltarem um dia para ter

moradias melhores. Se forem para o Zango mediante negociação, independentemente da situação em que saem, quando quiserem voltar para o Sambizanga vão adquirir um apartamento. Isso é que é preciso perceber. Quem quiser voltar ao Sambizanga vai ter de comprar. Os municípios do Sambizanga não são os primeiros nem os últimos a fazer essa transacção e ninguém voltou.

Temos os exemplos dos que foram morar na zona do Panguila e dos primeiros habitantes do Zango.

Jornal de Angola - Existem casas com quintal e outras com negócio. Como tratar essas situações?

António Fiel "Didi" - Cada cader local e dos municípios. Entre os constrangimentos, o principal é o reassentamento das populações. É verdade que as pessoas estão habituadas a viver no seu habitat, onde tem história, nasceram e cresceram lá, mas a situação física desses espaços, que conhecemos bem, não é digna para se viver.

Jornal de Angola- Diz-se que, quando o assunto é habitação, aparecem muitos oportunistas ...

António Fiel "Didi" -Nestes complexos suburbanos, temos casas, casinhas, casebres e chimbecos. Na hora do reassentamento há sempre o oportunismo de alguns. Mesmo assim, o Estado fecha os olhos e beneficia algumas dessas pessoas. Mas quem viva num quartinho e reclame ao receber uma residência T3 no Zango. Não entendemos a reacção dos municípios. O Zango é um bom lugar para se viver.

Jornal de Angola - As famílias desalojadas podem regressar as zonas de origem depois da requalificação ?

António Fiel "Didi" - Todas as famílias que saírem das várias zonas do Distrito do Sambizanga para o Zango vão livres de voltarem um dia para ter moradias melhores. Se forem para o Zango mediante negociação, independentemente da situação em que saem, quando quiserem voltar para o Sambizanga vão adquirir um apartamento. Isso é que é preciso perceber. Quem quiser voltar ao Sambizanga vai ter de comprar. Os municípios do Sambizanga não são os primeiros nem os últimos a fazer essa transacção e ninguém voltou. Temos os exemplos dos que foram morar na zona do Panguila e dos primeiros habitantes do Zango.

Jornal de Angola - Existem casas com quintal e outras com negócios. Como tratar essas situações?

António Fiel "Didi" - Cada caso é um caso, mas todos têm de sair. Temos sido bastante compreensivos neste tipo de negociação e há sempre

um entendimento. Tem-se dado a devida atenção aos armazéns, as casas comerciais. As equipas negociais estão capacitadas para solucionar essas questões. Mas importa referir que existem também os casebres e as pessoas que neles residem estão a receber casas com muito melhores condições, Jornal de Angola - Quer dizer que não compreende o comportamento dos municípios?

António Fiel "Didi" - Não são todos. Alguns teimam em não sair e, se assim for, as obras não avançam e criam-se dificuldades ao projecto. Tem havido também muita agitação. Algumas pessoas opõem resistência ao negociar sem saber porque. Tem havido muita contestação e um mau clima sem necessidade. Mas o projecto não para, temos trabalhado no sentido de sensibilizar as populações para os benefícios da Requalificação. Os municípios precisam de se organizar e colaborar com a Administração Distrital e órgãos competentes pela execução do projecto. Esse apoio tem de ser permanente, desde o registo das casas e famílias até à conclusão de todo o processo, para que os municípios não saiam prejudicados por qualquer manobra tendente a ludibriar os responsáveis pelas obras.

Jornal de Angola - Fala-se em pessoas que recebem casas no Zango e dias depois aparecem no antigo bairro para receberem novas residências.

António Fiel "Didi" -É uma situação que ocorre. Começamos a fazer reassentamento na altura em que criamos o Zango, quando tiramos as pessoas da encosta do Miramar. Essa prática é muito antiga. Precisamos de estar atentos para essas situações não voltarem a acontecer. Aqui não há filme de bandidos. Isto é uma negociação em que deve haver sensibilidade, compreensão e colaboração de todos. É um processo que vai trazer benefícios a todas as pessoas.

Jornal de Angola - Quais as motivações dos que agem assim?

António Fiel "Didi" -As pessoas que não estão legais em determinados assentamentos populacionais fazem malabarismos para serem registadas. São oportunistas e as mais confusionistas. Vão a zonas de risco colocar chapas e dizem que já lá moram há muitos anos, com a intenção de receber casas.

Esses indivíduos pretendem travar o plano de requalificação, um projecto bem estruturado do Executivo para o bem-estar dos municípios do Sambizanga.

Jornal de Angola - Os moradores do bairro Ngola Kiluanje sonham com os apartamentos ..

António Fiel "Didi" - Neste momento, não sei quem são as pessoas que vão ocupar aquele lugar. Vamos esperar, porque esta é uma actividade coordenada. A Comissão Administrativa não está só. A nível do Executivo, trabalha com os ministérios da Habitação e Urbanismo e da Construção. Precisamos de concertar acções para que tudo decorra como deve ser. Naturalmente, vai haver ocupação dos edifícios já construídos. Os moradores vão sair de zonas que precisam de ser demolidas com urgência, mas nada ainda está definido. O que posso garantir é que a maioria das pessoas vai para o Zango.

Jornal de Angola - Qual a maior preocupação da Comissão Administrativa neste processo?

António Fiel "Didi" - A maior preocupação é transmitir aos munícipes que vão acontecer inevitavelmente constrangimentos no reassentamento. As pessoas querem que o negócio seja igual para todos e não é possível. O Governo está atento e vai valorizar o processo e agir de forma imparcial e desapaixonada, para que ninguém saia prejudicado. A intenção do Executivo é criar melhores condições de vida para os munícipes do Sambizanga através do processo de requalificação.

Jornal de Angola - Porque razão muitos munícipes se recusam a ir morar no Zango?

António Fiel "Didi" - O Zango é uma zona boa para se viver. Há energia eléctrica, água, hospital e escolas. É um lugar bom. Não consigo compreender o porque de estarem renitentes em sair do Sambizanga, onde vivem em condições precárias e em situação de risco. Há pessoas que viviam em casas de chapa e o Estado deu-lhes uma casa com condições, mas, mesmo assim, querem permanecer nas zonas de risco.

Jornal de Angola - O que espera dos munícipes do Sambizanga?

António Fiel "Didi" - Os munícipes devem colaborar com as equipas que trabalham no registo para que a requalificação seja um projecto que lhes traga conforto. Acredito que vai trazer alegria não só para os executores mas para os beneficiários, porque a requalificação traz infra-estruturas, redes de comunicações, hospitais e escolas. Significa transformar o musseques precário em cidade.

Jornal de Angola - Fale-nos da requalificação do Bairro Operário.

António Fiel "Didi" - No Bairro Operário vão ser criadas condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade para beneficiar as famílias que, ao longo de gerações, vivem e permanecem nessa área,

mediante condições especiais a estabelecer e que permitam o seu regresso às zonas principais do projecto, a medida que forem construídos os edifícios. As demais famílias vão ser asseguradas, em condições especiais e objecto de regulamentação, o realojamento fora das áreas de requalificação, em habitações de cariz evolutivo, para que possam dar continuidade à construção a seu gosto.

Jornal de Angola - Os moradores do Bairro Operário têm feito vários questionamentos sobre os apartamentos da Anangola.

António Fiel "Didi" - A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda tem recebido muitas reclamações de moradores do Bairro Operário relacionadas com os apartamentos do novo edifício construído próximo da Anangola. Temos explicado aos moradores que é impossível albergar todos no mesmo edifício. Por isso, optamos por acomodar no prédio os senhorios ou responsáveis das casas-mãe e os ocupantes dos anexos ou inquilinos foram transferidos para o Zango, o que, na maioria dos casos, foi negado.

Jornal de Angola - Acredita que essa medida vai ao encontro das necessidades dos munícipes?

Jornal de Angola - Acredita que essa medida vai ao encontro das necessidades dos munícipes?

António Fiel "Didi" - Com este método, a Comissão Administrativa acredita ir ao encontro das necessidades e possibilidades reais das famílias em matéria de habitação condigna e de consolidação jurídica do direito de propriedade e de posse do bem patrimonial habitacional. Estamos, por outro lado, a assegurar a sustentabilidade operacional e financeira da requalificação urbana, em benefício de todos quantos ocupam as áreas em referência. Prevê-se que o processo de requalificação do Bairro Operário tenha uma duração de cinco anos.

Jornal de Angola - Quais são as funções da Comissão Administrativa de Luanda?

António Fiel "Didi" - Somos uma administração municipal, mas pela sua natureza temos uma estrutura diferente das tradicionais.

7.15 Dos Anjos decide construir casas para sinistrados do Lobito

Jornal O País

25 De Setembro de 2015

Um pouco pressionado pelos visados e pela sociedade local, o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, recuou na sua decisão de endossar aos sinistrados a responsabilidade da construção das suas próprias residências, tendo remetido a demanda para o seu Executivo.

Esta Segunda-feira, Isaac dos Anjos assinou um acordo de parceria com uma delegação de parceiros de companhias petrolíferas e apresentou as infra-estruturas sociais básicas, bem como os projectos que estão a ser desenvolvidos pelo Executivo na urbanização dos Cabrais, local que acolhe perto de 370 famílias, sendo 300 sinistradas das chuvas de Marco e 70 residentes.

A reportagem de o País constatou no local que as residências estão a ser erguidas por empresas chinesas e financiadas pelo Governo de Benguela.

"Já concedemos também o lançamento para a construção de uma escola que também vai ser integrada no Programa de Investimento Público (PIP), definiu, Isaac dos Anjos. O governante assegurou que com a indicação dessa disponibilidade, o seu executivo também identificou o modelo de centro médico que vai ser contraindo no local.

"Procuramos, desta feita, ir buscar ao de outras localidades do município do Lobito, para o qual temos uma planta específica", precisou.

Depois da cerimónia de assinatura Urbanização dos Cabrais e to contacto com a realidade da população para a qual se destina o acordo firmado com o Governo de Benguela.

"O executivo viu que as famílias, por si só, não eram capazes de construir as casas como o Governo quer, então decidiu ele próprio erguer as residências. Também um alivia para a população" confidenciou uma fonte ligada ao Governo.

Uma outra fonte louva a iniciativa do Governo na captação de recursos para a implantação de infra-estruturas sociais básicas. Todavia, alerta para uma gestão parcimoniosa dos valores financiados pelas petrolíferas p e que, efectivamente, sirvam mesmo os interesses da população carenciada, "Agora eu estou convencido de que o Governo, sozinho, não vai conseguir construir as mais de 300 casas, pelo que e necessário que continuem a procura de outros

parceiros para ajudarem a construí-las, Oxalá os nossos governantes não fiquem de olho no dinheiro, porque um milhão f de dólares nesta altura do campeonato e muito dinheiro", considera outra fonte.

Entretanto, um morador identificado apenas por Jamba, mostrou-se preocupado por não ter conseguido ainda se inscrever para que, a semelhança de outros, a sua residência possa também ser construída pelos chineses. "Ouvimos que o Governo só vai construir algumas coisas e os chineses já vão e eu e outros meus vizinhos estamos preocupados desde a semana passada que estamos a ver se o chinês constrói.

Nos falaram que o Governo vai construir todas as casas e não precisamos de pagar nada", avançou.

7.16 Efectivos da Polícia Nacional condenados por burlar terreno

Jornal O Crime

26 De Setembro de 2015

Texto: Olga da Silva

Os agentes da Polícia Nacional, Aníbal António, também conhecido por Bani, e Magalhães António Miguel ou simplesmente Magá, entraram, sem nenhum sentimento de pesar, ao esquema do co-réu José Luís Baptista de Sousa Lima, 46 anos, condenado a três anos de prisão maior, de se apropriarem de um espaço habitacional, com objectivo claro de burlar inocentes e ganhar dinheiro de forma suja e fácil.

Conta os autos que José Lima e Aníbal António são amigos há mais de 20 anos e residiam na Nova Urbanização, sita no município de Cacucaco. Conhecidos na área, José Lima, cria a ideia de se passar por dono de um terreno, com as medições de 30 por 25, cujos familiares do verdadeiro proprietário, Bernardo Terêncio, já falecido, não punham ainda a obra a andar. Mas, para tal, José Lima contou com a ajuda de seu amigo, Aníbal, contando-lhe o plano e contando, igualmente, que precisaria da sua ajuda para materializá-lo. Ou seja, que o ajudasse a encontrar alguém, que não fosse conhecido no bairro, para se fazer passar por dono do terreno para sua posterior venda.

Conhecendo tamanha injustiça e criminalidade no tal pedido, nem a função de agente da ordem pública e agente de educação social foi o suficiente para impedir Aníbal António de chamar seu amicíssimo, Magalhães Miguel, para se fazer passar por cunhado de José Luís e dono do terreno em causa. Este, em conjuntura com seu comparsa, munidos do

sentimento de dinheiro fácil, aceitou, obviamente, sabendo que teria uma parcela ao fazer o citado papel.

Foi então que José Lima dirigiu-se até à Comissão do bairro, tendo sido recebido pelo coordenador da mesma, Mateus Daniel, informando que seu cunhado tinha um terreno e que queria vendê-lo. O coordenador do bairro, por sua vez, lembrou-se que tinha um amigo, José Cambala, cujo sobrinho necessitava de um terreno. Acabaram por acordar que 10 por cento da venda ficaria com Mateus Daniel e seu secretário.

A 9 de Janeiro de 2012, o coordenador da comissão, Mateus Daniel, seu secretário, António Candeeiro, os três réus, José Luís, Aníbal António e Magalhães Miguel, o sobrinho que precisava de terra, Celestino André e seu tio, José Cambala, reuniram-se na casa deste último para proceder a venda do terreno. Nesta reunião, sem titubear, Magalhães Miguel patenteou que era dono do terreno e que queria vendê-lo por 16 mil dólares. Com algumas discussões, o preço acabou por baixar para 14 mil dólares. Celestino André, inocente de tudo, adianta com o pagamento dando 12 mil dólares, tendo uma parcela ficado com o coordenador da Comissão do Bairro e seu secretário. No entanto, Celestino André chegou ainda de exigir o contracto de compra e venda, mas ludibriaram-no com explicações de que eram fuzileiros navais ... "e, certamente, a presença dos agentes da administração da comissão", pô-lo confiante. No final, todos os presentes assinaram, como se de uma verdadeira reunião de negócios entre accionistas de uma empresa se tratasse!

De seguida, mesmo faltando dois mil dólares no pagamento, como grande parte do objectivo fora já cumprido, José Lima, pagando salário aos seus comparsas, deu dois mil dólares a Magalhães Miguel e 4500 dólares a Aníbal António.

Porque Celestino André planejava também levantar um primeiro andar na sua construção, o biltre não perdeu a chance para, mais uma vez, ter "uns dólares no bolso sem esforço", tornando claro, José Lima sustentou que tinha um irmão que era arquitecto e que lhe faria a melhor planta para sua casa a bom preço. Como todo o mundo tem tendência de gastar menos para boa qualidade, concordou rapidamente tendo dado 1300 dólares dos 1500 que lhe foi cobrado, assegurando que os restantes 200 dólares daria quando visse a planta e concordasse. Passado algum tempo sem apresentar a planta, com seus truques de malandro, José Lima alegava que seu irmão estava doente, mas que tinha um outro arquitecto disponível. Porém, para fazer o trabalho,

pediu que se aumentasse 800 dólares no dinheiro que já dera. E este aumentou.

Para a infelicidade do comprador, Celestino André, exactamente na altura em que começava a construir, Julho de 2012, aparece um suposto dono a dizer que o terreno era seu e que não podia levantar nenhuma obra aí. O espertalhão, para acalmar os nervos de sua presa, deu-lhe um outro terreno sito em Caxito, província do Bengo, propriamente nas imediações do Ucuca. Contudo, quando Celestino André já havia colocado 49 chapas no terreno que, finalmente, pensara que já era seu, apareceram os membros da Administração do Município de Cacuaco reconhecendo que aquele terreno pertencia a uma Associação.

Bem, como o ditado diz "uma vez malandro, malandro para sempre", José Lima fez ainda das suas artimanhas para enganar, mais uma vez, Celestino André, retirando-o do Ucuca para mais um sonho: outro terreno, novamente, na Nova Urbanização de Cacuaco! Munido do sonho da casa própria, Celestino André estava disposto a tudo ou para ter o terreno, ou para ver seu dinheiro ressarcido. Como a concretização da segunda opção estava-lhe difícil, caiu, uma vez mais, no "joguinho" do burlador. Com suas 49 chapas, foi ao novo terreno. Aí, em poucos dias, os populares diziam-lhe que aquele terreno pertencia à filha do antigo administrador de Cacuaco e "o marido dela é bué mau e vai te tirar daqui com chapadas".

"Pau que nasce torto, inclinado morre"

Apensado a esse processo, foi outro crime de José Luís Baptista de Sousa Lima, também de Burla por defraudação. Uma vez que até aí, Celestino André não tomou nenhum posicionamento forte para obrigar José Luís a fazer a devolução de seu dinheiro, esse não parou, ou seja, em Março do mesmo ano, decidiu pegar mais uma vítima, dessa vez, André Ângelo Pinto Fernandes que, com o mesmo fim que Celestino André, desembolsou sete mil dólares na compra de um terreno com 24 metros de largura e 15 de comprimento.

Enquanto André Fernandes esperava a legalização do terreno, começou a fazer escavações no quintal. Infelizmente, para si, apareceu um indivíduo, identificado apenas por Tamoura, diz-se integrante das Forças Armadas Angolana (FAA), dizendo que o terreno era seu. Foi, finalmente, Tamoura quem decidiu dar o primeiro passo para dar um 'stop' ao espertalhão: denunciou-o à Polícia.

Somente a 20 de Maio de 2014 é que José Luís Baptista de Sousa Lima foi detido. Uma vez se

apercebendo da detenção, os ofendidos nos autos procederam a formalização das queixas que culminou nas condenações presentes que há quem diga que foram bastante brandas. Os dois policiais estavam sob liberdade condicional.

Porém, para além de estarem obrigados a cumprir as respectivas penas de prisão maior, os réus, conjuntamente, vão indemnizar o ofendido Celestino André com cerca de 461 mil dólares e José Lima pagará ainda sete mil dólares a André Fernandes, porquanto os ofendidos pediram unicamente a devolução de seu dinheiro. A taxa de Justiça vai o valor de 75 mil kwanzas.

Porém, a magistrada judicial da 3ªSecção não deixou de dar um puxão de orelhas aos agentes policiais "vocês são, nada mais que policiais. Que exemplo se pode tirar das vossas atitudes?". Fazendo o que manda o Direito Penal, a juíza também não se compadeceu com as lágrimas de Aníbal António, que rogava que não podia ir à cadeia porque não sabia que chegava tão longe, que sua mulher está doente, perguntando, entre soluços, quem poderia cuidar de seus filhos. "O senhor, como policial, sabia o que fazia e devia medir as consequências de seus actos. Agora, terá de pagar o que causou aos outros", foi a resposta da meritíssima àquele 3º subchefe da Polícia Nacional que pôs em causa a Justiça angolana e que duvidou que "o crime não compensa".

Desconsiderou ainda a defesa de Magalhães Miguel que dizia que seu cliente agiu sem dolo, "o defensor do réu está a dizer que seu constituinte não sabia que o terreno não era do co-réu José Lima, mas isso nada justifica porque houve malícia ao se fazer passar por cunhado de José Lima e ainda a assumir que era dono, ele não o faria se tivesse alguma garantia".

Quanto ao coordenador da Comissão de Moradores, Mateus Daniel, e o secretário, António Candeeiro, que também se beneficiaram do dinheiro arcado das acções ilícitas, ajuíza considera sua acção moralmente incorrecta e que só não foram responsabilizados criminalmente pelo facto de alegarem não ter conhecimento da ilicitude da ocupação do terreno e que, efectivamente, não havia provas contra eles.

Castigados às punições supracitadas pelo crime que tem moldura penal de oito a 12 anos, isto é, Burla por defraudação, previsto e punível pelo artigo 421ª nº 04, pelo Tribunal Provincial de Luanda, Palácio Dona Ana Joaquina, o processo ainda chegará à segunda instância, isto é, para o Tribunal Supremo, para uma reapreciação deste órgão.

o deserto

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Crise económica e lixo desgraçam Angola

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015

Angola é um país africano que, finda a guerra civil que durou décadas e destruiu as suas infraestruturas e milhares de vidas humanas, ainda sofre com a pobreza e com várias doenças que atingem, principalmente, a população mais vulnerável. Sendo África um continente de contrastes variáveis, tem actualmente uma população sofrida. Para se ter uma ideia do panorama, nove em cada dez pessoas portadoras do vírus HIV no mundo, estão na África. A doença já atinge mais de 34 milhões de pessoas no continente.

Muitos países africanos ainda estão envolvidos em conflitos armados, outros debatem-se com uma crise económica constrangedora, um exemplo disso é Angola, que quando o seu governo já alardeava que seria a maior economia africana em 2016, de repente caiu numa "banca rota" sem precedentes, fruto da má gestão, corrupção sem limites em todos os sectores da vida nacional e, como se não bastasse, muita "desbunda" por parte dos seus governantes, que transformaram o país em sua propriedade privada, em detrimento das populações angolanas.

Situação como as de Angola reflecte-se no desenvolvimento do próprio continente africano que, no geral, se apresenta muito atrasado a nível mundial. Segundo a ONU, dos 174 países que são monitorados quanto ao índice de desenvolvimento humano, a África não apresenta nenhuma nação entre as 45 mais desenvolvidas do mundo. A África tem 29 países com o menor nível de desenvolvimento humano do mundo. O continente também bate recordes quando o assunto é o número de refugiados.

São 6,3 milhões de refugiados africanos pelo mundo. Países como o Burundi, a Somália, Libéria, Serra Leoa, Chade, Sudão, Congo Democrático, República Centro Africana, Moçambique, entre outros, continuam a viver situações precárias e violência por autonomia política. A África tem problemas estruturais, cadências na infra-estrutura da saúde, saneamento e educação e dificuldades económicas.

Hoje, a África é o segundo continente mais populoso da Terra, tendo aproximadamente 1 bilhão de pessoas. O continente ainda conta com uma grande

diversidade étnica e cultural. Os principais problemas da África na actualidade são a subnutrição, a fome, o analfabetismo e a baixa expectativa de vida. Actualmente Angola debate-se com uma crise sem precedentes, com salários em atraso, empresas que fecham e jogam para a mais completa miséria os seus trabalhadores por falta de dinheiro, epidemias de cólera e, como se não bastasse, a sua capital, Luanda, está a braços com uma estonteante acumulação de lixo que está a tomar conta de todos os espaços da província onde se situa a maior e mais importante cidade do país, que alberga o próprio Presidente da República e o governo central.

A situação não é para menos e, com o aproximar da época chuvosa, as entidades sanitárias nacionais temem pelo aparecimento de enormes epidemias causadas pelos amontoados de lixo por tudo quanto é canto de Luanda. Com a maior parte das populações já de si debilitadas, a acontecer problemas graves de saúde pública, será uma autêntica catástrofe.

8.2 Governador de Luanda pode estar em queda livre

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015
Texto: Mito Agostinho

Ele que logo que tomou as rédeas do palácio da mutamba, elegeu como uma das suas bandeiras de governação, entabular negociações com as operadoras de recolha de lixo aprimorem o seu trabalho convicta a tornar Luanda numa cidade que possa concorrer, em termos de limpeza e recolha de lixo, com cidades como: Windhoek, Gaborone, Joanesburgo, Praia, etc.

Para cumprir com tal desiderato, o substituto de Bento Bento, com pompa e circunstância engendrou um novo modelo de recolha de lixo que pelos vistos; tal modelo pariu um rato, tudo porque as empresas de limpeza e saneamento da cidade Luanda desistiram do processo de limpeza e recolha de lixo e retiraram os seus meios das ruas por considerarem que os valores agora fixados pelo governo para esta actividade não cobrem as suas despesas operacionais.

A deficiência na recolha de lixo foi reconhecida recentemente pela empresa de Limpeza e Saneamento da cidade de Luanda (Elisal), responsável pelo novo modelo de limpeza da capital angolana, que está em vigor há alguns dias, apesar do Ministério das Finanças disponibilizar, para a limpeza de toda a província, cerca de 10 milhões de dólares por mês, equivalente a um terço do montante atribuído há cerca de quatro anos. Será que Graciano Domingos safa-se desta ou o Presidente vai dar mais um

tempo... Pelo sim ou pelo muitos já sentem saudades de Bento Bento, tido como urn estratégia na questão da limpeza da cidade de Luanda.

8.3 Graciano Domingos sem “Pulmão” para respirar puro

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015
Texto: Wilson Lourenço

O amontado de lixo, que, desde o início de Agosto, cercou Luanda, não é "culpa" de Graciano Domingos. Mas, o precipitado lançamento do novo modelo de recolha de resíduos para a capital, podera custar, segundo apurou o jornal Grandes Notícias, o seu apeamento do cargo. A situação esta tão "feia" na maior praça política, que o obrigara o partido no poder, o MPLA, a puxar da "guilhotina" para sacrificar o actual governador. Será necessário, em termos políticos, um bode expiatório.

De acordo com informações obtidas pelo jornal Grande: Notícias, o governador de Luanda pondera, se a situação não registar melhorias, colocar o lugar a disposição de Titular do Poder Executivo Mas, segundo avançaram-nos por disciplina partidária tudo não passara de meras intenções de Graciano Domingos.

A pretensão de colocar o cargo a disposição e, apuramos para evitar uma humilhação pública e não fazer parte de "cemitério dos quadros queimados" que passaram pele edifício cor-de-rosa da Mutamba. Apontado como unidos governadores, que passaram por Luanda, mais bem formado, Graciano Domingos jurista de profissão, procura por todos os meios, caminho: para resolver a problemático do lixo. O discurso, de apele ao sentimento patriótico, de que o "Estado é um devei bom" já não convence os operadores seleccionados para com novo modelo de tratamento dos resíduos, o mesmo já admitiu: A ELISAL, sozinha, não tem capacidade para recolha de lixo. A ELISAL anunciou, n comunicado, que as antigas empresas de recolha de lixo, que desistiram de prestar serviço, retiraram das áreas, antes sob sua jurisdição, os contentores e papeleiras. As empresas de limpeza consideram que os valores agora fixados não cobrem as suas despesas operacionais e com pessoal.

As empresas não só deixaram de operar, como também estiraram das suas áreas de serviço os seus meios, como contentores e papeleiras, que, luz do antigo modelo, constituem sua propriedade e não a Elisal-Ef" lê-se no comunicado.

Em consequência, a cidade esta um caos. O lixo esta em espalhada por todos os cantos e estradas da cidade. Sem dinheiro, para honrar os compromissos com as operadoras, governo da província lançou o "terceiro" de tratamento de lixo: a queima. O novo "modelo" encontrado pelo edil de Luanda veio pior mais a situação e a proliferação de doenças de carácter respiratório.

A problemática do lixo, por este andar, enterrara, de certeza, a carreira política do jurista Graciano Domingos, o sucessor de Bento Bento, actualmente primeiro secretário provincial do MPLA de Luanda.

8.4 Militares na rua no auxílio a Elisal

Jornal Grandes Notícias
04 De Setembro de 2015
Texto: Wilson Lourenço

A proposta desta intervenção das FAA, no combate a proliferação de lixo em Luanda, devera seguir nos próximos dias, segundo apuramos, para os órgãos afins para devida analise e tomada de decisão, já que a situação se tern revelado caótica, com as operadoras contratadas a fazerem finca-pé aos novos preços fixados pelo Governo provincial

E que, com a recusa pelas empresas de limpeza do novo preço estabelecido para a recolha do lixo e o aproximar da época chuvosa, Graciano Domingos e "staff" ensaiam todas as formas de como controlar a situação, não estando de fora, por facto, a possibilidade "recrutar" os serviços de homens as ordens do general Sachipengo Nunda, neste momento difícil que a capital do país atravessa.

"Há uma forte resistência das empresas de limpeza ajudarem o governo da província de Luanda nesta missão, por falta de pagamento. O GPL esta, de momento, sem capacidade financeira suficiente para suportar todas as despesas operacionais. É uma fase. Por isso apelou-se ao sentido patriótico dos operadores. Mas se não for possível um acordo, rapidamente, e provável que solicitar-se-á a contribuição das FAA, em defesa da saude publica, para estancar o problema, neste período de crise no país": disse um membro ligada ao GPL.

Mas esta pretensão, de chamar as FAA a rua, podera chocar com alguns interesses instalados, já que muitas das empresas que actuam nesta actividade, tem ligações com membros de altas patentes dos distintos ramos das Forças Armadas Angolanas, do Governo Central, provincial e da Presidência "da Republica. Se a proposta seguir e for sancionada positivamente, avança a fonte, só uma "ordem superior" podera

travar qualquer tentativa de boicote desta suposta intenção do governo de Luanda.

"O lixo consome, números do povo, ate que a situação se registre melhoria, do ponto de vista financeiro", disse. No Recife, Brasil, recentemente, um grupo de militares da marinha japonesa, no navio Shimayuki, deram um exemplo de cidadania ao recolherem lixo nas ruas da cidade, nos arredores da Estação Central do metro, o que surpreendeu a população local.

As forcas armadas em tempo de paz, de acordo com as normas castrenses, podem participar realizar nestas actividades, por estar em jogo a vida das pessoas, evitando, com esta acção de cidadania, situações desconfortáveis na sociedade.

8.5 «Lixo em Luanda já é um problema de saúde pública»

Jornal Semanário Angolense
04 De Setembro de 2015

O especialista em Saúde Pública, Salvador Joaquim, disse que a situação do lixo em Luanda já é um problema de saúde pública. O médico disse que o impacto dos detritos acumulados em determinadas áreas contamina o próprio meio ambiente. Primeiro começando pelo cheiro desagradável que entra para dentro das residências e por outro lado, a criação de vectores como as moscas, as baratas, ratos, baratas, que são nocivos à saúde do cidadão. «Através dos ratos se pode transmitir várias doenças, nomeadamente, a leptospirose que é uma doença que entre nós ainda não é muito comum. A leptospirose é uma síndrome febril com as mesmas características da malária».

De acordo com Salvador Joaquim, se o lixo estiver associado a charcos é inevitável a criação de mosquitos que transmitem a malária, daí a possibilidade de existir pessoas acometidas da doença nas aéreas onde existam estas lixeiras. «Ao longo 'do lixo nós vemos por exemplo, garrafas vazias. Estes recipientes são muito propícios para a criação de mosquitos da dengue porque, geralmente, dentro destes utensílios acumula-se água e o lixo por si só produz água. Já as moscas contribuem para o aumento de casos de doenças diarreicas, porque poisam e depositam os excrementos na comida. Sabemos que os mercados estão a céu aberto com entrada descontrolada desses insectos, então é fácil haver contaminação se as pessoas não tiverem os devidos cuidados de higiene dos alimentos que consomem», aconselhou.

O médico afirmou, por outro lado, que o sector da saúde poderá a qualquer altura sentir as consequências do lixo, «uma vez que estamos a entrar para a época chuvosa. Como especialista em saúde pública eu posso dizer que a qualquer momento a situação do lixo em Luanda poderá reflectir-se como um grande fardo para a saúde».

Para ele é possível que as doenças resultantes do problema do lixo já estejam a repercutir-se na saúde da população Luandense. Apesar de não avançar dados, o médico afirma que em relação a um mês atrás, os casos de paludismo, febre tifóide e diarreia aumentaram bastante, o que de alguma forma preocupa as autoridades sanitárias, sobretudo as do município de Luanda aonde é técnico de saúde pública. «Eu temo que, por causa dessa proliferação de lixo, possa surgir em Luanda um surto de cólera. Por isso há necessidade das autoridades sanitárias reforçarem todos os meios disponíveis no sentido de evitar o surgimento de outras doenças».

O médico Salvador Joaquim, apela a população para contribuir para a higiene do seu meio, limpando a sua rua, o seu prédio ou condomínio, já que o lixo é produzido pelo homem, mas torna-se inimigo do próprio homem.

Quanto ao governo, Salvador Joaquim, aconselha que procure soluções imediatas de formas a prevenir doenças que podem ser fatal para vida de todos os habitantes de Luanda.

8.6 «A gestão dos resíduos é um problema preocupante em qualquer cidade»

Jornal Semanário Angolense
04 De Setembro de 2015
Texto: Cremildo Silva

O ambientalista Vladimir Russo, disse que o problema do lixo tem sido recorrente em todo o mundo, inclusive em Angola. A humanidade continua a crescer e a gerar cada vez mais resíduos, mas o quadro vai-se agravando graças à inércia das autoridades públicas que pouco fazem para reciclar ou dar destino adequado aos dejectos.

Para o ambientalista, com o aumento da população, «resultado da taxa de crescimento médio anual do nosso país (por volta dos 3%), assim como o aumento do poder de compra das pessoas, a produção de resíduos é cada vez maior. Luanda é a cidade onde há maior produção de resíduos por habitante (cerca de 0,66 kg/dia). No entanto, mesmo em Luanda, a produção de resíduos não é

homogénea, sendo que em algumas zonas da cidade a produção de resíduos atinge 1 kg/dia por habitante».

O especialista explica que, numa sociedade que desenvolve hábitos consumistas, «é difícil estancar o aumento da produção de resíduos, particularmente quando muitos produtos são importados e vêm acompanhados de muitas embalagens. Uma das formas mais eficazes da gestão dos resíduos sólidos urbanos está relacionada com a reciclagem e reutilização dos resíduos produzidos. Esta prática faz com que os resíduos não acabem nas lixeiras e aterros, mas diminui assim o volume de resíduos no contentor e facilita a gestão de grandes quantidades de resíduos».

A educação e consciencialização das pessoas, segundo Vladimir Russo, «é uma forma de melhorar a gestão dos resíduos, quer sobre o acto de compra como sobre o acto de produção e deposição final dos resíduos. A gestão dos resíduos é um problema preocupante em qualquer cidade. As pessoas produzem resíduos diariamente, mas não querem os resíduos ao seu lado. Cabe ao Estado e fornecedores de serviços, a gestão eficiente desses resíduos. A forma como os resíduos são geridos, começando pela separação na fonte, pode diminuir o volume de resíduos, a sua tipologia e o seu destino».

«Um dos principais problemas dos resíduos na cidade de Luanda está associado à inexistência de estações de transferência em quantidade suficiente, os engarrafamentos e as estradas deficientes que limitam a circulação e a produtividade das operadoras de resíduos, o perigo da recolha nocturna, a inexistência de recolha selectiva, os hábitos indisciplinados de alguns cidadãos, a irregularidade nos horários e formas de recolha dos resíduos, entre outros», esclareceu.

O Executivo aprovou em 2012 um ambicioso Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (PESGRU) que apresenta medidas para a resolução dos problemas dos resíduos com várias metas a serem implementadas até 2025. «Algumas dessas metas incluem a construção de aterros em todas as províncias, o incentivo à indústria de reciclagem e à estruturação de regulamentos municipais para gestão de resíduos», disse, acrescentando que «o principal ponto forte do PESGRU é o reconhecimento de que existe um problema que só se as instituições do Estado trabalharem de forma integrada e envolverem o cidadão, o problema dos resíduos sólidos urbanos poderá ser bem gerido. Este trabalho deve envolver a formação profissional de quadros e garantir a sensibilização da população. Agora, é relevante que a responsabilidade pela gestão dos resíduos seja

compartilhada entre o Estado, o cidadão e os parceiros de desenvolvimento», sublinhou.

Em relação aos ganhos ambientais proporcionados pela reciclagem, o ambientalista afirma que são vários: «Posso enumerar, entre outros, a criação de empregos directos e indirectos que levarão à criação de renda, a diminuição do volume de resíduos que vai parar ao contentor e até, em alguns casos, reduz a importação de matéria-prima».

8.7 Empresas De Limpeza Desistem Por Não Concordarem Com O Pagamento Do GPL

Jornal Manchete

4 De Setembro de 2015

Empresas de limpeza e saneamento da cidade Luanda estão a desistir e a retirar os seus meios das ruas por considerarem que os valores agora fixados pelo governo para esta actividade não cobrem as suas despesas operacionais.

Um especialista de saúde avisa que isto poderá influenciar o aumento de doenças, principalmente no início da época chuvosa.

Maurílio Luyela, médico de clínica geral, acusa o governo provincial de Luanda de não escolher as prioridades certas para os seus investimentos.

A deficiência na recolha de lixo foi reconhecida recentemente pela empresa de Limpeza e Saneamento da cidade de Luanda (Elisal), responsável pelo novo modelo de limpeza da capital angolana, que está em vigor desde o início deste mês.

O Ministério das Finanças disponibiliza, para a limpeza de toda a província, cerca de 10 milhões de dólares por mês, equivalente a um terço do montante atribuído há cerca de quatro anos.

A limpeza da cidade, tem sido alvo de críticas há vários meses pela população de Luanda, que tem publicado fotografias de montes de lixo nas redes sociais.

Na nota de imprensa distribuída em Luanda, a ELISAL lamenta o furto de 20 contentores colocados pela companhia. Outros são retirados das estradas por desconhecidos.

8.8 EPAL pode paralisar por descontentamento dos trabalhadores

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

Texto: Ramiro Aleixo

Os trabalhadores exigem, nas reivindicações, que a entidade empregadora pague a 100% os subsídios de boas festas (até 31 de Agosto, era o prazo-limite), e os descontados sem formalidade legal desde Janeiro de 2012, já a partir de Setembro. A direcção assegura, em contrapartida, que não tem disponibilidade financeira, porque tem havido atrasos na atribuição dos Subsídios a Preço da parte do Governo (resultado da subvenção dos custos de produção). Verificam-se atrasos de três meses que se reflectem, inclusive, no pagamento dos salários. Mas, os trabalhadores discordam, acusando, particularmente, o presidente do Conselho de Administração, Lionídio Gustavo Ferreira de Ceita (que vai já no seu segundo mandato), de ser um péssimo gestor, por um lado, mas também de beneficiar de recursos da exploração de alguns sistemas para fins pessoais, que afecta a captação de fundos para a sustentação da empresa, incluindo de alguns resultantes de comissões de empreitadas.

A título de exemplo, apontam que, no passado, embora a carga salarial fosse inferior, só "as girafas do Porto de Luanda, Cuca, Vidrul, hotéis e outros grandes clientes contribuía, grandemente, para a arrecadação de receitas".

Os trabalhadores acusam a direcção de não conseguir arrecadar recursos por via de cobrança dos consumos, pelo que sugerem que se deve repensar o funcionamento da área comercial, criar uma infraestrutura de apoio ao programa de 700 mil ligações, com postos de cobrança ou agenciamentos. A Direcção Comercial, acentuam, "tem dificuldade de realizar cobranças em várias zonas da periferia desta urbe, razão pela qual obriga outros funcionários (não referidos) a distribuírem facturas".

Em contrapartida, outra fonte identificada dentro da empresa, que por razões óbvias opta pelo anonimato, deu-nos conta que os dados constantes do relatório de mandato do período que vai de 2010 a 2014, concluído em Fevereiro de 2015, não espelham com fidelidade o estado actual da empresa, em termos de facturação, já que os prejuízos rondam os 56 milhões de dólares. "Tem-se considerado que 70% da água produzida é cobrada, mas não é verdade, porque tem sido o inverso e os relatórios mostram", revelou-nos a fonte, acrescentando: "São os casos, por exemplo,

da gestão de áreas como o Nova Vida, os grandes clientes e das vendas por via das girafas. É inadmissível que uma girafa com 10 bocas apresente, no final do mês, uma facturação de um milhão de Kzs, quando quem as explora faz cerca de 15 mil dólares por semana. Só em Calumbo e Cacuaco, a EPAL tem duas girafas de 10 bocas cada uma", referiu a nossa fonte que denuncia, igualmente, que a gestão delas é da responsabilidade directa do PCA Lionídio Ceita, "já que foi ele quem terceirizou esses serviços a pessoas da sua conveniência".

Por outro lado, a nossa fonte deu-nos conta que "há dois projectos inoperantes, designadamente, os medidores de caudais, instrumentos que de certa forma medem as perdas técnicas desde a captação até ao cliente. Nós não temos aplicativos, estimamos e falta um outro que é de sectorização da rede da EPAL, que não está quantificada, porque não se vai atrás dos dados. Há zonas onde se tem rede, mas não há o seu cadastro, porque há dívida com os empreiteiros que lançaram essas redes, como é o caso da empresa alemã Gauff Engineering, que apenas recebeu a primeira prestação". Ainda de acordo com a nossa fonte, "por ser um fundo irrisório, o Ministério alocou os recursos, tanto para o caso da Gauff como do Pacote 3 de Israel, mandou para a conta da EPAL, mas o dinheiro foi 'engolido'. Como represália, o empreiteiro não fornece a documentação".

Fomos informados, igualmente, que a rede não está actualizada e, como tal, não existe noção efectiva da extensão da rede lançada. "A EPAL não tem como saber quantos clientes tem, porque o cadastramento é mal feito e, por isso, há clientes em determinadas zonas que recebem cinco vezes a mesma factura. Não há uma base de dados, nem a facturação devia ser feita por estimativa, uma vez que existem muitas perdas".

Por seu lado e ainda sobre a arrecadação de receitas, os funcionários "discordam que a empresa não tem dinheiro" e desafiam "os gestores a realizarem trabalho nas girafas", garantindo que "se inverterá o quadro vigente" e instam a direcção "a ter coragem de cobrar os grandes clientes sem qualquer receio".

EXCESSOS DE MORDOMIAS PARA OS ADMINISTRADORES. Na acta 001/2015 chegada ao nosso conhecimento, os empregados da EPAL consideram que os "condomínios são uns autênticos elefantes brancos" e que é necessária a criação de condições para a cobrança dos consumos também no Panguila, Catete, Quissama e Cabíre, para além de se proceder à interligação da conduta de 500 mm para as quadras que não têm água no Zango. Mas, denunciam, ao mesmo tempo, que "existe excessiva

burocracia nos processos de ligação de água e reclamações diversas, mesmo com a criação de uma área de elite para solucionar os problemas que se colocam, que, em contrapartida, está inoperante por razões não especificadas".

Os trabalhadores pretendem ainda esclarecimentos sobre o destino que é dado "às receitas da exploração das antenas que se encontram na ETAS e CD's", bem como da eventual "compra de uma fábrica de água mineral para o qual foram investidos 500 mil Euros, a pretexto da necessidade de diversificação da actividade da EPAL", e de igual modo, "no negócio do lixo com a empresa Sopreeng". Os funcionários questionam, particularmente, o PCA Lionídio de Ceita sobre a utilização dos "2% do valor global dos contratos de empreitada, independentemente da origem da linha de crédito, como estabelece a lei sobre o Custo de Gestão e Manutenção do Projecto".

Sobre essa matéria, a nossa fonte, que optou pelo anonimato, informou-nos que "a conta onde esse valor é depositado não é nenhuma das 40 contas bancárias que a EPAL tem. Há dois projectos de construção de casas para os trabalhadores, onde inicialmente seriam utilizados esses fundos, na Sapú e no Sequele, mas nada houve. São dois projectos.

O terreno está lá baldio. São 29 moradias T3. Foram deduzidos 2% de 96 milhões da Sinohydro. Mas também há um bónus de meio milhão de dólares que a Dar Al-Handasah todos os anos atribui à EPAL. Antes, isso dava para cada funcionário o equivalente a mil dólares, mas eles distribuem apenas entre 100 ou 50 dólares. No caso das casas do Sequele, o terreno está bem localizado, contudo os chineses já não querem fazer sem ter um contrato, porque têm experiência do primeiro, em que há trabalhos fora do escopo. Recebemos facturas, mas não pagamos, uma vez que nunca esteve cabimentado, não existe contrato e não há verba Mas há casas que estão prontas e foram distribuídas a pessoas da conveniência do PCA".

A nossa fonte referiu, igualmente, que "há recursos da empresa que foram utilizados para a compra de casas para administradores em projectos imobiliários altamente caros". Alguns dos colaboradores de Lionídio Ceita são acusados de possuírem até três residências em condomínios diferentes pagas com dinheiro da EPAL. Aliás, para uma empresa com tantos problemas de arrecadação de receitas, não nos passou despercebido, durante a visita que efectuamos às suas instalações, as viaturas de luxo estacionadas nos diferentes parques, pertencentes a administradores e directores. "Até se compraram carrinhas Tundra para as visitas de campo, quando se fala em contenção de despesas. A acta da assembleia

dos trabalhadores a que tivemos acesso faz também referência a um caso em que "a empresa procedeu ao aluguer de 14 autocarros para a utilização por 17 dias no mês de Junho, tendo pago 12.614 milhões de Kz, não tendo a maioria beneficiado desses serviços".

Sobre esta matéria de transportes, os trabalhadores fazem também alusão à aquisição de viaturas que são abatidas a pessoas da conveniência da direcção antes dos prazos determinados "ou levadas por quem finda a comissão de serviço, sem que a empresa receba o valor percentual correspondente, facto agravado pelo prosseguimento do suporte, das despesas de manutenção das mesmas. Muitos dos carros dos directores de serviços, que supostamente seria com opção de compra, pelas evidências, já estão em nome pessoal".

Desse emaranhado de problemas que são colocados, constam, inclusive, os "milhões gastos em equipamentos para a montagem de cozinhas nas áreas onde há mais pessoal como no Marçal, Kifangondo, Sudeste e Kikuxi, que estão a estragar-se". Os trabalhadores queixam-se, em contrapartida, da qualidade das refeições que são fomecidas: "dia após dia, funge com peixe frito e arroz, ao passo que, para o Conselho de Administração e directores-gerais-adjuntos, o menu varia".

De acordo com o mesmo documento, efectuado a 7 de Agosto, "a empresa não paga há muitos anos o IRT, INSS, seguros contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como de responsabilidade civil contra terceiros de automóvel, daí que muitos não beneficiam das suas reformas a tempo, bem como dos subsídios de compensação".

Outras questões apontadas reflectem sobre os despedimentos sem justa causa "como retaliação, quando se exige melhores condições de trabalho e salários condignos", e manifestam o seu desagrado pela diferenciação que se faz e no tratamento que se dá a vigilantes da ex-Casa Militar em relação aos restantes vigilantes.

DIPLOMAS FALSOS. Mas, os problemas da EPAL não se reflectem apenas sobre essas questões. A nossa fonte denuncia que "70% do pessoal da empresa apresentou diplomas falsos, incluindo directores".

8.9 Fogo combate lixo de Luanda

Novo Jornal

4 De Setembro de 2015

Texto: António Paulo

A PERIFERIA da cidade é a que mais suja se apresenta. No município de Viana, várias ruas estão bloqueadas devido aos amontoados de lixo que crescem diariamente. Os distritos chegam mesmo a fechar vias e estradas, dificultando o trânsito automóvel. O cenário repete-se nos municípios do Cazenga, Cacucaco, distritos do Rangel, Sambizanga, Maianga, Samba, Kilamba-Kiashi e até nas novas centralidades.

O fumo proveniente das queimadas passou a ser o novo elemento do cartão-de-visita de vários bairros. Ao longo da avenida Deolinda Rodrigues, os amontoados de lixo chamam à atenção de qualquer cidadão que circule por aquelas paragens. O fumo incomoda munícipes, transeuntes ou automobilistas. "O que fazer?", questionam-se populares que encontram o fogo como a solução, ainda que temporária, para o combate ao lixo.

Na zona do Jumbo, as queimadas são feitas a escassos metros das bombas de combustível, representando um perigo enorme para os populares que, aflitos, procuram reduzir os amontoados de lixo, socorrendo-se do fogo. "Isto é um perigo. Esta gente não está a ver isto? Queimar lixo próximo as bombas?", perguntava-se um transeunte que atentamente procurava despertar os residentes da zona.

O fumo espalha-se pelas lojas comerciais e pelas unidades policiais nas cercanias. "Isto é um perigo para a saúde. Mas onde é que anda o Governo? O que se passa com o novo modelo?", interrogavam moradores.

Situação similar também se assiste na zona da Petrangol, no distrito urbano do Sambizanga, onde as fogueiras são feitas, muitas vezes, perto de postos de transformação de energia, vulgo PI's, rodeados de lixo, sob o olhar desatento dos homens da ENDE e das autoridades.

Alguns cidadãos observavam com receio o perigo que estas fogueiras representam, acrescidas da possível destruição dos PI's. Outros Município reconhecem o perigo, mas justificam o comportamento como a única maneira de reduzir o lixo nas suas zonas. "O lixo está a aumentar a cada dia que passa, eles não o recolhem. Agora vamos deixar que as doenças nos ataquem? Não temos outra solução! O fogo está a ajudar ... ", desabafam.

Em muitos bairros, o período nocturno é o escolhido pelos populares para a queima dos detritos. "Assim não incomoda muito, porque as pessoas já estão dentro de casa a ver televisão ou a dormir", justificam residentes do bairro Rocha Pinto. Ali, o lixo também cresce assustadoramente.

Maria, de 55 anos, residente na zona, junto à conhecida unidade da Fapa, reclama da morosidade que se regista sobre os efeitos do novo modelo. "Mas o projecto arrancou ou não? A pessoa tem que estar a conviver com esta lixarada toda. Pior ainda, temos de suportar o fumo por causa do fogo que ateamos ao lixo. A minha saúde já não é boa, mas também não podemos continuar a viver com o lixo", contesta a cidadã.

No município do Rangel o lixo também é visível ao longo de quase toda a sua extensão. A avenida Hojiya-Henda e a estrada da Brigada, bem como as ruas da Vila Alice apresentam-se com focos de lixo no seu interior. O morador José Agostinho apela às autoridades para o cumprimento das regras básicas de saneamento por formas a evitarem-se doenças. Compara esta obrigatoriedade com as proibições de manifestações, tal como tem sido evocado pelo Executivo de Luanda e não só.

"Quando é manifestação, as pessoas são proibidas de fazer porque não cumpriram com as regras básicas e o governo quando é que vai dar o seu exemplo? O saneamento também é regra básica a ser cumprida e garantida aos cidadãos", observou.

Dívidas E Falta De Meios Condicionam novo Modelo Reconhecendo as falhas do projecto, o administrador do Cazenga, Victor Narciso afirma que o novo modelo ainda não está a ser executado na sua totalidade. Para o administrador, o novo modelo ainda carece de alguns componentes para que seja um facto.

"Primeiro é o envolvimento da população. Ela tem de mudar de atitude no tratamento do lixo, na deposição e na forma como encara a questão do saneamento da nossa cidade. O novo modelo de lixo tem uma componente muito forte no envolvimento da população", disse o responsável, entrevistado pela Rádio Luanda.

Explicou ainda que, para que o projecto funcione a 100 por cento, o modelo deverá implicar a colocação do lixo porta a porta, num período determinado. O novo modelo, de acordo com o governante, implica também a recolha de lixo por micro-operadoras nas zonas de fácil acesso e por compactadoras, nas zonas rurais ou de difícil acesso.

Porém, o administrador reconhece existir ainda deficiência em relação ao trabalho das micro-operadoras. "Elas ainda não assimilaram bem as orientações dadas, em relação ao que devem fazer, como devem recolher, as zonas que devem sair e o percurso em que devem passar as compactadoras".

Informou, por outro lado, que o Cazenga não possui, até ao momento, operadoras, pelo facto de nenhuma empresa ter ganho o concurso para a limpeza do seu município, o que, para si, contribuí para as deficiências do modelo. "Estamos a funcionar com o apoio da Elisal. Portanto, não houve nenhuma operadora que tivesse condições de ganhar o concurso. O trabalho de varreduras e limpeza ainda não está a ser feito convenientemente", explicou.

Para Tany Narciso, um outro facto que tem dificultado a eficiência do novo modelo, prende-se com a falta de pagamento das empresas que funcionam à luz do actual projecto. "As empresas que ganharam os concursos como as micro-operadoras ainda estão a lidar com o modelo com um pé atrás. Ainda há dívidas anteriores muito grandes que não foram ressarcidas e por isso, as empresas não estão a pôr todos os equipamentos na rua porque pensam que não serão pagos. Estamos no primeiro mês e vamos ver", rematou.

Desistências De Operadoras

No seguimento das reclamações à volta da proliferação do lixo, a Elisal veio, recentemente, esclarecer em comunicado, que o novo modelo de limpeza urbano municipalizado está em fase inicial de implementação. O documento assinado pelo seu presidente e director geral, Pedra John Júnior, reitera que o novo modelo impõe às administrações municipais a gestão directa do sistema nas suas áreas de jurisdição, reservando para elas uma operadora principal, empresas de pré-recolhas e microempresas.

A nota esclarece que na sequência do actual orçamento atribuído ao GPL por meio as empresas do antigo modelo desistiram de prestar serviços por considerarem que os valores agora fixados não cobrem as suas despesas operacionais para com o pessoal. Assim, avança a nota, as empresas não só deixaram de operar corno também retiraram das suas áreas de serviços os seus meios, como a Elisal, na qualidade de gestora do sistema público de Luanda, sublinha que mesmo com a exiguidade de meios está a desenvolver esforços para mitigar a situação, pelo que apela à população, na ausência de contentares, a condicionar correctamente o lixo em sacos plásticos e amarrá-los para facilitar a recolha e tomar mais célere a limpeza, diminuindo o desgaste dos meios técnicos e humanos em serviço.

Aproveitou o momento para informar, que registou na madrugada do dia 24 do passado mês de Agosto, o furto de 20 contentores colocados pela Elisal em vários pontos do distrito urbano da Ingombota e que o caso já foi entregue às autoridades policiais que investigam o assunto, tendo na ocasião, apelado aos municípios para a denúncia de tais actos.

Um outro fenómeno que a Elisal pede igualmente denúncia pública, é a observação de cidadãos não identificados que "estranhamente" retiram contentores das bermas das estradas, despejando o lixo no centro das vias e outros que transportam os resíduos das grandes lixeiras para colocar nas faixas de rodagens, dificultando assim o trânsito automóvel.

8.10 Governador de Luanda pode perder o 'tacho' por causa do lixo

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

Ruas e estradas secundárias e terciárias cortadas, incluindo algumas zonas da avenida Angola Milange, em toda a sua extensão, com particular realce para as proximidades da praça do Sâmago, mercados quase submersos, contentores a esparramarem de lixo, é o cenário que a capital apresenta, adivinhando-se, para breve, doenças diarreicas e respiratórias, tendo em conta que o período das chuvas já se aproxima.

Aquando da sua nomeação, o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, ensaiou um novo modelo para a governação de Luanda, atribuindo a cada município da cidade capital um financiamento igual ao que Luanda toda recebe.

Graciano Domingos foi então tido como 'o balão' de ensaio neste modelo de governação, mas, ao que tudo indica, as expectativas estão a gorar-se e, em contrapartida, a gestão da capital está cada vez mais questionável.

As críticas sociais a este respeito deram lugar a aproveitamento político, com a oposição a fazer desta situação a sua bandeira de eleição, criticando, abertamente, as estratégias gizadas pelo Titular do Poder Executivo e, por arrasto, o próprio MPLA, que sustenta o Governo há cerca de quatro décadas.

Alegam, em geral, que o Executivo perdeu 'norte' em relação à governação, sobretudo na cidade de Landa, onde escasseia quase tudo, desde a água potável. energia eléctrica aos medicamentos.

UM SONHO FALHADO. Sabe-se, em contrapartida, que Graciano Domingos, que nesta altura estará a fazer 'contas' à vida, não herdou um fardo leve de suportar, assumiu-se como inovador ao criar um novo modelo de gestão e recolha de lixo, que não passou de um 'sonho' falhado.

Apesar de terem sido contratadas empresas para a recolha de lixo em Luanda, os resíduos sólidos continuam visíveis nas ruas desta maior urbe do País,

No princípio do mês passado, entrou em vigor uma nova estratégia de recolha, com base num concurso público, cujo orçamento atribui cerca de 20 por cento para microempresas, 25 para empresas de pré-escola e 55 para operadoras principais, mas as imundícies continuam visíveis nas ruas, fundamentalmente nas zonas suburbanas.

Ao que tudo incida, as operadoras estão paralisadas, alegadamente por falta de pagamento atempado, mas analistas não avaliam neste diapasão.

Para os experts, a questão não está na falta de um plano director para a cidade de Landa ou na falta de ideias inovadoras; o centro do problema está no modelo de governação, instituído pelo Presidente da República, conferindo alguma autonomia aos municípios.

Diz que a medida não passa de mais um paliativo falhado, tendo em conta que, para além de o referido modelo ser inconstitucional, não pode corresponder às expectativas, sendo certo que o centro da decisão continua a não ser dos próprios municípios.

Alegam que, numa cidade como a de Luanda, o modelo viável, antes de mais, é o que a Constituição da República consagra, isto é, a institucionalização imediata das autarquias locais que, grosso modo, confeririam às autarquias o poder de institucionalizar as suas câmaras de deputados, e estas, por seu turno, teriam como missão principal criar serviços em ordem a satisfazer as necessidades dos munícipes,

"Um destes serviços estaria sem sombra para dúvidas virado para a vertente comunitária e, desta feita, os concentrados populacionais, também chamados de comunas e municípios, teriam, em si mesmo, os meios propícios para a realização do interesse colectivo. E o lixo estaria na linha de frente, por estar umbilicalmente ligado à boa ou má qualidade de saúde, consoante se faça bem ou mal à sua recolha".

Em 40 anos de independência, nunca se viu antes tanta concentração de lixo nas ruas e bairros de Luanda, como está a acontecer agora.

Na época do consulado de Bento Francisco Bento, o lixo tinha sido considerado uma das fontes de combate à pobreza. Criaram-se pontos de recolha do chamado programa 'Luanda Limpa'. Nestas instalações, foram inseridos balcões do Banco de Poupança e Crédito (BCP), que tinham por missão a compra de lixo recolhido pelos munícipes. A iniciativa não teve 'pernas' para andar e fracassou.

OUTRAS MEDIDAS. Cogita-se que o MPLA está atento à situação e terá sugerido novas medidas para a capital, mas vozes dissonantes fazem paralelismo, sublinhando que, nestes casos, o Presidente da República tem sido implacável e, à semelhança da situação actual, em 2004, exonerou por decreto o então governador provincial, Simão Paulo, e os seus visses para as áreas Económica e Técnica, respectivamente, Eugénio da Conceição Alexandre Correia e Decompunha Sita José, após ter constatado insitu que a cidade estava a 'desaparecer' no meio do lixo.

Na mesma altura, nomeou uma Comissão Administrativa liderada pelo actual governador do Cuando Cubango, antes ministro das Obras Públicas, Hígino Carneiro; o então secretário do Conselho de Ministros, António Pereira Van-Dúnem, e o antigo vice-ministro da Juventude e Desportos, Job Castelo Capapinha, actual deputado do MPLA e responsável de uma das associações de 'branqueamento' da imagem do Presidente da República, AMANGOLA, para gerir o Governo Provincial de Luanda, cujo mandato durou apenas seis meses.

A Comissão tinha apenas duas tarefas essenciais por cumprir, sendo a primeira a de propor a alteração da divisão político-administrativa da cidade de Luanda e a última era a de reorganização da estrutura dos serviços que integram o Governo da Província, visando alcançar melhor prestação de serviços básicos, relativamente ao abastecimento de água potável, fornecimento de electricidade, transportes públicos, bem como a recolha e tratamento do lixo.

A medida foi justificada pela necessidade de o Governo Central interceder na alteração da situação de acentuada degradação do estado das principais infra-estruturas da cidade, diminuindo a qualidade dos principais serviços básicos prestados à população.

Antes da exoneração de Simão Paulo, o Chefe de Estado tinha-se referido às enormes quantidades de lixo depositadas na cidade, como sendo uma das mais sujas da África Austral.

Em contra partida, não se pode negar que modelo de governação dos municípios de Luanda, ensaiado pelo Presidente, tenha em alguma parte servido, porém, e

pela mesma razão não se pode afirmar que o mesmo está a dar resultados que conferem aos cidadãos a melhor qualidade de vida.

8.11 Lixo pode destronar governador provincial de Luanda

Jornal Semanário Angolense

4 De Setembro de 2015

Texto: Kim Alves

O propalado «Novo Modelo para a Recolha de Lixo» em Luanda, depois de tantas peripécias, que começaram com o abandono do trabalho que se efectuava, pela empresas de recolha, por alegada falta de pagamento dos seus honorários pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), chegando algumas delas a mais de dois anos sem receberem o que lhes era devido, afinal, e como alguns cépticos já vaticinavam, acabou por ser um nado morto.

Os habitantes de Luanda, habituados com tantas outras experiências anteriores, cada uma pior que a outra, nunca acreditaram que o tal «novo modelo», cujo formato, conteúdo e funcionamento não lhes foi devidamente revelados, tivesse sucesso.

Já na altura os moradores afirmaram que a iniciativa do Governo Provincial de Luanda em descentralizar os serviços é boa, mas o problema está nas vias 'de acesso, cuja maioria, 'neste momento" se encontram intransitáveis e vão piorar com a época chuvosa que se aproxima. O tempo seco que devia ser aproveitado para esses trabalhos, como sempre, passou sem que, quer o GPL ou as administrações municipais, fizessem algo em prol disso.

Outro senão, afirmam os cidadãos, são os administradores distritais e municipais que, geralmente, não fazem bom uso dos valores públicos postos à sua disposição, nem se preocupam em melhorar as condições de vida das populações nas suas circunscrições.

Apesar das reticências levantadas pela sociedade quanto ao novo modelo de recolha de resíduos sólidos na capital angolana, os populares exigem que haja maior responsabilidade e respeito com o bem público por parte das administrações e instituições que estiverem a trabalhar nessa área, tendo em conta o triste e feio «cartão postal» de Luanda nesta altura, assim como o volume de trabalho em termos de saneamento básico na capital do país, para se evitar situações como a que se está a viver agora.

Os amontoados de lixo espalhados por tudo quanto é canto da cidade de Luanda, nos três a quatro meses

que não se recolheu o lixo, foram aumentando de forma assustadora, colocando em risco a saúde da população e a imagem da capital angolana, devido à irresponsabilidade e falta de seriedade para com o bem público de algumas instituições e servidores do Estado, é um cenário que urge pôr termo.

Contudo, a «culpa não pode morrer solteira» como tem acontecido. É preciso pedir responsabilidades e punir os mentores de tanta podridão.

Angola é o 4º país mais sujo do mundo?

De acordo com um relatório internacional posto a circular em Março de 2008, Luanda, na altura, era a 22ª cidade mais suja do mundo, logo depois de Niamey; a capital do Níger, 21ª e seguida da capital de Moçambique, Maputo, que era considerada como a 23ª cidade mais sujado mundo.

Depois disso, ainda não se conhece um novo relatório sobre o assunto mas, recentemente, uma pesquisa feita por um grupo de cientistas norte-americanos pertencentes às universidades de Yale e Colômbia, quantificou e qualificou os países mais sujos e poluídos do mundo, tendo sido analisados itens como poluição, saúde ambiental, recursos hídricos e biodiversidade.

A pesquisa revelou que países como a Islândia, Suíça e Costa Rica obtiveram os melhores resultados, sendo considerados «extremamente limpos e não-poluídos».

Nesse quesito, tendo sido considerada uma escala de 0,0 100, Angola figura em 4º lugar do ranking, com 36,4 pontos, apenas superado pela Mauritânia (3º), República Centro-Africana (2º) e Serra Leoa (1º), este último considerado o país mais carente de saneamento, recursos hídricos, biodiversidade e limpeza urbana.

Assim sendo, para que o país esteja tão mal cotado quanto à limpeza, Luanda, a mais suja cidade do país, terá de certeza contribuído com a maior fatia.

Para constatar a real situação do lixo em Luanda, várias equipas de reportagem do Semanário Angolense (SA) estiveram em alguns locais da província e o que foi constatado não é nada bom. Aliás, é antes de mais, um ultraje para quem, ao longo de 40 anos de independência, sacrifica-se para dar aos cidadãos angolanos dignidade, saúde e bem-estar.

8.12 Mentes lixadas «Só» produzem e podem oferecer lixo

Semanário Angolense

04 De Setembro de 2015

Ninguém pode dar o que não tem. Isso é impossível. Para contrariar essa máxima alguém pode dizer que, se pegar emprestado alguma coisa para pagar depois, já se pode dar o que não se tem. Mas isso não é verdade.

Para que alguém lhe dê alguma coisa emprestado, você precisa, no mínimo, de um voto de confiança de quem te empresta. Você precisa de ter crédito. Sem um mínimo de crédito ninguém te empresta nada. Portanto, na minha cabeça, a máxima «ninguém pode dar o que não tem» é uma verdade absoluta. E sempre que eu penso nela, há duas cenas que me aparecem na mente.

A primeira é a história de dois vizinhos que tinham, cada um, um grande quintal. O que o dividia as duas propriedades era um muro não muito alto. Um deles aproveitou o tamanho do quintal e plantou algumas árvores: figueiras, mangueiras, goiabeiras e outras mais.

Ti Seba tinha a mania de lançar seu lixo para dentro do quintal do outro, sobretudo quando este se encontrava ausente. Man Iota, para evitar que o pior acontecesse diante dos abusos do Ti Seba, resolveu pedir conselhos a um mais-velho por quem ele tinha muito respeito e consideração.

O conselho que tinha recebido era que não retribuísse o mal com mal. Mas que retribuído com o melhor que poderia dar. Então quando Ti Seba mandou uma leva grande de lixo para o quintal de Man Jota, este preparou uma grande surpresa para o vizinho lixeiro.

No dia seguinte, quando Ti Seba abriu o portão do quintal dele deparou-se com um grande cesto com todas as frutas que as árvores de Man Iota davam: figos, mangas, goiabas e todas as outras. Era um «buquê» de frutas. E tinha um envelope também grande com um cartão, que tinha os seguintes dizeres: «Cada um oferece o melhor do que tem. Quem tem frutas, dá frutas. Quem tem lixo, dá lixo».

E a segunda cena que me faz lembrar sempre essa máxima, é um filme publicitário que assisti na TV de uma estação de comboios numa das minhas viagens. No filme um jovem bem vestido enquanto anda pela plataforma da estação de comboios, deita o lixo de tudo o que come na via-férrea: casca de banana,

palito de gelado, papel de rebuçado, guardanapo de papel, tudo.

Então ouve-se o apito de um comboio, mas aquela locomotiva não vai parar naquela estação, por isso a sua buzina começa de longe para avisar que vai passar e alertar as pessoas de modo que todos se afastem bem da via.

O comboio passa tão a zunir que provoca um redemoinho que arrasta tudo o que encontra na via-férrea. Quando o redemoinho para, o rapaz bem vestido que desfilava pela plataforma está debaixo de um monte de lixo. O mesmo lixo que ele próprio deitou na via-férrea.

O quê que eu quero dizer com tudo isso? Quero dizer que, se Luanda hoje está nesse estado de lixeira em que se encontra, é porque a generalidade dos luandenses (não vamos aqui dizer angolanos, em geral) tem o mesmo espírito do Ti Seba e do jovem bem vestido da estação de comboios.

Cada um de nós olha para a rua como sendo o quintal do Man Iota ou a via-férrea. Tudo o que produzimos de lixo deitamos lá. Limpamos as nossas casas e os nossos quintais e deitamos na propriedade do Man Iota, a rua, o meio ambiente. Desfilamos bem vestidos pelas calçadas, bebemos gasosas, chupamos gelados, comemos bananas e o lixo é atirado em qualquer esquina.

Mas o «meio ambiente» é um camarada que reage, às vezes como o Man Iota e outras vezes como o comboio que passa a zunir. Tudo depende da maneira como nós lhe tratamos. Ele não pode oferecer aroma de rosas para quem faz cocó na rua. Nesse caso ele oferece cheiro de cocó. Ele não pode trazer um cesto de frutas para quem não limpa, nem cuida do canteiro das plantações.

Luanda já passou do ponto de sujidade há «ruuuuuuito» tempo. Tornou-se uma cidade «porca». E como por uns todos pagam, o luandense - seja natural ou apenas habitante, que more como «mendigo» nas ruas da Baixa ou como rei num palácio nos mabululos - é visto como «porco».

Não tem como escapar. Não adianta exceptuar-se. Estamos todos no mesmo «navio negreiro», escravos dessa situação. Todos são julgados a partir da mesma imagem, tanto para a negativa quanto para a positiva. E nesse instante estamos a falar da imagem negativa que nós produzimos. As lixeiras de Luanda.

Não vale a pena só ficarmos aqui a nos enganar. Procurar palavras menos feias, mais amenas, em que nos possamos esconder tentando fugir da realidade. Luanda a metrópole por dentro do cartão postal - é

mesmo suja e «porca» porque nós produzimos essa sujeira e toda essa porcaria.

É partir do reconhecimento da «verdade», desse retrato da nossa realidade, de que a nossa cidade é suja porque nós a sujamos - todos - e por isso somos todos vistos como «porcos», que poderemos e devemos começar por extirpar toda a mentalidade retrógrada que possa existir no nosso meio e dar início a revolução do estabelecimento do asseio nas nossas consciências e por conseguinte no nosso meio ambiente.

Como os governantes não estão fora da sociedade, eles são em grande medida o reflexo do quadro da nossa sociedade. Mas têm e têm de ter responsabilidades acrescidas, por isso mesmo, se a população age como age, grande parte da culpa é mesmo dos governantes.

Como não pensar que esse acúmulo de lixo exige mais despesas de cura de toda a sorte de doenças do que da devida prevenção que está no tratamento merecido aos resíduos? A culpa não é das empresas de recolha, não. É de quem faz os contratos com ela. Não porque os contratos não devem ser feitos, mas porque têm de ser feitos pensando em primeiro lugar na saúde da população.

Infelizmente, antes que o lixo se acumulasse nós já estávamos lixados. Está lixado o Estado porque falta dinheiro. Estão lixadas as empresas, por que não são pagas. Está lixada a cidade porque as pessoas não têm outro lugar senão as ruas para deitar o lixo. Estão lixadas as pessoas porque do lixo vêm as doenças, além de que tudo fica muito feio.

A grande moral da história é que estão lixadas as nossas mentes. E enquanto não limpamos as nossas mentes elas só vão poder oferecer o que produzem: lixo.

8.13 Novo modelo fracassa por falta de verbas

Semanário Angolense

4 De Setembro de 2015

Texto: Maria Kiluanji

Corno cidade que recebe todo o tipo de pessoas e individualidades que visitam o nosso país, Luanda tem a obrigação de ser o espelho saudável e harmonioso de Angola.

Infelizmente, hoje vive uma situação degradante em termos de saneamento básico. O problema é visível a olhos nus, vistos que há amontoados de lixo por tudo

quanto é canto, inclusive nos locais mais nobres e selectos da cidade.

Um mês depois do lançamento do novo modelo para a recolha de lixo implementado no passado dia 01 de Agosto pelo Governo Província de Luanda, a medida não está a surtir os efeitos desejados.

Em muitos casos, os amontoados de lixo vão invadindo as estradas, ruas e becos literalmente, impedindo a normal circulação dos transeuntes e condutores.

Os habitantes de Luanda acreditam que o novo modelo de recolha de resíduos sólidos já é um autêntico fracasso. «Mal começou e a situação agravou», afirmam os moradores do distrito urbano do Rangel.

«Os contentores foram retirados da via porque, segundo os proprietários, a ELISAL ainda não liquidou a sua dívida e pretendiam fazer um novo contrato com um orçamento irrisório, o que não é certo», defendem alguns moradores.

O Semanário Angolense (SA), tem vindo a constatar nos últimos dias ruas e estradas a serem fechadas devido ao volume de lixo acumulado.

Algumas ruas de Viana e Rangel por exemplo, continuam a apresentar enormes focos de lixo nos seus diversos bairros. Viaturas e pessoas são obrigadas a circular na mesma via e por cima da imundície, porque as vias foram totalmente invadidas pela enorme quantidade de resíduos sólidos.

A população faz um balanço negativo do processo e muitos ainda afirmam não acreditar na sua efectivação, tendo em conta os vários ensaios de modelos já experimentados em Luanda, tendo todos acabado em fracasso.

«Nas ruas não há contentores para depositar o lixo e a população vê-se obrigada a deitar os detritos no chão, ficando vários dias assim, porque as operadoras deixaram de o recolher há já algum tempo, complicando desta forma a vida dos habitantes que são forçados a conviver com as moscas, baratas, ratos, mosquitos e todo o tipo de parasitas nocivos à saúde humana, para além do cheiro nauseabundo que paira no ar. É triste isto acontecer numa cidade como esta», lamentou um morador.

As maiores aglomerações de lixo encontram-se na periferia onde há grande concentração da população. Na conhecida zona do prédio sujo do Marçal, rua da escola Ngola Mbandi e na via principal da Brigada, o cenário é desolador, os carros e as pessoas têm de lutar para encontrar um caminho que lhes permita circular e evitar acidentes, uma vez que algumas estradas foram engolidas pelo lixo, daí os carros circularem pelos passeios.

Dona Marisa, moradora do bairro, afirma que a situação é tão crítica, uma vez que os vermes que saem da lixeira causada também pela falta de contentores, estão a provocar vários problemas de saúde, não só para as pessoas que utilizam a via, mas sobretudo para os moradores, o que contribui também para a redução da esperança de vida de todos os habitantes.

Segundo os populares, como medida para aliviar a situação, muitos têm queimado os resíduos sólidos para que não invadam as suas residências. O hábito de queimar o lixo é justificado pelos moradores, como sendo a única forma encontrada para atenuar a quantidade de lixo, já que as operadoras não aparecem para a sua recolha.

António dos Santos, outro morador do bairro, disse que a situação se agravou, devido a escassez de contentores e a demora que se regista por parte das operadoras na recolha dos resíduos sólidos, daí a razão dos amontoados de resíduos que se regista naquele local!

Já No bairro da Precol, apesar da escassez de contentores na via, os moradores, de forma organizada, colocam os resíduos sólidos em sacos bem amarrados e depositam ao longo da estrada para serem recolhidos pelos camiões de lixo.

Eles não respeitam a população

O SA visitou também algumas ruas do município de Viana e constatou que a situação é a mesma. Os moradores do bairro dos Mulenvos de Cima, lamentam o facto dos camiões de recolha de resíduos sólidos passarem na via e não retirarem o lixo que está a impedir a circulação de pessoas e viaturas.

«Como morador do bairro Munlevos de Cima, não entendo que os carros de lixo passem todos os dias em direcção ao posto da ELISAL, observam o lixo a fechar os cominhos e nada fazem. Não sabemos a quem recorrer mesmo estando próximo do Aterro Sanitário de Luanda», desabafou António Venâncio.

De acordo com Matondo João, «como é possível o governador vir a público dizer que em Agosto o problema do lixo em Luanda começaria a ser

resolvido, quando na realidade piora. Isto é brincar ao 'gato e o rato'», afirmou o morador.

«Os nossos dirigentes não respeitam a população, o que mais lhes interessa é tirar algum dividendo destes projectos por isso é que nada dá certo», lamentou Acácio Lopes.

«Este modelo mal estreou e já apresenta indícios de fracasso, como todos outros projectos que surgiram. Eles inventam porque pensam mais em lucrar do que melhorar a qualidade de vida da população», afirmou.

Já que estamos neste dilema, Marta de Sousa é de opinião que se cada cidadão depositasse o seu lixo em um local apropriado e indicado pela administração, estaria também a ajudar a minimizar o problema, por isso disse estar disposta a colaborar, no sentido de ajudar a melhorar a imagem da cidade.

8.14 O lixo na capital já é uma 'doença' sem cura à vista

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

A recolha de lixo em Luanda parece um problema sem saídas no horizonte próximo. Nos últimos dias, pioraram os amontoados de resíduos sólidos nas ruas da cidade, o que empresta uma imagem extremamente degradante, quer para os habitantes, quer para visitantes estrangeiros.

Aquela que, como se dizia, era a pérola das cidades da África Ocidental cresceu do ponto de vista das infra-estruturas, com a construção de novos edifícios no mesmo casco urbano concebido para alojar apenas 500 mil almas, enquanto hoje alberga pouco mais de seis milhões. Em contrapartida, o crescimento em causa não está a ser acompanhado com boas regras de higiene.

A confusão do lixo é de tal ordem que há ruas que tendem a desaparecer do mapa, sobretudo nos bairros.

A justificação da empresa pública de limpeza e saneamento, ELISAL, para tanta imundície é de que o baixo orçamento atribuído ao Governo da Província de Luanda (GPL), para a limpeza da cidade, levou várias operadoras a desistirem da sua actividade e a retirarem das ruas os seus meios como contentores e papeleiras.

Assim sendo, o novo modelo de recolha de resíduos sólidos na capital, anunciado recentemente com pompa e circunstância, está praticamente condenado a 'morrer na praia'.

Valas de drenagem, bermas das estradas, ruas secundárias e terciárias de acesso à periferia, está tudo envolto em lixo, e as poucas acções aqui e acolá que vão sendo levadas a cabo pelos trabalhadores da ELISAL já nada representam para a mudança da degradação que tomou conta da metrópole.

O mais agravante é que as chuvas estão a chegar e a continuar o cortejo de lixeiras por toda a urbe, não tardarão a surgir doenças diarreicas, ou mesmo a mortífera cólera para a qual as autoridades sanitárias poderão não estar à altura de combater.

O problema mexe com a saúde pública. Por isso, algumas vozes entendem que não há soluções, no curto prazo, o melhor seria a demissão do governador Graciano Domingos. Este é o caminho?

8.15 O outro lado rentável do lixo

Jornal Economia e Finanças

4 De Setembro de 2015

Texto: Gaspar Micolo

A esperança vem do lixo" é um filme co-produzido pelo Reino Unido e Brasil. Baseado num livro homónimo, escrito por Andy Mulligan, retrata a vida de três rapazes que vivem nos arredores de um aterro sanitário do Rio de Janeiro, cuja vida sofre uma grande transformação depois de encontrarem uma carteira no chamado "lixão". Este filme, que estreou em Outubro de 2014 e recebeu boas críticas, leva-me a acreditar que há mesmo esperança no lixo, longe da ficção. .

O lixo tem sido o foco de atenção de vários empreendedores no mundo inteiro, que se dedicam a encontrar soluções sustentáveis para os diferentes resíduos. A provar que há esperança no lixo. estão mesmo os jovens empreendedores que não descansam enquanto não encontrarem soluções, por exemplo, para o lixo electrónico.

Com efeito, o que mais nos preocupa neste momento são os resíduos urbanos, de um modo geral. E, apesar das soluções e iniciativas importantes que têm ido implementadas ao nível do mundo. a grande dificuldade ainda é a falta de recolha selectiva do lixo, sendo que actualmente ainda se deposita em contentores e depois recolhido para o aterro sanitário dos Munlevos. Especialistas acreditam mesmo que a recolha selectiva de resíduos sólidos, além de preservar a paisagem, os recursos naturais e diminuir o impacto ambiental, facilita a gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos de forma sustentável.

No manual sobre recolha selectiva de resíduos em Angola, que foi distribuído no ano passado, são descritos os métodos e metas das taxas de reciclagem de vidros, plásticos, metais e outras tipologias de resíduos, até 2022. Mas sem a recolha selectiva fica difícil a reciclagem. E, mesmo que os baldes específicos sejam colocados em vários ponto da cidade, acredita-se que não haverá assim tanta adesão por parte da população, como têm demonstrado as experiências de vários países.

É aqui que surge uma das melhores experiências: os centros de triagem. As usinas de triagem, diferentes dos aterros sanitários a céu aberto, estão já especialmente equipadas com meios para separar principalmente os resíduos de embalagens de outros produtos, que depois são então enviados directamente para as empresas parceiras do projecto que os aproveitam como matéria-prima secundária.

Em países como a Alemanha, estes centros de triagem fazem uma separação semi-automática, realizado primeiramente por máquinas e de seguida por pessoas. Angola pretende criar várias usinas de triagem em diferentes regiões do país para assim dar uma das melhores respostas à redução do lixo nos centros urbanos.

O Executivo tem a responsabilidade de criar condições para que a cidade esteja limpa, pelo que introduziu um novo modelo de recolha de lixo, que está na sua fase inicial. Mas não estaria a defender a nova estratégia de limpeza de Luanda se dissesse que da parte dos cidadãos se exige igualmente uma melhor postura, pois temos de aprender a depositar de forma adequada o lixo que produzimos. Assim, mesmo que a recolha tarda, a deposição adequada em sacos de plástico permitir-nos-á evitar a proliferação de vectores de doenças.

Contudo, enquanto não se erguem os centros de triagem e nem se estabelece a recolha selectiva, há ainda outros exemplos de como o lixo é rentável. São aqui chamadas as empresas que actuam no sector de plásticos que sentem cada vez mais necessidade de investir na reciclagem. Há inclusive projectos neste sentido que já foram aprovados pela extinta Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP). Os projectos que serão implementados nos próximos anos seguem, no fundo, várias iniciativas que já têm sido levadas a cabo por algumas fábricas situadas em Luanda, nomeadamente, de vidro, latas, plástico e papel, produtos que reciclados se tornam bastante rentáveis e ainda têm o mérito de reduzir a importação favorecendo uma economia circular, em que tudo quanto se produz regressa à unidade fabril. Há mesmo um lado rentável do lixo que vem certamente a esperança.

O maior temor de momento é o aproximar das chuvas, altura em que se prevê que pela via da contaminação das fontes de água e a insalubridade da atmosfera se propicie o surgimento de variadas epidemias.

A Elisal- EP apela à população a colaborar nesta fase transitória em que a cidade ficou sem contentores. A população deve "acondicionar correctamente o lixo em sacos de plástico. Amarrá-lo, para facilitar a recolha, tornar mais célere a limpeza e diminuir o desgaste dos meios técnicos e humanos em serviço".

A gestora do sistema de limpeza pública de Luanda, reitera que continua "empenhada em inverter o actual quadro, estando neste momento a repor os meios técnicos nas áreas abandonadas pelas operadoras do antigo modelo".

A nossa fonte acredita que o modelo pode até ser válido, mas o valor financeiro para a limpeza da cidade tem de ser incrementado, "pode não voltar aos 30 milhões de dólares/ mês, mas com 10 milhões também ninguém limpa Luanda", sentenciou.

Para ele, apesar de se estar a atribuir culpas à população, os moradores de Luanda sempre levaram o

lixo aos pontos de recolha, aquilo que chamamos lixeiras. Acredita que se este elemento fosse bem aproveitando, incrementando um sistema organizado e ouvir os intervenientes no modelo podia-se obter melhores resultados.

Toma como exemplo o facto de cada casa na cidade ser limpa pelo próprio munícipe e família todos os dias. "De manhã as pessoas limpam as suas casas, combate insectos e ruminantes. O problema começa no espaço público, ou seja da porta para fora". Sugere, que no espaço público deve actuar uma entidade que compreenda e dialogue com as pessoas e adapta-se ao comportamento da mesma.

Por enquanto o essencial é afastar o lixo das zonas residenciais, processá-lo em local apropriado e garantir salubridade às comunidades. Posteriormente terão de ser equacionadas outras soluções, como a reciclagem, o combate do excessivo recurso ao plástico e às embalagens de cartão, entre outras acções.

8.16 Técnicos de saúde preocupados com o que pode advir das lixeiras

Jornal Semanário Angolense

04 De Setembro de 2015

Texto: João Silva

Os moradores do Golfe -2 distrito urbano do Kilamba Kiáxi, também estão agastados com as enormes quantidades de lixo que se verifica naquela circunscrição, desde que se anunciou a implementação do novo modelo de recolha de resíduo sólidos para Luanda.

Aflitos, sustentam que a situação é preocupante porque o lixo está a invadir a via pública, os automobilistas são obrigados a estacionar as viaturas em locais impróprios, por causa do lixo que invadiu até os locais de estacionamento, impossibilitando ao mesmo tempo a movimentação dos pedestres.

O facto que os preocupa ainda mais, é não haver contentores para se depositar o lixo, sendo obrigados a depositá-lo no chão. Alguns locais há contentores mas os mesmos encontram-se abarrotados e vão permanecendo assim, sem serem recolhidos, enquanto se espera pelo tal «novo modelo».

Em frente à nona Conservatória do Registo Civil, que se encontra numa rua muito utilizada e de muita movimentação rodoviária, há uma grande montanha de lixo que, a cada dia, vai aumentando de tamanho.

O Semanário Angolense (SA) constatou a realidade que se vive ali e pode observar que, em todos cantos, há grande lixeiras, principalmente próximo das residências e as crianças, na sua inocência, brincam nelas e até apanham coisas, num autêntico perigo para a saúde.

Outra situação que muito chamou a atenção, não só no Golfe - 2, mas em quase toda a província, é o facto de as vendedoras ambulantes serem as principais geradoras de lixo, nas ruas, passeios e sobretudo, diante dos estabelecimentos comerciais, onde montam as suas praças. Mesmo bens alimentares e frescos como peixe e carne, são comercializados em frente ou por cima das lixeiras, o que provoca mais problemas de saúde pública.

No caso da estrada do Calemba-2, as lixeiras próximas da via têm dificultado o trânsito, o que provoca enormes engarrafamentos. Algumas pessoas residentes nas proximidades das gigantescas montanhas de lixo estão a abandonar o bairro no sentido de salvaguardarem a saúde dos seus filhos e demais familiares.

De acordo com Cristóvão Fernandes, enfermeiro de uma unidade hospitalar da zona, o saneamento básico em Luanda é realmente lastimável. No caso da zona do Golfe - 2, o responsável sustenta estar preocupado e lamenta que o novo modelo implementado para a recolha dos resíduos sólidos não esteja a surtir efeito, considerando que as operadoras não foram bem munidas com equipamentos, assim como por causa do GPL ainda não ter pago as dívidas anteriores. «Assim, eles preferiram não tubalhar», lamentou o técnico de saúde, concluindo que se o Governo angolano quiser apostar numa saúde para todos os angolanos «terá, em primeiro lugar, que lutar contra o lixo que está a invadir toda a cidade e arredores».

Conforme disse, «os hospitais nesta época encontram-se todos cheios e os doentes que mais comparecem nas unidades hospitalares são doentes com as patologias de cólera, paludismo, febre tifóide, diarreias, entre outras, doenças transmitidas por falta de higiene e de um saneamento básico considerável e ainda não começou a chover», sublinhou o enfermeiro.

Já Filomena Jacinto, de 42 anos de idade, técnica média de medicina e professora, diz estar preocupada com a sociedade vindoura. «O que será dos formados em medicina se, em vez de entrarem para uma unidade hospitalar para estagiar, entrem logo para trabalhar arduamente, porque os hospitais encontram-se todos sempre cheios de doentes com as mesmas patologias», questionou.

Para ela, «o lixo é um problema que parece estar a ser ignorado por quem de direito, porque não se admite que num país como Angola não haja capitais financeiros para se pagar empresas de recolha de resíduos sólidos como deve ser».

De acordo com fontes junto de algumas operadoras de recolha de resíduos sólidos, os mesmos estão descontentes com a proposta implementada, questionando o orçamento elaborado que, disseram, são irrisórios e não permitirá custear os gastos que as mesmas têm com os seus equipamentos e trabalhadores. Porque tais valores não permitem ressarcir pelo menos cinquenta por centos dos custos, não colocaram os equipamentos que deviam nas ruas, como contentores e outros meios de limpeza.

Das doze micro - operadoras, apenas três é que têm equipamentos completos para exercer actividades de recolha dos resíduos sólidos. As demais, encontram-se a jogar entre o faz e não faz, porque duvidam que haverá pagamentos atempados e sem falhas.

8.17 Uma lixeira que podia ser evitada

Jornal Semanário Angolense

4 De Setembro de 2015

Texto: João Silva

Recentemente, o Semanário Angolense (SA) abordou em uma das suas edições passadas, a situação que se vive nos bairros situados por detrás do Supermercado Iumbo e imediações da Unidade Operativa de Luanda da Polícia Nacional.

Ali, as pessoas convivem há anos com águas paradas e putrefactas que não se escoam porque, supostamente, os esgotos daquela zona estão entupidos. Os moradores da zona dizem estar muito preocupados, porquanto tem havido muitos problemas de saúde, alguns dos quais acabaram em morte. Há uma grande quantidade de lixo amontoado principalmente contra os muros do Iumbo que, com as águas putrefactas, originam quantidades enormes de mosquitos e outros parasitas que põe em perigo a vida de quem habita na área. Os cidadãos afirmam que, apesar das denúncias e apelos às autoridades, nada se faz.

Com a problemática do lixo que se regista em toda a província de Luanda, o lixo produzido pelo supermercado e moradores das redondezas, pelo volume atingido, preocupa sobremaneira os moradores, a pontos de alguns terem dito ao SA que, para além de o novo modelo de recolha de resíduos sólidos ainda não ter dado um «ar da sua graça», o simples anúncio do mesmo deixou alguns comerciantes relaxados em relação à recolha do lixo produzido pelos seus estabelecimentos.

Para alguns moradores, naquela área, o Iumbo é o maior produtor de lixo e sustentam que a direcção do mesmo não se importa e nem vela pela higiene: porque as lixeiras provocada pela loja permanecem durante várias semanas e, vezes sem conta, em pleno dia, ateam fogo, cujo fumo tóxico obriga as pessoas a andarem com máscaras.

Moradores de longa data do bairro da Madeira, alegam que em anos anteriores o Iumbo era organizado, limpo e as ruas traseiras e laterais, de tão limpas fazia inveja, porque os seus responsáveis exerciam um papel importante nesse sentido.

Anos depois, é grande a diferença que se vive ali e os actuais responsáveis, parecem mais interessados em facturar sem qualquer preocupação com a higiene e o meio ambiente. «Dentro do estabelecimento está tudo muito organizado, muito higiénico, mas na parte de fora, principalmente atrás, é uma autêntica lixeira que até assusta», afirmou um morador.

Quando a reportagem do SA esteve nas imediações do Jumbo, constatou um episódio triste e bastante preocupante: em plena luz do dia a grande lixeira existente junto dos armazéns do estabelecimento, estava a ser queimada. As chamas e o fumo escuro tomaram conta da rua, com crianças e demais transeuntes obrigados a transitarem debaixo do fumo que também invadia as residências, cantinas e barracas de comes e bebes locais.

Segundo os moradores, foram os funcionários dos armazéns que tinham posto fogo, alegando que o lixo estava a chegar próximo da porta de acesso ao armazém. «É sempre assim; quando o lixo atinge uma quantidade elevada, a direcção do estabelecimento manda os seus funcionários queimarem o mesmo em plena luz do dia, o fumo tem provocado graves doenças respiratória aos moradores devido a alguns produtos tóxicos que são deitados na lixeira», acusam.

Na sequência da reportagem, SA contactou a direcção-geral daquele estabelecimento comercial, no sentido de obter esclarecimentos sobre a situação, porém sem qualquer resultado, apesar das tentativas feitas. Informada a recepcionista, mandou o repórter aguardar dizendo que seria recebido minutos depois. Passado algum tempo, foi-lhe transmitido pela mesma funcionária, que a doutora já não o iria receber porque estava a espera do administrador comunal do Cassequel. A Dra. Constância, elemento da direcção e responsável pelos recados recebidos pelo jornalista compareceu na recepção, saudou o jornalista em tom um tanto irónico e orientou a recepcionista para mandar entrar sem ser incomodado o administrador, mal ele chegasse e retirou-se, sem dispensar um minuto ao menos ao jornalista que aguardava.

8.18 Confissões sobre fracasso de modelo que era novo

Jornal A Capital

05 De Setembro de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

Caos. Esta é a palavra mais razoável que pode descrever a situação desastrosa que Luanda vive por causa do lixo. A situação está insustentável e, ao que tudo indica, as administrações e o Governo da província, demitiram-se de suas responsabilidades.

Mercê dessa inércia, bairro como o Grafanil, município de Viana, sector 9B, os moradores decidiram dialogar com os jovens motoqueiros que antes acarretavam bidões de água de 20 litros, para a inserção dos mesmos no carregamento de sacos de lixo e levarem-no para longe das zonas habitacionais.

A iniciativa, segundo os moradores, teve início muito antes da aprovação do novo modelo do Governo Provincial de Luanda, (GPL), no passado mês de Agosto. A nossa zona sempre foi esquecida pelas empresas de recolha de lixo do município. Sempre fomos obrigados, s mesmos, a levar os resíduos para nas distantes", ilustrou jussara Ricardo, moradora, para quem o problema que Luanda vive neste período não lhes afecta muito por causa da alternativa que encontraram.

Talvez esteja a afectar as pessoas e vivem próximo aos contentores um local apropriado para o depósito dos resíduos, os jovens kupapatas estão a deposita-los onde havia contentores, ate que os responsáveis s empresas façam a recolha", acrescentou.

Francisco Pedro, um dos motoqueiro que faz a recolha de lixo, contou a nossa reportagem que diariamente chega a fazer seis a sete viagens para os locais de depósito do lixo.

Depende do número de motoqueiros que saem. Há vezes em que levo mais de sete carregamentos. É um negocio rentável e como estamos no interior dos bairros temos menos problemas com a Policia", manifestou, acrescentando que o preço de transporte depende da quantidade que os moradores entregam. "O saco azul custa 50 kwanzas. Se for maior cobramos 100 kwanzas", elucidou, reforçando que o local de descarga fica por detrás da Escola Nacional da Policia de Protecção e intervenção, vulgo Kapolo II. Pelo menos estes cidadãos organizaram-se para mitigar a imundície que toma de assalto quase todos os bairros, faltando apenas quem o vai recolher para os aterros sanitários.

O director de Operações e Fiscalização da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, (EISAL), António Rodrigues, considerou, nesta quinta-feira, 03 de Setembro, que o balance da aplicação do novo modelo de recolha como uma das principais operadoras dentro de Luanda, município do Cazenga e Belas, porque as empresas que existiam anteriormente preferiram não entrar neste modelo", argumentou, acrescentando que a desistência das mesmas perigou e de que maneira cumprimento do novo modelo.

"Consideram que os valores a locados para o efeito não cobrem o serviço que deviam fazer. Por essa razão, a ELISAL tem estado a assumir o trabalho, mas também temos dificuldades com equipamentos para nos estendermos a todos os municípios e ajudar a melhorar toda esta situação", queixou-se responsável.

Segundo disse, as operadoras que desistiram do novo sistema, levaram tudo, até papelarias. Já as novas empresas, chamadas operadoras principais, não têm capacidades técnicas ou tecnológicas, principalmente a que está em Viana. Por esta razão, continuou, existe uma grande preocupação quanto a limpeza deste município.

"Outras poderão ter alguma capacidade, mas não correspondem aquilo que é desejado. Quanto as pequenas e médias empresas, algumas delas têm tractores, fazem alguma recolha para levar a pontos de transferência.

Outras terão alguns carros de mão, mas não resolve a situação", justificou. António Rodrigues foi claro em admitir que a ELISAL tem que ser capacitada para que possa fazer cobertura todos os pontos onde estavam as grandes operadoras, uma vez que as antigas grandes empresas, tais como a NVIROBACK e a RANGOL, por exemplo, tinham cada uma, cerca de 40 pás compactadoras para a recolha do lixo.

"Neste momento trabalhamos apenas com uma pá compactadora que é alugada", asseverou. Uma das formas que desesperadamente a população encontrou para eduzir o impacto das montanhas de lixo e atear fogo as mesmas, sem saber as consequências.

Por isso e que, o director das Operações da ELISAL, aconselhou a deixarem de o fazer, pois é um risco grande para a saúde pública, porque com o fumo, dos vários componentes dos resíduos, entre pilhas e plásticos, estamos a criar problemas sérios". Dados do Ministério do Ambiente dão conta que anualmente são produzidos cerca de 1,3 milhões de toneladas de lixo. Já a ELISAL, como fez saber seu responsável das operações, desde que se implementou o novo modelo de recolha de resíduos, a empresa transportou 60 mil toneladas de lixo, isto é, de 01 de Agosto a 03 de Setembro.

"Luanda produz seis mil toneladas de lixo/dia. Destas, está-se a tirar, em média, quatro mil e 500 toneladas por/dia, ficando mil e 500 toneladas nas ruas. Contabilizando 30 dias, ficam mais de 40 mil toneladas de lixo nas ruas de Luanda", por recolher.

A rua da Brigada, ao Rangel, e apenas uma pequena amostra do triste cenário que afoga Luanda. A escassos metros do hospital Américo Boavida a situação é alarmante e pede Solução urgente. "O lixo é sinónimo de doenças e com as chuvas a porta preocupa-nos a saúde das crianças que são as mais vulneráveis.

Estamos com as ruas intransitáveis. Levaram os contentores e arrumaram o lixo no chão", expressou

uma moradora, que se queixa ainda do facto de, não podendo conviver com o lixo nas residências, as pessoas despejam-no, exactamente, nos locais onde estavam os contentores.

O lixo tomou meia parte da estrada e as viaturas passam através de prioridades. "Estou a ouvir vozes de responsáveis administrativos a acusarem a população de depositar o lixo na via pública. Então, se não há locais apropriados, aonde vamos depositar?", questionou Jacinta Dambe, residente do município do Rangel, rua da Brigada.

8.19 Governo Provincial traça estratégia

Jornal De Angola

8 De Setembro

Texto: Maria Augusta

Uma estratégia suplementar para a recolha de resíduos sólidos em todos os municípios de Luanda começa a ser implementada amanhã, para combater os actuais focos de lixo em vários pontos da cidade, anunciou ontem em Viana a vice-governadora provincial para a área técnica, Njila de Carvalho, durante um encontro com administradores municipais, Serviço de Bombeiros e Protecção Civil, entre outras Instituições.

A vice-governadora provincial reconheceu que há problemas com a remoção de resíduos sólidos na capital do país, daí o surgimento dessa iniciativa que junta meios técnicos e humanos das administrações municipais, particulares, população serviço de bombeiros, para limpeza dos municípios.

A ideia é juntar sinergias de todas as administrações municipais, definir uma municipalidade e todos se engajarem na limpeza dessa circunscrição. O administrador municipal de Viana, Manuel Caterça, cujo município é o primeiro a beneficiar dessa estratégia já amanhã, congratulou-se com a iniciativa e disse que todas as boas ideias para minimizar problema do lixo são bem-vindas.

A nível de Viana, a Administração Municipal tem já identificados os principais focos de lixo a serem combatidos, devendo-se dar prioridade aos que se encontram ao longo da estrada nacional 230. No mês de Agosto entrou em funcionamento na província de Luanda um novo modelo de recolha de resíduos sólidos. Contudo, tendo em conta a redução das verbas destinadas às operadoras de lixo, algumas recolheram os seus meios técnicos (como contentores) e humanos, desistindo do processo de limpeza da capital do país.

Para se desfazer dos amontoados de resíduos na capital, ante a incapacidade da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), a população optou por queimar o lixo, mas o ambientalista Vladimir Russo alerta que esta prática tem efeitos nocivos ao sistema ecológico. A queima do lixo, disse, compromete a qualidade do ar e, conseqüentemente, a saúde humana, provocando vários tipos de doenças.

Pior ainda, acrescentou, em muitas lixeiras podem ser encontrados produtos inflamáveis como baterias, frascos de insecticidas e outros que libertam produtos químicos. "Estes podem explodir e causar outros males à população", frisou.

Vladimir Russo espera que o novo modelo de recolha de lixo venha a funcionar em pleno e dar resposta ao problema do lixo em Luanda. Estudos comprovam que as queimadas são a segunda maior causa do aumento do efeito estufa.

A bióloga Carmina Fernandes sublinha que o lixo é responsável por um dos mais graves problemas ambientais do tempo actual e daí a importância de medidas adequadas para se evitar a sua acumulação no meio urbano. Especialista em ambiente urbano, Carmina Fernandes adiantou que a disposição inadequada do lixo provoca a contaminação de lençóis subterrâneos de água do solo (através da decomposição dos resíduos orgânicos) e a poluição do ar. Para evitar a proliferação de vectores de doenças no seio da população, defendeu a deposição adequada dos resíduos.

A nova estratégia do governo da província de Luanda pode diminuir volume do lixo.

8.20 Um lixo que nunca termina

Jornal O País

4 De Setembro de 2015

É muito triste quando o principal problema da cidade capital passa a ser o lixo. Luanda tem outras coisas com que se preocupar, mas não o pode fazer atolada em lixo.

O que está em causa, está visto, não é a variedade os modelos de limpeza, não é o maior ou menos grau de patriotismo dos empresários que actuam neste sector. Há alguma coisa mais. Há sobretudo a questão financeira. Desde que se decidiu tornar o lixo num negócio que as coisas vão piorando. E mesmo aqui há outros considerandos, é que o ne-gócio do lixo está limitado ao acto de recolha. Não temos ne-gio naquilo a que se poderia chamar de cadeia do lixo. Estivesse tal cadeia bem definida e a confusão seria menos. Certamente que muitos dos empresários

apostariam mais noutras vertentes que não na recolha. Transformar o lixo que outros recolhem, reciclar e ganhar dinheiro talvez fosse mais interessante. Os homens de negócios, sabe-se, gostam de ganhar muito dinheiro investindo pouco. O Estado, por outro lado, tem a obrigação de velar pela saúde e bem-estar dos cidadãos.

Numa cidade sem toponímia definida, com a circulação afectada por ruas esburacadas e por engarrafamentos que nunca terminam, e numa sociedade em que impera o chico-espertismo, talvez fosse hora de estatizar a recolha do lixo, com empresas municipais, ainda que os cidadãos fossem levados a pagar 'contribuições em dinheiro.

Por outro lado, além das implicações na saúde das pessoas e na imagem de Luanda, a questão do lixo encerra uma vertente social que não pode ser ignorada: o emprego. Se esta área pode dar trabalho a muita gente, é também verdade que as coisas se tornam mais inseguras enquanto a questão da limpeza for tratada como arma de chantagem na relação entre o Governo Provincial e as operadoras do lixo.

Seja como for, não interessa saber quem tem razão, não interessa saber as virtudes deste ou daquele modelo, o que o cidadão sabe é que o Estado gasta imenso dinheiro e a cidade soma amontoados de lixo. Podem os angolanos aceitar que são incapazes de viver em espaços limpos? Devem os cidadãos passar a questionar as competências mínimas de quem tem de lidar com o problema e, ao que parece, não está a fazê-lo bem, sobretudo quando estamos a entrar na perigosa Estação das Chuvas?

8.21 Administrador de Viana pede colaboração

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2015

Texto: Fula Martins

Uma campanha de recolha de resíduos sólidos foi realizada ontem em Viana, numa iniciativa do Governo Provincial de Luanda. A actividade marca o início de uma série de campanhas que são realizadas em todos os municípios da província, de forma rotativa, com o objectivo de eliminar os focos de lixo.

A campanha envolveu homens, 100 camiões, diversas pás carregadoras, compactadores e mais de dois mil funcionários das várias empresas e voluntários que aderiram à campanha.

A campanha estendeu-se para todo o município de Viana, com realce para a Estrada Nacional 230 Luanda/Catete, as estradas do Zango, da Regedoria, 11 de Novembro e os bairros do Zango, Grafanil, Estalagem, Vila Chinesa e toda a extensão da linha férrea.

Manuel Mateus Caterça, administrador municipal de Viana, mostrou-se preocupado com a fraca participação dos munícipes e dos comerciantes na campanha e disse ser necessário chamar a atenção da população por se tratar de uma questão que afecta todos os cidadãos.

"A preocupação deve ser de todos, residentes, naturais e aqueles que circulam por Luanda têm esse compromisso", frisou Manuel Caterça, sublinhando que se deve acabar com o preconceito de que a responsabilidade da recolha do lixo é do Estado e que o cidadão não tem nada a ver com isso.

Vários administradores municipais e distritais prestaram a sua solidariedade à administração municipal de Viana. Adriano Mendes de Carvalho, administrador municipal de Icolo e Bengo, disse que

veio prestar a sua solidariedade ao município de Viana. "Trata-se do município vizinho, não podemos rir do outro quando se encontra numa situação delicada. O lixo é um problema comum. Estamos aqui para dizer ao colega de Viana que pode contar connosco naquilo que for necessário", garantiu.

Quanto à campanha, Adriano Mendes de Carvalho referiu que a iniciativa do Governo Provincial é boa e enalteceu a visão do governador provincial em programar campanhas de limpeza a nível dos municípios.

O administrador municipal de Icolo e Bengo considerou importante que esse tipo de campanha se realize, mas tem consciência de que isso não vai resolver o problema, mas também não se pode deixar conforme está.

Adriano Mendes de Carvalho lamentou a fraca aderência da população na recolha do lixo em Viana e sugeriu à população a participar mais. "O lixo é depositado pela população e compete à própria população participar nas campanhas de limpeza e estarem solidários com os programas do Governo Provincial".

A Escola Nacional de Protecção Civil e Bombeiros abraçou a causa, tendo disponibilizado cerca de 69 instruendos. Francisco Macamba de Lemos, instruendo e chefe do grupo, disse que a participação dos efectivos dos bombeiros surge da orientação do comandante da Protecção Civil e Bombeiros no

sentido de eliminar os focos de lixo existentes na cidade.

"O sentimento é de missão. O lixo é um perigo para a saúde e nós, como cidadãos e munícipes, estamos motivados e dispostos a combater o lixo enquanto existir", disse.

Francisco Macamba Lemos sublinhou que a pretensão dos bombeiros é prevenir antes que o mal aconteça e recolher o lixo é uma prevenção para a saúde pública. "Como efectivo dos bombeiros acho que é nossa responsabilidade prevenir as doenças e acidentes em vez de ir salvar", disse.

Maria Pedro, 65 anos, moradora do bairro da Regedoria, mostrou-se satisfeita com a iniciativa do Governo Provincial de Luanda em programar a campanha de recolha de lixo. "A campanha vai permitir afugentar as moscas, os ratos e mosquitos que habitam nesses amontoados de lixo", disse a moradora.

A anciã apelou às comissões de moradores para que, sempre que possível, realizem campanhas de limpeza e embelezamento do bairro com a participação dos moradores. Presentes estiveram a vice-governadora provincial de Luanda para a área Técnica e Infra-estruturas, os administradores municipais de Cacuaco, de Belas, Quiçama, Cazenga, Icolo e Bengo e o presidente da Centralidade do Kilamba.

Depois de Viana, a campanha estende-se aos demais municípios, a começar por Belas.

8.22 Afinal o lixo é coisa de mau-olhado

Jornal Expansão
11 De Setembro de 2015

Andava por aí, certo fim-de-semana, nestas nossas praças a céu aberto de Luanda, à procura de alguma fruta nacional, que tanto adoro. Infelizmente, a que pretendia comprar estava a ser vendida muito próxima do lixo. Insatisfeito, indaguei à vendedora por que fazia o negócio naquele lugar, ainda mais com o bebé dela ao lado. A resposta inesperada não tardou: "Eh, pai, isso aqui é mau-olhado. Esse lixo é de feitiço! Ainda de manhã estava lá tão longe, mas já está a chegar aqui. Esse lixo anda, mano!", exclamou a senhora, descontrada. Aquela resposta intrigou-me. Ela continuou: "O lixo, aqui, anda!... Parece que tem feitiço!"

Fiquei sem palavras para retorquir.

Comprei o que me interessava e bazei. Mas aquela situação rodava-me a cabeça. Achei engraçado e comecei a reflectir como a questão do lixo na província de Luanda começa a transformar-se em superstição. Alguns luandenses agora pensam que tanto lixo assim é mesmo mau-olhado do(s) feiticeiro(s).

Os mesmos produtores de lixo olham, agora, para o mal que lhes faz e especulam a desgraça. Se calhar, têm razão, é mesmo mau-olhado de quem não faz o que devia. Afinal, o lixo não só aumenta todos os dias como também está mais complicado saneá-lo.

Os amontoados crescem e aproximam-se das nossas portas. Em alguns bairros, as ruas já não suportam, estão fechadas. Em Via na, por exemplo, os amontoados proliferam e perpetuam-se.

O novo modelo ainda soluça, não funciona de todo. A recolha do lixo não corresponde à velocidade da sua produção. Em alguns locais, a situação piorou até. Fica fácil compreender que, assim, o problema do saneamento básico na província de Luanda não terá solução tão breve.

Os indícios da incapacidade dos órgãos vocacionados para tal repetem-se, não se vislumbram soluções imediatas. O novo modelo ainda não dá perspectivas a lentadoras. Vivemos um sério problema de gestão de resíduos.

O que é lamentável é verificar que se desarticula o antigo sem provas de que novo funciona. Agora, tudo encalhou.

O que vimos notando, aqui na província de Luanda, é que se ensaiam modelos, reestruturam-se e depois são desactivados, descartados, sem que se aproveite o que de bom tiveram. É sempre assim.

Não podemos andar neste jogo contínuo em que, por vezes, cada um ensaia o seu modelo, introduz as operadoras que acredita serem as melhores para a sua gestão, mas o modelo não deslancha, nem finca. Como diz o povo, parece que esta é a desgraça que estamos com ela.

Alimentamos esperanças, avançamos e depois chegam as desilusões, recuos. É coisa de mau-olhado mesmo! Só pode. Não é crível que, com tanto dinheiro gasto, ao longo de tantos anos, Luanda continue a hibernar no lixo sem solução à vista para o problema.

Até hoje não se consegue encontrar um modelo, o suficiente para tirar-nos deste sufoco. Luanda pede outras soluções para safar-nos desta encruzilhada. Hoje ainda ninguém sabe para onde vamos.

Continuamos a andar atabalhoados, em busca de um caminho. O que se coloca, tantos anos depois desta procura, é saber por quanto tempo mais haveremos de andar às cegas, sem um rumo à vista. Já lá vão muitos modelos ensaiados. Se calhar, nem precisamos de procurar soluções tão longe.

Aqui mesmo, no nosso País. há províncias cujos exemplos podem ajudar. Quem sabe?

Quem sabe, talvez, também Cabo Verde ou a Namíbia, países irmãos, pobres e humildes, não possam ensinar-nos como administrar nosso lixo? O resto fica por nossa conta.

Precisamos de mudar, também, a mentalidade da busca por soluções gigantes, às vezes distantes. Por outro lado temos de banir a impunidade dos causadores dos fracassos previsíveis que causam prejuízos enormes aos cofres públicos. Uma fórmula inaceitável, desgastante, caduca, que já vem de trás, corroendo os nossos recursos.

Quase 25 anos depois da extinta URBANA 2000 e de tantos outros da criação da ELISAL, não podemos andar aos solavancos com ensaios.

Já é tempo de se pôr termo a isso. Não se pode acreditar que numa fase como esta existam ainda dissonâncias no sistema e não haja afinidade entre os diferentes intervenientes do processo.

Auguramos uma Luanda limpa, que vá além das políticas de conveniências brutais que prejudicam aquilo que já foi feito. Não faz sentido continuar a experimentar, eternamente, neste momento de excepção económica.

A recente Conferência Nacional sobre Alterações Climáticas abordou as boas práticas ambientais. Essas práticas sustentáveis, para que sejam alcançadas, temos de partir de baixo. O lixo à nossa volta não permite que tenhamos condições para realizar essas boas práticas, porque vivemos e trabalhamos em ambientes pouco saudáveis.

Não é possível avançar para outras práticas ambientais sustentáveis quando há ausência de saneamento eficaz. Isso será alcançado quando se ultrapassarem as barreiras actuais. Hoje, quase nada mais nos resta senão a indignação pelos fracassos sucessivos.

A luta por uma solução para o lixo não passa pelo experimentalismo constante. Esta é a única esperança que nos alimenta.

Enfim, parece que temos de aprender a lidar com o problema. A única esperança, agora, é olhar com

cepticismo para o futuro e esperar que se adopte um modelo definitivo, sério, que possa ser melhorado permanentemente.

8.23 Atirar crianças ao lixo vira moda

Jornal Agora

11 De Setembro de 2015

Em menos de um mês, duas crianças foram deitadas na lixeira da Decorang, no município de Cazenga.

O caso mais recente ocorreu no passado dia 6.

Numa manhã de domingo, as pessoas assistiram a um episódio triste, uma criança do género masculino, de sete meses, foi deitada na lixeira, mas, depois de algum tempo, começou a espumar pela boca. Quando os Bombeiros e a Polícia chegaram ao local, ela já tinha sucumbido, para a tristeza dos moradores da circunscrição.

Segundo Francisco Manuel, morador do bairro Decorang, há 20 anos, é difícil detectar as pessoas que insistem nesta prática de deitar crianças no local, porque os moradores da Sonef, os da Incubação e de outros bairros vizinhos jogam o lixo no mesmo local.

Para acabar com o fenómeno, é necessário pôr fim à lixeira e fazer denúncias.

"A solução é acabar com a lixeira. Se continuar, estaremos sempre a deparar-nos com situações do género, pois que está prática hedionda existe desde que o lixo tomou conta desta zona", fez saber Francisco Manuel.

Dona Domingas, moradora frontal da lixeira, informou ao Agora que, em 2005, alguns meninos estavam a brincar na lixeira e de repente gritavam quando viram que um saco preto mexia e dele saíam gritos de uma criança, foi até lá, resgatou o bebé.

Hoje, a menina tem 10 anos e tornou-se membro da família, conforme conta Domingas, depois da autorização da Divisão do Cazenga, que pernítu fazer o registo. Jaime Reais

8.24 Campanhas de Recolha de Lixo em Luanda sem Continuidade

Jornal Manchete

11 De Setembro de 2015

Texto: Moreira Mário

Luanda continua mal na fotografia ante os amontoados de lixo que abundam pelas ruas, situação que esta a preocupar bastante a sociedade luandense que considera já um "problema de saúde pública" e que carece de cuidados redobrados, a fim de se evitar o pior, uma vez que chegou a época chuvosa, o perigo para o surgimento de doenças como a colecta e o aumento do paludismo e outras patologias e cada vez maior.

Diante da desistência e, conseqüentemente, a retirada dos meios de depósito de lixo das ruas pelas operadoras de limpeza, por considerarem que os valores agora fixados pelo Governo para esta actividade não cobrem as suas despesas operacionais, o Governo Provincial de Luanda (GPL), viu-se obrigado a criar um "plano suplementar" para a recolha de resíduos em todos os municípios de Luanda.

O referido plano que começou a ser implementado a partir desta quarta-feira, 9, no município de Viana, de venda nos dias subseqüente estender-se a outros municípios, tem como propósito combater os actuais focos de lixo em vários pontos da cidade. A vice-governadora provincial para a área técnica, Njila de Carvalho, manteve um encontro com os administradores municipais, Serviço de Bombeiros e Protecção Civil e outras instituições dois dias antes do arranque desta campanha.

Na ocasião a governante explicou que o surgimento dessa iniciativa junta meios técnicos humanos das administrações municipais, particulares, populares e serviço de bombeiros, para limpeza dos municípios. Disse ainda que a ideia e juntar sinergias de todas as administrações municipais, definir uma municipalidade e todos se engajarem na limpeza dessa circunscrição.

Recorde-se que outras campanhas do género já foram implementadas em Luanda com os mesmos fins. E o caso do programa "Sábados Verdes", tinha como objectivo eliminar os focos de lixo e promover as boas praticas ambientais numa iniciativa da ELISAL com o apoio do Ministério do ambiente instituíram, sob orientação do Governo da Província de Luanda.

Esta campanha foi realizada em toda a extensão da província de Luanda no sentido de acabar com os passivos que grassam os municípios e distritos de Luanda. De salientar, que a mesma campanha de limpeza e recolha contou com o acompanhamento de um projecto de educação ambiental e sessões de formação de operadoras do Sistema de Limpeza.

Outra campanha de limpeza chamou-se "Sábado Vermelho" ao que se sabe, teve a iniciativa da organização juvenil do partido MPLA. A mesma foi criada com a intenção de manter a cidade limpa e livre de focos de lixo, de modo a se prevenir o surgimento de certas doenças infecciosas.

A avaliando o actual quadro em que se encontra a cidade de Luanda, o ambientalista José Silva, em entrevista a rádio LAC, disse que as referidas campanhas (Sábados Vermelho e Sábados Verdes) tiveram o mesmo carácter em relação a campanha suplementar que esta a ser levada a cabo pelo GPL a nível dos municípios, esquecendo-se que a cidade continua a produzir o lixo todos os dias.

"Apesar desta medida ser positiva, deveria dar-se continuidade", defendeu o ambientalista, sugerindo "ser indispensável educar a população e sensibiliza-las sobre as boas práticas de gestões dos resíduos sólidos através da informação aos órgãos de comunicação social, nas escolas, entre outros.

8.25 Estado de emergência na "guerra" contra o lixo

Novo Jornal

11 de Setembro de 2015

Texto: António Paulo

HOMENS e máquinas de várias proveniências agitaram esta quarta-feira a conhecida cidade satélite de Luanda, Viana. O motivo era único. "Atacar" o lixo que tem deixado Luanda suja e nauseabunda. O frenesim de homens e máquinas respondia a uma orientação do governador da província, Graciano Domingos, resultante da nova variante de recolha de lixo acertada para a capital.

O administrador local, Manuel Caterça, deu a conhecer, na ocasião, que a empreitada, iniciada no seu município, é "uma tarefa" que vinha sendo preparada há mais de uma semana. "Fizemos a planificação como deve ser e neste momento, temos as equipas preparadas para o arranque da campanha extraordinária", disse.

O governante explicou que o envolvimento de outros municípios na sua jurisdição, visou reforçar a capacidade instalada da sua administração que é "deficiente". "A operadora principal tem dificuldades em corresponder aquilo que é a disposição do lixo ao nível do nosso município. Então, há este acumulado de resíduos a nível de Viana. Agora, estamos aqui para juntarmos sinergias para combater problema do lixo, porque afinal, as vítimas somos todos nós e temos que trabalhar de forma coordenada", anunciou.

Apesar do apoio dos outros administradores, Manuel Caterça reconheceu que não se trata de uma tarefa fácil, a julgar pelo "árduo" trabalho a realizar. "Trata-se de uma campanha interventiva e massiva, mas que não se resolve num dia. Hoje é apenas o começo de todo este processo que se estenderá a todos os municípios", explicou.

Comentando o abandono das operadoras na área da sua jurisdição, o número um de Viana informou que, à semelhança de outros municípios, o problema reside também no baixo orçamento atribuído às empresas de limpeza. "Houve redução das despesas públicas e estamos nesta fase de contenção. A capacidade que tínhamos há três anos não é a mesma de hoje. Tínhamos valores acima de 30 milhões de dólares para pagarmos mensalmente às empresas. Agora este valor é inferior, as empresas discordam e vamo-nos ajeitando", declarou.

Continuando, Manuel Caterça, reconheceu que em consequência da desistência, os amontoados têm-se tornado cada vez maiores". "Para responder a esta situação caótica do lixo, o Governo provincial encontrou esta variante, envolvendo o suporte institucional de todas as administrações municipais, empresas públicas e privadas para que, se "minimize o problema". Isto é um processo, mas não se trata de um outro novo modelo", aclarou.

Por sua vez, o administrador do Cazenga, Victor Narciso, (Tany Narciso), presente na actividade, disse ao Novo Jornal que a situação do lixo, obrigou o Governo da Província de Luanda (GPL) a criar um "Estado-maior provincial" para "atacar" a situação". "Foram criadas estruturas homólogas ao nível de todos os municípios e acordá mos que devemos, rotativamente, juntarmo-nos no sentido de acudirmos

às situações de cada município, enquanto o novo modelo não se consolida. Começámos hoje em Viana e a partir daqui vamos rodar todas as outras zonas", explicou.

Tany Narciso mostrou-se confiante na nova fórmula temporária para livrar a cidade das lixeiras. "A ideia foi juntarmos os meios existentes e cada um trouxe aquilo que podia. A iniciativa é boa, vamos ver que resultado vai dar. Deixe-me dizer que a produção do lixo é muito grande", alertou, opinando que "a empreitada é um processo que deve ser visto como um sistema para que funcione".

Por fim, o administrador do Cazenga, em jeito de opinião, a propósito do novo modelo, o governante disse acreditar que o projecto irá funcionar, apesar dos entraves que regista. "Temos fé que o modelo vai funcionar quando todos começarem a participar. Há muito equipamento e muito pessoal especializado de fora. Todos têm que aderir a este novo modelo para que funcione".

Por sua vez, o presidente da centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, mostrou-se ansioso, para que a mesma empreitada ocorra de imediato na cidade que dirige. "A campanha está a correr bem e de acordo com a programação. Temos consciência que não será fácil. Ainda não sabemos quando será o Kilamba, mas aguardamos com ansiedade para que chegue ao município de Belas", disse.

Enquanto não chega, Joaquim Israel sublinhou que o trabalho de limpeza e de sensibilização irá prosseguir nos moldes anteriores. "Temos sensibilizado a população para a campanha. No Kilamba vamos continuar a limpar como temos feito aos sábados, em que dois ou três quarteirões se organizam e ajudam na limpeza da cidade e na poda de árvores", elucidou o responsável, que olha com preocupação a gritante falta de contentores para depósito do lixo.

"O nosso maior problema no Kilamba é a falta de contentores. As operadoras que lá estavam retiraram os seus meios e estamos com estas dificuldades. Agora estamos a trabalhar com a Elisal e mais uma outra que vão fazendo alguma coisa", explicou o presidente da primeira centralidade inaugurada no País.

Por fim, Joaquim Israel informou que a sua jurisdição prevê nos próximos dias fazer a cobrança monetária aos comerciantes para o pagamento dos trabalhos de limpeza, sem no entanto, revelar os montantes. "Vamos já lançar o repto aos comerciantes no Kilamba que passarão a pagar uma taxa para ajudar no tratamento e recolha de lixo.

Portanto, é bom que tenhamos consciência que o modelo está na fase inicial. Então precisamos de algum tempo para poder dar resposta ao problema do lixo".

8.26 GPL implementa limpeza por 'kixikila'

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Paulo Sérgio

Mais de ISO meios técnicos, cinco dezenas de cadetes dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e funcionário das administrações municipais foram mobilizados pelo Governo Provincial de Luanda, desde Quarta - feira, 09, para materializar o novo programa de recolha de lixo que funciona como Kixiquila.

O administrador municipal de Viana, Manuel Caterça, esclareceu, a O PAÍS, que este modelo funciona de forma rotativa, de dois em dois dias, e conta com o apoio de todas as administrações municipais, da Elisal e de algumas empresas públicas e privadas.

"Luanda está a viver uma situação crítica, do ponto de vista de acumulados de resíduos sólidos. uma linguagem corrente: Luanda está muito suja e temos que tomar esta atitude, que é limpá -la. ão importa o que há de histórico em relação a estes amontoados de lixo, temos é que limpar com os meios disponíveis", frisou.

Reconheceu que com o actual modelo municipalizado de gestão dos resíduos sólidos as administrações por si só não têm capacidade para fazer face à quantidade de lixo existente. O que as obrigou a adopção desta estratégia de actuação que consiste na mobilização de todos os recursos técnicos e humanos das administrações municipais para limparem uma determinada zona em dois dias. Após concluírem esta primeira rodada pelos sete municípios, regressarão novamente à Viana.

Depois do município satélite da capital do país, a mesma equipa passou hoje (Sexta-feira) a executar a mesma acção no município de Belas e de seguida se deslocará ao Cazenga. O que o leva a crer que se continuarem a realizá-la de forma sistemática, os luandenses terão, a seu tempo, a cidade limpa. esta primeira fase, as forças mobilizadas para limparem Viana cingiram as suas acções na Estrada Nacional 230, vulgo Estrada de Catete, e no Zango por serem as zonas onde se registam os maiores amontoados de lixo ao nível do município satélite. Esclareceu que isso não se deve ao facto de estes locais serem os que

mais sujam, os pontos de maior concentração de resíduos sólidos.

"Os munícipes geralmente tiram o lixo do interior dos bairros e levamos às estradas por serem os locais onde são mais vistos e acreditam existirem maiores facilidades de serem retirados. É preciso que se refira que tal acontece também por uma intenção velada", frisou.

Indagado se será possível deixar as zonas limpas em dois dias, respondeu que com este tempo dá para se fazer um trabalho considerável. A título de exemplo, citou que foram recolhidas mais de 200 toneladas de lixo em cinco horas, sem descartar a possibilidade de não virem a resolver este problema neste período.

"Podemos não resolver o problema em dois dias, mas teremos orientações sobre como é que deveremos nos organizar na próxima vez. O mais importante, em tudo isso, é que está combinada uma estratégia de actuação que levará as administrações a reunirem periodicamente os seus meios humanos e materiais para realizarem tal trabalho", explicou. Acrescentou ainda que "se fizermos assim durante os 356 dias do ano, penso que teremos esse problema resolvido a curto prazo".

Recordou que a situação que o país vive hoje, em consequência da actual conjuntura, não permite que se disponibilizem os mesmos milhões de dólares como se fazia anteriormente, mas que mesmo assim estão a ser desenvolvidos todos os esforços para se manter a cidade limpa. Numa altura em que, por força do Decreto Presidencial 293/14, os poderes foram transferidos para as administrações municipais. "Infelizmente isso acontece numa altura em que há poucos recursos, o que faz com que haja poucas empresas a limparem, mas continuamos a sujar na mesma proporção. O quadro é este, entramos numa fase de declínio, agora estamos na de decadência e caso não tomarmos tais medidas poderemos entrar numa crise", declarou.

Os cidadãos Hermenegildo Daniel Notícia, André José Muanha, Raul Ngambole e Eugénio Agostinho morreram, nesta Terça-feira, em consequência de um atropelamento de quwe foram vítimas enquanto limpavam o município de Viana.

Além destes funcionários da empresa de limpeza pública "Logístico Solutions", o condutor do veículo deixou gravemente feridos os cidadãos Vicente Kizomba, João António, Jorge Custódio, Francisco Chitumba, Pedra Lourenço, José de Oliveira e Américo Félix.

Em nota de imprensa chegada a nossa redação, o governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, diz que "este infausto acontecimento que, uma vez mais, leva a dor e o luto no seio de famílias da nossa Província, afecta todos nós, pois trata-se de jovens trabalhadores que se encontravam em plena actividade Jaboral e que muito ainda tinham a dar às tarefas que sempre desenvolveram com esmero e competência".

8.27 Luanda perdida na fumaça do lixo

Jornal a República

11 De Setembro de 2015

Texto: F. da Costa

Todos nós somos absolutamente dependentes do oxigénio contido no ar para respirar. E, por incrível que pareça, durante a correria do dia-a-dia, não nos damos conta de que estamos constantemente inspirando oxigénio e expirando gás carbónico. Dada a sua importância, o merece cuidados especiais, para que o meio ambiente em que vivemos tenha e proporcione uma boa qualidade de vida. Mas, em Luanda, o cenário é totalmente diferente, visto que, com a queima do lixo, o ar fica totalmente poluído, e as pessoas inalam o ar impuro sem que isso as preocupe.

Três milhões de pessoas morrem, anualmente, devido aos efeitos da poluição atmosférica no mundo. Isso representa o triplo dos óbitos por ano que decorrem de acidentes automobilísticos. A informação é proveniente da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em Angola, poderão registar-se mais mortes do género se o Governo não superar a situação de recolha do lixo e do saneamento básico por que clamam os municípios da cidade capital.

Cerca de 1.500 toneladas de resíduos sólidos ficam por recolher, todos os meses, na capital do país, situação que tem estado a agravar ainda mais um problema já grave. O director de operação e fiscalização de limpeza pública da ELISAL, António Lucas Rodrigues, reiterou, depois de um comunicado da empresa emitido na semana passada sobre a falta de verbas para a limpeza da cidade, que as operadoras não tem equipamentos suficientes para realizar o trabalho.

Há uma semana, a ELISAL informou que o baixo orçamento atribuído ao Governo da Província de Luanda (GPL) para a limpeza da cidade levou varias empresas a desistirem da actividade e retirar das ruas os seus meios, como contentores e papeleiras. Rodrigues disse que, face a situação tem registado

O crescimento do lixo passivo, ou seja, aquele que não é recolhido diariamente.

"Em toda a província de Luanda, cerca de 1.500 toneladas de lixo ficam por recolher por mês. É muito lixo que fica na rua, com a agravante de que, em alguns casos, esta se espalha-se, nem sequer está concentrado. Ele está espalhado ao longo das ruas, ao longo dos bairros. Então, toma-se muito difícil trabalhar assim", lamentou, em declarações à RNA.

Na capital angolana está em vigor, desde o mês passado, um novo modelo de recolha de lixo, que integra as administrações municipais na gestão do sistema nas suas áreas de jurisdição, uma operadora principal, empresas de pre-recolha e micro-empresas. O responsável frisou que, antes do novo modelo, o serviço contava com oito a dez operadores. "Estamos a falar num universo que ultrapassa os 200 camiões de lixo, estamos a falar num número de contentores que poderá chegar, e talvez ultrapassar, os mil contentores, estamos a falar de muito equipamento para limpar Luanda, a ELISAL não tem", adiantou.

Actualmente, de acordo com António Rodrigues, a recolha diária tem sido assegurada com cerca de 40 compactadores de lixo, de média 13 a 14 metros cúbicos, sete a dez camiões basculantes, para retirada dos grandes focos com pás carregadoras e duas viaturas com contentores de cinco a sete metros cúbicos.

A ELISAL informou, em comunicado emitido há uma semana, que, na sequência do curto orçamento atribuído, as empresas de limpeza do antigo modelo desistiram de prestar serviços por considerarem que os valores agora fixados não cobrem as suas despesas operacionais e com o pessoal.

Para a limpeza de toda a província, o Ministério das Finanças disponibiliza ao GPL uma verba de cerca de USD 10 milhões por mês, o que representa um terço do montante atribuído há cerca de quatro anos. O critério de repartição do orçamento define por cada município 20 por cento para as micro-empresas, 25 por cento para as empresas de pre-recolha e 55 para as operadoras principais. Por altura do lançamento do novo modelo de limpeza, o Governador Graciano Domingos frisou que o sucesso do sistema dependia em grande medida do compromisso da população e não dos recursos financeiros disponíveis.

Os grandes focos de lixo que se registam por toda a capital têm sido tema de preocupação e debate entre a população, que receia o surgimento de várias

epidemias, com o início da próxima época das chuvas.

8.28 Na crise do lixo pode estar o ganho

Revista O País

11 De Setembro de 2015

Texto: José Kaliengue

Quando se fala de lixo, em Luanda, a comunicação social mostra apenas imagens de lixo doméstico. Um sinal de que ou nos apegamos às mobílias e faz dos frigoríficos irremediavelmente estragados armários, ou a nossa condição económica não dá para dispensar mobílias e electrodomésticos, por mais antigos que sejam.

Além das garrafas e dos plásticos há muito pouco para fazer a separação dos tipos de lixo, o que tornaria teoricamente mais fácil o início de um processo de educação social sobre o assunto. O que também tornaria mais rentável o negócio de uma empresa que se aventurasse nesta tarefa. E como o lixo produzido até é muito, imagine-se a quantidade de fertilizantes, por exemplo, que se produziriam sem se ter de perder muito tempo e mão-de-obra na separação e processamento de outros lixos como computadores, máquinas de lavar, mobiliário de madeira, etc.

O que tem acontecido na nossa sociedade, por estes dias, é uma discussão sobre as grandes concentrações de lixo. De repente apercebemo-nos que produzimos lixo. De repente apercebemo-nos que precisamos de um sistema eficiente de recolha do lixo. Bem, não foi assim tão de repente, o lixo é um problema que estamos com ele há muito tempo. O que temos agora é medo por causa da Estação das Chuvas que chega já na próxima semana. Temos medo de que a mistura de lixo putrefacto e águas paradas produzam doenças que ninguém quer, mesmo que à Estação das Chuvas os 'mais finos' entre nós agora preferam chamar de Verão. Quem nos dera ter o Verão do Norte ao virar da esquina, teríamos a promessa de pelo menos mais três meses sem chuvas...

Voltando ao lixo, além do escândalo todo que todos nós fazemos por termos descoberto subitamente lixo às nossas portas, mesmo que anteriormente pouco fizéssemos sobre o assunto, o que eu não vejo é uma atitude mais pedagógica sobre o lixo e os hábitos de asseio e saneamento. Em vez de politizarmos o tema, esta é a hora exacta em que deveriam aparecer pessoas a explicar como se separa o lixo, o seu impacto na saúde, o seu valor económico, etc: as escolas deveriam já estar a ser palco de verdadeiras

lições sobre a forma como uma sociedade deve lidar com o lixo. As rádios, televisões e jornais deveriam estar a ser usados para este processo de educação. Ou ficaremos a vociferar, as autoridades hão de acabar por resolver ou minimizar o problema e a sociedade terá perdido a oportunidade de tirar algum ganho sustentável (lição) desta crise do lixo.

8.29 O amontoado de lixo e outros mambos...

Jornal Manchete

11 De Setembro de 2015-10-02

Texto: Ngola Nobre

Os amontoados de lixo em varias ruas, avenidas, ruelas, becos e bequinhos, induz-nos satiricamente a crer que estamos diante de património provincial e de grande valia económica. Faz-me lembrar jogo de "perde com essa e ganha com a outra", um tipo de jogo e gera ódio por parte do pratica prejudicado, ou seja, o engana. Portanto, os nossos bairros esta assemelhar-se com esse jogo indecoroso, no que tange ao ódio. Ora Luanda parece ser uma passerelle para a moda socialmente reprovável. Tivemos durante os meses anteriores momentos infernais, estalou se em todos os bairros um pânico de maldades de géneros diferente.

A partir de Janeiro ate ao mes Setembro não houve motivo de s riso social. Depois de uma mãe ter decidido colocar seu bebe lixo por um pai que desfez seu filho a facadas; por um irmão que pôs fim a vida da sua irmã; por um padrasto que fez sexo anal ao seu enteado por uma jovem que descompôs Publicamente o "órgão genital" da amiga e por fim ... agora surge a moda de colocar o lixo no chão atingir o formato de um monte dos Administradores dizerem que culpa e das operadoras de limpeza que removeram os seus recepta-los de lixo.

O modelo adoptado para recolha resíduos sólidos em Luanda, negou casar com os Administradores ruptura a esse pacto colocou Luanda numa senhora completamente vulnerável. Com a presente postura qualquer classe social, pobre, rica, negros e brancos estão todos sujeitos a passarem pelos flagelos do lixo. E por isso que achamos que o corrente ano esta a ser de grande pesadelo, de azar para todos, parece que o "kota demo" insinuou na mente de varias pessoas a revolução do mal. Só da para acreditar que a consciência de certos indivíduos, o cérebro e o raciocínio lógico desapareceram e ficou apenas o elemento irracional. O caso de um pai que despedaça seu filho, como um vitelo para um certo jantar familiar; a mãe que deita sua criança; a cidadã que ofende publicamente a honra, a imagem, o bom-

nome e a descompõe na net os órgãos íntimos do corpo de uma amiga e todos outros males que enfermam Luanda, e análogo aos Administradores que deixam o lixo invadir seus municípios.

Eu acho que Luanda precisa parar e rever a direcção da sua jornada, sob pena de acabarmos de cairmos todos num precipício fatal. E imperativo que o governo central obrigue que os Administradores a encontrarem solução do lixo. Nos somos um povo especial, nos somos povos de uma terra rica, nos somos um povo trabalhador, nos somos Angola, terra de progresso, o lixo não pode ser um produto de convívio.

Por outro lado, e hora das operadoras de lixo mostrar humanismo e patriotismo independentemente das propostas do governo ser insignificantes para as suas empresas. E a sociedade que esta em risco eminente! Qualquer civilização nesse globo terrestre recusa ter urn convívio social com o lixo. Mesmo os governos ditatoriais não são apologistas de poluição ambiental. O lixo e urn claro inimigo da saude humana, sua presença não só inibe os homens, mas também provoca doenças hoje ou amanha.

Por isso e, provável, que dentro de poucos dias o Estado perca muito mais com as doenças decorrentes dessas lixeiras. E sobre outros mambos? Ah! Sim... Já me ia esquecendo! ... Trata-se de diferentes e decorrentes crimes que Luanda observa em quase todas semanas. Não podemos continuar a viver sob o signo deste paradoxo criminal. Com o alcance da paz era previsível viver sem o agravamento da violência.

Os Juristas, Sociólogos, Psicólogos e Psiquiatras devem sentar a mesma mesa para debaterem esse assunto. Augusto Cury, escritor Brasileiro na sua obra "Em busca do sentido da vida" esboça bem o percurso da infância de Hitler. No livro urn certo personagem com o papel de psicólogo de renome refere que Hitler, um dos grandes homicidas da humanidade não teve motivos de o ser. Ora, o chanceler, austríaco que dominou a Alemanha teve uma infância considerada normal. Será que o percurso histórico de Angola justifica as actuais atrocidades?

Nos formadores de opiniões, pedagogos, encarregados de educação, pastores e outros precisamos dizer a nação que essa ilustre paz deve ser consolidada sob o signo da ética, da moral e do amor ao próximo. Temos de adverti-los com toda verticalidade e dize-los que se a paz não for resguardada teremos muitas probabilidades de sermos invadidos pelos estranhos. O inimigo gosta da debilidade do seu oponente. Por isso, a tarefa de qualquer angolano é o de velar. Vigiar ao seu bairro,

rua, vila, município ou província, caso contrário seremos novamente explorados. O mundo esta cheio de neocolonialistas que procuram a fragilidade de países para atacar a todo custo.

Nesse capítulo sombrio do crime, há também estrangeiros que minam o nosso espaço com alta tecnologia montada para crimes hediondos. Nesse sector os chineses preenchem melhor o "menu criminal". Seguem-se os congolezes e a comunidade muçulmana com culturas turvas e medíocres para os angolanos. Nos somos um povo com uma postura cultural pura, baseada na ética e em vários princípios da vida, mas culturas estranhas vindas de outras paragens de Africa envenenam todos os dias, o nosso estado de ser. Há quem possa pensar que essa minha revelação seja um discurso xenófobo. Engana-se! Os factos estão ali de dia e de noite.

Para sustentar o posicionamento 10 paragrafo anterior, quero apresentar-lhe um exemplo pratico que sucede todos os dias na rua 15 do Mártires do kifangondo. Neste bairro na mesma rua os estrangeiros, sobretudo os Malianos e os senegaleses, ocupam todos os passeios deixando-os totalmente intransitáveis, aproveitam os referidos passeios para cozinhar, tomarem o mata-bicho, almoço e fazem até a sua higiene corporal ai. Desde quando que uma via publica torna-se cozinha?! Esse toma o pequeno-almoço.

O almoço?! São cenas que ninguém quase acredita, mas estão ai todos os dias a ocorrer na rua 15 do Mártires... cozinhar em plenas vias publicas fere completamente a cultura do angolano e mancha o seu passado, ofende a geração actual e todas passadas. Mata bicho ou almoçar em comunidade e de forma reiterada num passeio público e a mesma coisa que amaldiçoar a terra. Quem quiser ver esses mambos, vá a rua 15 do Mártires.

8.30 O impacto do saneamento Básico na saúde pública

Jornal Manchete

11 De Setembro de 2015

Texto: Amílcar Inácio Evaristo

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), "saneamento e o controle de todos os factores ambientais que podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar, físico, mental e social dos indivíduos", tais como, poluição do ar (emissão de gases), do solo (lixo urbano) e das aguas (dejectos lançados nos rios, represas, etc.), poluição sonora e visual, ocupação desordenada do solo (margens de rios, morros, etc.), o esgoto a céu aberto, enchentes, etc.

Uma geração de empreendedores dedicados ao que se tornou conhecido no mercado como negocio de impacto, ganhou força e despertou a ideia de que os grandes problemas ambientais e sociais não serão solucionados só por governos ou ONG's, mas por "negócios de impacto"-empresas que aliam impacto social ou ambiental a um retorno financeiro, actuando nos sectores de saude, educação, nutrição, habitação, saneamento, agricultura, energia, etc.

Saneamento básico compreende um conjunto de medidas que tem importância fundamental na conservação do meio ambiente e na qualidade de vida dos habitantes das cidades, são elas, o abastecimento de agua, a rede de esgotos, a limpeza publica e a colecta de lixo, serviços que revelam as condições ambientais dos centros urbanos.

Na primeira década deste século, agentes de saude de varias partes do mundo se dedicaram a combater uma ampla gama de doenças. A meta do Banco Mundial e estabelecer o acesso universal a saude ate 2030. Em meio ao esforço para oferecer melhores condições de saude, a questão do saneamento básico ganhou destaque. O descarte apropriado dos dejectos humanos e crucial para impedir a contaminação da agua e, por consequência, o alastramento de doenças, como a cólera.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada dólar gasto com saneamento básico gera uma economia de US\$ 5,50 em redução de gastos com saúde e aumento da produtividade. O preocupante e que cerca de 140/ da população mundial ainda utilize a pratica do "banheiro a céu aberto", sem privadas nem descarte apropriado dos dejectos. Nos países: pobres, esse percentual e de 21 % Curiosamente, nos países de renda, baixa a media esse percentual sobe para 32%.

Visto desta forma este assunto, leva-nos a fazer uma seria reflexão para o actual estado de degradação ambiental e do saneamento do meio na cidade de Luanda e arredores que são um verdadeiro atentado e saude publica passível de provocai uma catástrofe humana se não se tomarem as medidas que se impõem antes que comece a chover com intensidade.

O cenário triste que se verifica, nível da cidade de Luanda, provocado pelas enormes montanhas de lixo que se verificam por toda a extensão da cidade arredores e satélites, não constitui apenas uma preocupação de carácter social, ambiental e ecológico, mas sobretudo uma revelação de que os cidadãos desta urbe precisam de mudar os estilos de vida e a relação que devem Dados actuais e a situação de insustentabilidade ambiental revelam que, apesar dos esforços dos diferentes intervenientes no sentido

desenvolver programas virados para a melhoria dos serviços e aumento da cobertura de saneamento, desafios na área de saneamento meio continuam a ser grandes.

Problemas como, a fraca colaboração intersectorial, a não definição clara dos papeis e responsabilidades dos diversos intervenientes saneamento do meio, a ausência estratégia e um plano integrado saneamento, e ainda o fraco financiamento para a execução de actividades relacionados com o assunto, estão na base da degradação saneamento desta cidade.

Saneamentos ambiental e o conjunto de acções socioeconómicas que, por objectivo, alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, colecta e disposição sanitária de resíduos sólidos, liquido e gasosos, promoção de disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana e controle de vectores e reservatórios de doenças transmissíveis, com a finalidade de proteger e melhorar as condições vida, tanto nos centros urbanos, tanto nas comunidades rurais e propriedades rurais mais carentes.

Portanto, o saneamento ambiente um conceito mais amplo do que saneamento básico, incluindo abastecimento de agua; colecta, tratamento e disposição final de esgotos; drenagem pluvial; colecta, tratamento e disposição final de residuos sólidos e efluentes líquidos industrias; o controle ambiental do o do solo, macro drenagem, controle de vectores de doenças e de emissões atmosféricas. Enfim, o saneamento ambiental corresponderia ao conjunto de acções, serviços e obras destinados a manter ou recuperar a salubridade ambiental, mediante a redução dos impactos antropogénicos nos ecossistemas (terrestres, aquáticos, marinhos e atmosféricos)

8.31 O lixo a quem merece

Novo Jornal

11 De Setembro de 2015

SERIA INTERESSANTE, se acaso vivêssemos num país normal, ter o direito de saber o que são as "coisas", de quem são e porque são. Teríamos maior objectividade e seria mais simples analisar e criticar muito do que está errado. E que, por mais antipáticos que pareçamos, corresponde exactamente ao cumprimento de um grau mínimo de compromisso, connosco mesmos e com o grande público, que esta profissão exige.

Infelizmente, sendo tudo praticamente feito no silêncio de alguns "deuses" e às escondidas (lá saberão porque razão isto sucede...) o

funcionamento de grande parte das áreas governamentais torna-se de tal maneira opaco, que torna impossível uma investigação séria, objectiva e depurada de condicionalismos subjectivos e/ ou objectivos.

A verdade verdadinha é que nós, cidadãos angolanos no gozo dos nossos plenos direitos, também somos responsáveis por tudo isto.

As novelas, as igrejas, as farras, a música propositadamente alienante mais o "copo" à mistura, aliam-se a um alheamento total, a uma generalizada falta de solidariedade, à incapacidade que ganhámos de manter um espírito vivo, alerta, mas também fraterno e despido de egoísmos, como nos idos anos de 80/90. Para além de termos perdido um modus-vivendi, esse sim, intrinsecamente angolano - a capacidade de conversar com os outros, a entreejuda empenhada e consciente.

Ou seja, esta história do lixo, como sempre nunca contada por inteiro, vem mostrar-nos, mais uma vez, para não variar, que ninguém tem obrigações para connosco - nós, os trabalhadores que pagamos os salários, que sustentamos as regalias e as benesses de todos, sejam poder ou oposição.

Quantas são as empresas envolvidas neste negócio que foi dando lucros verdadeiramente fabulosos, para limpar, ainda assim mal, a cidade capital? Quais são essas empresas? A quem pertencem? Como foram criadas? Como foram contratadas? Quanto facturaram os seus sócios ao longo dos anos de "vacas gordas"?

Porque razão, depois das verdadeiras fortunas que ganharam, mais uma vez de forma nunca transparente, em nome da saúde pública e de um sentido de cidadania que não pode ser esquecido em nome de valores apenas monetários, não podem facturar menos (como todos nós, que estamos a viver com salários que valem menos 50% do que valiam há um ano) e tratar de limpar (mesmo a fingir, como sempre o fizeram ...) a capital?

Adoram e cultuam arranha-céus. Passam quase metade do ano em capitais europeias e americanas. Até no vestir engravatado, e já agora, muito pouco propício para o nosso clima, copiam os ocidentais.

Não podiam, ao menos, copiar o que outros continentes têm de positivo.? Ao menos finjam alguma preocupação com as populações, no asseio e na limpeza das comunidades.

Junto a esses prédios, típicos de novos ricos, por norma incultos, as ruas, as nossas ruas causam-nos vergonha e desconsolo. Mostram o que somos, no

que nos tornámos, em meio a tanta incultura, a tanta falta de educação, a tanta incúria, a tanta irresponsabilidade.

Para o caso, é fácil responsabilizar o governo de Luanda, até na pessoa do seu titular.

Como tudo é pessoalizado, concentrado, individualizado, somos os primeiros a culpar Dr. Graciano Domingos.

E esquecemo-nos de que há uma cadeia de responsabilidades. E esquecemo-nos de que, nessa cadeia, estão integradas as empresas de recolha de lixo, que nunca foram empresas consagradas à limpeza da cidade. Recolham um terço do lixo, um terço do dito ficava no chão, e o outro terço ia caindo consoante a velocidade dos camiões.

Como quase tudo o que (não) funciona hoje em dia, em Luanda, também esta limpeza era dê fachada. Mas os lucros que amealharam eram e vão continuar a ser reais.

As verbas gastas pelo Estado para manter Luanda, digamos, não tão suja como hoje, hão-de voltar. Haja um pouco de sentido cívico e de consciência de que existe uma responsabilidade que é colectiva.

Haja um pouco de respeito e consideração pelos que trabalham, produzem, pagam impostos, multas e ainda são obrigados a nadar na sujidade e nesta enorme lixeira.

É verdade que o nosso nome é "paciência" como dizia há duas dezenas e meia de anos o cantor Matadidi Mário. Mas nós também temos o que merecemos. Não fazemos por mais. E nada ajudamos.

8.32 "O problema do lixo não está nos modelos, mas sim na corrupção"

Jornal Terra Angolana
11 De Setembro de 2015

Luanda assiste um momento particularmente difícil no que a manutenção do saneamento básico diz respeito, com o lixo a invadir a cidade. Qual é a posição da CASA-CE relativamente a esta situação?

Deixa só que termine o meu raciocínio. Em relação ainda a primeira questão, vou falar do sector do Saneamento das Finanças Públicas. Nós não colocamos de parte a questão da luz, da água, mas o Saneamento das Finanças Públicas para nós é fundamental. Não há nenhum Estado que consegue ter o hesito das suas actividades

administrativa, sem que faça o Saneamento das Finanças Públicas.

Nós temos hoje finanças completamente ao avesso, finanças afectadas por corrupção, e por má gestão, afectada por situações anómalas alheias até a gestão financeira. A nossa perspectiva é reestruturar o modelo financeiro que temos, que é desadequado as nossas necessidades. Esses quatros sectores iniciais poderíamos atacar.

E, então o lixo?

Quero garantir que não há nenhum modelo que as pessoas hoje que rem a responsabilidade de gestão pública vão implementar que resolva o problema do lixo em Luanda. A resolução do problema não depende do modelo, mas sim das pessoas, que estão viciadas e não conseguem vencer os vícios querem. Aqui em Luanda, a área do lixo tem um consumo de recursos financeiros superior a educação e a saúde todas juntas. Porquê? Porque as empresas que trabalham na recolha do lixo estão a receber aquilo que não estão a fazer. Mais ainda, essas empresas foram criadas pelas pessoas que estão ligadas a estrutura política governamental. E, foram criadas não como empresas de prestação de serviço, mas como fonte de busca de dinheiro do Estado. O dinheiro entra, não há gestão empresarial, mas apenas uma fonte de recurso que entra para essas pessoas. Se investigar vai descobrir quem são os donos dessas empresas e verá o que estou aqui a dizer.

O problema é que tem de se atacar na raiz.

Qual é a solução em sua opinião?

O fim da corrupção no sistema de recolha de lixo em Luanda que é praticado por essas empresas.

Recentemente o director da Elisal acusou cidadãos de roubarem contentores. Acredita nessa história?

Prova evidente de uma má gestão pública. Um gestor público que se preze que tem instrumento de trabalho mais apurado e claro, que sabe impor regra não pode queixar-se destas coisas. Para mim, entendo que aqui deve-se definir, ou ficam as empresas privadas a prestar o serviço de recolha de lixo, ou ficam as empresas públicas. Porque não podemos criar uma empresa pública como aquela que concorre com as outras privadas do mesmo ramo, e é ela que depois faz o pagamento as outras. Isso nunca vai surtir efeito. Tinham de ser todas elas, e se essa empresa pública quisesse concorrer no mesmo ramo de actividade ela tinha de receber recursos na prestação de serviço que faz a partir da fonte que seria unicamente o Governo

Provincial de Luanda (GPL), e não a Elisal receber os recursos deste sector e depois fazer os pagamentos. Ele é concorrente daquelas empresas que está a pagar, por isso, este sistema não tem chance de surtir qualquer efeito. Agora, eu percebo que aqui as guerras da recolha de lixo vão permanecer por muito mais tempo, porque o interesse financeiro que há na recolha do lixo é tão forte por causa dos recursos que caem e não me parece que algum dos lados irá ceder, tanto a Elisal como as outras empresas privadas envolvidas no processo. E, o Estado, infelizmente, assiste tudo impávido e sereno, não consegue adoptar uma estratégia para sairmos dessa situação. Eu acho que a questão do lixo em Luanda é a prova mais que evidente que da parte da maioria parlamentar, hoje, ou do MPLA, não têm soluções para o país. Estão completamente esgotados.

8.33 Saneamento

Novo Jornal

11 De Setembro de 2015

O administrador do Cazenga, VICTOR NARCISO (TANY NARCISO), tem-se destacado de forma

positiva pela maneira directa como tem abordado a situação do lixo em Luanda. Sem fugir da imprensa, tem respondido abertamente às questões que lhe são conjugadas, confirmando mesmo aquilo que já todos sabemos. Que o problema é dinheiro. Esta postura de Tany Narciso deveria ser seguida pelos restantes responsáveis pela administração de Luanda, incluindo o governador. Aquando da divulgação do novo modelo de limpeza, garantiram aos cidadãos o seu sucesso e agora, que as coisas estão mal, emudeceram e empurraram os seus adjuntos para o "fogo".

8.34 Administrações comunais

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Em declarações à imprensa, o administrador de Viana, Manuel Caterça, disse que o trabalho vem responder à situação crítica vivida no município, lembrando, no entanto, que não se trata de uma solução definitiva do problema.

"Cada Administração municipal, em função dos seus meios técnicos que lhes estão disponibilizados, deve fazer o seu trabalho. Viana é o primeiro exemplo desta solidariedade que estamos a viver a nível dos municípios. Por isso é que há todo o engajamento de pessoas e meios para trabalhar na redução dos passivos a que ainda assistimos a nível de Luanda", referiu o responsável.

Segundo informação da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), mais de 40 mil toneladas de resíduos sólidos estavam por recolher em Luanda, até na semana antepassada.

Na origem do problema está o modelo de "Agosto", introduzido pelo Governo provincial e que, financeiramente, na prática desagradou as operadoras privadas, levando ao seu progressivo abandono das respectivas empreitadas.

Para a limpeza de toda a província, Ministério das Finanças disponibiliza ao GPL uma verba de cerca de 10 milhões de dólares por mês, que representa um terço do montante atribuído há cerca de quatro anos.

O critério de repartição do orçamento define por cada município 20% para as microempresas, 25% para as empresas de pré-recolha e 55% para as operadoras principais.

8.35 Luanda tenta 'plano de emergências

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Esta intervenção marca o início de uma série de campanhas que serão efectuadas em todos os municípios de forma rotativa, com o objectivo de acabar com os amontoados de lixo espalhados pelos mais diversos pontos da província de Luanda.

Sendo o terceiro plano em menos de um ano, e o segundo em menos de dois meses, deixa vários cidadãos cépticos e preocupados. Entrevistados pelo A Capital moradores do bairro Baía, ao km 30, como é o caso de André Rodrigues, "não pagar as grandes empresas que antes tinham a responsabilidade de limpar a cidade, e recorrer aos municípios não é a opção certa".

Para aquele município, as últimas declarações do administrador municipal à comunicação social, acusando as zungueiras e a população pelo aglomerado de lixo ao longo das principais vias do município, foram irresponsáveis.

"Foi triste ouvir o administrador que tem responsabilidades acrescidas, mesmo sabendo que a principal causa dos montes de lixo um pouco por todo o município, em particular, e em geral por toda Luanda, serem as pessoas que assam milho e os moradores que depositam o lixo nos passeios, onde antes tínhamos os contentores", desabafou.

Na óptica deste cidadão, a saída está em pagarem-se, mesmo, as operadoras vocacionadas para o efeito, "para termos os carros de lixo que passavam todas as semanas".

"Que voltem a fazer o trabalho que faziam", pontuou.

Terêncio Domingos, morador da vila de Viana, adivinhou que por falta de contentores em várias áreas onde se está a fazer a limpeza, actualmente, em menos de uma semana as ruas estarão, em pouco tempo, apinhadas de lixo por falta de recipientes.

"Até agora está tudo bonito. Estamos contentes com o visual que as ruas vão tendo, mas não é preciso ser cientista para saber que sem um local apropriado, e recolha constante dos resíduos, sobretudo naqueles

onde há maior concentração de lixo, voltaremos a ter a mesma imagem de há alguns dias", calculou o munícipe, opinando que é necessário que se criem planos sérios.

"Não podemos brincar aos planos e acusar as operadoras de falta de seriedade. O Governo deve criar mecanismos de pagar as empresas", enfatizou.

Facto, porém, é que, dezenas de moradores participaram da campanha de recolha das toneladas de lixo que afogam o município. Alguns com carros de mão, pás e enxadas, ajudavam os trabalhadores da Elisal.

"É a oportunidade que temos de ajudar a manter a cidade e o nosso município limpos", disseram.

Na manhã de quinta-feira, portanto, um dia depois do início da campanha, ou se preferirmos, do "Plano de Emergência", os tractores continuavam a recolher ao nível da estrada de Catete, enquanto dezenas de focos de lixo, ainda se viam, alguns a libertarem grandes fumaças.

É que em decorrência do crescimento dos amontoados de lixo, para minimizar a situação, a população optou por queimar o lixo, o que tem preocupado as autoridades, nomeadamente o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB).

Segundo o porta-voz do SNPCB, Faustino Minguéis, "este procedimento concorre para o impedimento da visibilidade dos automobilistas, pode afectar cabos subterrâneos de transporte de energia eléctrica, soltar substâncias tóxicas, activar engenhos explosivos e outros artefactos que podem explodir uma vez expostos ao fogo".

Minguéis frisou, por outro lado, que SNPCB está disponível a apoiar as autoridades na tarefa da recolha de resíduos sólidos, com meios humanos e materiais, bem como em acções de limpeza das ruas.

Crimes ambientais.

O responsável do SNPCB explicou ainda que quem procede a queima de resíduos sólidos está a incorrer a possíveis processos crimes.

"Quem assim age, por menores que sejam as fogueiras, incorre aos considerados crimes ambientais, passíveis de multa, podendo o seu autor ser julgado por fogo posto", alertou o porta-voz, acrescentando que a gravidade do crime depende da gravidade do delito.

8.36 Recolha de lixo com comparticipação

Jornal de Angola

12 De Setembro de 2015

O Executivo está a estudar formas que prevêm a comparticipação dos munícipes na recolha do lixo e envolve as empresas e Instituições a nível dos municípios, anunciou ontem em Luanda o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

De acordo com o ministro, que falava à imprensa no final da reunião que analisou a situação da limpeza urbana municipal e fez o balanço da campanha que decorreu em Viana, foi criado um grupo técnico que estuda o projecto.

O ministro referiu que a recolha de resíduos sólidos é um problema local em todo o mundo e, mesmo quando existem autarquias, deve-se contar com a comparticipação dos cidadãos através do pagamento de taxas para recolha de lixo.

"Podemos verificar durante a reunião e eu já tinha visto a informação a partir das redes sociais de que se tem estado a constatar casos de indivíduos que deitavam lixo deliberadamente em vias e locais impróprios no sentido de darem uma imagem de que a situação está pior. Mas creio que devemos pedir aos cidadãos toda a cooperação e o Governo Provincial e as Administrações estão a fazer todo o esforço", referiu.

O ministro da Administração do Território admitiu que a situação da limpeza na cidade de Luanda é uma questão que está a preocupar os cidadãos. "O que podemos constatar é que há de facto um esforço da

parte do Governo da província, das Administrações Municipais e das cidades no sentido de resolver esta questão", disse.

Quanto à questão financeira, o ministro reconheceu que os pagamentos sofreram algum atraso e que segundo informações obtidas para o mês de Agosto está garantido o pagamento e o mês de Setembro acautelado.

A falta de pagamento às empresas envolvidas no processo de limpeza urbana na província de Luanda é uma das razões que fizeram com que o modelo de recolha em vigor desde Agosto não tivesse os resultados esperados, segundo o director provincial do Gabinete de Infra-estruturas e Serviços Técnicos, Jorge Bengue.

No final do encontro, Jorge Bengue disse à imprensa que o pagamento às empresas de limpeza vai ser regularizado na próxima semana, segundo contactos feitos com o Ministério das Finanças.

Muitas empresas desistiram de prestar os seus serviços e outras perderam o dinamismo por causa da falta de pagamento e anunciou que existem verbas disponibilizadas para pagar às empresas de limpeza, cujo modelo teve início no mês de Agosto no âmbito dos contratos celebrados.

O director acredita que, com a situação financeira regularizada, as operadoras envolvidas no sistema de saneamento retomem o dinamismo que perderam. Jorge Bengue informou que o grupo técnico criado vai trabalhar no sentido de procurar localmente aumentar os índices de arrecadação de receitas.

A equipa vai trabalhar numa proposta concreta e de modalidades específicas de como os munícipes podem ou devem, a partir de um determinado momento, compartilhar nos custos do saneamento do seu município.

"Se até hoje tem sido apenas o Estado a limpar a cidade, a compartilhar com os recursos do Orçamento Geral do Estado, essa equipa tão logo termine o trabalho, naturalmente teremos orientações precisas do ponto de vista legal de algumas propostas legislativas", disse Jorge Bengue.

Campanhas de limpeza

Durante a reunião, foi apresentado um relatório sobre a campanha de limpeza realizada durante dois dias no município de Viana, que contribuiu para a redução do lixo nos pontos onde a campanha

incidiu. Foram recolhidas cerca de quatro mil toneladas de resíduos sólidos.

O governador provincial, Graciano Domingos, disse que independentemente do modelo de gestão urbana municipal, todos os meses vão ser realizadas campanhas de limpeza por municípios sob a direcção do Governo Provincial de Luanda e outras de iniciativa municipal.

"As campanhas devem ter lugar no primeiro sábado de cada mês, segundo, terceiro ou quarto, intercalando com a campanha de âmbito provincial. Sobre o modelo de limpeza urbana municipal, nós ouvimos várias especulações. No entanto, importa esclarecer que o modelo de limpeza urbana municipal, no fundo, não é um novo modelo", disse.

"O que fizemos é o que se chama tecnicamente de desconcentração de responsabilidades da província para os municípios", afirmou Graciano Domingos.

A próxima campanha de limpeza está marcada para o dia 15 deste mês no município de Belas e no dia 22, no município do Cazenga. Cacucaco vem a seguir.

8.37 Saneamento

Jornal O Crime

12 De Setembro de 2015

Texto: Graciano Domingos

Luanda está a ser evadida por um desanimador cenário de "lixões" descontrolados. Dejectos a céu aberto em todo o lado e até no menos esperado infestam, Luanda, de cheiro nauseabundo. Esses lugares possuem uma paisagem degradada e são pólos de concentração de doenças.

Os sistemas da gestão de recolha de resíduos, certamente, entraram em olapso.

Se não houver acções consentâneas, visando à contenção da situação a breve trecho, as consequências serão incalculáveis, nomeadamente os custos que, com certeza, se cobrarão mais altos que aqueles que em situação «normal» se facturaria para a recolha do lixo.

Pretende-se iludir com uma suposta contenção parida da crise do petróleo. Ilusão maior, que se pretende incutir, é aquela propalada aos quatro ventos, sustentada numa alegada «negligência» das operadoras. É, simplesmente, 'um tiro no próprio pé'.

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, alegou, em tempos, que tudo está a ser

feito para que seja saldada a dívida com as operadoras de recolha de resíduos na província.

Confessa-se a todo o mundo que os luandenses estão estupefactos, a ponto de ficar estáticos! Onde é que nós estamos? Onde é que nós fomos parar? Em que barafunda nos metemos? O novo modelo de recolha de lixo já está em vigor; mas as coisas, sem sombras de dúvidas, agravaram-se. Quando o povo tornou conhecimento de que o modelo em causa, implantado, não está a fazer sentido, certamente achou absurdo a implantação do mesmo.

O lixo acumulado produz um líquido denominado "chorume", esse possui cor escura, com cheiro desagradável, a substância gerada atinge as águas subterrâneas (aquífero, lençol freático). Existe, além disso, a contaminação dos solos e das pessoas que mantêm contacto com os detritos, deslizamentos de encostas, assoreamento de esgotos e estragos na paisagem.

O lixo, em Luanda, Sr. Graciano sem «graça», está demais que andar; hoje, é um perigo!!! Os habitantes e naturais da capital andam revoltados e revoltosos

Os luandenses podem bater o pé, resmungar; protestar e até atropelar; mas o governador e sua delegação não costumam ser sensíveis a manifestações populares. infelizmente. Bem, para lhes dizer a verdade, já estamos aguardando o próximo governador. Porque esse é in-com-pe-ten-te ...

8.38 Breve incursão sobre lixos e lixeiras

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2015

A problemática dos lixos e das lixeiras tem passado muito à margem dos narizes refinados, a não ser quando estes começam a cheirar mal. Não surpreende que nesta nossa velha Luanda, essas sensibilidades novas e modernas não queiram ou saibam distinguir a sua patine, os vestígios da sua longevidade, com lixo para arrasar e deitar fora. Essa é uma maka que concerne a todos e independentemente das crenças e outras predisposições que elas arrastam consigo.

No antigamente desta cidade, quando os Presidentes da Câmara Municipal eram eleitos, competia-lhes organizar a forma de cuidar da limpeza e saneamento através dos serviços comunitários com as verbas que lhes advinham dos impostos locais. Hoje procede-se de maneira diferente e os resultados não são

abonatórios, para não exagerar. Hoje, é ao Executivo que compete distribuir os recursos financeiros para o mesmo fim, foi descentralizada a responsabilidade e as correspondentes verbas.

Porém, e de acordo com o que nos deparamos ou conhecemos, alguma coisa está em causa. O método, a divisão administrativa, os indivíduos nomeados ou a exiguidade das verbas distribuídas? A descentralização é necessária, urgente e fácil de entender quando a sua eficácia e utilidade são devidamente acompanhadas ou se preferirem fiscalizadas.

Todas essas interrogações não contrariam a convicção que quem desejar uma autarquia limpa e com ambiente preservado, deve saber escolher os administradores: até mesmo porque o lixo é selectivo. Tem o odor que tem no lugar em que se produz mas todo é demasiado sólido para ser ignorado ou sacudido com paninhos quentes. Tem mesmo que ser removido, como é do conhecimento geral, através da correspondente parafernália que se utiliza para o efeito.

O lixo da Cidade Alta ou da Cidade Baixa da própria Luanda é diferente das lixeiras dos seus muitos e diferentes distritos vizinhos, pois o lixo do Katinton não é igual ao do Rangel ou mesmo da Estalagem de Viana. Esses lixos todos trazem doenças. A qualidade do lixo varia e há que atender a essas particularidades. E mais do que isso a sua toxicidade. O lixo do Hospital dos Tuberculosos não pode ir com a chuva como o da minha rua. Aqui tanto quanto eu saiba o nosso Comité não contratou nenhuma micro operadora dessas que operam em caxexe e não pagam impostos. Há que convir que relativamente a algumas das questões atrás abordadas não lhe é prestada a mesma atenção e disso estamos conscientes.

2. - O lixo é "incasável" (usando a gíria calú, pensando nos estóicos ou neles mesmos) e com o desenvolvimento das cidades, municípios, etc., ao lado de um condomínio moderno e zona requalificada com todas as infra-estruturas, coexiste a sanzala pobre onde falta tudo menos lixo. Aliás, de que cidade ou cidades, lixos e lixeiras estamos a tratar?

Os seres humanos estão condenados à inevitabilidade do lixo que produzem mas há algo que passou a ter essa designação e que atinge pessoas e até Nações.

3 . - Ocorre referir também nesta breve incursão, referir de passagem que se pressagia o destino das Nações e das suas populações. Para o nosso país foram previstos adventos terríveis, transformações traumáticas, à semelhança das primaveras árabes, de

cujas consequências os seus mentores assistiam de camarote, até se transformarem em filmes de horror. Não são perspectivas animadoras. Na curta história da nossa pós Independência, o nosso povo já recebeu uma pesada experiência de sofrimento. Merece a Paz que hoje desfruta. Mau grado as previsões de kalupetekas estrangeiros por muito generosas que elas pretendam ser.

8.39 Associação Jovens Unidos do Cazenga realiza campanha de limpeza no Hoji ya Henda

Jornal Grandes Notícias
18 De Setembro de 2015

Uma campanha de limpeza e recolha de resíduos sólidos será realizado no dia 17 de Setembro de 2015, no bairro Nocal, comuna do Hoji ya Henda, município do Cazenga, (Luanda), numa iniciativa da Associação dos Jovens Unidos para o Desenvolvimento Social (Ajudson). A campanha visa saudar os 93 anos de idade do fundador da Nação Angola, António Agostinho Neto e juntar-se ao movimento de recolha de lixo em curso na capital do país. De acordo com o responsável da Associação, em declarações terça-feira, à Angop Júlio Martins Eduardo, existe um número elevado de jovens mobilizados e contam com o apoio da administração comunal do Hoji ya henda e outros sectores sociais no que toca aos meios para remoção do lixo. Informou que os resultados alcançados nas campanhas de sensibilização são animadores, todos se dispõem em participar para reduzir a quantidade de lixo na circunscrição.

Assegurou que actividade do género será realizada nos outros finais de semana em outros bairros do município do Cazenga.

Adiantou ainda que peças de teatro sobre a falta de saneamento básico serão exibidas para que os municípios tenham o cuidado de acondicionar o lixo e manter a higiene domiciliar e individual nas comunidades.

8.40 Consequências da incineração e exposição do lixo em Luanda

Jornal Grandes Notícias
18 De Setembro de 2015

O lixo que o ser humano produz e coloca no meio ambiente todos os dias é um risco muito sena à saúde de todos os seres vivos e do planeta em si.

São bilhões de pessoas residentes na Terra. Dê uma olhada no lixo produzido em sua casa. Repare o quanto aquele lixo aumenta todos os dias. Depois, tente imaginar que cada uma das famílias do mundo faz a mesma coisa diariamente. Temos ainda o lixo produzido pelas fábricas, pelas lojas etc.. Dá para imaginar as quantidades astronómicas do lixo produzido no mundo inteiro!

Com o rápido crescimento populacional em Luanda, a quantidade de lixo produzido também tem aumentado, quantidades assustadoras de lixo persistem expostos nas vias públicas, nos terrenos baldios, largos, valas de drenagem dos esgotos, a volta dos edifícios residenciais, espaços adjacentes aos mercados, nas lixeiras a céu aberto etc.

A decomposição é uma forma de controlar o lixo urbano, porém grande parte desse lixo não é biodegradável, portanto, não se decompõe causando a poluição.

O lixo de Luanda é destinado para o aterro sanitário dos Mulenvos e para algumas lixeiras (extensos terrenos a céu aberto para onde os lixos urbanos são levados), ou passam pelos processos de incineração a céu aberto. Nas lixeiras o lixo não recebe tratamento nenhum, causando sérios problemas ambientais e de saúde pública como a produção do chorume (líquido mal cheiroso e nojento que o lixo acumulado produz quando vai se de com pondo), substância altamente tóxica que contamina os lençóis freáticos e o solo. Esta exposição do lixo conforme referimos anteriormente, poderá causar diversas Doenças pelo facto de propiciar condições de criação de bactérias, fungos e outros parasitas. Também atrai baratas, ratos, moscas, mosquitos etc. Esses animais poderão transmitir ou intermediar o surgimento de importantes doenças, como a malária, febre tifóide, cólera, disenteria, ameboase intestinal etc...

O aterro sanitário dos Munlevos é o local onde o lixo é enterrado em camadas alternadas de lixo e terra, evitando-se assim o mau cheiro e a proliferação de insectos. Na execução de um aterro sanitário é importante impermeabilizar sua base para evitar a contaminação do subsolo e construir canais de drenagem para os gases e líquidos como o chorume que se formarão.

O chorume, proveniente da decomposição do lixo, é uma substância com alto potencial poluidor. Caso não sejam tomados os cuidados necessários no seu controle, eliminação ou neutralização, o chorume caracteriza-se como um grande perigo, principalmente para águas subterrâneas.

O lixo que deveria ser depositado no aterro sanitário são os não-recicláveis, no entanto, em Angola não temos ainda indústria de reciclagem, e então todo o lixo reciclável ou não é enterrado no aterro.

Esta exposição do lixo conforme referimos anteriormente, poderá causar diversas Doenças pelo facto de propiciar condições de criação de bactérias e fungos e outros parasitas. Também atrai baratas, ratos, moscas, mosquitos etc. Esses animais poderão transmitir ou intermediar o surgimento de doenças sérias, como a malária, febre tifóide, cólera, disenteria, amebose intestinal etc...

Depois da acumulação prolongada de lixo em locais adjacentes aos edifícios residenciais ou via pública, comumente, os munícipes optam pela sua incineração a céu aberto.

Já se acreditou que a incineração seria a solução para a crescente quantidade de lixo no planeta. Porém, ao longo do tempo, pesquisas científicas internacionais concluíram que esse processo é altamente prejudicial ao meio ambiente, pois substâncias tóxicas são produzidas e liberadas. O lixo queimado produz gás carbónico, um gás que é tóxico se estiver em grandes quantidades. Lembramos que o ar do planeta já está cheio de gás carbónico por causa dos carros e das fábricas. Como exemplos de produtos novos formados a partir da combustão, têm as dioxinas e OS furanos, que causam a redução dos níveis de testosterona (hormonas que dão as características masculinas) nos homens, alterações no sistema imune (sistema de defesa do organismo), disfunções neuropsicológicas em crianças cujas mães foram expostas aos compostos, anormalidades no metabolismo da glicose e o surgimento de câncer. Há, ainda, alguns metais pesados que são liberados para o ambiente, como o chumbo e

mercúrio, que causam diversos problemas no sistema hematopoiético (sistema que produz o

sangue), nervoso, urinário, digestivo e respiratório, dentre outras alterações no corpo humano.

O lixo é um grande problema quando mal gerido, entretanto ele é uma enorme fonte de matéria-prima para a indústria.

Ele pode ser uma solução, desde que os governos, as instituições (escolas, hospitais etc.), as empresas e cada pessoa façam a sua parte. Isso inclui você e sua família.

A reciclagem é a principal componente nas estratégias de combate ao lixo. Reciclar significa transformar objectos materiais usados em novos produtos para o consumo. Esta necessidade foi despertada pelos seres humanos, a partir do momento em que se verificou os benefícios que este procedimento trás para o planeta Terra. A partir da década de 1980, a produção de embalagens e produtos descartáveis aumentou significativamente, assim como a produção de lixo, principalmente nos países desenvolvidos. Muitos governos e ONGs estão cobrando de empresas posturas responsáveis: o crescimento económico deve estar aliado à preservação do meio ambiente. Actividades como campanhas de colecta selectiva de lixo e reciclagem de alumínio e papel já são comuns em várias partes do mundo.

No processo de reciclagem, que além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico. Esta reciclagem contribui para a diminuição significativa da poluição do solo, da água e do ar. Muitas indústrias estão reciclando materiais como uma forma de reduzir os custos de produção.

Um outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste sector e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de catadores de papel e alumínio já são uma boa realidade nos centros urbanos de muitos países.

Muitos materiais como, por exemplo, o alumínio pode ser reciclado com um nível de reaproveitamento de quase 100%. Derretido, ele retoma para as linhas de produção das indústrias de embalagens, reduzindo os custos para as empresas.

Muitas campanhas educativas têm despertado a atenção para o problema do lixo nas grandes cidades. Cada vez mais, os centros urbanos, com grande crescimento populacional, têm encontrado dificuldades em conseguir locais para instalarem depósitos de lixo.

Portanto, a reciclagem apresenta-se como uma solução viável economicamente, além de ser ambientalmente correcta. Nas escolas, muitos alunos são orientados pelos professores a separarem o lixo em suas residências. Outro dado interessante é que já é comum nos grandes condomínios a reciclagem local do lixo.

8.41 GPL e o lixo

Jornal manchete

18 De Setembro de 2015

Um mês depois do arranque do novo modelo de recolha de lixo em Luanda, o suposto projecto do governo que veio para salvar a capital das lixeiras ainda não apresenta os feitos desejados. O projecto que ainda não está a ser executado na sua totalidade já viu um outro programa a surgir. Na semana passada foi lançado, no município de Viana, um projecto que visa congregiar todas operadoras para recolher mensalmente o lixo em cada um dos municípios da cidade de Luanda. (Até aqui é só criar projectos atrás de projectos, mas os resultados tardam em surgir, porque nos últimos tempos, em quase todos os bairros e subúrbios de Luanda aumenta a quantidade de lixeiras e começa-se a optar em alguns casos pela queima do lixo, o que poderá causar enormes problemas à saúde dos munícipes e ao meio ambiente. Aonde vamos com esta lixeira? Vamos combater o lixo com fogo?

8.42 O impacto do IPU no lixo

Jornal Agora

18 De Setembro de 2015

Os efeitos altamente nefastos que decorrem dos actuais problemas de recolha e tratamento do lixo nos meios urbanos da generalidade das províncias, em termos de saúde pública, de qualidade dos espaços urbanos e do desenvolvimento efectivo do nível de vida das populações, constituem matéria que tem sido e continuará a ser abordada pelas médias como reflexo do descontentamento legítimo da população.

As restrições nas receitas públicas, o insucesso e o custo excessivo do modelo existente de recolha de resíduos, o incumprimento das condições financeiras estabelecidas com as operadoras e a fragilidade da gestão operacional e financeira da maioria das operadoras evidenciaram um problema grave que requer uma intervenção definitiva e célere por parte

do Executivo, antes que estejamos perante uma calamidade de maiores proporções.

A identificação das soluções alternativas exigirá uma meditação pragmática entre o papel do Estado (serviço público) como contraponto a responsabilização e contribuição financeira por parte da população que, caso se venha a concretizar, exigirá uma revisão da natureza e dos objectivos das arrecadações fiscais que vierem, eventualmente, a ser afectas a estes propósitos, nomeadamente o Imposto Predial Urbano (IPU).

Numa apreciação preliminar, parece de inteira justiça que exista um esforço e contribuição, por via da receita fiscal, por parte da população, independentemente de ser necessário complementar esta medida com intervenções adicionais que serão determinantes para colmatar e eliminar este problema.

A este nível, elencamos, entre outras, as seguintes sugestões: a necessidade de estabelecimento de mecanismos de contratação e fiscalização bastante mais rigorosos com as operadoras; a definição prévia dos requisitos de intervenção e dos resultados que obrigatoriamente terão de ser alcançados pelas operadoras; a sensibilização permanente das populações para a importância do tratamento dos resíduos e a penalização jurídica efectiva das entidades (individuais ou colectivas) que adoptem atitudes de contravenção e desrespeito social perante uma preocupação colectiva.

Adicionalmente, antevemos que os contribuintes irão exigir garantias que o esforço de tributação adicional para este serviço público seja efectivamente afecto ao fim que determinou a sua criação e, sobretudo, que se eliminará definitivamente este problema transversal e de repercussões imprevisíveis.

Neste propósito, temos dificuldades em antever as garantias da aplicação das verbas por parte do Executivo e a adopção de medidas de reforço de intervenção, a curto prazo, que se revela como crítico para a adesão e aceitação das populações na com participação de um serviço que, até à presente data, constitui uma responsabilidade dos entes públicos.

Acresce a este eventual constrangimento o problema da tributação fiscal que incide em faixas muito concentradas e específicas da população, existindo expectáveis reservas dos contribuintes cumpridores em assumirem um esforço financeiro adicional que beneficiará uma faixa significativa da população que não cumpre com as suas obrigações, exigindo,

contudo, um permanente reforço da amplitude e qualidade do serviço público.

Como sugestão, poder-se-ia desenvolver uma experiência-piloto do novo modelo fiscal e de gestão a partir das Novas Centralidades, nas quais a identificação dos contribuintes, dos beneficiários e dos resultados alcançados é mais perceptível, extrapolando de forma gradual! Este novo modelo de intervenção para as restantes áreas urbanas, numa perspectiva de garantir a partilha justa e equilibrada das responsabilidades que todos temos em matéria de sustentabilidade ambiental.

8.43 O lixo, a chuva e a factura adiada para os cofres do Estado

Novo Jornal

18 De Setembro de 2015

COM MONTANHAS de lixo espalhadas por tudo quanto é canto e as chuvas às portas de Luanda, projecta-se no horizonte, um cenário dramático para a vida dos luandenses. Tudo aponta para que, este ano, não tenham, mais uma vez, a vida facilitada devido, em parte, ao abandono das empresas operadoras de limpeza, por dificuldades de liquidez. A factura a pagar pelo Estado será, certamente, maior do que a prevista, sobretudo em termos de saúde pública.

As esperanças que, nas últimas semanas, foram sendo alimentadas à volta da implementação do novo modelo de recolha de lixo na cidade, podem ter caído por terra. A ténue luz ao fundo do túnel ter-se-á extinguido, à conta da crise económico-financeira.

Apesar de um início de ano bastante negativo no que diz respeito ao lixo, criou-se, contudo, uma certa expectativa, quando o Governo Provincial de Luanda (GPL) anunciou que a limpeza da cidade passaria para a esfera dos municípios, aos quais seriam afectadas às correspondentes verbas.

Houve quem julgasse que, desta vez, seriam libertados montantes suficientes para o pagamento das operadoras de limpeza. Houve também quem tivesse posto em causa o sucesso dessa iniciativa devido à gestão tortuosa que alguns gestores mantêm com os dinheiros públicos.

Daí que, o recente anúncio de que um número considerável de empresas de limpeza tinha batido com a porta ou estava em vias de fazê-lo, terá sido a machada final, para quem ainda alimentara esperanças que a situação se iria reverter. Como também constituiu um sério aviso à navegação, tendo

em conta as consequências colaterais causadas pelo lixo.

Segundo dados disponíveis divulgados por alguns órgãos de imprensa, as empresas de limpeza e saneamento da cidade estavam a desistir e a retirar os seus meios das ruas, uma vez que os montantes fixados pelo Estado não chegavam para cobrir as despesas por elas gastas.

Consta que o Ministério das Finanças tem apenas disponíveis cerca de 10 milhões de dólares por mês, ou seja, o equivalente a um terço do montante que antes dispunha.

MALÁRIA E CÓLERA À ESPREITA

Com toneladas e toneladas de lixo por recolher nas ruas, ruelas e becos da cidade, Luanda espera receber as primeiras chuvadas dentro de algumas semanas, se não mesmo dias.

À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, a cidade irá, certamente, transbordar à mínima chuva que caia, já que não está preparada para receber cargas pluviométricas, por mais pequenas que sejam.

Para além do cheiro nauseabundo que os resíduos sólidos deixam na atmosfera, há neste momento, uma série de factores ou, antes, agentes patológicos que têm concorrido para a disseminação de doenças, sobretudo do foro respiratório.

O maior perigo, segundo pessoas entendidas na matéria, reside na propagação de doenças como a malária e a cólera, pelo que se prevê um aumento das taxas de morbidade e mortandade.

Devido aos elevados custos com tratamento destas patologias, que acabam quase sempre por recair sobre os cofres do Estado, na óptica dos mesmos especialistas, seria mais sensato ao Executivo investir mais na eliminação dos focos das doenças do que a "queimar" rios de dinheiro com internamentos hospitalares, assistência médica e medicamentosa. Ou, por outras palavras, antes prevenir do que remediar.

8.44 Programas criados pelo executivo trazem benefícios directos às famílias

Jornal Economia e Finanças
18 De Setembro de 2015
Texto: André Sibi

Os participantes da sessão de apresentação do relatório sobre o empreendedorismo (GEM Angola-2014) concluíram que os indicadores dos actuais programas vocacionadas à actividade no país são animadores.

O coordenador nacional do programa de empreendedorismo no ensino secundário, Dialassala Jacinto André, enfatizou as demais iniciativas do Executivo, com realce para o que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação. O programa foi criado entre 2006 e 2009, e começou a ser implantado nas escolas em 2010.

Numa primeira fase, o programa abrangeu cerca de cinco escolas em cada uma das nove províncias, que recebeu a iniciativa, tendo registado assim um total de 30 mil estudantes.

Em 2012, a cifra aumentou para 50 estudantes, e hoje, conta com um total de 100 mil alunos do ensino secundário nas 18 províncias do país, em classes que vão desde a sétima à 12a.

De acordo com o coordenador, o objectivo é desenvolver competências em matérias de Empreendedorismo desde tenra idade para favorecer o desenvolvimento de pequenos negócios.

Para o responsável, a Constituição da República de Angola compreende o Empreendedorismo como um direito, cuja dinamização está a ser levada a cabo através do plano nacional de formação de quadros.

Durante as aulas, os alunos estão a desenvolver habilidades e competências na identificação de negócios, implementação e consequente asseguramento para efectivação.

Questionado sobre as metas do programa, o coordenador explicou que passam por atingir todo o subsistema de ensino secundário, desde a sétima à 12a classe, num total 1.700 mil estudantes em todo o país.

Para ele, os actuais indicadores são animadores mas ainda assim, estão para além das cifras desejadas.

Entre as preocupações está a formação de formadores em curso um pouco por todo o país, hoje

retraído pelo défice em termos de disponibilidade financeira motivada pela baixa do petróleo no mercado internacional.

Já Vanderlei Ribeiro, empreendedor que participou do programa de lançamento do relatório, acredita na existência de programas vocacionados à promoção do Empreendedorismo mais pouco divulgados.

Disse que o "Angola Investe" é uma boa iniciativa de apoio ao Empreendedorismo que "precisa ser encorajada e extensiva para que os interessados possam colocar em marcha as suas ideias".

E o caso do programa "Angola Investe", cuja atribuição de crédito bancário aos investidores se considera ainda dificultada pelo volume de exigências impostas pelas autoridades na concessão do crédito ao investidor.

Vanderlei afirmou que o angolano é um empreendedor nato, e busca a presença massiva de jovens nas ruas a vender corno indicador para o interesse destes em criar o seu próprio negócio.

Para o empreendedor, a matriz do subsistema de ensino que vigorou, nos últimos anos, pouco ou nada oferecia para os alunos em termos de Empreendedorismo.

"Temos uma malha juvenil preparada para ser empregado. A dificuldade reside sobretudo no acesso ao crédito", disse.

Para o empreendedor, é preciso dar-se incentivos para que possam dinamizar as suas ideias e torná-los em projectos executáveis.

8.45 Recomendada a promoção de mecanismo de reciclagem

Jornal de Angola
18 De Setembro de 2015

A Conferência sobre Gestão de Resíduos, realizada ontem na cidade do Huambo, recomendou a promoção de mecanismos de reutilização e reciclagem de resíduos em todas as províncias do país, através do envolvimento das administrações municipais, instituições privadas e sociedade em geral.

No comunicado [mal], os participantes defenderam a criação de estações de tratamento de águas residuais, para mitigar o impacto negativo provocado pelo lixo.

O asseguramento e o reforço dos meios disponíveis para as administrações municipais no processo de recolha e transporte de resíduos foram também recomendados pelos participantes, bem como um maior envolvimento da sociedade civil na abordagem das materiais ligadas à gestão dos resíduos.

" Sendo o estudo de impacto ambiental, um instrumento importante para o combate a desertificação, deve-se envidar esforços no cumprimento da Lei do processo de licenciamento ambiental em todas actividades que coloquem em causa o meio ambiente na província", sublinha o documento final da conferência, que acrescenta que as administrações municipais devem efectuar o balanço actual do sistema de gestão de resíduos, enfatizando as boas práticas existentes no seu manuseamento.

Os participantes aprovaram a regulamentação do processo de concessão de serviços de limpeza urbana de resíduos, como forma de descentralização deste serviço das administrações municipais, materializando-se, desta forma, a aplicação do disposto na Lei 17/10 de 29 de Julho, sobre a organização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado.

O encontro serviu para trocar experiência e auscultar as autoridades locais e instituições ligadas a esta área, para dar solução aos problemas dos resíduos e fortificar as acções do Governo Provincial do Huambo para minimizar os problemas ambientais e de saúde pública, resultantes da má gestão do lixo foram os objectivos da conferência.

A Conferência sobre Gestão de Resíduos que contou com a presença de membros do Governo Provincial, administradores municipais, estudantes e ambientalistas, debateu questões como as alterações climáticas, combate à desertificação e o plano de acção provincial de gestão de resíduos urbanos.

8.46 Gestão de resíduos sólidos foi debatida em conferência

Jornal de Angola
19 De Setembro de 2015

Um novo método de recolha de resíduos sólidos nos principais centros urbanos está a ser ensaiado na província do Huambo pela Direcção Provincial do Ordenamento do Território, disse na quinta-feira, o director do Gabinete de Estudo e Planeamento do Governo Provincial do Huambo.

Katusseno Kiame falava na conferência sobre "Gestão de resíduos sólidos urbanos" e disse que a melhor forma de se combater o foco de resíduos que proliferam nos principais centros urbano da província.

Na conferência foram analisados os métodos mais eficazes para a recolha de resíduos sólidos com vista às novas propostas de recolha de lixo nos principais centros urbanos da província. O encontro, organizado pela direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, serviu para auscultar as diferentes sensibilidades sobre a necessidade de se dar uma rápida solução aos problemas do lixo.

O director do Gabinete de Estudo e Planeamento do Governo do Huambo, Katusseno Kiame, disse que com o encontro pretende-se promover a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde das populações.

O Governo Provincial tem realizado acções com vista a combater o foco de resíduos que proliferam em todos os cantos das cidades do Huambo, daí a necessidade de se ensaiar novos métodos para a recolha de lixo, disse Katusseno Kiame, que acrescentou: "A realização deste encontro vem fortificar as acções do Governo Provincial que pretende ver resolvido os problemas ambientais e de saúde pública, resultante da má gestão dos resíduos sólidos urbanos". O director do Gabinete de Estudo e Planeamento reconheceu que a província do Huambo tem responsabilidades acrescidas em matéria do ambiente, dada a sua candidatura à capital ecológica de Angola. Para tal, acrescentou, tem dado passos concretos para alcançar este objectivo, com a realização de várias acções e projectos ambientais. disse o director do Gabinete de Estudo e Planeamento .

Para se evitar a aglomeração de lixo, está em curso na província a construção do aterro sanitário. Os conferencistas abordam, entre outros temas, "O Combate à desertificação", "O Plano de Acção Provincial de Gestão de Resíduos", "Projecto de Regulamento do Processo de Concessão de Serviço Público de Limpeza e Recolha de Resíduos Urbanos".

8.47 Abertura de serviços anima os moradores

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2015

Os moradores da Cidade de Sequele, a conhecida Centralidade de Cacuaco, já respiram de alívio, fruto da abertura de vários serviços sociais básicos, como o fornecimento de luz eléctrica, água potável, escolas,

mercados, policiamento, bombeiros, entre outros, que permitem aos cidadãos terem uma vida condigna, aliada ao sonho da casa própria.

Com o funcionamento da Administração da Cidade de Sequele, desde o mês de Fevereiro, a Centralidade tende a ganhar mais vida, se comparada à altura em que os primeiros moradores começaram a ocupar as casas, em Abril de 2012.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o administrador da Centralidade de Sequele, António Cruz, disse que a Cidade conta já com 1 agência da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), onde os moradores fazem os contratos, para beneficiarem do fornecimento de energia eléctrica e de água potável.

Outra questão que tirava o sono dos moradores era a falta de rede da operadora de telefonia móvel UNITEL. Mas a situação ficou solucionada com a instalação de mais antenas, que melhoraram a qualidade do sinal.

António Cruz informou que vai ser aberta nos próximos dias uma agência do Banco de Comércio e Indústria (BCI), junto das instalações da Administração. "A dependência, embora pequena, vai satisfazer as necessidades dos moradores ligados aos serviços bancários, incluindo o pagamento de serviços públicos prestados pela Administração."

Está prevista a abertura, em breve, de uma repartição do Ministério da Justiça e dos Direitos humanos, com serviços de Identificação. António Cruz disse que se registaram cerca de 90 casos, mas depois da intervenção da Polícia Nacional os falsos proprietários abandonaram os apartamentos e os verdadeiros tomaram posse imediatamente.

António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestin, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo. Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento. Além da

ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento, António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestin, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo.

Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Limpeza e organização

A falta de limpeza regular na Cidade de Sequele é outra situação que tem incomodado os moradores e administração nos últimos meses. Fruto do novo modelo de recolha de lixo, justifica o administrador, muitas operadoras desistiram da sua tarefa, por descontentamento, por isso o lixo tende a aumentar. "Mas desde o princípio do mês de Setembro, a Administração, o empresariado local e alguns moradores organizam campanhas de limpeza, e desta forma temos solucionado este problema", acrescentou.

António Cruz reconhece o esforço de alguns moradores, mas queixa-se da falta de comparência da maioria nas reuniões para a abordagem de vários aspectos que visam a organização da Cidade.

"No mês de Fevereiro convidamos os moradores para uma reunião e ninguém compareceu. Em Setembro convocamos os coordenadores e seus adjuntos, e apenas 30 por cento marcou presença. Mas com eles realizamos uma formação de quatro dias, sobre normas de segurança, gestão e coordenação de edifícios, governação e organização de Cidades", contou.

Pagamento das rendas

A Cidade de Sequele possui 13 blocos, dos quais 12, com 10.996 apartamentos, estão habitados. Os moradores da centralidade e outras como a do Kilamba, Quilómetro 44 e Musseque Kapari, em

Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse o presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz, em declarações à imprensa no final da sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Os pagamentos são referentes ao ano de 20 15. As prestações do ano de 2014, que não foram cobradas, devem ser pagas depois da liquidação do valor total do imóvel, no prazo limite de 15 ou 20 anos, dependendo da idade. Significa, explica Rui Cruz, que o cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta.

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades vai ser feita em regime de renda resolúvel para os funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Os outros interessados podem recorrer aos bancos para terem acesso a créditos, com taxas de juros bonificadas. e de Registo Civil. A inauguração da repartição devia acontecer no mês passado, mas foi adiada, porque as instalações foram assaltadas e os equipamentos roubados.

Serviços sociais

Quanto à Saúde, administração da Cidade e a Direcção Provincial de Saúde estão a envidar esforços para que seja aberto, ainda este ano, o hospital localizado defronte ao mercado local, apenas com serviços de urgência, numa primeira fase.

Em relação ao número de escolas, administrador da Cidade de Sequele deu a conhecer que estão em funcionamento três escolas, nomeadamente uma do ensino primário, do primeiro e segundo ciclos, com um total de 101 salas de aulas, onde estão matriculados cerca de oito mil alunos residentes centralidade e arredores.

A ausência de muitos alunos das salas de aulas, alegadamente por falta de professores, tem preocupado a Administração. António Cruz recomenda aos pais que prestem mais atenção à vida académica dos filhos, a irem à escola regularmente para recolherem informações sobre o comportamento deles e não apenas no final do ano lectivo.

Além de novas escolas, vão também entrar em funcionamento este ano três creches, tuteladas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e geridas por entidades privadas. A fiscalização é da responsabilidade da Administração da Cidade, em coordenação com o MINARS. As

inscrições para o ingresso já decorrem em cada uma das creches.

Ocupação ilegal

A Administração da Cidade de Sequele está preocupada com a ocupação ilegal de apartamentos.

António Cruz disse que se registaram cerca de 90 casos, mas depois da intervenção da Polícia Nacional os falsos proprietários abandonaram os apartamentos e os verdadeiros tomaram posse imediatamente.

António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestim, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo. Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento. Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé. O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Nos casos em que duas ou mais pessoas têm o mesmo contrato de um apartamento, António Cruz explica que o processo é encaminhado à Imogestim, por ser a entidade que controla a base de dados e pode identificar o verdadeiro dono. Se ainda houver dificuldade no esclarecimento do caso, a Procuradoria-geral da República toma conta do processo.

Além da ocupação ilegal, a Administração da Cidade tem conhecimento da existência de muitos apartamentos desocupados e arrombados, por cidadãos de má fé.

O administrador aconselha os proprietários a visitarem com alguma regularidade os seus imóveis, para que os vizinhos os possam conhecer e avisá-los em caso de invasão.

Limpeza e organização

A falta de limpeza regular na Cidade de Sequele é outra situação que tem incomodado os moradores e administração nos últimos meses. Fruto do novo modelo de recolha de lixo, justifica o administrador, muitas operadoras desistiram da sua tarefa, por descontentamento, por isso o lixo tende em aumentar. "Mas desde o princípio do mês de Setembro, a Administração, o empresariado local e alguns moradores organizam campanhas de limpeza,

e desta forma temos solucionado este problema", acrescentou.

António Cruz reconhece o esforço de alguns moradores, mas queixa-se da falta de comparência da maioria nas reuniões para a abordagem de vários aspectos que visam a organização da Cidade.

"No mês de Fevereiro convidamos os moradores para uma reunião e ninguém compareceu. Em Setembro convocamos os coordenadores e seus adjuntos, e apenas 30 por cento marcou presença. Mas com eles realizamos uma formação de quatro dias, sobre normas de segurança, gestão e coordenação de edifícios, governação e organização de Cidades", contou.

Pagamento das rendas

A Cidade de Sequele possui 13 blocos, dos quais 12, com 10.996 apartamentos, estão habitados. Os moradores da central idade e outras como a do Kilamba, Quilómetro 44 e Musseque Kapari, em Luanda, retomam em Outubro o pagamento das rendas mensais, disse o presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz, em declarações à imprensa no final da sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Os pagamentos são referentes ao ano de 20 15. As prestações do ano de 2014, que não foram cobradas, devem ser pagas depois da liquidação do valor total do imóvel, no prazo limite de 15 ou 20 anos, dependendo da idade. Significa, explica Rui Cruz, que o cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta.

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades vai ser feita em regime de renda resolúvel para os funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado. Os outros interessados podem recorrer aos bancos para terem acesso a créditos, com taxas de juros bonificadas.

8.48 Combate ao lixo chega aos municípios de Luanda

Jornal Angolana
25 De Setembro de 2015
Texto: Felizardo Mata

Depois de meses de muita turbulência no combate ao lixo em Luanda, o projecto 'Bom Kamba' pode ser o caminho certo para resolver os problemas de saneamento básico, na capital do país.

O novo modelo de recolha de resíduos sólidos foi lançado no início do mês, no distrito urbano do Rangel numa parceria, entre o governo da província e a ONG Ama Angola liderada por Job Castelo Capapinha.

A finalidade do projecto Bom Kamba é reduzir os focos de lixo, em Luanda, uma questão que já se tornou preocupante. Nzila de Carvalho, em representação do governador de Luanda, Graciano Domingos, disse que o projecto 'Bom Kamba' surge numa iniciativa conjunta com AMA-Angola no sentido de acudir a situação que preocupa a população que são os amontoados de lixo que se verificará nas artérias da cidade.

O dirigente mostrou-se feliz e com a iniciativa e espera dos brigadistas, um bom desempenho no sentido de ver cada vez mais Luanda limpa e todos os municípios. O programa surge numa fase em que a capital vive dificuldades, sobretudo no f que tange ao saneamento básico, por I isso, segundo disse, o empenho de cada urn pode contribuir para manter a cidade limpa sem lixo.

O presidente do AMA-Angola, Job Capapinha, disse que esta iniciativa vai abrangir todos "os municípios e distritos de Luanda e realçou que os brigadistas devem ter a cultura de mobilização e passar mensageira aos luandenses e manter a chama de que juntos e possível manter Luanda limpa, porque a situação de higiene não tem a ver com cores partidárias, nem raça ou religião, porque a causa é de todos habitantes desta cidade sem qualquer imparcialidade.

8.49 Comerciantes afastam-se da recolha de lixo

Jornal Angolana
25 De Setembro de 2015
Texto: Agostinho Maria

Trabalhadores, taxistas e Moradores juntaram-se, recentemente, na administração municipal do Cazenga.

As empresas de saneamento básico daquela circunscrição para recolha do lixo, embora os comerciantes dos armazéns se auto-excluísem da limpeza nas principias vias Esta semana as principais avenidas e ruas estiveram cheias de gente que se juntara a administração local para levar a cabo uma

campanha de recolha de lixo, que se verificou por toda extensão do município mais populoso de Luanda.

A excepção dos proprietários e trabalhadores dos armazéns do Hoji-Ya-Henda que ficaram, muitos deles, pendurados em cima das casas, viram o bairro a ser limpo. A atitude dos grossistas foi reprovada pelo coordenador da campanha na zona, Franklin de Oliveira Bastos, administrador adjunto, que não escondeu o seu descontentamento.

"Na última reunião que tivemos com os comerciantes demos a conhecer da data da recolha de lixo, e também esclarecemos o funcionamento de recolha de lixo municipalizado, fechamos os armazéns neste dia e pode acontecer amanhã caso a Limpeza não se conclua", assegurou o administrador. Quem se mostrou descontente com a atitude dos comerciantes e Guiomar Luis, moradora do Condell, que manifestou a sua repulsa e questiona "como é que o administrador admite que os campanha de recolha de lixo, se aqui no Hoji-Ya-Henda, além dos moradores quem mais suja são os grossistas com aqueles restos das caixas que eles deitam mesmo aqui fora". Vai mais longe e garante que "estes estrangeiros fazem e desfazem sujam e não tiram o lixo e ninguém toma medidas."

Um agente do corpo de bombeiro, que falou a nossa reportagem, embora não quisesse ser identificado, afirmou que "se todas as campanhas de limpeza os moradores mostrassem esta união, garanto que teríamos um Cazenga mais Limpo entre os municípios, porque a união faz a força."

Gomes Quimbombo Farrapo, de 72 anos idade, morador do bairro Sete e campanha de limpeza se fazia desta forma e garante que já deu esta ideia ao coordenador da comissão de moradores do bairro há três anos. "Oolha, em 2012, eu já dei essa ideia ao menino da comissão de moradores, hoje quando vejo esta campanha aqui no Cazenga, me faz ficar feliz. Porque eu vejo que os mais novos estão a por em prática os conselhos dos mais velhos", reconheceu o ancião.

A equipa de reportagem procurou falar com os comerciantes dos armazéns, que se recusaram falar aos microfones do jornal Terra Angolana. Cerca de duas mil toneladas de Lixo foram recolhidas, nesta terça-feira.

8.50 Desleixo do governador de Luanda pode causar inundações e consequentes vítimas mortais

Jornal República

25 De Setembro de 2015

Texto: João Diala

O Jornal A República há muito que vem alertando sobre o acúmulo de lixo e outros inertes na vala de drenagem que vai da zona do Catintom ao chamado rio Cambamba. Por baixo da ponte situada na estrada que vai do Nova Vida ao Morro Bento, passando pelo supermercado Kero, o canal encontra-se completamente obstruído por objectos diversos, dejectos, paus, restos de materiais de obras, etc., etc. Esta situação preocupa os munícipes, e tudo indica que, se a referida vala não sofrer a devida intervenção antes

do início das chuvas, haverá danos irreparáveis para as populações ribeirinhas e não só.

A nós, Jornal A República, cabe-nos denunciar estas situações bastante preocupantes e negligenciadas principalmente pelo chefe máximo do Governo Provincial de Luanda, sendo que o acautelamento deve ser uma prática e estratégia do Governo, de maneira a evitar tragédias como as registadas na Província de Benguela.

Vale lembrar que é por aquela vala que passam as águas vindas das zonas do Cazenga, Cidadela, Cassequel, Catintom, indo para o mar, sem nenhum tipo de intervenção ambiental.

Por este facto, é bastante preocupante o desleixo de Sua Excelência Governador de Luanda, uma vez que não intervém em questões urgentes relacionadas com a integridade física dos cidadãos bem como a saúde pública.

8.51 Governo provincial realiza campeonato de lixo

Jornal República

25 De Setembro de 2015

Texto: Mwata Kalucango

No entanto, de lá para cá, o que se vislumbra é o crescente aumento do lixo nas ruas, nos passeios, nas passagens de nível, nas estradas, enfim, em todo lado. É notável o caos e o sofrimento da população que clama por socorro sem que, no entanto, o seu clamor seja ouvido.

E a situação piora a cada dia, face à indiferença, à irresponsabilidade e à incapacidade do governo provincial, que nada faz senão assistir ao "campeonato" por si lançado, campeonato este liderado, segundo sondagens, pelo município de Luanda, seguindo-se os municípios de Viana, Belas, Cacucaco, Cazenga, sendo os municípios de Icolo e Bengo e Quissama os últimos colocados na tabela classificativa.

8.52 Lixo em Luanda

Jornal Semanário Angolense

25 De Setembro de 2015

Texto: Barros Neto

Eram cerca das sete horas e trinta minutos do dia 03.09.2015 quando, intencionalmente, entrei em sintonia, na frequência noventa e nove ponto nove. Maio locutor acabou de ler a notícia de que «a Elisal declarou falta de capacidade humana e técnica para, sozinha, combater o lixo em Luanda», fiquei logo preocupado. O caso não era para menos porque - com o lixo em profusão e as chuvas iminentes - achei que as portas de Luanda estariam escancaradas, para a entrada, triunfal, de muitas doenças e, com elas, do cortejo fúnebre de muitas mortes.

É certo que a problemática do lixo não é somente preocupação dos dias de hoje! Ela também o foi nos recuados tempos da colonização portuguesa. A este respeito e a título de curiosidade, transcrevo o extracto de uma reclamação retirada das minhas «notas arquivadas» - subscrita por um município luandense que dava pelo nome de Joaquim Manuel da Soledade Raposo, no longínquo dia 24.03.1971: «Tomo a liberdade de ir à presença do v/jornal (a «Província de Angola»), para expor um problema que se reveste de certa acuidade, relacionado com a saúde pública.

Numa terra pródiga de tudo, onde, naturalmente, a doença tem também o seu quinhão, pasmamo-nos

com o alheamento que as entidades ditas responsáveis votam a casos de carácter grave, como é o que passo a descrever.

Agora que toda a população anda alertada pelo aparecimento de um surto epidémico de febre amarela, ocorre-me relatar o que há muito venho a observar na Avenida da Boavista, em que transito diariamente.

Está instalada nesta artéria uma fábrica de Cerâmica, nas proximidades da «Textang»; nas suas traseiras e na parte superior, no morro adjacente, situa-se a Lixeira Municipal. É esta, precisamente, a origem do problema que constitui o motivo desta carta, pois, acontece que os resíduos líquidos putrefactos da mesma, devido à inclinação do terreno, e, por vezes, às chuvas, fazem-se escoar através do recinto descoberto da Cerâmica. Por certo que aos proprietários desta se torna desagradável a presença de tais imundícies nos seus terrenos; por isso, e talvez porque a Câmara Municipal de Luanda tenha preferido ignorar um problema que lhe compete resolver, aquela firma equacionou-o da forma mais prática: - fez abrir um buraco no muro da vedação da sua propriedade, tendo o cuidado de colocar por cima do mesmo e a toda a sua largura, uma placa em madeira com a legenda: «Água Da Lixeira», dando assim passagem para a via pública de todas as águas conspurcadas.

Não havendo fossas na referida artéria, nem outros meios de escoamento, ou, se os há, deverão estar obstruídos com as terras que desabam periodicamente dos morros, com as chuvadas, sucede que toda a porcaria que vem «desmandada» da lixeira, se encontra ao longo da rua, de um e outro lado, ao longo de quase uma centena de metros, constituindo evidente foco de infecção.

O estado de revolta que me provoca quanto deixo escrito, sugere-me uma interrogação: será que às entidades responsáveis lhes é indiferente o estado sanitário da população para se abster, como se tem verificado, de intervir num caso evidentíssimo de falta de higiene, que se impõe seja olhado e já?», (fim de citação).

A verdade, a ser dita, é que a quantidade actual de lixo em Luanda atingiu volumes de tal ordem, em nada comparável com o que se verificava no tempo colonial. É óbvio que muitos foram os factores que contribuíram para esta situação, dos quais relevo os seguintes: a actual densidade populacional que, de 500 mil habitantes, no período de maior concentração da Luanda colonial, atingiu, nos nossos dias, a cifra de 6 milhões, por um lado; por outro, a incapacidade humana e técnica na correcta liderança

da gestão do lixo, aliada a uma débil consciência cívico-patriótica, diluída no marasmo de um brutal espírito consumista em que a defesa e protecção do interesse público são pisoteadas com total indiferença, marimbando-se, deste modo, dos tradicionais valores de zelo e solidariedade diante dos bens comunitários, como, neste caso, o hábito, tradicional, de se manterem limpas e higiénicas as áreas, próprias e circunvizinhas, do local habitado.

Estando assim as coisas, é escusado dizer que pouco será todo o esforço empreendido nessa direcção, para se pôr cobro, de modo definitivo, a este triste cenário criado pela persistente acumulação de lixo selvagem, atendendo ao modo como o mesmo é produzido, acondicionado e «despachado».

Por isso, e em atenção ao velho ditado que diz «mais vale prevenir do que remediar», penso que o esforço de todas as «forças vivas» da nação deveriam ser tidas em conta, para que cada um dando o seu contributo, desde já a partir da acomodação racional do próprio lixo doméstico, se inverta tal situação, contribuindo, desta forma, para o bem-estar geral, até porque o contágio epidémico, uma vez despoletado, desconhece fronteiras raciais, sociais e económicas.

Foi, pois, com incontida satisfação, quando, no noticiário das 20.00H do dia 05.09.15, a TPAI apresentou imagens de vários agentes da Polícia Nacional que, misturados com diversos sectores da sociedade civil, protagonizaram uma corrente de limpeza no Bairro Talatona. Do mesmo modo, também fiquei bem impressionado quando no dia 09.09.2015, o citado canal televisivo apresentou a intervenção da população civil organizada, realizando uma corajosa campanha de recolha do lixo no Bairro da Regedoria, em Viana, embora manchada pelo triste episódio, provocado por um motorista totalmente descomandado, do qual resultou o atropelamento de dez voluntários cívicos, dentre os quais três feridos e um morto. Para eles, o meu sentimento de solidariedade.

A este ponto, veio-me à mente seguinte pensamento: porquê também não se socorrer da prestimosa ajuda das forças militares as quais, propostas embora para, em tempo de guerra, efectuarem operações de combate, em defesa da soberania nacional, todavia, em tempo de paz, poderiam intervir em casos excepcionais, como o que agora Luanda está a viver, combatendo patrioticamente o lixo, enquanto vector de epidemias, susceptíveis de dizimarem vidas humanas, iguais, ou até mais, das que se registam nos campos de batalha? E julgo que urna tal intervenção - vista não sob a capa de estado de emergência mas como no âmbito de uma situação de excepção - teria

um impacto altamente positivo, na salvaguarda da higiene e da saúde dos luandenses, e, por arrasto, de todo o país. Portanto, a exemplo da polícia no Talatona e da sociedade civil, em Via na, ousou apelar a que comecemos a criar a cultura de de limpeza de modo a se manter Luanda sempre limpa e higiénica, a partir da recolha metódica do lixo caseiro.

Bem gostaria eu que esta minha opinião se transformasse em voz, capaz de ser ouvida e entendida por todos os luandenses, em todas as línguas. A realidade, porém, é outra, isto é: tal ideia não passa de mera utopia, uma vez que ela só é tida por um reduzidíssimo núcleo de alfabetizados mais esclarecidos, limitando-se, assim, o raio de alcance da sua ressonância. Deste modo, não me resta mais do que fazer votos, de que os bons exemplos, acima mencionados, não se transformem em simples badaladas, de um sino a ecoar no vasto deserto da indiferença luandina.

8.53 Lixo. Incapacidade na recolha eleva inquietação entre luandenses

Jornal Agora

25 De Setembro de 2015

Ao que parece, a situação da recolha dos resíduos sólidos na cidade de Luanda há muito 'fugiu' do controlo das autoridades locais.

O ensaio dos vários modelos não deu certo e, em contrapartida, a nova modalidade não está a dar em bons resultados.

Cada vez mais aumentam os focos de lixo por todos os cantos da urbe e nem com a transferência de responsabilidades aos municípios se está a conseguir travar o volume de imundícies que cresce todos os dias nas vias e bairros da capital.

A população diz que, com as chuvas, a situação se pode complicar, havendo a probabilidade do surto de doenças como a cólera.

8.54 Saneamento Básico

Jornal Manchete

25 De Setembro de 2015

Texto: Graciano Domingos

O caso lixo em Luanda, pode ditar a exoneração do governador de Luanda, Graciano Domingos que se encontra nesta altura sem ideias concretas para o combate ao lixo. O primeiro espantinho que afugenta

o responsável é o lixo que pretende remover o governante do cadeirão do palácio da Mutamba. Mal dito momento, que o consulado de Graciano Domingos vive com a praga de resíduos sólidos a nível da província de Luanda. No entanto, o fenómeno lixo continua a criar dificuldades aos municípios quando se aproximam as chuvas. Nesta altura, Graciano Domingos está a fazer conta a vida, uma vez que as chuvas poderão ser a gota de I água que poderá retirar o respectivo dirigente da liderança de Luanda.

8.55 Um dia sem aulas para limpar o Cazenga

Novo Jornal

25 De Setembro de 2015

Texto: António Paulo

DOIS DIAS de campanha de limpeza e recolha massiva de resíduos sólidos, (terça e quarta-feira), no município do Cazenga foi a programação desta semana do Governo de Luanda, que procura combater os amontoados de lixo que se espalham, diariamente, pela cidade capital.

Viana e Belas foram os primeiros a beneficiar da campanha interventiva que junta todas as administrações municipais para, de forma periódica, ajudar a combater os resíduos sólidos de uma única municipalidade, enquanto o novo modelo não se consolida.

No Cazenga, o primeiro dia da campanha ficou marcado pela presença massiva de estudantes que foram responder ao grito de socorro lançado pela administração municipal. Naquele dia não houve aulas, segundo apurou a nossa reportagem.

Os estudantes coordenados pelos seus professores estiveram envolvidos no trabalho de varreduras e da retirada das areias das ruas principais, nomeadamente, estrada dos Comandos, avenidas Ngola Kiluanje, e outras da circunscção. A professora de Biologia, Conceição, da escola 3043, vulgo escola grande, do segundo ciclo, fez jus ao seu lema participando da campanha.

"Hoje não há aulas no Cazenga, somente limpeza. Esta é uma orientação da administração municipal. Por isso, estão aqui os alunos dos dois períodos, da manhã e da tarde, a participar da campanha. Sou professora de Biologia e o meu lema é Biologia é higiene e saúde. Os estudantes não podem estudar em cima do lixo", observou a professora, que olha com preocupação o aproximar das chuvas. "O

Cazenga é um município que está com muito lixo em todos os cantos. Então, estamos aqui para ajudar o Governo de Luanda e todos devemos participar da limpeza, porque onde há lixo não há saúde e vêm aí as chuvas", alertou.

Por sua vez, a professora de História, Marta Chitula, disse "Vale a pena perder um dia de aulas", em prol da higiene do município. "É um trabalho árduo e todos nós temos que nos empenhar porque a zona está mesma suja. Vale a pena matar um dia de aulas para estarmos num sítio limpo", sustentou.

Edna Marcela, estudante da 11ª classe, mostrou-se também regozijada em participar da campanha para evitar "poeiras". É uma boa causa limpar o Cazenga. Estarmos a varrer a estrada para andarmos bem e evitar ficarmos empoeiradas. Se as ruas e vias continuarem sujas, será mau para a nossa saúde", disse.

Por fim, o estudante Pedro Luís disse sentir-se igualmente motivado a ajudar o seu município a livrar-se das lixeiras. Residente do bairro Vila Flor, no Cazenga, observou com preocupação os amontoados que representam doenças para a população. "O lixo é uma grande preocupação devido às doenças que provoca.

Por isso, espero que esta campanha chegue até à minha rua que também está com muitas lixeiras, principalmente na vala", concluiu.

Alguns populares ouvidos pela nossa reportagem reprovaram a medida da administração local, pelo envolvimento dos estudantes na campanha, agravado ao facto de perderem aulas. "Se alguém ficar doente quem custeará as despesas do tratamento dos miúdos?"

8.56 Dos Anjos sufocado pelo "Lixo de cruz Neto

Jornal A Capital

26 De Setembro de 2015

Texto: Marcos António

As quatro empresas de recolha de lixo, divididas pelos municípios de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, vão abandonar as zonas periféricas, limitando o seu raio de acção ao casco urbano, numa investida aos largos milhões que conformam a dívida do Governo, outra vez confrontado com a destruição de inúmeros postos de trabalho.

O aviso, endereçado ao Sindicato da Saúde, Administração Pública e Serviços, que se preparara para mais uma batalha na defesa da classe

trabalhadora, indica que metade dos mais de setecentos funcionários em actividade deve ser forçada a ficar em casa. O jornal A Capital sabe que a empresa Vista, o maior empregador, deveria despedir cem trabalhadores, passando a contar com pouco mais de cem, os que garantirão a recolha de resíduos na chamada zona do asfalto do município sede.

Num passado não muito distante. já esta empresa, uma das sobreviventes do ultimo concurso publico, a par da Ambiafrica, havia afastado cem funcionários, na sua maioria senhoras, conforme a calculadora do Sindicato liderado por Custodio Cupessala.

Ainda não se consumou a medida, encarada como uma forma de pressão sobre o Executivo de Isaac dos Anjos, mas a periferia começa já a emitir sinais de uma realidade insustentável, com relatos de focos de lixo aqui e acolá. Moradores da Calomanga e do Cavaco, onde os camiões da Vista já "não aparecem regularmente", dizem que os depósitos rebentam pelas costuras, acabando o lixo par ser colocado na via publica. Da Baia Farta, a 25 quilómetros da cidade de Benguela, chega o grito de socorro da Rangol, operadora que aponta para "enormes amontoados" de resíduos, sobretudo na orla marítima, com cerca de oito anos de existência. A sua remoção, admite a substituta da empresa Sanagua, exige uma aturada empreitada, podendo o período de execução chegar a quatro/cinco meses. Para o efeito, prossegue, e necessário que o Governo reveja os contratos de trabalho, ate porque as empresas, sem meios para tamanha obra, terão de alugar algum equipamento a firmas que já não se encontram a operar.

Na altura do último concurso publico, há mais de dois anos, já o semanário A Capital noticiava que as estreantes andavam a "pisar o olho" a Sonagua e a Ambitec, empresas que deixaram o mercado com sentimento de injustiça.

De quem é o negócio

Naquele que terá sido o maior dos ataques a gestão do seu antecessor, feito enquanto decorriam os preparativos para o "concurso da discórdia", Isaac Francisco Maria dos Anjos denunciou a existência de contratos sem a chancela do Tribunal de Contas. Disposto a mostrar que o tratamento de resíduos "não é urn negocio dos governantes", sendo certo que há um pensamento generalizado nesse sentido, o governador afirmou que o Estado pagava o dobro por trabalhos que, na pratica, custavam não mais de vinte milhões de dólares norte-americanos.

Com as criticas ao general Armando da Cruz Neto, que esteve em Benguela entre 2008 e 2012, Dos Anjos pretendia alertar para a necessidade de urn

travão nas ilegalidades que se verificaram. Mesmo que se admita que tais anomalias sejam parte do passado, não há como ignorar a relação entre a realidade denunciada e o contexto actual. E que o passivo a que se refere a Rangol, num claro aviso a navegação, começou a ser "construído" na administração de Cruz Neto, quando, a ter em conta as declarações proferidas pelo seu "herdeiro", num encontro de Auscultação Social, o Estado perdia largos milhões de dólares. Por outras palavras, nem mesmo com subfacturações, numa altura em que o aperto se e que havia não era tão notório como a crise do momento, foi possível eliminar os focos de lixo que pedem, agora, quase meio ano de trabalho.

Este resíduo acumulado, que levou o sector da Saúde a alertar para a ocorrência de doenças, pede, na verdade, mais dinheiro e equipamento que as operadoras não possuem.

A salvação, mediante a existência de recursos, pode residir na Sanagua e na Ambitec, esta ultima substituída pela Ersol na Catumbela, na sequência de um concurso muito questionado.

8.57 EPAL pode paralisar por descontentamento dos trabalhadores

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

Texto: Ramiro Aleixo

Os trabalhadores exigem, nas reivindicações, que a entidade empregadora pague a 100% os subsídios de boas festas (até 31 de Agosto, era o prazo-limite), e os descontados sem formalidade legal desde Janeiro de 2012, já a partir de Setembro. A direcção assegura, em contrapartida, que não tem disponibilidade financeira, porque tem havido atrasos na atribuição dos Subsídios a Preço da parte do Governo (resultado da subvenção dos custos de produção). Verificam-se atrasos de três meses que se reflectem, inclusive, no pagamento dos salários. Mas, os trabalhadores discordam, acusando, particularmente, o presidente do Conselho de Administração, Lionídio Gustavo Ferreira de Ceita (que vai já no seu segundo mandato), de ser um péssimo gestor, por um lado, mas também de beneficiar de recursos da exploração de alguns sistemas para fins pessoais, que afecta a captação de fundos para a sustentação da empresa, incluindo de alguns resultantes de comissões de empreitadas.

A título de exemplo, apontam que, no passado, embora a carga salarial fosse inferior, só "as girafas do Porto de Luanda, Cuca, Vidrul, hotéis e outros grandes clientes contribuía, grandemente, para a arrecadação de receitas".

Os trabalhadores acusam a direcção de não conseguir arrecadar recursos por via de cobrança dos consumos, pelo que sugerem que se deve repensar o funcionamento da área comercial, criar uma infra-estrutura de apoio ao programa de 700 mil ligações, com postos de cobrança ou agenciamentos. A Direcção Comercial, acentuam, "tem dificuldade de realizar cobranças em várias zonas da periferia desta urbe, razão pela qual obriga outros funcionários (não referidos) a distribuírem facturas".

Em contrapartida, outra fonte identificada dentro da empresa, que por razões óbvias opta pelo anonimato, deu-nos conta que os dados constantes do relatório de mandato do período que vai de 2010 a 2014, concluído em Fevereiro de 2015, não espelham com fidelidade o estado actual da empresa, em termos de facturação, já que os prejuízos rondam os 56 milhões de dólares. "Tem-se considerado que 70% da água produzida é cobrada, mas não é verdade, porque tem sido o inverso e os relatórios mostram", revelou-nos a fonte, acrescentando: "São os casos, por exemplo, da gestão de áreas como o Nova Vida, os grandes clientes e das vendas por via das girafas. É inadmissível que uma girafa com 10 bocas presente, no final do mês, uma facturação de um milhão de Kzs, quando quem as explora faz cerca de 15 mil dólares por semana. Só em Calumbo e Cacucaco, a EPAL tem duas girafas de 10 bocas cada uma", referiu a nossa fonte que denuncia, igualmente, que a gestão delas é da responsabilidade directa do PCA Lionídio Ceita, "já que foi ele quem terceirizou esses serviços a pessoas da sua conveniência".

Por outro lado, a nossa fonte deu-nos conta que "há dois projectos inoperantes, designadamente, os medidores de caudais, instrumentos que de certa forma medem as perdas técnicas desde a captação até ao cliente. Nós não temos aplicativos, estimamos e falta um outro que é de sectorização da rede da EPAL, que não está quantificada, porque não se vai atrás dos dados. Há zonas onde se tem rede, mas não há o seu cadastro, porque há dívida com os empreiteiros que lançaram essas redes, como é o caso da empresa alemã Gauff Engineering, que apenas recebeu a primeira prestação". Ainda de acordo com a nossa fonte, "por ser um fundo irrisório, o Ministério alocou os recursos, tanto para o caso da Gauff como do Pacote 3 de Israel, mandou para a conta da EPAL, mas o dinheiro foi 'engolido'. Como represália, o empreiteiro não fornece a documentação".

Fomos informados, igualmente, que a rede não está actualizada e, como tal, não existe noção efectiva da extensão da rede lançada. "A EPAL não tem como saber quantos clientes tem, porque o cadastramento é mal feito e, por isso, há clientes em determinadas zonas que recebem cinco vezes a mesma factura. Não há uma base de dados, nem a facturação devia ser feita por estimativa, uma vez que existem muitas perdas".

Por seu lado e ainda sobre a arrecadação de receitas, os funcionários "discordam que a empresa não tem dinheiro" e desafiam "os gestores a realizarem trabalho nas girafas", garantindo que "se inverterá o quadro vigente" e instam a direcção "a ter coragem de cobrar os grandes clientes sem qualquer receio".

EXCESSOS DE MORDOMIAS PARA OS ADMINISTRADORES. Na acta 001/2015 chegada ao nosso conhecimento, os empregados da EPAL consideram que os "condomínios são uns autênticos elefantes brancos" e que é necessária a criação de condições para a cobrança dos consumos também no Panguila, Catete, Quissama e Cabíre, para além de se proceder à interligação da conduta de 500 mm para as quadras que não têm água no Zango. Mas, denunciam, ao mesmo tempo, que "existe excessiva burocracia nos processos de ligação de água e reclamações diversas, mesmo com a criação de uma área de elite para solucionar os problemas que se colocam, que, em contrapartida, está inoperante por razões não especificadas".

Os trabalhadores pretendem ainda esclarecimentos sobre o destino que é dado "às receitas da exploração das antenas que se encontram na ETAS e CD's", bem como da eventual "compra de uma fábrica de água mineral para o qual foram investidos 500 mil Euros, a pretexto da necessidade de diversificação da actividade da EPAL", e de igual modo, "no negócio do lixo com a empresa Soproeng". Os funcionários questionam, particularmente, o PCA Lionídio Ceita sobre a utilização dos "2% do valor global dos contratos de empreitada, independentemente da origem da linha de crédito, como estabelece a lei sobre o Custo de Gestão e Manutenção do Projecto".

Sobre essa matéria, a nossa fonte, que optou pelo anonimato, informou-nos que "a conta onde esse valor é depositado não é nenhuma das 40 contas bancárias que a EPAL tem. Há dois projectos de construção de casas para os trabalhadores, onde inicialmente seriam utilizados esses fundos, na Sapú e no Sequele, mas nada houve. São dois projectos.

O terreno está lá baldio. São 29 moradias T3. Foram deduzidos 2% de 96 milhões da Sinohydro. Mas também há um bónus de meio milhão de dólares que

a Dar Al-Handasah todos os anos atribui à EPAL. Antes, isso dava para cada funcionário o equivalente a mil dólares, mas eles distribuem apenas entre 100 ou 50 dólares. No caso das casas do Sequele, o terreno está bem localizado, contudo os chineses já não querem fazer sem ter um contrato, porque têm experiência do primeiro, em que há trabalhos fora do escopo. Recebemos facturas, mas não pagamos, uma vez que nunca esteve cabimentado, não existe contrato e não há verba. Mas há casas que estão prontas e foram distribuídas a pessoas da conveniência do PCA".

A nossa fonte referiu, igualmente, que "há recursos da empresa que foram utilizados para a compra de casas para administradores em projectos imobiliários altamente caros". Alguns dos colaboradores de Lionídio Ceita são acusados de possuírem até três residências em condomínios diferentes pagas com dinheiro da EPAL. Aliás, para uma empresa com tantos problemas de arrecadação de receitas, não nos passou despercebido, durante a visita que efectuamos às suas instalações, as viaturas de luxo estacionadas nos diferentes parques, pertencentes a administradores e directores. "Até se compraram carrinhas Tundra para as visitas de campo, quando se fala em contenção de despesas. A acta da assembleia dos trabalhadores a que tivemos acesso faz também referência a um caso em que "a empresa procedeu ao aluguer de 14 autocarros para a utilização por 17 dias no mês de Junho, tendo pago 12.614 milhões de Kz, não tendo a maioria beneficiado desses serviços".

Sobre esta matéria de transportes, os trabalhadores fazem também alusão à aquisição de viaturas que são abatidas a pessoas da conveniência da direcção antes dos prazos determinados "ou levadas por quem finda a comissão de serviço, sem que a empresa receba o valor percentual correspondente, facto agravado pelo prosseguimento do suporte, das despesas de manutenção das mesmas. Muitos dos carros dos directores de serviços, que supostamente seria com opção de compra, pelas evidências, já estão em nome pessoal".

Desse emaranhado de problemas que são colocados, constam, inclusive, os "milhões gastos em equipamentos para a montagem de cozinhas nas áreas onde há mais pessoal como no Marçal, Kifangondo, Sudeste e Kikuxi, que estão a estragar-se". Os trabalhadores queixam-se, em contra partida, da qualidade das refeições que são fomecidas: "dia após dia, funge com peixe frito e arroz, ao passo que, para o Conselho de Administração e directores-gerais-adjuntos, o menu varia".

De acordo com o mesmo documento, efectuado a 7 de Agosto, "a empresa não paga há muitos anos o IRT, INSS, seguros contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como de responsabilidade civil contra terceiros de automóvel, daí que muitos não beneficiam das suas reformas a tempo, bem como dos subsídios de compensação".

Outras questões apontadas reflectem sobre os despedimentos sem justa causa "como retaliação, quando se exige melhores condições de trabalho e salários condignos", e manifestam o seu desagrado pela diferenciação que se faz e no tratamento que se dá a vigilantes da ex-Casa Militar em relação aos restantes vigilantes.

DIPLOMAS FALSOS. Mas, os problemas da EPAL não se reflectem apenas sobre essas questões. A nossa fonte denuncia que "70% do pessoal da empresa apresentou diplomas falsos, incluindo directores".

8.58 "Os consumidores devem 170 milhões de dólares"

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

Texto: Ramiro Aleixo

O ponto de partida para essa abordagem iniciou com uma carta que nos foi endereçada, donde constam diversas acusações sobre eventual má gestão da EPAL-EP por parte do presidente do Conselho de Administração (PCA), Leonídio Gustavo Ferreira de Ceita, que já vai no seu segundo mandato, tendo o primeiro começado em 2010.

Após os devidos a:certos, deslocamo-nos às instalações daquela empresa, situada nos arredores de Viana, depois de uma 'seca' de quatro horas, porque se multiplicava em reuniões, tendo em conta que, no dia a seguir, o mesmo entrava em gozo de férias. Fomos recebidos na maior cordialidade. Os nossos antecessores foram exactamente os integrantes da nova Comissão Sindical e, pelo seu semblante, tudo indicava que os resultados do encontro não tinham sido satisfatórios.

Entre as acusações que nos chegaram, para além da má gestão, constam a criação pelo PCA de uma estrutura de gestão demasiado pesada para quem não tem resultados financeiros que permitam cobrir os seus encargos. Aliás, de Março a Agosto, os salários foram pagos a descoberto, mantendo-se a incerteza sobre o que será daqui para frente, com o agravamento da falta de fundos pelo Governo.

Para os trabalhadores, o discurso do PCA é sempre o mesmo em tomo do Bita, Kilonga, diplomas falsos, vandalização das condutas. Mas, ainda para eles, há coisas mais profundas. "Tivemos um encontro de quadros no ano passado e foi unânime que as direcções gerais adjuntas queriam desaparecer, porque o nosso fundo salarial é de 4 milhões de dólares/mês. Se não arrecadamos esse montante, como temos uma estrutura assim tão pesada, quando saímos dos 700 mil dólares"? - questionam.

Leonídio Ceita é tido como um "vendedor de sonhos, que capta trabalhadores de outros sectores. Há quem nem sequer esteja nomeado, mas ganha como director e com os subsídios 5 mil dólares limpos. Há

muitas injustiças. Quase todos os administradores têm várias casas em vários condomínios: Jardim das Rosas, Jardim do Éden, BPC, Centralidade do Kilamba. E muitas dessas casas eram para os aposentados, que foram enviados para o Zango, em residências sem dignidade, nem condições mínimas".

OS ARGUMENTOS DE DEFESA DO PCA.
"Quando assumi a gestão da empresa, começou por nos dizer Lionídio Ceita, tivemos que recorrer a fundos a descoberto para pagar os funcionários. Ficámos um ano a pagar os funcionários com fundos a descoberto e acabámos por pagar um milhão de dólares. No momento em que começámos a subir com os resultados da empresa, surgiram as greves e pressões de aumento de vencimento, etc... Saímos de um fundo salarial de menos de 2 milhões de dólares para 4 milhões e tal.

Este exercício é que fez que a empresa, no momento de alavancagem, começasse por derrapar. Mas foram exigências; os trabalhadores queriam aumento de 600%. Por exemplo, uma empregada de limpeza saíria de um salário de 500 dólares para 3 mil. A consumir-se isso, preferia largar a direcção da empresa. Discutimos com todo o mundo e não aceitei, uma vez que estaríamos a distorcer as coisas e as famílias. Uma mãe analfabeta estaria a ganhar mais que o filho com formação superior empregado noutra organismo".

Lionídio Ceita reconheceu que passou por momentos difíceis que foram superados, "mas, quando menos esperávamos, apareceu a crise. Sempre pagámos os trabalhadores no dia 27 de cada mês, mas há cerca de ano e meio começámos por receber apenas 50% do Subsídio a Preço e ora recebemos ora não. Estávamos há cinco meses sem receber, mas, felizmente, quando começámos por fazer barulho, porque a situação estava insuportável, pagaram-nos um mês e nos últimos dias três meses. Estamos ainda com o mês de Julho em atraso. Mas ficamos quase

cinco meses de atraso e gerimos. Não depende de nós. Temos de dúvida do consumidor para com a EPAL, 170 milhões de dólares, que vêm do passado, dívidas históricas, que não é possível cobrar".

ADMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS. Lionídio Ceita esclareceu que "todos os que foram nomeados foi com base na avaliação de competências" que não fazem restrições. "Temos uma estrutura orgânica que muda sempre que se muda o Conselho de Administração e de acordo com reforço da capacidade humana".

Defende-se, por outro lado, no crescimento da empresa. "Quando entrei, tínhamos 250 mil consumidores, hoje temos mais de 400 mil. Em finais de 2016, contámos atingir cerca de 700 mil. Devemos saber até onde temos capacidade de gerir a estrutura em que estamos, quais são os problemas que teremos no futuro e há aproximadamente três anos preparamos um documento que remetemos ao ministério e outras entidades, no sentido de se repensar a estrutura funcional da EPAL. Ainda não tivemos resposta. Neste novo Conselho, fomos buscar exemplos de empresas semelhantes no mundo, como estão organizadas, caso da nossa congénere em Portugal, que tem uma área que é a secretaria-geral e os vários administradores, porque, conforme vamos crescendo, temos de nos adaptar às novas oportunidades".

Não escondeu também que houve "erros que foram cometidos no primeiro mandato, mas, no segundo, alterámos as regras, olhamos apenas para as avaliações das competências, nomeámos jovens que nunca lhes passou pela cabeça estarem à frente de determinadas áreas e ficaram surpreendidos, uma vez que não foram indicados. A maior parte dos nossos directores é jovem e a média é de 30/32 anos que, às vezes, cometem falhas. Mas nós estamos atentos e é nossa obrigação acompanharmos, porque no futuro serão eles os gestores".

O PCA da EPAL não contornou a pergunta sobre a dívida da empresa. "A única dívida que temos é elevada, mas é para o pagamento de salários. As nossas cobranças não cobrem os salários e os Subsídios a Preço por vezes atrasam até quatro meses".

DIMINUIÇÃO DE SUBSÍDIOS E AUMENTO DOS SALÁRIOS. Sobre essa questão, que consta como a reivindicação mais acentuada dos trabalhadores, Lionídio Ceita esclareceu que "tivemos uma reunião coma comissão sindical e, devido à impossibilidade da empresa, na altura, de pagar, negociámos e fizemos um acordo de retirada de alguma percentagem nos subsídios, mas subimos o

salário base. O nosso fim do salarial era de cerca de 240 milhões e já chegámos a pagar 440 milhões. Houve uma subida Tínhamos trabalhadores braçais que abriam buracos com picareta Comprámos 20 máquinas, mas, para não dispensá-los, apostámos na sua formação. Quando entraram para a empresa, auferiam um salário de cerca de 14 mil Kz/mês e, com essas transformações, passaram a receber o equivalente a 1.200 dólares. E, no nosso parque hoje, pode ver os carros que os técnicos e os demais trabalhadores têm. E exigem muito mais, dizemos que não temos como dar mais. Para isso, devemos fazer outras acções que são as que temos feito. O nosso trabalhador está numa situação confortável".

SITUAÇÃO PRODUTIVA DA EMPRESA. A nível da produção, segundo o PCA da EPAL, "começámos com 250 mil m³ de água, mas, neste momento, temos 550 mil m³. Em Dezembro, vamos ter 700 mil m³ de água. Em 2016, com os projectos que devem ser implementados, que não atingem valores muito altos, vamos atingir os 900 mil m³. Temos o Bita e o Kilonga, que são os maiores projectos que vamos fazer em Angola, e com a primeira fase, se iniciar agora, chegaremos a 2017 com 1 milhão e 400 mil m³ de água e em 2018 com 2 milhões de m³ e podemos ter água permanentemente por toda Luanda".

Leonídio Ceita tem consciência de que, por diferentes meios, "toda a gente em Luanda bebe água", mas reconhece que existem ainda vários problemas no abastecimento, como, por exemplo, no Cazenga. "Temos rede feita, mas a água não chega às populações por causa de alguns constrangimentos. Em determinada zona, há uma cantina no meio, havia uma situação que foi resolvida há pouco com a visita do governador, que, para nós, era incompreensível porque não podíamos abrir estradas, pois o INEA não deixava Mas víamos na cidade empresas, e algumas estrangeiras cavar estradas e nós não entendíamos. Essa questão foi ultrapassada durante a visita e começámos os trabalhos para melhorar. No Cazenga, temos quase 60 mil pessoas sem água. A rede está feita, mas falta passar o tubo. E nós perguntamos: "Desde quando é que uma estrada tem um valor superior à satisfação das necessidades de água das pessoas?" A autorização foi dada e vamos avançar não só no Cazenga como também noutras partes de Luanda".

Até ao momento, a EPAL "já efectuou cerca de 300 mil ligações", mas Leonídio Ceita referiu que é necessário fazer "chegar água à grande parte de todas as zonas residenciais. Mas, temos aproximadamente 479 mil consumidores. Começámos nos 250 e, no próximo ano, pensamos atingir os 700 sem contar com as novas urbanizações que vão depois integrar tudo".

O PCA da EPAL enalteceu o trabalho dos directores-gerais que o antecederam, considerando que "cada um fez a sua parte e os momentos eram mais difíceis do que agora. No primeiro Conselho, fizemos uma boa parte. O Bita e o Kilonga começaram por ser pensados nesta fase e no segundo mandato deu-se mais ênfase e começámos por trabalhar mais intensamente. No terceiro, agarrámos isso como nossa bandeira. O valor inicial do que estamos a fazer era de cerca de 1 bilião de dólares, refizemos tudo com os jovens engenheiros que temos. Gastámos, sim, algum dinheiro e explicámos ao Governo por que o consumimos, mas não foram milhões. Enviámos os nossos técnicos para verem o que é que existe na Argentina, no Brasil, na Europa e concertar o que devíamos fazer em Angola. E graças a isso, nós aumentámos 50% do que vamos fazer com o mesmo valor. Em vez de ser um bilião, são 1 bilião e 200 mil dólares. Mas, essas saídas ajudaram-nos porque hoje já falámos com os empreiteiros ou candidatos e concorrentes no mesmo nível de conhecimento".

A título de exemplo dos ganhos obtidos com as admissões e formação, disse-nos que "comprávamos fotografias do Google no passado a um holandês como se fossem de um satélite dele e pagávamos valor de ouro. Quando entrámos, verificámos que a DAR também vinha com os mesmos argumentos e todos acreditávamos, até que fomos buscar um jovem que tirou isso a limpo e começou a fazer as mesmas imagens. Essa foi uma demonstração que investindo nos nossos quadros e estaríamos a ganhar discutindo ao mesmo nível".

Fruto desse desempenho, "os cadernos de encargo e os concursos são feitos por esses jovens técnicos e ninguém acreditava que seríamos capazes, mas hoje reconhecem que há capacidade".

"Nós estamos a trabalhar e cada um que abre a torneira sabe que só é possível com trabalho. O Mulenvos, no Cacuaco, não tinha água, mas hoje tem. Há novas zonas que vão ser entregues este ano e não há dinheiro que pague a alegria da população. Nós temos um grande défice, pois não conseguimos vender à imagem do que fazemos, porque também não fazemos para ser recompensados, mas porque esse é o nosso trabalho. Sentimos é satisfação pelo trabalho realizado", concluiu Leonídio Ceita.

DÍVIDA ATÍPICA DOS CONSUMIDORES. Em relação às cobranças e dívidas dos consumidores, o PCA da EPAL esclareceu "que ela é atípica, só se cobrava em Angola. Se alguém tem uma dívida e lhe for cortada a água, quando depois de dois/três anos for pagar, é ajustada a taxa de inflação do momento que duplicava de 15 em 15 dias. Quer dizer que um indivíduo que deve 10 mil dólares à EPAL, mas vive

numa casa de chapa, não tem condição para pagá-la e não é normal que eu mande alguém da empresa para cobrar esse dinheiro. O homem morre ... A primeira medida que tomámos foi suspender as multas, porque são dívidas incobráveis. Como não podemos anulá-la, estamos a escrever ao Executivo para que se defina o que se vai fazer com ela. A questão dos que vivem em zonas nobres e com condições provada de que podem pagar, essa sim, deverá merecer tratamento diferente, por exemplo, como ocorreu em relação aos impostos".

DÍVIDA DOS TRABALHADORES COM O BFA. Outra matéria que nos foi referenciada como discórdia. Os trabalhadores pediram crédito bancário, mas, quando o dinheiro entra como acompanha o movimento, não esperam que o banco retire o que deve, sacam tudo. Lionídio Ceita disse ao Agora que "o banco contactou-nos, no sentido de assumirmos essa dívida. Eu disse que não, porque estamos a fazer o nosso papel. Houve um acordo com o banco onde o trabalhador recebe os seus salários e devem retirar dele. O que acontecia é que, tendo em conta esse comportamento, o banco ia à nossa conta e retirava o dinheiro. Quando percebemos isso, falámos com a instituição e disse-nos que havia de retirar o acordo. O banco é que tem' que se organizar".

Apesar dos esclarecimentos, a constatação que fizemos é que o diálogo não tem passado entre ambas as partes. E fomos informados também de que o pessoal da ETA, do Marçal, é o que mais está revoltado com a gestão do PCA. Consideram, por exemplo, que tem todo o direito de gostar de carros de luxo, mas desde que não seja a empresa a suportar. E, para além dele, como referem, não se justifica que os administradores tenham carros que custam acima dos 100 mil dólares, quando os trabalhadores não têm os salários em dia.

8.59 Recursos hídricos sustentam gerações

Jornal Economia e Finanças
4 De Setembro de 2015

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, defendeu, recentemente, em Luanda, que dada a presença de cinco bacias hídricas, partilhadas por alguns países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), deve-se atribuir responsabilidades acrescidas no maior controlo deste recurso, para garantir o sustento das próximas gerações.

Ao discursar na abertura do workshop, realizado em Luanda, sobre a "semana nacional de águas da SADC", o governante angolano disse que a celebração das "semanas nacionais" sobre o "líquido precioso", nos 15 Estados membros, constitui uma oportunidade para a sensibilização nacional em cada país e das iniciativas das organizações das bacias hidrográficas na consecução da melhoria da gestão.

Luís Filipe da Silva defendeu a necessidade de harmonizar-se as estratégias nacionais e locais com as regionais da SADC, em prol do desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos.

Recolha de contribuições

O secretário de Estado das Águas acrescentou que o evento é parte de um objectivo mais amplo, que visa a recolha de contribuições para a elaboração do "quarto plano de acção estratégico regional da SADC", para a gestão integrada dos recursos hídricos.

A semana nacional da água inclui também um fórum nacional da juventude, bem como formação para os jornalistas.

A formação tem por objectivo preparar jornalistas para a cobertura das questões da água a nível local, nacional e regional com base factual e analítica, promover a sensibilidade e a compreensão sobre a gestão integrada dos recursos hídricos, participar e comunicar de forma eficaz as questões que emergirem do fórum consultivo nacional.

Potencialidades

Convidado a dissertar o tema sobre "Oportunidades, desafios e perspectivas", o director nacional do Instituto de Recursos Hídricos, Manuel Quintino, disse que Angola possui 47 principais bacias hidrográficas e 30 secundária (oceânicas).

Na ocasião, o responsável apontou os projectos que estão a ser desenvolvidos pelo instituto, que visam a promoção, desenvolvimento, gestão, coordenação de recursos hídricos e garantir a da sustentabilidade social e ambiental.

Desafios da SADC

Por sua vez, o representante da SADC no evento, Phera Ramoelli, frisou que, através do sector das águas, a direcção de infra-estruturas e serviços da organização regional proporciona uma plataforma para os países membros abordarem as questões e os desafios relacionados com a água para permitir que o sector se transforme num recurso sustentável, através

da gestão coordenada, protecção e utilização equitativa dos seus cursos de água partilhada.

Realçou que, apesar de a região da SADC possuir muitos recursos hídricos, a distribuição ainda é desigual.

Parceria

Em relação à parceria global para água (GWP), a fonte acrescenta que é uma organização intergovernamental composta por 13 parceiros regionais, 77 nacionais e mais de 2.000 parceiras, em representação de 157 países.

A rede de GWP está empenhada na construção de um "mundo seguro" no que diz respeito à água, tendo como missão apoiar o desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos hídricos a todos os níveis.

A GWP África Austral é uma rede com mais de 350 organizações parceiras interessadas na gestão dos recursos hídricos.

O responsável, acrescentou que existe ainda a Inter Press Service (IPS), que é uma instituição de comunicação social, que funciona como uma agência de notícias e sem fins lucrativos.

A sua sede está localizada em Joanesburgo, na África do Sul, centrando-se a sua actuação em noticiar e procurar produzir artigos e produtos multimédia, prestando uma atenção particular às questões de desenvolvimento.

O projecto tem como línguas oficiais o português, inglês, suaili e francês, através de uma rede de mais de 80 repórteres localizados nos países da África Subsahariana.

8.60 Água potável chega a aldeia Boa Estrela

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2015

Texto: Justino Vitorino

Mais de 1.500 famílias da aldeia Boa Estrela, no município do Bailundo, na província do Huambo, beneficiam de um novo sistema de captação e distribuição de água potável.

A infra-estrutura, orçada em cinco milhões de kwanzas, recebe energia de painéis solares e foi construída no âmbito do programa do Executivo

"Água para Todos", com o objectivo de melhorar as condições sociais das populações.

O responsável municipal da repartição de Energia e Águas do Bailundo, Francisco Pio Carlos, disse que o fornecimento de água as aldeias está entre as prioridades do Executivo. Francisco Pio Carlos sublinhou que novo sistema de captação e tratamento evita que a população consuma água imprópria. Os habitantes da aldeia. Boa Estrela felicitaram o Governo do Huambo por ter colocado a sua disposição o sistema de água canalizada, que vai contribuir para a redução de doenças abdominais e intestinais.

O soba da aldeia, Eugénio Matias, disse ao "Jornal de Angola" que "agora estamos mais seguros e já não teremos problemas de água na localidade, situação que se agravava mais no período de cacimbo".

8.61 Distribuição de água e luz é mais abrangente na Huíla

Jornal Economia e Finanças

11 De Setembro de 2015

Texto: Arão Martins

O fornecimento de água potável e de energia eléctrica à população da província da Huíla tem conhecido nos últimos tempos evolução positiva, que se traduz na edificação de várias infra-estruturas com tecnologia adequada e de fácil manutenção, para o fornecimento destes preciosos bens em quantidade e qualidade, visando o bem-estar das populações. Em entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, o director provincial de Energia e

Águas na Huíla, Abel João da Costa, disse que os ganhos se reflectem positivamente na economia das famílias nos 40 anos da independência nacional, que se assinala a 11 de Novembro próximo.

"Qual é a actual realidade do sector de Energia e Águas na província?"

Em primeiro lugar, quero dizer que hoje a qualidade de vida da população melhorou substancialmente, graças aos programas que o 'Executivo tem gizado para os 'sectores de infra-estruturas económicas, sociais, entre outros.

Sobre o sector na Huíla, quero começar por dizer que o subsector de águas tem conhecido, nos últimos tempos, evolução positiva que se traduz na edificação de várias infra-estruturas com tecnologia adequada e de fácil manutenção, para o fornecimento de água em

quantidade e qualidade, visando o bem-estar das populações no meio urbano, peri-urbano e rural, contribuindo profundamente na erradicação de várias enfermidades. Graças ao empenho e dedicação do Executivo, através do Ministério da Energia, o governo provincial da Huíla e administrações municipais, os ganhos são visíveis. Quero ainda dizer que a cidade do Lubango herdou um sistema de água construído há mais de 80 anos, dimensionado na altura para uma demanda de 30 mil habitantes, contra os actuais 650 mil, desgastado por tubos de fibrocimento, galvanizados e ferro fundido. Actualmente, desgastados com poucas possibilidades de fluir o precioso líquido, registando-se como é óbvio várias rupturas, umas visíveis e outras não visíveis, provocando vários

constrangimentos no fornecimento de água com um índice de desperdícios muito acentuado. O Executivo e o governo provincial local, cientes das suas responsabilidades, alocaram vários projectos à cidade com objectivo de equacionar o problema gritante de falta de água na base da actual demanda, cujas acções têm resultados positivos.

As questões de operação e manutenção estão cada vez mais evidentes ou nem por isso?

De facto, estão. As questões de operação e manutenção estão cada vez mais evidentes na consciência de todos os gestores dos Sistemas de Água, assente nos correspondentes tarifários actualizados. Hoje também já se prima por uma relação comercial mais aceitável. As pessoas apresentam níveis diferentes e o quadro de funcionamento financeiro já é completamente diferente.

Qual é a actual taxa de cobertura do consumo de água potável na província?

Como é sabido, a província da Huíla é composta por 14 municípios, incluindo o Lubango. A província tem ainda 51 comunas. Fruto dos programas feitos, a actual cobertura é de 63, 4 por cento de pessoas que consomem água potável. É um nível muito bom, se formos a comparar com o percentual colonial, que era somente de 18 por centos. Anteriormente, o abastecimento de água era somente nos núcleos habitacionais, nas pequenas aldeias e vilas. Considerando outras localidades onde a população vive, com culturas específicas de cada região, quer de transumância, e não só, é do facto de hoje se sentir a população cada vez mais empenhada na gestão dos próprios sistemas postos à sua disposição.

Como é sabido, resultante do último censo geral da população e habitação, feita no país, a densidade

demográfica na província é de 2.354.398 pessoas. Tendo em conta os avanços registados, estamos conscientes de que muito ainda tem de ser feito.

Quais foram os projectos de vultos realizados?

É difícil mencioná-los, mas devo dizer que dentre vários projectos feitos, o breve balanço das principais acções concretizadas em 2014/2015, constam a instalação de condutas de distribuição e novas ligações no centro da cidade do Lubango, ampliação do sistema de água à sede comunal da lamba, construção do sistema da sede comunal da Arimba e da comuna da Huíla, construção de outros 112 pontos de águas, 7 pequenos pontos de água e estações de tratamento a várias localidades.

O balanço é abrangente a todos municípios da província?

Sem dúvida. Os projectos do programa "Água para todos" 2014/2015, abrangeram todos municípios da Huíla. Foram implementadas acções no Lubango, Caconda, Cacula, Caluquembe, Chibia, Chicomba, Chipindo, Gambos, Humpata, lamba, Cuvango, Matala, Quilengues e Quipungo.

Quero dizer que existe na província da Huíla 1.680 grupos de água e saneamento (GAS) correspondentes ao número de pontos de água e fontenários. Há também uma forte articulação em fase evolutiva entre os grupos de água e saneamento (GAS) e as correspondentes brigadas municipais e comunais. Articulação fluida entre os grupos de água e saneamento do Lubango com a Direcção Provincial de Água, pretende-se o mesmo Com relação com os grupos de água e saneamento e as brigadas municipais e comunais .

Existem procedimentos para manter a qualidade da água que é abastecida às populações?

As análises da água são realizadas nos reservatórios, redes de distribuição, chafarizes, cacimbas, residências, estabelecimentos comerciais, industriais e unidades militares. Para os casos com resultados , negativos, são orientados e instruídos aos técnicos de todos municípios, sobre os métodos de desinfecção da água para o consumo, bem como ressalvado a importância do tratamento

preventivo ou selagem. Existem igualmente apoios às unidades académicas nos vários níveis na disseminação de conhecimentos sobre as práticas de desinfecção da água, assim como para trabalhos de investigação científica para licenciaturas e doutoramentos nas nossas academias.

Falou da relação comercial existente nos centros urbanos. O processo é abrangente às lonas periféricas das comunas e municípios?

Em alguns casos ainda se aplicam métodos antigos, o de permuta ou de troca por espécie. Embora de forma simbólica, as pessoas buscam água que é um produto também e pagam por aquilo que possuem. Por exemplo uma galinha, cabrito, ou cereais para um tempo longo. Esse exercício felizmente está a ganhar cada vez mais espaço e parece-nos ser o melhor procedimento para que o Governo não seja obrigado a repetir os mesmos financiamentos e realizações. Isto permite que o Governo possa dar outros passos, sempre na perspectiva de atender outras localidades que ainda estão sem água.

Existem outros projectos de abastecimento de água às sedes municipais?

Em primeiro lugar quero dizer que no núcleo da cidade do Lubango está a se ter aquilo que nunca se

viu, porque está a ser colocada uma estrutura incomparável com a capacidade herdada do tempo colonial. O núcleo da cidade, por exemplo, numa extensão de 21 quilómetros, com mais de mil ligações, já tem água 24 horas por dia. O ganho data já há mais de um ano ou mais tempo. É um cenário que se pretende fazer. A fase subsequente à esta, também já está em realização. Já estamos a implementar a instalação da nova rede. Numa primeira fase privilegiou-se a parte suburbana Hélder Neto, desde 1 de Junho e o processo vai ser abrangente a todo bairro, seguido a parte periurbana do bairro Comercial, por ser sequência, por detrás da administração municipal do Lubango e que liga a orla do rio Mapunda até à rotunda da Guedal, já com nova rede. Uma outra orla, tem a ver com o bairro da Laje e 80 por cento do bairro Lucrecia.

Já foram entregues uma série de propostas que visam dar arranque a um outro projecto no âmbito do financiamento do Banco Mundial. Vai se instalar entre 120 a 140 quilómetros de tubagem e aí vai abranger mais bairros, como João de Almeida, Comercial, Mitcha, Chioco e outros. O projecto vai ter como objecto final 20 mil novas ligações. Isso vai ser bom para os consumidores da cidade do Lubango. O lançamento vai ser feito entre Dezembro ou primeiro trimestre do próximo ano.

Além disso, o Lubango tem problemas de água porque, infelizmente, não tem muitos recursos hídricos próximos. Os existentes são aqueles que já estão comprometidos com outras realizações, sobretudo no domínio agrícola, como o caso do manancial do rio Cunene. Estamos na fase final do

projecto da nova captação e espera-se encontrar mais 500 metros cúbicos de água. Isto é um cálculo feito e que nos permitiu a realização do curso de 120 a 140 de extensão de tubagem nova. Dentro de 8 meses, esta água vai chegar aos novos consumidores e vai ser motivo de muita satisfação, porque vai se ter mais água e permitir que mais populares tenham água com duração entre 5 a 8 horas.

Tendo em conta a demanda que a cidade do Lubango tem, que é de mais de 600 mil habitantes, o manancial, que já está praticamente garantido, não é o suficiente para atingirmos toda área prevista. Decorre o processo dos termos de referência, para se fazer novas captações nas áreas mais próximas das actuais. Já existem estudos feitos há mais de 2 anos, que garantem resultados iguais dos encontrados. Existem muito bons indicadores para ter bons resultados.

Estes projectos têm continuidade em função do crescimento demográfico e infra-estrutural que o Lubango regista?

Os projectos que o governo provincial da Huíla e central estão a inserir, têm garantia da sua utilidade, até mais 25 ou 30 anos de vigência. Há que considerar os novos habitantes dentro do crescimento demográfico natural que ocorre. Vimos por causa dessa necessidade, seremos obrigados a ir buscar outros mananciais de água.

A cidade do Lubango está num ponto superior em relação à Matala, na ordem de 580 metros de altitude. Para se pôr água oriunda de lá, haverá necessidade de se ter muito mais energia. Os estudos

Tendo em conta a demanda que a cidade do Lubango tem, que é de mais de 600 mil habitantes, o manancial, que já está praticamente garantido, não é o suficiente para atingirmos toda área prevista. Decorre o processo dos termos de referência, para se fazer novas captações nas áreas mais próximas das actuais. Já existem estudos feitos há mais de 2 anos, que garantem resultados iguais dos encontrados. Existem muito bons indicadores para ter bons resultados.

Estes projectos têm continuidade em função do crescimento demográfico e infra-estrutural que o Lubango regista?

Os projectos que o governo provincial da Huíla e central estão a inserir, têm garantia da sua utilidade, até mais 25 ou 30 anos de vigência. Há que considerar os novos habitantes dentro do crescimento demográfico natural que ocorre. Vimos por causa dessa necessidade, seremos obrigados a ir buscar outros mananciais de água.

A cidade do Lubango está num ponto superior em relação à Matala, na ordem de 580 metros de altitude. Para se pôr água oriunda de lá, haverá necessidade de se ter muito mais energia. Os estudos tendo em conta a demanda que a cidade do Lubango tem, que é de mais de 600 mil habitantes, o manancial, que já está praticamente garantido, não é o suficiente para atingirmos toda área prevista. Decorre o processo dos termos de referência, para se fazer novas captações nas áreas mais próximas das actuais. Já existem estudos feitos há mais de 2 anos, que garantem resultados iguais dos encontrados. Existem muito bons indicadores para ter bons resultados.

Estes projectos têm continuidade em função do crescimento demográfico e infra-estrutural que o Lubango regista?

Os projectos que o governo provincial da Huíla e central estão a inserir, têm garantia da sua utilidade, até mais 25 ou 30 anos de vigência. Há que considerar os novos habitantes dentro do crescimento demográfico natural que ocorre. Vimos por causa dessa necessidade, seremos obrigados a ir buscar outros mananciais de água.

A cidade do Lubango está num ponto superior em relação à Matala, na ordem de 580 metros de altitude. Para se pôr água oriunda de lá, haverá necessidade de se ter muito mais energia. Os estudos indicam que vai se buscar água na nova barragem a ser construída no rio Cunene, a jus ante da actual

barragem das Neves, na Humpata. Outro projecto é de fazer a jusante da cidade, através do rio Caculuar, a 60 quilómetros da cidade do Lubango. Os estudos preliminares indicam encontrar boas referências do ponto de vista de compactação e não só.

Como é que o governo da província está a cautelar os efeitos da seca que se tem registado na província?

O problema da seca é de há muitos anos. O que se tem processado até aqui, é o facto de que quando acontece, corre-se com as cisternas e fazer novos furos. Estamos agora numa outra perspectiva, de acautelar a um percentual considerável este fenómeno, que é cíclico.

O governo provincial da Huíla está a construir de raiz três novas barragens, nos municípios dos Gambos, Chibia e Lubango. As duas barragens em construção nos municípios dos Gambos e Chibia, estarão viradas fundamental no abeberamento das pessoas e seus animais e para a área agrícola. A barragem da comuna da Arimba, Lubango, vai estar 90 por cento vocacionada para o abastecimento à população.

Dentro da grande estratégia que se tem no âmbito do plano director de água e saneamento da cidade do Lubango, este elemento não era tido. Quer dizer que com a existência desta barragem, com bons indicadores de execução, vai criar uma certa tranquilidade de não precipitar etapas para ir buscar água no caculuar.

Está-se a criar muitas novas estruturas que vão propiciar uma vida melhor às populações, sobretudo no que diz respeito ao saneamento do meio.

Existem outras necessidades e perspectivas até 2017?

A instalação de uma nova zona central de 120 MW para alimentar a centralidade da Quilemba e arredores, instalação de 2 novas subestações de transporte (400 KV e 220 KV), respectivamente, bem como a instalação de 4 novas subestações de distribuição (60/30115 KV) são, entre outras, acções a serem executadas na Huíla, até 2017. Consta ainda das acções, a instalação de novos postos de transformação de novas linhas de alta, média e baixa tensão de iluminação pública, a construção, reabilitação do sistema de energia das sedes municipais e comunais e novas centralidades.

O governo provincial da Huíla acolheu com muito agrado a instalação de duas torres de monitorização do potencial eólico da província, instaladas nos municípios da Chibia, desde Novembro de 2012 e Cacula, desde Junho de 2014.

8.62 SADC melhora abastecimento de água potável

Jornal Economia e Finanças
11 De Setembro de 2015

O sector das águas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) vai continuar a apostar numa gestão equitativa e equilibrada dos recursos hídricos partilhados, transformando deste modo, as bacias hidrográficas num recurso sustentável.

Segundo o director nacional das águas, Lucrecio Costa, que falava no encerramento da semana "nacional das águas da SADC", realizada em Luanda, esta medida visa melhorar a gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos.

Sobre o encontro, o responsável disse que teve como objectivo recolher as contribuições para a elaboração do quarto plano de acção estratégico regional da SADC (RSAP).

"Penso que os resultados alcançados nos debates, durante o encontro corresponderam às expectativas. Estivemos reunidos com um conjunto de especialistas em matéria de águas, tendo debatido temas que serão, agora, passados da visão estratégica para a acção", disse.

Taxa de cobertura

O responsável informou que no ranking de abastecimento e saneamento de água na região da SADC, Angola ainda apresenta uma taxa de cobertura inferior, mas acredita que "em termos de investimento nos últimos cinco anos, o país encontra-se em melhor posição".

Dados do Ministério da Energia e Águas indicam que grande parte das sedes municipais do país têm os sistemas de tratamento e adução de água em estado de operacionalidade limitada.

Nas sedes comunais, têm sido instalados, no âmbito do programa "Água para todos", pequenos sistemas de captação e bombagem de águas subterrâneas, com fontenários.

Para ele, questões ligadas às águas têm de ter o engajamento de toda a sociedade, com maior realce para a juventude e a comunicação social, "até porque, os jornalistas têm uma grande missão de ajudar na sensibilização da população, sobre a gestão integrada dos vários aspectos que interferem no uso dos recursos hídricos e na sua protecção ambiental.

Debates acalorados

No evento que teve a duração de três dias, serviu também para a troca de experiências entre os participantes que actuam neste ramo, onde foram apresentados trabalhos em plenárias.

As celebrações das semanas nacionais da água que vão decorrer em cada um dos quinze Estados membros serão uma oportunidade para despertar as comunidades para uma melhor gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos, bem como a necessidade de harmonizar os planos estratégicos nacionais com os regionais da SADC.

No encontro, foram aflorados temas importantes como a "apresentação dos objectivos do fórum da juventude e da análise da situação sobre a participação nos programas do sector das águas e saneamento em Angola", "importância do envolvimento dos média nas questões de recursos hídricos" além da "caracterização e perspectiva para o abastecimento de água no meio rural".

Temas como "benefícios da cooperação - bacias hidrográficas transfronteiriças", "benefícios do programa de água da SADC para Angola", "formulação do plano de acção estratégico regional IV (RSAP IV)" também mereceram atenção durante o fórum, organizado pelo Ministério da Energia e Águas que contou com a parceria do gabinete para Administração da Bacia Hidrográfica do Cunene (GABHIC) e do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos (INARH).

Durante este ano, a SADC está a realizar as "semanas nacionais das águas" em cada um dos 15 Estados membros, cuja missão é de contribuir para a sensibilização nacional em cada país do programa regional da água e das iniciativas das organizações das bacias hidrográficas na consecução da melhoria da gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos partilhados.

8.63 Angola vai procurar reservatórios de água subterrâneos

Jornal Manchete

16 De Setembro de 2015

O governo angolano pretende procurar reservatórios de água subterrâneos em áreas de deserto para reduzir os efeitos dos sucessivos períodos de estiagem que têm afectado, sobretudo, o Sul do país. A informação foi dada pelo ministro da Energia e Águas de Angola, João Baptista Borges, na 59a sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, que ocorre desde ontem (14) em Viena, na Áustria. "Angola enfrenta também problemas geológicos, como a erosão dos solos e períodos cíclicos de estiagem em áreas de deserto", disse o governante ao participar da reunião.

Borges admitiu a necessidade de obter o apoio da agência no sector de assistência técnica, para a redução da erosão dos solos e a pesquisa de lençóis de água

8.64 Inaugurados pontos de água nos municípios

Jornal de Angola
27 De Setembro de 2015

Mais de 38 mil habitantes dos municípios da Humpata, Lubango e Quipungo passaram a consumir água potável, com a abertura de novas Estações de Tratamento e Abastecimento e furos.

O director provincial da Energia e Aguas da Huíla, Abel João da Costa, disse que com a inauguração de novas Estações de Tratamento e Abastecimento, está cumprido um dos propósitos estabelecidos pelo sector, que assenta no melhoramento do abastecimento à população.

Abel João da Costa esclareceu que havia populações de várias localidades que viviam sem água potável

desde 1972, porque os antigos sistema de abastecimento se encontravam avariado e só voltaram a ter água potável 43 anos depois.

Os pontos de água foram colocados em áreas com maior afluência de pessoas.

O objectivo é fazer com que mais famílias sejam abrangidas com o sistema de abastecimento. Hoje a percentagem de pessoas que consome água potável na província da Huíla aumentou consideravelmente.

P director provincial da Energia e Agua considerou elevada hoje a taxa de cobertura de distribuição, que subiu de quatro para 62 por cento. Informou que foram construídas novas rede de distribuição e ligações domiciliarias nas sedes dos municípios e, com isso, a maioria das pessoas deixou de consumir água dos rios.

N a abertura de furos, a direcção contou com a parceria de organizações não governamentais internacionais, como o UNICEF.

8.65 Habitantes beneficiam de sistema de água

Jornal de Angola
28 De Setembro de 2015

Novos equipamentos de captação e distribuição de água potável, erguidos no âmbito da execução do Programa "Água para Todos", beneficiam desde sábado 5.000 habitantes das povoações de Wikendje, Muala e Unene, na comuna da Huíla, município do Lubango, disse, ontem, a administradora comunal da Huíla.

Carme Duarte disse que a medida é bem-vinda, pois os habitantes das zonas contempladas confrontavam-se já há algum tempo com a escassez de água, provocado pela ausência de chuvas. "Os riachos e nascentes existentes na região estão a ficar com o caudal baixo e a procura da água é acentuada."

Os indícios de doenças de origem hídrica no seio da população, principalmente crianças, passam agora a ser melhor controlados porque as famílias têm a preocupação de utilizar a água potável para o consumo, explicou Carme Duarte. O soba Moko Sanoloti,

satisfeito

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Populares fazem justiça por mãos próprias

Jornal O PAÍS

04 De Setembro de 2015

Texto: Domingos Bento

O fraco policiamento nos bairros periféricos e apontado por populares como estando na base de casos de justiça por mãos próprias que, embora não seja uma prática de agora, nos últimos dias tem sido frequentemente relatada em Luanda. Só nas redes sociais, não são poucos os vídeos e imagens que ilustram alguns cidadãos a serem vítimas da justiça feita pelas mãos pesadas de quem não tem competência para o efeito. Como forma de corrigirem condutas desviadas, os agressores fazem recurso a vários objectos para, publicamente, torturem as suas "vítimas".

Na linha da frente constam os bairros Rio Seco, Sapu-II, Parafso, Grafanil, Boa Esperança, Kikolo, Rasta, Belo Monte, Pedreira, Ossos e Novo Horizonte. Nestas zonas, de acordo com os moradores, a actuação da Polícia anda muito a quem da velocidade da criminalidade que, regularmente, provoca tragédia e faz muitas vítimas. Cansados, os habitantes dizem que é preciso voltar a fórmula dos anos noventa em que a justiça era ditada pelo jogo da retaliação: "dente por dente, olho por olho".

Esta semana, no Luanda-Sul, um suposto assaltante foi morto quando tentava roubar a motorizada de um motataxista, vulgarmente chamado kupapatas. O jovem, cujo nome não foi possível apurar, foi espancado e apedrejado por um grupo de Kupapatas que se dizem fartos dos frequentes assaltos naquela zona de Viana. Ainda neste município, relatos também dão conta de um jovem que, na semana passada, morreu carbonizado depois de ter sido agredido e queimado por um grupo de moradores quando tentava assaltar uma cantina.

Já no bairro Rio Seco, devido aos elevados crimes que normalmente ocorrem com recurso a arma de fogo, os moradores se uniram e com as próprias mãos executam quem se desvia das normas sociais. Em declarações a *O País*, Bernardo Cassoma fez saber que, a população só enveredou por este caminho porque "desacreditou" nas Autoridades. "Sempre que há assaltos a Polícia não aparece, apesar de ser várias vezes accionada".

"Por causa dos constantes assaltos, "Por causa dos constantes assaltos, muitos que viviam aqui abandonaram as suas casas. O povo neste bairro sofre muito. Sinceramente, e que andamos mesmo cansados. Por isso e que, quando agarramos um marginal, a gente queima. Se tiver sorte pode se salvar, mas senão, acaba por morrer. É que é frustrante convivermos com assaltos todos os dias", afirmou um entrevistado.

Por seu lado, Jacinto Gouveia, também morador do Rio Seco, assegurou que, no passado mês de Julho, torturou um assaltante quando este tentava arrombar a sua residência. De acordo com o mesmo, tudo aconteceu por volta das 23 horas, quando dois meliantes apareceram com arma e outros meios e começaram a destruir a porta principal. De seguida, o morador contou que, ao invés da Polícia, ligou para os amigos que apareceram em grupo. Um dos assaltantes fugiu, mas o outro não conseguiu escapar a fúria do povo.

" Não o matamos. Mas ele foi bem torturado. Não liguei para a Polícia porque já sabia que não devia aparecer. Por isso liguei para o nosso grupo e resolvemos o problema do bandido na hora. Quando a Polícia chegou já ele estava a sangrar a sério. O problema é que a criminalidade aqui é demais. As pessoas não dormem" , atestou.

"Já estamos habituados"

O bairro Paraíso, localizado no município de Cacuaco, é uma das zonas de Luanda mais crítica em termos de delinquência. Aqui, segundo os moradores, a constante onda de crimes tem forçado as pessoas a tincharem quem decide atentarem contra a ordem e a tranquilidade. Tal como contaram os populares, quando alguém é apanhado a roubar ou a violar, é espancado com ferras, paus, garrafas e outros meios.

Eduardo Pedro, residente na área, diz que por várias vezes já presenciou tais actos. Segundo o jovem, o último aconteceu há cerca de seis meses quando um jovem foi encontrado a tentar violar uma aluna. "A miúda começou a gritar e a multidão toda apareceu. Espancaram o violador e de seguida o povo ateou fogo sobre o mesmo. Sorte dele porque foi prontamente socorrido pela Polícia que estava de passagem. Senão devia morrer. E que era muita gente a tortura-lo com várias coisas".

Já dona Fifi, a residir na zona há 13 anos, atesta que também já viu pessoas a serem queimadas publicamente por terem cometido crimes. Segundo a senhora, se a Polícia fosse mais activa esses casos roo deveriam se repetir.

Já estamos habituados. Essas que são queimados aqui são mesmo os nossos filhos que só querem levar a vida fácil, E que as pessoas não ficam a vontade: toda hora roubos, violações e brigas de grupos rivais com disparos de armas de fogo. E terrível, a pessoa só vive aqui porque já não tem outro sítio. Se tivéssemos, já ninguém estaria a viver nesse lugar. E triste", lamentou.

No bairro Augusto Ngangula Denúncias rápidas evitam linchamentos

As tentativas de linchamentos de supostos marginais, no bairro Ngangula, tem sido frustradas graças as denúncias de alguns moradores que não compactuam com esta medida. A Informação foi avançada a este jornal pelo administrador do Sector - 7 do referido bairro, Vieira Freitas. De acordo com o responsável, a sua administração criou um programa de denúncia que tem desmotivado casos de justiça por mãos próprias.

A polícia e parte deste programa e, constantemente, e chamada a desempenhar o seu papel de forma a travar quaisquer atitudes que põem em risco a segurança pública. "E graças a pronta intervenção policial que não registamos há já algum tempo casos de justiça por mãos próprias. O nosso trabalho tem sido apelar as pessoas a não incorrerem nesta prática que só prejudica o bom ambiente social. Portanto, bandidos quando

9.2 Proliferação de armas de fogo

Jornal a Capital
05 De Setembro de 2015

Tendo em conta os números apresentados (20 armas do tipo AKM e 10 pistolas de diversos calibres) como esta a situação da recolha de armas aos cidadãos?

Sabe que o processo de desarmamento da população civil é um processo contínuo, porque hoje já estamos fase da recolha coerciva. Por isso é que eu dizia que quem é detentor de na arma de fogo ilegal comete o crime de desobediência, por não ter feita sua entrega de forma voluntária e concomitantemente também ocorre crime de uso e posse ilegal de arma fogo.

Aqui no Uíge, por exemplo, armas de guerra, tal como já referi, não é prática. São mais as caçadeiras que são fabricadas lá nas bualas, mas ainda assim, nos estado a receber. Nesta altura, amos ali com cerca de mil e tal armas de fogo recolhidas.

E qual é o destino dado a estas armas?

Isso tem uma norma e um documento onde os prazos devem ser cumpridos e nos ainda dependemos de Luanda. Saiba que há uma empresa que o Governo angolano contratou para fazer a triagem e a selecção das armas, por categoria. E aquelas que estiverem obsoletas serão destruídas. Para boa informação dos cidadãos, nenhuma arma recolhida volta outra vez as mãos do cidadão ao e possível.

Qual é o encaminhamento dado aos cidadãos em posse ilegal de armas de fogo?

E julgamento sumário! Aqui não há brincadeiras. Aquilo é um auto de notícia e remetido ao tribunal e dali o julgamento é rápido.

Este indivíduo incorre a uma pena de quanta tempo?

O tribunal é competente, mas normalmente e entre 45 dias a seis meses, dependendo das circunstâncias ou caso tenha sido apenas actuado e não tenha cometido outro delito. Se cometer um delito com aquela arma, a posse aparece como circunstância agravante e aparece o dolo (intenção) do crime que ele cometeu fazendo o uso da arma de fogo.

E ali pode aumentar a pena?

Claro. Porque se eu já tenho uma arma, vou arrombar uma porta e porque já tenho intenção (o dolo) de cometer aquele crime. Ali, ou YOU apenas roubar o dona da casa. Então ali, como e que o crime fica escalonado: primeiro, por ter a arma e segundo por ir arrombar uma casa habitada para assaltar. O final faz-se o cumulo jurídico dos crimes de ter a arma e do assalto praticado, onde a pena podera ser maior do que o tempo que apresentei acima.

9.3 Marginais impõem obrigatório na periferia de Luanda

Jornal Terra Angolana
11 De Setembro de 2015
Texto: Agostinho Maria

É cada vez mais crescente o número de casos de assaltos em residências, assim como em pessoas singulares no bairro da Vala, Calawenda e Casa de Chapa, deixando os moradores e transeuntes

agastados com o que muitos chamam de 'momento de terror', clamando mais intervenção da polícia Nacional de formas a minimizar a situação. Marcelina Mucongo (nome fictício), 43 anos, moradora do bairro Mulenvos, vendedora de peixe na zunga, conta o drama que viveu quando foi assaltada. "Depois de terminar as vendas vinha para a casa, foi quando me

chamaram os moços que estavam parados, como ainda tinha um pouco de peixe na banheira, achei normal e também para não levar mais peixe em casa, fui em direcção deles. Dera-me 100 kwanzas e tentaram receber a banheira de peixe, e quando recusei agarraram e puxaram com tanta força, receberam também o dinheiro que estava comigo", contou. Ainda triste ao se lembrar da cena apesar de ser em pouco tempo, assegurou, parecia uma eternidade. "A pessoa que já faz tanto sacrifício para sustentar os filhos perde tudo por causa dos gajos que ainda estão na idade de ir à escola, como é que nós vamos ter amor aos miúdos do bairro que ao em vez de nos defender, nos assaltam", questiona. Os moradores dos Mulenvos também são confrontados todos os dias com esta dura realidade, apesar de algum patrulhamento, muita gente está a deixar o bairro. Judith Alexandre, conta que foi surpreendida em casa pelos marginais na calada da noite, e por pouco teve um filho morto. "Eles entraram em casa pela cobertura e logo começaram a obrigar para lhes dar dinheiro, e quando eu disse que não tem aí tentaram colocar a minha bebé de três meses na arca, então fui obrigada a dar os quarenta mil que o meu marido tinha guardado para a kixikila dum colega de serviço", lamentou, afirmando ainda que "caso as coisas continuarem vamos mesmo deixar o bairro e arrendar uma casa em outro local porque aqui as coisas não estão boas, agora 21 horas todas as portas já estão fechadas por causa dos donos da lei". Heloísa Pedro Ramos, 27 anos de idade, compartilha a mesma ideia de abandonar o bairro, uma situação que já passou pela conversa de cabeceira com o marido. Mudar de bairro parece a palavra de ordem, pois segundo apuramos, já não dá para aguentar. Tomou-se muito perigoso, porque os marginais estão violentos. "Aqui não está bom para se viver, porque só podes abrir os portões até as 18 ou 19 horas, caso contrário terás que preparar dinheiro para comprar outras

coisas", afirma, Heloísa, que prefere voltar a pagar renda, do que continuar viver situações semelhantes. "Eu já disse ao meu marido que temos que abandonar esta casa e ir alugar em outra zona, imagine que amanhã chegue a hora de ter o meu bebé, e estas coisas acontecem mais a noite, eu vou perder a vida por causa da casa, olha que casa se encontra, já a vida não", conclui.

A situa deteriorou-se e para agravar a situação, apenas duas esquadras assistem estes bairros que são: Bairro Angolano e Terra Vermelha que apesar do trabalho árduo que fazem para manter a calma da população, por causa dos meios que os meliantes têm não conseguem fazer seus serviços, muitas das vezes os marginais têm armas de fogo novas e fazem das suas mesmo de dia e ninguém os consegue deter.

Outro caso é o município de Viana. Os moradores do bairro Novo, na via expresso que liga Cacucaco à comuna do Benfica, vivem dias de terror devido aos constantes assaltos. Os moradores do novo bairro do quilómetro 25 em Viana, têm vivido nos últimos dias momentos difíceis devido à onda de assalto que se regista naquela zona do município satélite de Luanda. Nesta quarta-feira, por exemplo, Alex, um jovem de origem guineense, proprietário de uma cantina, foi surpreendido com o seu irmão por dois marginais quando se dirigiam à sua casa. "Eles nos agarraram e estavam a nos levar para as matas que estão lá do outro lado. Foi aí que o meu irmão escapou da mão do outro que estava com a faca e fugiu, quando vi o meu irmão a ser perseguido pelo outro gatuno, então eu abracei com muita força este que estava com a arma e não lhe dei espaço para se movimentar", revela Alex, ostentando ainda as marcas do assalto. "Ficamos um bom tempo ali a lutar para ele não escapar e me matar, depois de uma hora foi quando o meu irmão veio com outros moradores e os militares daquele quartel das FAA, e lhe prenderam", relatou. "Se o meu irmão não fugisse não sei o que seria de mim, também é porque temos amizade, se não eles poderiam mesmo me matar" referiu. Para Tomba Ngunza, morador da mesma zona admite que o índice de criminalidade está a subir de nível a cada dia que passa, e pede ao "coordenador do comité de acção do MPLA que faça qualquer coisa para virar esta situação, se não, estamos mal ou então que resolvam o problema da energia, porque enquanto não tiver energia aqui, os assaltos não vão parar". Adverte, por outro lado, que "além da falta da energia, aqui não tem policiamento, tanto mais que semanas atrás foi encontrado morto um senhor dentro do seu carro e nós pensamos que o mesmo estava a dormir ou então a espera de alguém, mas ao nascer do dia foi assim que algumas pessoas se aproximaram do local onde estava o carro", disse.

9.4 Devido à criminalidade moradores estão a abandonar as suas casas

Jornal O Crime

12 De Setembro de 2015

Texto: Costa Kilunda

OS vários esforços efectuados pelo comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, e pelo ministro do Interior, Ângelo Tavares não tem surtido efeito, pois os marginais continuam a levar de vantagem.

A ronda que este jornal fez em alguns município, bairros ou distritos de Luanda deixam patente tal

situação, pelo que apelamos que se pretende mesmo diminuir com a criminalidade nas zonas da periferia. Escutem a voz do povo, que realmente sofre na pele. Os relatos em Luanda de roubos, assaltos na via pública, violações e um número elevado de mortes, como consequência de acções premeditadas por marginais, são simplesmente assustadores.

O exemplo prático é o município de Cacucão, que é tido e descrito por moradores locais como o mais perigoso actualmente, onde, como acima mencionamos, roubos, as altas violações e mortes é dia-a-dia.

Como consequência, aquele que é um dos maiores bairros a nível do país, vem aos poucos ficando vazio, ou seja, os moradores estão a abandonar as suas residências construídas com sacrifício da concretização do sonho da casa própria, sem hesitar em pensar pela distância do centro da cidade.

Falamos da zona do famoso Rio Seco, CIUOS bairros são: Belo Monte, Uma, SOANGOL, Rastas, Ângelo, etc., com cerca de 10km e uma população estimada em mais de 700 família.

Em contraste, ao longo do percurso da nossa equipa de reportagem e, com a intervenção de vários interlocutores, há apenas uma Esquadra móvel e dois agentes da polícia que são substituídos por 24/24horas, para garantir a segurança daquela população. A única esquadra fixa dista a três quilómetros da Comissão de Moradores local, sita na rua dos Rastas, Belo Monte, segundo o coordenador dos moradores.

Luís Malanda André, reside no bairro acima descrito, disse que tudo que por lá acontece são situações tristes, revelando que, de um tempo esta parte, as mortes são várias. Os assassinos matam de qualquer forma: a tiros, facas, até mesmo com uma catana para "esquartejar como se de um simples cabrito se tratasse."

Conta igualmente que, a menos de três dias, seu vizinho camionista foi barbaramente morto a tiros por marginais, que invadiram a casa solicitando dinheiro.

Tudo aconteceu por volta das três horas da manhã, quando o malgrado recebeu uma visita inesperada em sua casa, isto é, batiam à porta. E um dos filhos, na sua ingenuidade, abre quando, de repente, homens armados perguntaram pelo pai.

Já o indivíduo que tinha hora e dia traçado para o fim de sua vida, ao aperceber-se da presença dos seus algozes se levanta, tendo eles pedido valores. Porém, tiveram como resposta "não há dinheiro".Entretanto,

na ausência deste bem "precioso", sem dó nem piedade fizeram vários tiros ao cidadão e orientaram a mulheres e demais a trancarem a porta e não gritarem, sob pena de serem os próximos alvos.

Minutos depois, a esposa abre a porta e põe-se aos gritos clamando por socorro, mas quando este chega já era sem tempo. Pois, como sendo esta a mais recente de várias mortes, o nosso interlocutor apela para que o Governo ouça, no mínimo, as vozes do povo, no sentido de reforçar os efectivos da ordem para garantir maior tranquilidade na zona.

Revela que há uma esquadra fixa, mas que dista a vários quilómetros de distâncias e na esquadra móvel, dentro do bairro, apenas dorme dois agentes, o que torna muito difícil o patrulhamento porque, segundo o entrevistado, é impossível que eles (os sozinhos) tomem conta de tanta população.

Finalizou com imensa tristeza, afirmando que as ocorrências de crimes são várias e difíceis de descrevê-los, quer assaltos e mortes. "Nós somos cabritos que eles criam e, quando lhes apetece vir matar, vêm", lamenta.

Abandono de residências

Por outra, a cidadã Cristina Valente, na altura da nossa reportagem, encontrava-se de malas arrumadas para, então, partir em outras paragens, abandonando assim a própria casa e arrendar outra, a fim de ver na vida em mãos alheias.

Questionada sobre o porquê desta decisão, respondeu "por causa da bandidagem que é demasiada aqui no nosso bairro." De seguida, mostramos uma loja bem em frente do local em que estávamos, onde um expatriado senegalês foi cruelmente torturado e, sem pensar duas vezes, sumiu da zona.

Aquela mulher, assim como os demais moradores, também conhece alguém que já vítima por parte dos marginais e foi mesmo a sua irmã que foi assaltada por vários indivíduos armados, rodearam a casa e apoderaram-se da cantina, mas, diante de toda essa história, ainda pensava em permanecer.

Com a morte do vizinho no sábado último, dia 4, vítima também das acções macabras dos amigos do alheio, "colocou" em marcha o plano que cancelara já há algum tempo: deixar a casa dos sonhos, sob pena de ser a próxima vítima.

Questionada sobre a localização da futura residência, argumentou qualquer que aparecer, sendo que o mais importante é sair daquele lugar. "Então, você vê os

outros a serem mortos e violadas e vais ficar?!", questionou.

Segundo afirma, são várias as pessoas que abandonaram as suas casas. Exemplo concreto é junto a Igreja Católica que, aos poucos, vai ficar sem moradores. Por isso, no seu entender, os homens da farda azul (entenda polícias) devem actuar mais naquelas horas mortas, que são as preferidas dos meliantes, em vez de dormirem nas unidades como é costume.

Diferente de Cristina, está Maria Luísa, para quem o bairro serve apenas para fazer negócio desde à altura que foi assaltada pela primeira vez e, sem hesitar, preferiu a mudança forçada.

Recorda do dia em que, por volta da meia-noite, seis indivíduos armados romperam parte da parede de sua casa. Já no seu interior, renderam toda a família e obrigaram a dar todo o dinheiro que tinha. Disse que 120.000. 00 kz (cento e vinte mil kwanzas) não foi o suficiente para evitar que o marido não fosse espancado com várias coronhadas.

Como se não bastasse, várias foram as tentativas de violações a mesma tal não aconteceu, porque o período de gestação era avançado e Deus estava presente; mas, esgotadas as tentativas, levaram consigo três grades de cervejas, produto que a nossa interlocutora comercializa até a presente data.

Afirmou que depois de realizada a denúncia, chegou-se a conclusão de que era um dos vizinhos que, ao aperceber-se que foi descoberto, fugiu do bairro. Confessa que a situação não é a melhor, pois, tendo ou não dinheiro, pode acabar violada e, na pior das hipóteses, morta.

Por seu turno, Lores João Domingos, chefe de sector local e primeiro secretário do MPLA que, ao reconhecer a realidade da sua área de jurisdição, preferiu falar omitindo as funções que exerce na comunidade.

Este começou por reconhecer que, no que concerne a delinquência, a situação é "caricata, atormenta e traz lágrimas nos olhos". Continuou dizendo que o bairro foi construído de forma anárquica, que o povo não está informado da lei e como respeitar as leis administrativas.

Daí o atraso da Polícia em se fixar naquela localidade. Consciente do número da população e, conseqüentemente, o reduzido efectivos disponíveis, não há confiança entre ambos. Entretanto, rematou que não há desdobramento policial para haver tranquilidade.

Questionado sobre o número de unidades existentes naquele sector, disse que há duas. Quanto ao número de efectivos, por sua vez, respondeu "eu não consigo responder a essa pergunta, apenas quem pode é o comandante que controla o pessoal policial, falo somente daquilo que vejo e afirmo como negativo."

Pede para que a Polícia colabore com os moradores, uma vez que entre estes existem coordenadores que precisam que a delinquência acabe. Reconheceu, igualmente, que há indivíduos que, depois de denunciados por populares, são postos a solta, o que gera algumas represálias para o cidadão comum na calada da noite, porque não dispõem de segurança.

Energia no fundo do túnel

O ancião Mupenga Panda, morador há mais de cinco anos, revela, sobre os mentores da delinquência, o seguinte "os bandidos são os nossos filhos, não pessoas de fora, somos assaltados a qualquer momento, estão a roubar, matar e violar."

No que diz respeito às mortes, revelou que são várias sempre se tem escutado relatos de pessoas que foram vítimas de meliantes. Atesta que, inclusive, os seus vizinhos abandonaram as casas depois de serem assaltados e, por sorte, deixados com a vida.

Afirmou que, diante de tais realidades, preferiu que a mulher e filhos o deixassem e fossem viver em outro bairro. Disse que se ainda continua é porque por aí tem feito os seus trabalhos.

Já Pedra Francisco, comerciante e também morador, aponta como factor principal dos índices elevado da criminalidade a falta de electricidade nos arredores. Que, imediatamente, efectuou um contrato com uma empresa que, alegadamente, poderia fornecer energia ao bairro.

O contrato foi estipulado ao valor de 30.000.00 kz (trinta mil kwanzas), entregue à mão do senhor João Miranda, funcionário da Comissão de Moradores local. Mas, de um ano a esta altura, a e curidão continua.

Disse que, na sua condição, encontra-se mais de 500 (quinhentas) pessoas que fizeram o pagamento e, simultaneamente, ao que tudo indica, todos foram burlados, ou seja, vêem energia no fundo do túnel.

João Miranda, contactado pela população, respondeu que na altura apenas exerceu o seu trabalho, como funcionário qualquer. Quanto a outro assunto, não se sabe ao certo que destino se deu ao mesmo valor.

Revela que a sua cantina já foi assaltada por três vezes e os marginais andam sempre vestidos de roupas

pretas. Durante este período, fazem-se acompanhar de motas e, até, hiaces para transportar os produtos roubados nas cantinas.

Como consequência destes actos, ao longo do nosso percurso, foi notável o número de cantinas abandonadas pelos 'mamadus' que, de um tempo a esta parte, andam com as portas fechadas por falta de segurança.

Fez saber que, independentemente do índice de violência, ainda continua a viver no bairro. Questionado se não teme pela sua vida, este, em tom baixo, disse "aqui é apenas para vir vender. Quando chega a hora, é arrumar as coisas e ir dormir próximo a esquadra do sector três, mas as pessoas não podem saber que você deixa a casa e regressa dia seguinte apenas às cinco horas."

Com o rosto cansado, que deixa visível a dureza da vida que leva, continuou "o estado tem que pensar por nós, o crime está intenso, estão a matar e violar até as miúdas de dez ou oito aninhos. Se tens dinheiro ou não e o que falta é uma Esquadra e mais eficácia por parte de quem de direito", finalizou.

Quando a Polícia também teme pela sua vida

Polícia Nacional Pela Ordem e Pela Paz ao Serviço da Nação. Será? Sim/ Não.

A resposta certa fica ao seu critério, ilustre leitor, pois é que na zona do Rio Seco os moradores clamam pela urgente intervenção dos homens da farda azul, visto que para um bairro com tamanha dimensão existe apenas uma Esquadra Móvel, com dois efectivos que, diariamente, são substituídos por dois outros.

Constata-se sem usarmos uma lupa que, enquanto se aguarda pela construção de uma unidade fixa, há uma sem os seus verdadeiros usuários, ou melhor, há uma esquadra abandonada, os polícias puseram-se em "fuga". Porquê, ninguém sabe. E um mistério...

De acordo com moradores do bairro Ngonguembo, a referida esquadra foi construída numa iniciativa e por meios obtidos com algum sacrifício pela população que, diante do iminente perigo, isto é, da crescente onda de criminalidade, decidiram, junto do Comando Municipal, solicitar que se construa uma unidade naquela zona para pôr fim a esta prática.

E tiveram como resposta que não havia lugar para se colocar uma esquadra móvel. Dada a necessidade e a urgência, todos os esforços foram feitos para se conseguir o referido espaço e, conseqüentemente, ergueram uma unidade fixa. Com as condições

básicas, as que uma unidade móvel não dispõe para, então, acolher os agentes.

Os esforços e sacrifícios realizados pelos moradores foram por "água baixo". A mesma, com várias repartições, dentre as quais dois quartos, sala, WC e uma pequena sala para detenção preventiva de perturbadores da tranquilidade.

Passado cerca de ano e meio, a Polícia não muge nem tuge, ou seja, se encontra actualmente rodeada de capins, enquanto as acções de crimes somam e seguem, como confirmam os próprios moradores.

9.5 Marginais “ Semeiam ” Terror

Jornal O Crime

12 De Setembro de 2015

Texto: Inácio Cândido

Numa ronda realizada nos bairros Sonefe, Angolano, Vala Lili, Santosse e Mabor Malha, feita pela equipe de reportagem, constatou-se que a criminalidade está em alta, ou melhor, os delinquentes fazem assaltos à mão armada a qualquer hora do dia. Os malfeitores roubam as motorizadas, assaltam as cantinas, sendo as principais vítimas as estudantes do período nocturno.

Gabriel Panzo, morador do bairro Santo se, revelou que os amigos do alheio naquela circunscrição fazem-se passar por mototaxista, Para aproveitar realizar os seus actos delituosos, levam os passageiros até a um ponto isolado e praticam os seus assaltos, aproveitam-se de si e recebem tudo que tiveres.

Os populares dizem que estão entregue à sua sorte. Quem tiver mal sorte durante a caminhada, é apanhado pelos marginais e o indivíduo torna-se alvo a bater.

Aquele morador afirmou que a partir das 18horas, é arriscado circular, porque, segundo conta, a ausência de luz favorece os meliantes. "Nós, os moradores, já chegamos a dar a conhecer ao comando da Polícia local, mas até agora não temos nenhuma informação que nos satisfaz quanto ao combate a criminalidade", disse.

Por outra, Sebastião dos Santos, um dos jovens que frequentam as aulas no período nocturno, disse que tem tido várias dificuldades ao regressar à casa, porque os malfeitores têm assumido o comando das ruas na calada da noite.

Disse similarmente que vários colegas, insatisfeitos com o trabalho da polícia local, já chegaram a ponto

de anularem o ano lectivo, por causa do aumento da criminalidade naquela zona.

"Estamos insatisfeito com o comportamento da Polícia, por não fazer o patrulhamento nos bairros em que vivemos e, inclusive, as direcções das escolas já deram a conhecer ao comando da Polícia, no sentido de ter Polícia Escolar e realizar o policiamento, assim como evitar os assaltos que tem tirado sono aos moradores deste bairro. Até ao momento, não temos uma resposta satisfatória", desabafou.

Por seu turno, Lello de carvalho, morador de longa data do bairro Sonefe, atesta que por falta da iluminação pública e o mau patrulhamento da polícia os moradores chegaram a tomar um método para combater a criminalidade: usar os apitos para em casos de assaltos, vão atrás dos marginais com o objectivo de agarrar e, posteriormente, queimá-lo.

Ainda o nosso interlocutor há dois meses a população carbonizou um dos jovens que se fazia passar de mototaxista, utilizando a sua estratégia para realizar assaltos contra uma jovem que estava a caminho da escola.

"Nós estamos a estudar a noite porque queremos estudar, muitos colegas já anularam o ano lectivo, já fizemos várias reclamações as autoridades superiores sobre a situação que a população vive nos últimos tempos. A falta de colaboração do Comando da Polícia municipal que reforce o patrulhamento", apelou.

9.6 Angola Tem Baixos Índices De Criminalidade Em África

Jornal Manchete

25 De Setembro de 2015

O comandante-geral da Polícia Nacional, comissário chefe Paulo de Almeida, afirmou nesta terça-feira, em Luanda, que Angola é dos países africanos com os menores índices de criminalidade, mas o problema já requer especial atenção e competentes respostas transversais.

Ao falar no acto de encerramento do curso básico de ordem pública e de especialização de trânsito em motociclos, o oficial comissário notou que tal realidade não deve acomodar a corporação, uma vez que os desafios são sérios e enormes.

9.7 Criminalidade preocupa cidadãos

Jornal O Crime

26 De Setembro de 2015

Texto: António Neto

Com um território aproximadamente de mil 344 km² e cerca de um milhão, 525 mil e 71 1 habitantes, Viana, durante nos últimos tempos, se tornou num baluarte de concentração de marginais com particularidades próprias, devido ao facto do reassentamento das populações que viviam a nível das zonas de risco em vários municípios de Luanda.

No périplo realizado pelo jornal 'O Crime' foi possível identificar várias zonas tidas como conflituosas, com realce para a Comuna do Mussequê Baia, Zango I, II, III e IV, Sapú II, Caop A, B e C, quilómetros 09, 12 e 14, bem como a zona do Capalanga.

Ao nível destas zonas, foi possível reportar os casos de roubo de motorizadas com recursos à arma de fogo, assalto a cantinas, residências e na via pública. Os cidadãos denunciaram ainda os casos de homicídios e violações sexuais contra menores.

Segundo o comandante de Divisão, superintendente-chefe Francisco Notícia, no sentido de garantir a segurança a nível das zonas de Viana, está a se levar a cabo, a fim de garantir a segurança a nível das zonas de Viana, conhecer em diferentes zonas que compõe o território os fenómenos criminais, a fim de dar um acompanhamento devido.

9.8 Aconselhar as famílias contra a criminalidade

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2015

Texto: André Da Costa

Assaltos às residências, na via pública e furtos de bens diversos sob ameaça de arma de fogo são os crimes mais frequentes no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi. O medo impera e a população clama por mais segurança e tranquilidade. O caso é sério e exige medidas drásticas de combate à criminalidade e uma ampla campanha de sensibilização junto dos grupos delinquentes para acautelar actos ilícitos.

Foi para pensar nisso que a administração do distrito do Kilamba Kiaxi criou uma comissão de aconselhamento para a prevenção da criminalidade, da qual fazem parte os presidentes das comissões de

moradores, responsáveis dos quarteirões e sectores, líderes de opinião, com apoio da Polícia Nacional.

O administrador distrital do Kilamba Kiaxi, Domingos João Lourenço, disse à reportagem do Jornal de Angola que a ideia é envolver as famílias dos supostos marginais nas campanhas de sensibilização e prevenção da criminalidade. "As famílias vão trabalhar na sensibilização dos jovens com vista à adopção de boas práticas que previnam a criminalidade", acrescentou Domingos João Lourenço, no cargo de administrador há três meses.

"Com isso estamos a ajudar a Polícia Nacional na recolha de informações para conter os assaltos", sublinhou o administrador distrital, acrescentando que a medida se deve ao facto de os delinquentes, em muitos casos, serem conhecidos das vítimas e poderem ser facilmente localizados.

Os integrantes da comissão têm a responsabilidade de aconselhar os jovens e as famílias sobre as consequências negativas resultantes da prática de actos criminosos e exortá-los a optarem uma conduta mais ordeira e cívica.

"Cada sector ou bairro vai contar com seis conselheiros, que vão abrir um canal de diálogo permanente com os supostos delinquentes no sentido de os sensibilizar para evitarem o roubo e o furto", frisou Domingos João Lourenço.

Os membros da comissão de aconselhamento, numa primeira fase, vão trabalhar com a comunidade, colocando em prática o plano que visa mentalizar os jovens, em colaboração com a Polícia Nacional. A monitorização das actividades é feita mensalmente com os administradores das comunas do Golfe, Palanca e Neves Bendinha e trimestralmente com o administrador do distrito para apresentação de relatórios de actividade, e propor medidas para ultrapassar a situação.

A Divisão de Polícia, esquadras e postos policiais e os presidentes das comissões de moradores receberam rádios de comunicação da Administração Distrital do Kilamba Kiaxi para facilitar os contactos na prevenção da criminalidade numa frequência única.

Domingos João Lourenço sublinhou que os presidentes das comissões de moradores de cada sector devem comunicar com a Polícia Nacional em caso de alteração da ordem e tranquilidade públicas.

Poluição sonora

Uma das preocupações que afligem a Administração Distrital do Kilamba Kiaxi é a poluição sonora que tem tirado o sossego de muitos moradores.

"Alguns jovens colocam aparelhos de som na via pública e tocam música com o volume muito alto, perturbando a tranquilidade dos munícipes", disse o administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, circunscrição que possui 43. O 17 metros quadrados e uma população na ordem dos 900 mil habitantes, de acordo com os dados do Censo Geral da População e Habitação, e é composta por três comunas, Neves Bendinha, Palanca e Golfe.

Escolas

Domingos João Lourenço explicou à reportagem do Jornal de Angola que estão em construção centros de saúde, postos policiais e cinco escolas do primeiro ciclo, que vão beneficiar 450 crianças, e um Instituto Médio Politécnico, nas comunas do Golfe, Neves Bendinha e Palanca. No Palanca, acrescentou, estão em reabilitação e ampliação duas escolas do ensino primário e no Golfe está a ser construído um centro materno-infantil para atender 15 mil pacientes dos bairros Golfe e Havemos de Voltar. "Equipas de combate ao paludismo trabalham na prevenção da doença, mediante fumegação. Existe uma outra equipa que trabalha com a população na prevenção da cólera com a mobilização da população para a lavagem das mãos e distribuição de cloro para purificação da água", disse Domingos João Lourenço.

Estradas

As vias de comunicação do distrito estão a melhorar com a abertura de 80 por cento das estradas secundárias e terciárias. O Bairro Popular tem algumas vias em reabilitação para conferir maior comodidade na circulação automóvel. Está a ser construída a ponte do Balumuka que liga o Bairro Popular ao Distrito Urbano da Maianga. Domingos João Lourenço explicou que esta via ficou mais de vinte anos intransitável devido aos focos elevados de lixo. "Colocámos máquinas e homens no terreno. o que permitiu retirar mais de 100 camiões de lixo", disse o administrador distrital do Kilamba Kiaxi. O trabalho de reabilitação de estradas é extensivo aos bairros Palanca e Capolo com a abertura de algumas vias, à semelhança do que ocorreu na comuna do Golfe. O administrador distrital frisou que o distrito necessita de 50 pontes pequenas e já está aprovada a construção de 25 pontes junto de valas. Vão ser reabilitados a Casa da Juventude e o campo de futebol junto ao mercado dos Correios.

O distrito vai ter quatro postos de registo civil nas zonas dos Rastas, Aníbal Rocha e Balumuka, por serem locais com muitas pessoas sem documentação.

Venda ambulante

A administração distrital trabalha no sentido de acabar com a venda ambulante e tem aconselhado os vendedores para ocuparem as bancadas vazias nos mercados Sinha Moça, Catorze e Neves Bendinha. Mais de 30 vendedores ambulantes que insistiam em comercializar produtos na via pública foram julgados esta semana pelo Tribunal do Kilamba Kiaxi e condenados a um mês de prisão convertidos em multa no valor de 30 mil kwanzas.

"A administração deseja que as roulottes funcionem apenas em locais indicados para evitar desordens", disse Domingos João Lourenço. As autoridades do Kilamba Kiaxi trabalham para manter a higiene do distrito, apesar de reconhecerem que as quatro operadoras que limpam o distrito são insuficientes. Os munícipes são sensibilizados a manterem a higiene nos locais públicos mediante a distribuição de cartilhas.

Energia

No domínio da energia eléctrica foram montados cinco Postos de Transformação no Sector Dez, para beneficiar mais de 500 famílias. "A administração distrital trabalha para levar energia eléctrica aos moradores do Bairro Anibal Rocha que necessita numa primeira fase de cinco Postos de Transformação.

Enquanto se aguarda pela iluminação pública, a administração do distrito pretende que cada morador coloque uma lâmpada no portão em direcção à rua para permitir a sua iluminação", concluiu Domingos João Lourenço.

9.9 Dezenas de crimes registados no país

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2015

Luanda, com 12 crimes registados entre domingo e ontem, é a província com o maior número de delitos que chegaram ao conhecimento das autoridades, informou ontem o porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional.

O comissário Aristófanés dos Santos referiu que, depois de Luanda, aparecem o Huambo, com dez crimes, a Huíla com nove, Benguela, também com

nove, e Malanje, com cinco crimes. No total, acrescentou, foram registados no país 70 crimes, mais 14 em comparação com o balanço de sábado, que levaram à detenção de 55 pessoas, acusadas de praticar crimes como roubo, ofensa corporal grave, homicídio, violação e posse ilegal de arma de fogo.

Operações da Polícia Nacional

Entre os crimes registados contam-se três homicídios voluntários, um dos quais praticado por um cidadão de 46 anos contra a sua esposa, na moradia do casal, no Bailundo.

Os outros dois homicídios foram por agressão física, feita por indivíduos até agora não identificados e as vítimas são dois homens de 46 e 55 anos.

Em diversas operações policiais, foram apreendidas quatro armas de fogo, duas viaturas, 182 motociclos, um telemóvel, um aparelho de som, 'Uma cama, um colchão, uma bicicleta e 500 gramas de liamba. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.

10. AMBIENTE

10.1 Madeiros aconselhados a repovoarem as áreas de exploração

Jornal Semanário Económico

03 De Setembro de 2015

Texto: Maria da Sorte

O apelo foi feito durante encontro com representantes de empresas e associações de exploração florestal, no termo da sua visita de trabalho de dois dias, a esta região, Andre de Jesus Moda referiu que o não repovoamento das áreas de exploração da madeira ainda se regista no país, por esse motivo coloca em risco a continuidade das florestas. "Sector florestal do país necessita de uma classe empresarial forte, facto que exige organização e combater os exploradores ilegais dos recursos florestais", explica.

O responsável salientou que o processo de reflorestamento contribui na preservação o ecossistema e fazer com que este recurso esteja disponível para as futuras gerações.

Devastação das florestas da província esta controlada

A devastação dos perímetros florestais da província do Huambo, que nos últimos sete anos atingiu proporções alarmantes, esta controlada, com o reforço das acções de Fiscalização. O facto foi dado a conhecer recentemente, pelo responsável provincial da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Andrade Moreira Bahu,

Disse que outro factor que esta a reduzir o abate indiscriminado de árvores na província tem haver com a colaboração da população e do efectivo da polícia de ordem publica, visando por fim a exploração exagerada de recursos florestais. Ainda assim, Andrade Moreira Bahu admitiu que a província do Huambo esta entre as que apresentam elevadas taxas de desflorestação no país, facto que obriga o redobrar de acções visando conservar e proteger os perímetros florestais.

O perímetro florestal do Sanguengue, no município do Cachiungo, e o que mais área de plantação perdeu, seguindo-se o de Sandenda, no município da Caála.

A exploração anárquica de recursos florestais, de acordo com o relatório que a imprensa teve acesso afectou sete mil dos 18 mil hectares que o perímetro de Sanguengue possuía, enquanto o de Sandenda (5

mil hectares) perdeu uma área de dois mil e 650 hectares. O perímetro florestal do Cuima (Caala) perdeu 850 hectares dos 17 mil que ocupa, ao passo que o do Mundundo, no município do Ucuma, sofreu uma destruição de 800 hectares dos oito mil que possui.

"A desflorestação é preocupante, mas esta controlada, nota-se, nestes primeiros meses do ano, uma redução acentuada de devastação de recursos florestais", enfatizou.

IDF licencia duas empresas de exploração de madeira

No decurso dos primeiros seis meses, deste ano, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) licenciou duas empresas angolanas que se vão ocupar a explorar madeira em grande escala na Lunda Sul, disse nesta segunda feira, 31, o director provincial da Agricultura.

Elias Zeca disse que a taxa paga pelas empresas de exploração ao processo de legalização, somando a outros emolumentos arrecadados pelo IDF naquela região, atingiu um milhão e 686 mil kwanzas.

Explicou que as referidas empresas vão explorar madeira nas localidades do Luele e Mwalenge, no município do Dala, 160 quilómetros a SuI da cidade capital da província da Lunda Sul (Saurimo).

Actualmente, IDF controla 60 exploradores amadores de madeira que sustentam o mercado provincial.

10.2 Limpeza nas valas para escoamento da água das chuvas

Jornal De Angola

4 De Setembro de 2015

Texto: Bernardo Capita

A Administração Municipal de Cabinda efectua trabalhos de limpeza das valas de drenagem das águas pluviais na cidade, com vista a facilitar o escoamento das águas das chuvas para o mar e evitar, assim, inundações provocadas pelas enxurradas.

O administrador Artur do Carmo Manuel afirmou que os bairros A Luta Continua, A Vitória é Certa e algumas ruas do bairro 4 de Fevereiro e do Luvassa são as zonas onde decorrem os trabalhos de saneamento.

"Estamos a trabalhar a contar já com a época chuvosa, para evitar com que haja inundações em

alguns pontos da cidade e que a população tenha dificuldade de se deslocar. Vamos é limpar as valas para permitir o escoamento da água", disse. A desobstrução de valas de drenagem na Avenida Duque de Chiazi e na Rua de Tchinzembo, assim como a reabilitação das vias secundárias e terciárias nos bairros Amílcar Cabral, Mongo Suila, Comandante Gika, são obras prioritárias.

"Todo esse esforço em curso visa tão somente preservar a imagem da nossa cidade e do município, para que possamos ter uma vida saudável e habitar num ambiente propício", disse Arturdo Carmo Manuel. O administrador deplorou a atitude errada de alguns cidadãos que continuam a depositar o lixo nas valas de drenagem, "num desrespeito total às regras de boa convivência" e do trabalho feito pelo Governo em prol da população.

10.3 O Cansaço das Vítimas De Sempre

Novo Jornal

4 De Setembro de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião e Isabel João

COMO FORMA de acautelar os riscos da época o NJ procurou alguns pontos críticos de Luanda, para perceber até que ponto avançou-se ou não nos problemas de drenagem das águas das chuvas.

Um dos itinerários escolhidos é a Ponte Partida em Viana. Situada a cerca de 12 quilómetros da capital, em plena estrada de Catete, uma infra-estrutura construída na época colonial, colocada em paralelo à linha férrea dos Caminhos de Ferro de Luanda que servia de elo de ligação entre a vila de Viana e o bairro Morro de Areia, nas imediações da Cadeia de Viana

Segundo populares da zona a ponte terá desabado, na sequência de falta de manutenção e do seu estado antiquado. Daí que, para acudir à travessia dos transeuntes, optou-se por se colocar uma escadaria passando pelo troço ferroviário, sendo no entanto, desprovido de quaisquer dispositivos de protecção, o que torna eminente o surgimento de eventuais acidentes na área.

Ao lado do bairro, mesmo à beira do troço ferroviário, emerge um mercado informal que serve os moradores locais, sob o perigo permanente dos comboios que circulam entre Viana e Luanda e vice-versa.

"Quando chove aqui ninguém consegue transpor esta passagem, visto que o nível das águas fica alto,

de tal forma que para irmos para o trabalho ou para levar os filhos à escola temos que contornar outros locais mais distantes", afirma Luís Kitamba, morador do bairro Morro de Areia.

Ele disse ainda que as autoridades do município de Viana várias vezes inspeccionaram o local, no sentido de colocar uma nova ponte, mas até hoje nada foi consumado.

Zango Entre Troços Cortados

Outro lugar visitado pela equipa do NJ foi a estrada que liga Viana à localidade do Zango, que então emergiu da necessidade de realojar centenas de famílias, depois de terem sido retiradas das zonas de risco nas encostas da Boavista. ex-bairro da Coreia e os municípios alvo de obras de requalificação (Sambizanga e Cazenga).

Aqui o trajecto na tela asfáltica faz-se de forma tranquila e mais ou menos cómoda durante um percurso de 5 quilómetros. Logo após a primeira rotunda, perto do colégio Magnólia, passe a publicidade, um troço esburacado de cerca de 50 metros provoca transtornos ao tráfego automóvel, ainda em pleno tempo seco.

"Estes buracos agora ainda são visíveis, mas, com as chuvas, a tendência será tomar-se mais profundos. E daí o aumento dos riscos que os automobilistas irão enfrentar para transitar de um lugar para o outro", lamenta Diogo Mário, um taxista que opera na área.

Cassequel Sem Saídas

Contam os habitantes locais que outrora a ligação entre os bairros Cassequel e o Balumuka era feita através de um pontão, actualmente inexistente por acção de inúmeros acidentes de viação que

danificaram a infra-estrutura e também a sua longevidade. Hoje, a ligação entre os dois pontos da zona é feita apenas por meio de um estreita e improvisada ponte de ferro, unicamente destinada a peões, enquanto os veículos limitam-se a permanecer do outro lado da margem do canal de drenagem, onde aguardam pela chegada de pessoas que acorrem ao mercado Catintom e vice-versa.

No local, pode divisar-se uma moto-niveladora, que os moradores dizem ter sido para ali enviada para trabalhos de reabilitação da ponte. A mesma permanece estacionada há duas semanas, sem que seja notório algum avanço nas referidas obras.

Samba Pequena: Terra Planagem Não Resolve

Tal como ocorre em várias municipalidades de Luanda, no município da Samba, a estrada que serve de alternativa ao troço principal, nos casos dos frequentes engarrafamentos, foi submetida a trabalhos de terraplanagem marcando pela positiva alguns eixos que ligam à circunscrição.

Fontes oficiais sustentam que estas empreitadas paliativas decorrem devido à insuficiência de verbas para reabilitar as estradas. Vozes discordantes indicam que, embora essa tarefa facilite o tráfego automóvel, provoca imensa poeira, ao ponto de num futuro breve colocar em risco a saúde dos moradores que inalam constantemente o pó resultante do movimento dos veículos.

"Antigamente a câmara possuía um camião que logo de manhã molhava as estradas. Hoje estes carros existem, mas para acarretar somente água", deplora o habitante da área, Julião Pedro.

Ainda assim, na zona da Samba Pequena, as águas nauseabundas permanecem estagnadas, as sarjetas encontram-se entupidas e há residências que estão submersas. Os moradores sentem-se impotentes para darem solução ao problema que já atingiu proporções acima do comum. Com a chegada das chuvas resta assistir (e sofrer ...) ao agravamento deste estado de coisas.

10.4 País caminha perigosamente para a desertificação

Jornal Agora

4 De Setembro de 2015

Texto: Júlio Gomes

A contínua exploração desmedida da selva natural, com o objectivo da extracção de madeira ou de carvão, juntando-se à anarquia das queimadas levadas a cabo por caçadores furtivos à busca de animais para consumo, é um dos factores que podem levar um dia o País a uma irreparável desertificação.

Percorrendo por estrada entre Luanda e Malange, só para ilustrar, encontraremos na mata, se não for capim a arder, troncos frescos cobertos de terra a fumar, para dar lugar ao carvão, que depois é comercializado no mercado.

É a luta pela sobrevivência que está a danificar o ambiente, por falta de políticas governamentais mais abrangentes, capazes de impedir que os habitantes do meio rural vejam o abate de árvores e as queimadas como uma alternativa viável para a satisfação das suas necessidades básicas.

"Aqui não há emprego, além disso, esta malta do projecto BIOCOM em curso dão prioridade às pessoas de outras paragens, incluindo estrangeiros. Somos 'enteados' dos programas do Governo. É por isso que o senhor encontra, na mata, determinados jovens a caçarem, por falta de ocupação e de orientação", fez saber, há dias, ao Agora, no município de Cacusó, um funcionário público de Malange, agastado com a incapacidade das autoridades no combate à destruição ambiental na província e não só ...

UMA VERDADEIRA TRAGÉDIA. A dimensão do problema é alarmante. Dados avançados recentemente. a que o Agora teve acesso, indicam que Angola perdeu só entre 2000 e 2005 um milhão e 872 mil hectares, cerca de 3,1 por cento das florestas nativas.

De acordo com fonte das Nações Unidas, perto de 100 mil pessoas estão envolvidas no negócio do carvão, afigurando-se necessário haver maior controlo nas licenças que têm sido emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), visando a exploração deste recurso que bem poderia ser substituído por outras fontes de calor e energia de menor desgaste ambiental.

Os apelos para a consciencialização do cidadão para a preservação do ambiente têm soado muito pouco, ou melhor, praticamente caem em 'saco roto'. Por exemplo, na província do Huambo, mais concretamente na cornuna do Cuima, a Sul da capital do Planalto Central, um elevado número de árvores do polígono florestal foi abatido indiscriminadamente este ano pela população. Trata-se de matas artificiais de pinheiros e cedros, que estão a desaparecer rapidamente sem a devida reposição que, à semelhança dos eucaliptos, pertencem aos Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB).

O desaparecimento das florestas artificiais na cidade do Huambo não deixa de ser preocupante, em virtude de terem sido concebidas para proteger a urbe dos ventos fortes provenientes do deserto do Kalahari.

"As matas de eucalipto, cedro e pinheiro serviam como uma cortina para proteger a cidade, para além de terem grande influência na navegação aérea, no caso concreto da aterragem e descolagem dos aviões, a partir do Aeroporto 'Albano Machado'. Está tudo a ser desmedidamente destruído e as consequências disso são desastrosas para a nossa qualidade de vida", referiu um 'velho' engenheiro agrónomo da região, abordado por tetemóvel.

ESTAS 'BOCAS' VALEM ALGUMA COISA? O secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, estava, na semana passada, a trabalhar no Huambo e expressou que a preservação das florestas passa pela consciencialização da população sobre a necessidade da conservação do meio ambiente.

Falando no município da Caála, depois de visitar o polígono florestal do Cuima, em decadência, o governante referiu que se deve fomentar o diálogo constante com a população, adopção de programas específicos de valorização dos recursos florestais e a protecção do meio ambiente.

Para ele, os líderes das instituições do Estado e do sector privado devem estar envolvidos na missão de esclarecimento sobre os valores ecológicos, para que a população possa contribuir com conhecimento de causa na gestão da terra.

Moda entende que a pobreza está na mente, por isso reputa de fundamental o trabalho em projectos de sensibilização e de consciencialização sobre a importância do meio ambiente e a preservação do ecossistema.

As palavras estão lançadas, mas resta saber se estas trarão alguma mudança no *modus operandi* da população que, por causa da extrema pobreza, não vê outra alternativa senão o abate de árvores para a venda em touros, ou a sua transformação em tábuas para a confecção de mobiliário e obras de construção civil.

SOLUÇÕES PARA A CAÇA. Representantes do países-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) estiveram recentemente reunidos, em Joanesburgo, África do Sul, e traçaram estratégias de combate à caça furtiva, até 2020.

De acordo com o director nacional da Biodiversidade do Ministério do Ambiente de Angola, Joaquim Manuel, a estratégia tem por objectivo informar os Estados da SADC da necessidade de uma abordagem colectiva para a conservação e protecção da fauna selvagem na região, bem como a busca de melhor coordenação entre os vários intervenientes na área da defesa das mais variadas espécies no seio e fora dos Países da comunidade.

Na região da SADC enfrenta o desafio de um aumento na caça furtiva dos elefantes, rinocerontes e outros da fauna selvagem, devido ao lucro fácil e ao aumento do preço destes produtos nos mercados asiáticos", declarou Joaquim Manuel, exemplificando que o quilograma de cornos de rinoceronte chega a

ser vendido no mercado negro internacional a cerca de 65 mil dólares, o que incentiva cada vez mais a caça furtiva.

Fez saber que três mil 668 rinocerontes foram abatidos na África do Sul desde 2009. Em todo o mundo, foram confiscadas grandes quantidades de marfim, na sua maioria originárias de África, que excederam os limites sustentáveis até 2013.

Em contrapartida, a África Austral ainda contém as maiores populações remanescentes de elefantes no mundo, que precisam de ser conservados e protegidos...

No caso angolano, revelou ter sido elaborado o Plano de Acção Nacional do Marfim 2015-2016, para se evitar o tráfico deste e de cornos de rinoceronte, acrescentando o facto de ter sido feito o projecto sobre 'O Conflito Homem Animal', que, após a sua cabimentação orçamental, será implementado nas zonas mais susceptíveis aos referidos conflitos.

Outras iniciativas não menos importantes, tais como: o levantamento da flora e da fauna da Lagoa do Carumbo, o levantamento da vegetação da Floresta do Maiombe e o da biodiversidade nos rios Cuito e Cubango pela National Geographic, entre outros, são iniciativas que vêm fornecendo dados à ciência e aumentando o conhecimento nacional sobre os recursos florestais e os animais selvagens do País.

Estes projectos, resumiu Joaquim Manuel, dão maior possibilidade de decisão com base nas informações científicas.

Fazem parte da SADC, para além de Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

10.5 Estudos analisam motivos do uso excessivo do carvão

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2015

Grelhados como churrasco, pincho, peixe, picanha, linguiça, cabrité, frangutê, já fazem parte da dieta alimentar do angolano. Pelas ruas de Luanda é frequente ver fogareiros escuros com carvão aceso e todos esses alimentos na brasa. Mas afinal de onde vem esse carvão? É legal a sua produção? O assunto é sério e o Executivo quer acabar com a anarquia no

abate indiscriminado de árvores e na produção ilegal de carvão.

O secretário de Estado dos Assuntos Florestais, André de Jesus Moda, diz que está a ser feito um estudo para entender os motivos que estão na base do uso excessivo de carvão no país, quando existem outras opções como a energia eléctrica e o gás.

A reportagem do Jornal de Angola esteve na localidade de Quitendele, localizada na Estrada Nacional 1230, a mais de cem quilómetros de Luanda, para conhecer o processo de produção de carvão e observar de perto o abate indiscriminado de árvores e produção de carvão.

Depois de passar pelas vilas de Catete, Maria Teresa e o posto de controlo do Nzenza do Itombe, o Jornal de Angola seguiu por mais alguns quilómetros pela Estrada Nacional 230, virando depois para a esquerda por uma estrada de terra batida até chegar a casa do carvoeiro José Jaime, onde, numa grande área à esquerda de uma casa de pau-a-pique simples, estão muitos quilos de carvão guardados dentro de grandes sacos de serapilheira.

O cenário no local de produção de carvão é desolador. Os carvoeiros cortam as árvores de forma indiscriminada, sobretudo o pau de carvão, mas também arrancaram as raízes das árvores. É um autêntico desastre. Para os carvoeiros isso é indiferente, quando questionados se por caso nos locais onde abatem as árvores plantam outras.

"Plantar outra árvore porquê?", questiona uma mulher produtora de carvão que não quer identificar-se. "Não é preciso, ela cresce por si.

E a natureza. Vocês são mesmo fiscais, porque é que a primeira coisa que querem saber é se plantamos árvores", diz a senhora desconfiada, negando-se a dar explicações sobre a produção de carvão.

O local não tem acesso para viaturas e fica muito distante da zona habitacional mais próxima, Para lá chegar a reportagem do Jornal de Angola teve de seguir o grupo de carvoeiros a pé por uma mata densa até ao local dos fornos de carvão.

De forma descontraída mantivemos uma conversa calma com os carvoeiros, que com o passar do tempo, começaram a falar abertamente sobre o seu trabalho. O cenário é mesmo de chorar, pois dói o que se vê no local, a floresta que se quer protegida já está completamente destruída, pois existem enormes clareiras nos locais onde se produz o carvão. Um sinal do abate indiscriminado de árvores.

Mais descontraído que os seus colegas, José Jaime aceitou contar a sua história. Natural de Benguela, ele deixou, há 12 anos, para trás o serviço de táxi para se dedicar à produção de carvão na localidade de Quitendele. A sua jornada começa às primeiras horas da manhã e prolonga-se até ao princípio da noite. Por cada saco de carvão, Tio Zé, como é chamado pelos mais próximos, recebe 1.200 kwanzas.

A sua área de produção, conta, foi comprada a um ancião da região por 50 mil Kwanzas. Acompanhado por ele, visitamos as três áreas onde produz o carvão. A entrada da carvoaria está o forno de carvão e a madeira, colocada de forma circular e dividida em troncos grandes e pequenos, pronta para ser carbonizada' uma grande área reservada para o serviço de empacotamento do produto resultante do trabalho dos carvoeiros. Tio Zé e os amigos, que não querem identificar-se, não utilizam equipamentos de protecção e não têm água potável à disposição. As refeições, trazidas de casa, são consumidas no próprio local de trabalho, próximo dos fornos. O processo começa com o abate das árvores, a arrumação das espécies de acordo com tamanho e qualidade e a colocação no forno, onde permanece durante três semanas para se transformar em carvão. A fase final é a da recolha e venda do carvão.

Estudo sobre consumo de carvão

O secretário de Estado dos Assuntos Florestais, André de Jesus Moda, lamenta a situação e diz que os carvoeiros além de cortarem as árvores, arrancam as raízes e não estão a reflorestar como determina a lei.

"Cortam e metem os troncos nos contentores e vão-se embora, sem dar nenhuma contrapartida para o sector", afirma André de Jesus Moda, acrescentando que o abate indiscriminado de árvores representa uma ameaça para as florestas do país. O exemplo é a zona de Quitendele, onde mais de 100 árvores de grande porte são abatidas por dia ilegalmente pondo em causa o ecossistema da região.

O secretário de Estado dos Assuntos Florestais disse que está em curso um estudo para determinar os motivos do uso elevado de carvão no país, na medida em que a sua utilização é feita por pessoas de todos os estratos sociais. "O uso do carvão não é feito só na casa do pobre, mas também na casa do mais abastado.

Temos gás e energia eléctrica, mas por que usar o carvão? Antes de darmos algumas respostas, devemos fazer uma pesquisa para compreender este fenómeno", diz.

André de Jesus Moda assegura que o estudo, tão logo seja concluído, vai ser publicado, no sentido de apresentar ao país os motivos que levam as pessoas a insistir no uso de carvão. "O uso do carvão é um assunto universal, em toda a parte do mundo consome-se carvão, mas os outros países já tem medidas próprias para acautelar este fenómeno.

Nessa pesquisa, vamos apontar as medidas e políticas que vão acautelar este assunto", frisou. O administrador municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, defende que é preciso, primeiro, desincentivar a ocupação e cedência ilegal de terrenos para se acabar com o abate indiscriminado de árvores e com a produção ilegal de carvão.

"Vejo passar por aqui camiões carregados de madeira, que não sabemos se estão licenciados. Onde ele cortou, o que é que ele plantou? Cortou e deixou aquilo tudo à deriva. Temos de inverter o quadro, ele corta uma, mas planta mil", frisou.

Para o administrador municipal de Icolo e Bengo, o problema da produção ilegal de carvão pode ser resolvido com a aplicação daquilo que está legislado, na medida em que a legislação florestal actual, apesar ser anterior à Independência Nacional, existe para regular a actividade no país. "Não há necessidade de estarmos a ver carvoeiros, indivíduos que se dedicam à produção do carvão, numa grande desmatção, e que nada pagam ao Estado", sublinhou.

Concessões florestais

A assessora jurídica do director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Luzia Correia, disse à reportagem do Jornal de Angola que uma das novidades contidas na futura Lei das Florestas é a concretização dos contratos de concessão florestal, ao contrário do que acontece hoje, em que essa exploração é feita por via de licenças simples. "A legislação florestal vigente permite que a exploração florestal seja feita por via de licenças simples, isto na futura lei vai deixar de existir", disse.

A jurista reconhece que a legislação florestal está parcialmente desajustada dos conceitos actuais de sustentabilidade e com os princípios de desenvolvimento sustentável internacionalmente aceites.

"A legislação florestal data de um período anterior à nossa Independência Nacional. Entretanto, de lá para cá, os aspectos relacionados com as florestas foram abordados em legislação geral que se aplica aos recursos florestais", esclarece.

Luzia Correia critica as pessoas que, apesar de conhecerem a existência de uma instituição que licencia a actividade florestal no país, mas que por apetência pelo lucro fácil enveredam pelo abate indiscriminado de árvores. "Antes de cortar uma árvore, a pessoa deve dirigir-se ao Instituto de Desenvolvimento Florestal para se informar sobre os passos e procedimentos que deve dar para realizar essa actividade.

Não há falta de informação, porque temos realizado campanhas. Existe, sim, má-fé dessas pessoas", diz.

Cobrança de taxas

Existem instrumentos legais que definem as modalidades, formas e os valores em Unidade de Conversão Fiscal (UCF) que devem ser cobrados para a exploração de produto florestal.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal em Cabinda, Simão Zau, aconselha, por isso, que todo o interessado na exploração de produto florestal deve pagar uma taxa expressa em UCF, convertida em kwanzas, para que tenha direito a exploração florestal.

"E um recurso natural, um património público, que precisa de arrecadar receitas", sublinha Simão Zau, acrescentando que as tabelas para a cobrança de taxas estão definidas por lei, mas é urgente a revisão das taxas actualmente praticadas.

"Como se sabe, existe a evolução dos mercados. Num momento que o país precisa de arrecadar receitas e diversificar a economia, é importante que estas taxas sejam revistas", disse. O chefe de departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal em Cabinda explica que as taxas são cobradas por volume de madeira ou seja por metro cúbico. "Vamos supor que alguém vai cortar um determinado volume que é expresso em metros cúbicos de madeira em toro. Vai cortar 50 metros cúbicos de madeira, então ele vai pagar por metro cúbico uma determinada taxa", esclarece.

O metro cúbico, acrescenta, é cobrado em função da espécie, na medida em que há factores que são levados em conta, como a que grupo pertence determinada espécie de árvore e a classe de uso que essa madeira se agrupa. "Normalmente a taxa corresponde a dez por cento ou melhor deveria corresponder a dez por cento do valor a que o produtor vender a madeira", sublinha.

Simão Zau reconhece que a futura Lei das Florestas vai colocar ordem na exploração florestal no país, mas esclarece que a lei por si só não determina a tabela de taxa a ser praticada. Este assunto,

acrescenta, é regulado por decreto ou despacho conjunto entre os Ministérios das Finanças e da Agricultura, que propõem as tabelas que devem ser actualizadas.

"Na região da SADC e mesmo na Africa Central, Angola tem as taxas de exploração florestal mais baixas, por isso há necessidade de serem actualizadas para que o Estado possa melhorar as suas receitas", concluiu Simão Zau.

10.6 Cuanza Norte pode ter sistema de alerta

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2015

Texto: André Brandão

O encontro recomendou a criação de um centro de coordenação operacional, a realização regular de simulacros e a instalação de para raios em edifícios públicos e privados de elevada habitabilidade para proteger os seus ocupantes das descargas eléctricas.

Os participantes aprovaram o plano provincial de contingência 2015-2017,parada resposta as calamidades e desastres naturais, e concluíram que o mesmo deve ser incorporado no Programa de Investimentos Públicos (PIP) da província. Defenderam a Criação de um stock de material de socorros para assegurar apoios de emergência em casos de calamidade, assim como a reparação e o desassoreamento de diques para controlar as cheias.

Os participantes destacaram a importância da formação de agentes dos serviços de bombeiros e de outras instituições, para actuarem em situações de calamidades e desastres naturais. Num documento aprovado no final da reunião, criticaram o surgimento de novos bairros de forma desordenada em locais íngremes, o que tem dificultado a mobilidade e a intervenção dos serviços de emergência. Os participantes consideram os municípios do Cazengo, Lucala e Cambambe como os que mais registam inundações e o delegado provincial do Ministério do Interior no Cuanza Norte, Alexandre Canelas, qualificou o encontro de "muito útil e oportuno".

O fórum, referiu, abordou com clareza e profundidade riscos de desastres na província, na perspectiva da prevenção. O comissário Alexandre Canelas acrescentou que as conclusões produzidas reflectiram pragmatismo. mostraram-se preocupados com a frequência de descargas eléctricas. O encontro defendeu a criação de uma base de dados para

actualizar o registo de vitimas assistidas e das que carecem de apoio.

Segundo o delegado do Ministério do Interior, a agenda da reunião foi abrangente e o debate dos assuntos propostos permitiu catalisar sinergias para encontrar métodos que garantam, no futuro, a redução as principais causas e efeitos de catástrofes e calamidades naturais.

"Estamos diante de responsabilidades complexas que exigem muita são e espírito de sacrifício", referiu Canelas, que desaconselhou a população a construir em zonas de risco, atear fogo a matas, permitir o acesso de crianças aos preços de água e tomar banho em rios caudalosos.

Participaram neste encontro membros da Comissão Nacional de Protecção Civil, do governo provincial, autoridades tradicionais e religiosas, representantes de organizações não governamentais, de agências das Nações Unidas e da sociedade civil.

Durante três dias, o fórum abordou temas importantes como o Plano Nacional de Contingência, Processo de Planeamento Provincial e Simulacro de Coordenação Operacional, entre outros.

10.7 Chuvas chegam a 'matar'

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: André Mussamo

Um pouco por todo o país começam a registar-se as primeiras quedas pluviométricas. No litoral festeja-se a chegada da estação balnear e no interior os camponeses e agricultores rogam por chuvas regulares e abundantes para garantir a lavoura.

Entretanto, para outros, chegou o período de preocupações. Trata-se dos inúmeros moradores que residem em zonas de risco espalhados um pouco por toda a Angola e nas maiores cidades do país que com a chuva vivem redobrados constrangimentos. As autoridades vão-se precavendo com medidas profiláticas e alertas repetidos sobre eventuais sinistros e calamidades em consequência da chegada das precipitações que já deram provas de que voltaram com toda fúria e sem tréguas.

Um homem de 58 anos, residente no bairro Benfica, município do Ucuma, no Huambo, foi atingido mortalmente por uma descarga eléctrica, na Sexta-feira, 4. A descarga eléctrica causou ainda ferimentos graves a uma mulher de 38 anos. De acordo com os familiares, a tragédia ocorreu quando o homem se encontrava, na companhia de outras pessoas, debaixo

de uma árvore a proteger-se da chuva. Na província da Lunda Norte as primeiras chuvas já destruíram 24 casas e desalojaram mais de 100 pessoas na localidade do Lubalo. Na Lunda Sul esta semana dezenas de famílias ficaram sem tecto. Entretanto o INAMET tranquiliza os mais cépticos assegurando que por enquanto não está a acontecer nada de anormal. O início das chuvas, à Norte da região Leste de Angola está dentro do comportamento previsto, enquanto o seu "aparente atraso no litoral" também era de esperar. "Por essa altura, via de regra, o litoral regista chuviscos e o orte alguma chuva. A partir de Outubro teremos profundas variações atmosféricas e de humidade, subida da temperatura e nebulosidade o que pode, a seguir, proporcionar chuvas" disse o director do INAMET, Domingos Nascimento. O INAMET promete divulgar a previsão sazonal do país no próximo dia 25 de Setembro depois de consolidar os dados recolhidos do recente encontro do sector realizado em Kinshasa (RDC). Neste momento, a instituição "esta a consolidar os dados e adequá-los à realidade nacional para apresentar uma previsão fiável que permita produzir informação utilitária". O Instituto Nacional de Meteorologia de Angola está servido presentemente de 42 estações metrológicas número considerado insuficiente para cobrir a diversidade de relevo e a grande extensão do país. As duas próximas estações a serem instaladas, são as de Camabatela (Kuanza -Norte) e Baixa de Cassanje (Malanje).

O sistema vai ser alargado com a inclusão de outras estações nomeadamente as de fazendas e outros projectos interessados no fenómeno para o alargamento do volume de informação e fontes de sua recolha através da criação de uma base de dados única para a produção da informação meteorológica de Angola.

O director do INAMET, Domingos Nascimento revelou que actualmente o sector ainda não está bem servido de quadros, mas acredita que a situação melhore nos próximos tempos, pois conta com a chegada de novos quadros presentemente a fazerem licenciaturas e mestrados no estrangeiro, assim como com aqueles que poderão sair da nova licenciatura aberta na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto.

10.8 Época Chuvosa. São Pedro ensaia na Luanda Sul

Jornal Manchete

11 De Setembro de 2015

As fortes chuvas que se fizeram sentir este mes na província da Lunda Sul destruíram parcialmente

34 casas no município de Dala, obrigando ao apoio da protecção civil.

Segundo fonte do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil daquela província, as fortes chuvas dos últimos dias deixaram 256 habitantes da comuna de Cazenga, naquele município, sem casa. "Estivemos a distribuir chapas pelas famílias, para reconstrução das casas, e podem entretanto começar a regressar. Mas ainda na quarta-feira (desta semana que termina) tivemos uma nova carga de chuva, mais moderada", disse a mesma fonte.

Em causa estão casas de construção artesanal, edificadas em zonas que segundo as autoridades são de risco, situação agravada com o inicio, este mes, da época de chuvas, que se prolonga ate Maio. Foi entretanto criada localmente uma comissão responsável por fazer o levantamento dos prejuízos causados pela chuva e apoiar as famílias afectadas.

10.9 Equilíbrio ecológico cria ambiente saudável a sociedades

Jornal Manchete

11 De Setembro de 2015

Texto: Albino Sampaio

Os jovens associados na agremiação "Amigos do Bem e da Paz" realizaram nesta quarta-feira, 09 no Cemitério do Benfica, em Luanda, uma campanha de plantação de árvores naquela localidade. Segundo o presidente da associação, Helder Balsa, a iniciativa surge na sequencia das actividades do Dia do Herói Nacional e dos 40 anos da Independência de Angola, a celebrara-se no dia 17 de Setembro e 11 Novembro do corrente ano, respectivamente.

A escolha do espaço santo, consistiu para despertar os jovens e as comunidades no geral, sobre a necessita de respeitar os lugares santos para bem da própria humanidade. Helder Balsa considerou que, para equilíbrio ecológico e necessário qual a população seja a principal interessada para a contribuição significativa para arborização das comunidades no sentido de criar condições pá uma vida saudável.

"Devemos cultivar o espírito a lugares santos, respeito aos nossos ente queridos e promover o espírito de boas praticas as comunidades onde estamos inseridos," defendeu. Manifestou ainda, que nos próximos dias, poderão ser plantadas em diferentes zonas da província de Luanda, mais

árvores no sentido de oferecer maior qualidade de vida as próprias populações.

Para o director provincial de Cemitérios e Morgues, Filipe Mahuapi, a iniciativa visa salvaguardar o estado saudável aos cidadãos residentes na referida circunscrição e assim também as famílias que aqui acorrem para o último adeus aos seus entes queridos.

Filipe Mahuapi salientou que é necessário cultivar o desejo a respeito destes lugares porque ninguém podera escapar para o referido fim, quando o Deus Todo-poderoso assim quiser terminar com a sua vida. E de informar que a respectiva actividade filantrópica, realizada pelos Amigos do Bem e da Paz, teve apoio dos responsáveis do Ministério do Ambiente, enquadrado no programa de educação ambiental as populações.

10.10 Governo recua e constrói para sinistrados

Jornal A Capital

12 De Setembro de 2015

Texto: Marcos António

Governo de Benguela acaba de mudar a sua posição quanto ao realojamento das trezentas famílias que se encontravam no centro do Camuringue, arredores do Lobito, ao abraçar a etapa seguinte à instalação de alicerces na urbanização dos Cabrais, cedendo a pressões de cidadãos sem capacidade financeira.

Uma orientação baixada pelo governador, destinada a empresas que se encontram no terreno, sob supervisão do sector do Urbanismo e Ambiente, foi suficiente para colocar alguma água na fervura, sendo certo que já não se podia camuflar a revolta das vítimas das enxurradas do passado mês de Março.

Dos Anjos, que teve várias decisões contrárias às da estrutura central do Executivo, tomou esta medida quando

confrontado com tendas na urbanização delineada para casas condignas, transformada, como se vê, numa espécie de "Camuringue II", Fontes bem posicionadas, em missão nos Cabrais muito antes do anúncio do "desmantelamento" do centro de concentração provisória, ressaltam que os últimos acontecimentos mexeram com o governador provincial, que chegou à conclusão de que "alguma coisa tinha de ser feita". Perante a movimentação das famílias, num claro sinal de protesto, Isaac dos Anjos, dizem as mesmas fontes, entendeu que, apesar da escassez de recursos, é imperiosa uma engenharia no sentido de minimizar os danos. "O senhor governador pensa que devemos prestar um pequeno

auxílio", sintetizou. Num breve contacto com o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e Infra-estruturas, Victor Sardinha Moita, confirmou os dados acima descritos, salientando que as famílias mais desfavorecidas estão a receber uma ajuda pontual para o levantamento das paredes.

Sem ter prometido fosse o que fosse, até porque "não existem recursos", Moita admitiu que a construção de uma casa à dimensão do modelo patente na urbanização exige mão-de-obra qualificada e material de construção (ferro) adicional ao existente. "É nesta base que damos uma ajuda. São, na verdade, trezentas e setenta casas, uma vez que já lá estavam setenta famílias. As pessoas não devem, entretanto, ficar de braços cruzados, têm de fazer muito para que tudo corra bem", sintetizou. Importa recordar que o Estado gastou um milhão e cem mil Kwanzas em cada um dos trezentos e setenta alicerces construídos. Em cima da mesa estiveram hipóteses que representariam mais 720 milhões ou mil milhões de Kwanzas.

Kangamba 'destronado' por Kissari

Quando os sinistrados, visivelmente agastados, diziam que "alguém prometeu casas" na altura em que se contabilizava o número de desalojados, saltou à vista um pronunciamento público de Bento Kangamba. Tanto é que o governador de Benguela, confrontado por jornalistas após a cerimónia de entrega de alicerces, há já mais de dois meses, afirmou, categórico, que os questionamentos deviam ter sido dirigidos a quem prometeu. "Vocês devem perguntar ao senhor Bento Kangamba, o governador não se responsabiliza pelo que os outros dizem", sustentava, recordamos, Isaac dos Anjos, que não se cansa de alertar para a hipótese de aproveitamento político. Agora, com a opinião pública conformada com uma promessa que não passou disto mesmo, surge o empresário Silvestre Kissari como uma espécie de bombeiro.

Já com anuência do Presidente José Eduardo dos Santos, Kissari vai começar com um Comité do MPLA nos Cabrais, devendo avançar, sabe o A Capital, para o apoio solicitado pelas famílias. No acto de lançamento da primeira pedra, disse que o processo de realojamento deve ser visto como parte da política habitacional do Governo, mas não descartou, embora sem ter feito promessas, um empurrão nesse sentido. Fonte próxima ao empresário garante a oferta de uma elevada quantidade de adobe, que vai impulsionar o "levantamento das paredes". Em Benguela, onde começa a ganhar protagonismo político, Silvestre Kissari tem a parceria da empresa de Belito Xavier,

outro "cabo eleitoral" que se fez à estrada em direcção ao crescimento do partido no poder.

10.11 Construção de casas para vítimas das cheias

Jornal manchete

18 De Setembro de 2015

Conhecido empresário dá mãos ao governo para ajudar no projecto O Governo de Benguela recuou na sua posição e prometeu apoiar a construção de casas para o realojamento das vítimas das cheias.

Uma outra ajuda, falhada a promessa de Bento Kangamba, chega de um grupo empresarial liderado por Silvestre Kissari, também membro do MPLA. Com efeito, depois de ter reafirmado que não ergueria mais do que as trezentas e setenta bases, o governo apoia agora a construção da habitação condigna.

10.12 Governo corrige obras dos diques do rio Cavaco

Jornal O País

18 De Setembro de 2015-10-16

Texto: Constantino Eduardo

O executivo de Benguela tenta agora corrigir aleados erros de engenharia cometidos pela empreiteira ODEBRECHT, responsável pela construção dos diques de protecção do rio Cavaco e que se estima terem estado na origem das inundações em Marco Ultimo.

O governador de Benguela, Isaac dos Anjos, no quadro da visita que efectuou recentemente ao município sede, constatou loco as obras e recebeu explicações técnicas em torno da empreitada e garantias de que até ao final deste ano a primeira fase da empreitada estará concluída.

Os técnicos da obra asseguraram ao chefe do Executivo de Benguela, que o trabalho de "regularização" vai evitar que em tempo chuvoso haja inundações, uma vez que os diques terão 4 metros de altura, nas margens direita e esquerda, num raio de 200 metros. "a parte da frente temos a protecção de 985 metros que será feita com pedra. O exterior do dique teremos esta protecção, repetidamente, o que quer dizer que quando a água entrar vai encontrar a protecção", garantiu o engenheiro Sebastião Quibanda. O especialista disse estarem asseguradas todas as condições que vão permitir que "a água, quando vier, roo vai gerar mais inundações".

Segundo o engenheiro Sebastião Quibanda, os trabalhos consubstanciam-se na regularização da água, uma vez que, na altura, o canal não permita o curso normal da água dos afluentes Lengue e Mina para o rio Cavaco e consequentemente ao oceano atlântico.

Ele insistiu em como as chuvas já roo vão provocar danos a população, a escala da anterior. " Os estamos a fazer a regularização como tern sido feito sempre, para permitir que os taludes dos diques estejam seguros, para que não haja urn rompimento" disse o representante do Ministério da Construção, tendo sublinhado também que "as aberturas foram feitas para permitir que as águas dos rios Lengue e Mina entrem pela protecção do Cavaco, numa extensão "de 4 mil metros do Lengue e 125 metros do Mina".

Por altura das últimas enxurradas ocorridas em Benguela, muitas vezes apontaram alegados erros de engenharia cometidos pela ODEBRECHT aquando da execução da obra de desassoreamento do rio Cavaco.

Alguns técnicos locais alertaram para o perigo latente caso" Benguela voltasse a receber grandes chuvas, sendo o bairro do Calomburaco o mais vulnerável "porque a água não tem saída".

Aberto novo mercado

A administração municipal de Benguela colocou a disposição das vendedoras ambulantes urn mercado de frutas, com capacidade para 240 feirantes e duas câmaras de conservação de produtos para evitar o comércio nos passeios em alguns pontos da cidade.

O governador provincial, a quem coube o corte de fita inaugural do Mercado, ouviu relatos de algumas vendedoras sobre a morte das suas companheiras, vítimas de doenças resultantes da exposição permanente ao sol e a poeira durante a venda ambulante, vulgo "zunga".

Todavia, dias depois de ter sido inaugurado o Mercado de Frutas, a reportagem de OPAÍS voltou a deparar-se, em varias artérias da cidade, com senhoras a venderem nos passeios, impossibilitando a circulação normal das pessoas. Interrogadas, elas responderam que não tinham sido seleccionadas e questionaram os critérios que ditaram a selecção para o novo mercado.

"Como e que todos foram e nos não?", questionaram.

Ministra das Pescas em visita de constatação a Benguela A ministra das Pescas, Vitoria de Barros Neto, que esteve em visita de 3 dias a província de Benguela, disse ter constatado "melhorias

substantivas" nos empreendimentos a serem executados tanto por recursos próprios como recorrendo ao Angola Invest. "A maior parte das pescarias que nos visitamos estão a duplicar a capacidade de produção, aumentado as redes de frio, a capacidade de congelação e conservação. Ficamos também impressionados com os novos empregos que foram criados" disse a ministra Vitória Neto.

A auxiliar do Titular do Poder Executivo garantiu que o sector que dirige trabalha neste momento com o B A no sentido de viabilizar, principalmente, as necessidades cambiais que têm um impacto directo e significativo na operacionalidade das unidades.

"Tratando-se de uma área que produz alimentos, tem sim prioridade", garantiu a governante a imprensa no termo da sua visita de campo que serviu para radiografar as infraestruturas afectas ao seu pelouro. Vitória de Barros de Neto visitou, com efeito, um projecto de aquicultura e infra-estruturas industriais sedeadas na Baía-Farta, tendo constatado "in loco" as potencialidades de cada empresário neste domínio. Por outro lado, a ministra afirma que a veda da pesca do carapau tem estado a dar "resultados positivos", tendo destacado que o recurso está em franca recuperação.

Segundo disse, o seu pelouro continuara adoptar medidas de preservação "no sentido de termos respostas cada vez mais positivas e sustentáveis na recuperação deste importante recurso". Tendo ainda augurado que, no capítulo da aquicultura, Benguela faça o seu papel, com vista a aumentar a produção pesqueira.

A ministra visitou, igualmente, as obras de construção da lota e um mercado de apoio a pesca artesanal. O empreiteiro da obra, Jorge Mestre, revelou a imprensa que a obra contempla a construção de dois cais, sendo um para pequenas embarcações e outro para industriais. A obra está avaliada em 14 milhões de dólares americanos e o empreiteiro garante ter a empreitada concluída até Março de 2016.

10.13 Alterações climáticas pesam na agricultura

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2015

As variações do clima na província do Huambo têm causado sérios problemas aos solos e criam embaraços à produção agrícola, devido à degradação

das terras, advertiu ontem o director-geral do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC).

Joaquim Laureano referiu que as alterações climáticas causam a degradação de terras, das nascentes e de florestas onde existem espécies raras de animais, daí apelar as autoridades para tomarem medidas urgentes para preservar o ecossistema. "Estudos realizados, no ano passado, por especialistas do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas indicam que a temperatura na província do Huambo registou, nos últimos 30 anos, um ligeiro aumento nos seus valores máximos e mínimos, em consequência da emissão de gases com efeito de estufa na atmosfera."

O estudo apurou que a temperatura máxima da província do Huambo aumentou 0,3 graus centígrados, enquanto a mínima subiu 1,3 graus centígrados, causando impacto negativo forte ao ecossistema e prejuízos à produção agrícola, explicou Joaquim Laureano, que acrescentou: "É fundamental a criação de cursos de formação básica e técnico-profissional no domínio ambiental e defendeu o reforço da sensibilização junto da população sobre o ecossistema." A construção do primeiro Centro de Pesquisa e Implementação de Políticas e Programas de Preservação do Ambiente, na cidade do Huambo, em 2012, como um dos principais ganhos do país no domínio ambiental, disse Joaquim Laureano. "O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas foi construído em nove meses, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos num valor de cinco milhões de dólares e destina-se ao aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e implementação de programas de preservação do ambiente." destacou a contribuição do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas na promoção e desenvolvimento de acções para a manutenção do equilíbrio ecológico do país. "É necessário o apoio de outras instituições ligadas ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do Governo Provincial do Huambo em tornar a cidade numa "capital ecológica".

Equilíbrio ecológico

O vice-governador do Huambo para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Calunga Quissanga, destacou a contribuição do centro de ecologia tropical e alterações climáticas na promoção e desenvolvimento de acções para manutenção do equilíbrio ecológico do país. É necessário o apoio de outras instituições ligada ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do

governo provincial do Huambo em tornar a cidade numa capital ecológica.

10.14 Alterações climáticas pesam na agricultura

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2015

As variações do clima na província do Huambo têm causado sérios problemas aos solos e criam embaraços à produção agrícola, devido à degradação das terras, advertiu ontem o director-geral do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC).

Joaquim Laureano referiu que as alterações climáticas causam a degradação de terras, das nascentes e de florestas onde existem espécies raras de animais, daí apelar as autoridades para tomarem medidas urgentes para preservar o ecossistema. "Estudos realizados, no ano passado, por especialistas do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas indicam que a temperatura na província do Huambo registou, nos últimos 30 anos, um ligeiro aumento nos seus valores máximos e mínimos, em consequência da emissão de gases com efeito de estufa na atmosfera."

O estudo apurou que a temperatura máxima da província do Huambo aumentou 0,3 graus centígrados, enquanto a mínima subiu 1,3 graus centígrados, causando impacto negativo forte ao ecossistema e prejuízos à produção agrícola, explicou Joaquim Laureano, que acrescentou: "É fundamental a criação de cursos de formação básica e técnico-profissional no domínio ambiental e defendeu o reforço da sensibilização junto da população sobre o ecossistema." A construção do primeiro Centro de Pesquisa e Implementação de Políticas e Programas de Preservação do Ambiente, na cidade do Huambo, em 2012, como um dos principais ganhos do país no domínio ambiental, disse Joaquim Laureano. "O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas foi construído em nove meses, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos num valor de cinco milhões de dólares e destina-se ao aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e implementação de programas de preservação do ambiente." destacou a contribuição do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas na promoção e desenvolvimento de acções para a manutenção do equilíbrio ecológico do país. "É necessário o apoio de outras instituições ligadas ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do

Governo Provincial do Huambo em tornar a cidade numa "capital ecológica".

Equilíbrio ecológico

O vice-governador do Huambo para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Calunga Quissanga, destacou a contribuição do centro de ecologia tropical e alterações climáticas na promoção e desenvolvimento de acções para manutenção do equilíbrio ecológico do país; É necessário o apoio de outras instituições ligada ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do governo provincial do Huambo em tornar a cidade numa capital ecológica

II. MIGRAÇÃO

II.1 População deve ajudar a combater a imigração ilegal

Jornal de Angola

01 De Setembro de 2015-09-07

Texto: João Mavinga

Jornal de Angola - Qual é a situação migratória do Zaire?

Manuel Gouveia a situação é preocupante, devido à localização geográfica da província e à complexidade das fronteiras. Fazemos o controlo através de revistas e muita vigilância, para detectarmos os violadores da fronteira e fiscalizarmos o movimento dos imigrantes em situação ilegal, incluindo o contrabando. Os nossos focos são, sobretudo, a imigração ilegal, o contrabando dos combustíveis, o tráfico de moeda estrangeira e temos, ultimamente, combatido o tráfico de drogas.

Jornais de Angola-Que perspectivas existem para debelar o fenómeno da imigração ilegal na região?

Manuel Gouveia - o Comando Provincial, através dos seus órgãos operativos, a Polícia da Ordem Pública, a Polícia Fiscal, a Polícia da Guarda Fronteiras e outros órgãos que compõem a Delegação do Ministério do Interior, têm envidado esforços gigantescos para combater contra essa situação com acções práticas operacionais.

Nesse aspecto, também pedimos a colaboração da população, por ser um trabalho conjunto. O Zaire tem 310 quilómetros de fronteira, repartidos entre 120 quilómetros de fronteira terrestre e 190 quilómetros de fronteira fluvial, a partir do município do Noqui até a Ponta do Padrão, no Soyo. A par disso, temos a fronteira oceânica, que se estende até ao Ambriz e liga a província de Cabinda. Este percurso fronteiriço está estimado em 250 quilómetros.

Jornal de Angola-A extensão da fronteira dificulta a actividade da Polícia?

Manuel Gouveia Temos uma segurança sólida, através da super estrutura do Comando Geral da Polícia Nacional, com um leque de medidas para manter a inviolabilidade da nossa fronteira terrestre, fluvial e marítima. Estão a ser adquiridos novos meios para aperfeiçoar o trabalho operativo ao longo

da fronteira. Preocupa bastante a situação, a fronteira não deve ser violada, na medida em que existem postos fronteiriços estabelecidos por lei para a entrada e saída de cidadãos, como é o caso do posto de travessia fluvial de Kimbumba, no Soyo, do Luvo, em Mbanza Congo, os postos terrestres de Minga e Buela, no município do Kuimba, e a fronteira do Nóqui.

Jornal de Angola - Como se explica a facilidade de penetração dos estrangeiros na penetração dos estrangeiros na província?

Manuel Gouveia - o Comando Provincial, através dos seus órgãos operativos, a Polícia da Ordem Pública, a Polícia Fiscal, a Polícia da Guarda Fronteiras e outros órgãos que compõem a Delegação do Ministério do Interior, têm envidado esforços gigantescos para combater contra essa situação com acções práticas operacionais. Nesse aspecto, também pedimos a colaboração da população, por ser um trabalho conjunto o Zaire tem 310 quilómetros de fronteira, repartidos entre 120 quilómetros de fronteira terrestre e 190 quilómetros de fronteira fluvial, a partir do município do Noqui até a Ponta do Padrão, no Soyo. A par disso, temos a fronteira oceânica, que se estende até ao Ambriz e liga a província de Cabinda. Este percurso fronteiriço está estimado em 250 quilómetros.

Jornal de Angola-A extensão da fronteira dificulta a actividade da Polícia?

Manuel Gouveia- Temos uma segurança sólida, através da super estrutura do Comando Geral da Polícia Nacional, com um leque de medidas para manter a inviolabilidade da nossa fronteira terrestre, fluvial e marítima. Estão a ser adquiridos novos meios para aperfeiçoar o trabalho operativo ao longo da fronteira. Preocupa bastante a situação, a fronteira não deve ser violada, na medida em que existem postos fronteiriços estabelecidos por lei para a entrada e saída de cidadãos, como é o caso do posto de travessia fluvial de Kimbumba, no Soyo, do Luvo, em Mbanza Congo, os postos terrestres de Minga e Buela, no município do Kuimba, e a fronteira do Noqui.

Jornal de Angola - Como se explica a facilidade de penetração dos estrangeiros na província?

Manuel Gouveia - Os cidadãos estrangeiros, vendo-se desprovidos dos requisitos que regulam o processo de entrada legal em território nacional, furtam-se a passar nos postos autorizados e optam por canais "fiotes", Aqui são repelidos e repatriados para os países de origem. Ninguém está contra os estrangeiros. Aqueles que entrem legalmente

encontram sempre protecção das autoridades policiais. Quando violam, aproveitando-se da vulnerabilidade fronteiriça, acabaram por ser interpelados e retidos no interior da nossa província e sujeitos ao repatriamento para o país de origem, que é sempre a República Democrática do Congo.

Jornal de Angola-Quantos estrangeiros foi repatriado este ano?

Manuel Gouveia - Só no primeiro semestre deste ano, repatriamos 4.482 estrangeiros em situação ilegal, todos da RDC. Insisto em pedir a colaboração da nossa população na denúncia dos infractores. Este trabalho não é tarefa exclusiva dos órgãos de Defesa, Segurança e Ordem Intema, mas de toda a comunidade. A população do Zaire deve ser um elemento exemplar no combate a delinquência, contrabando de combustíveis, imigração ilegal e o tráfico de moeda estrangeira. Assim, a vitória é sempre certa.

Jornal de Angola- E qual a situação da Segurança Pública ao longo da fronteira?

Manuel Gouveia - o quadro é estável. As populações fazem as trocas comerciais sem sobressaltos. Mas a nossa fronteira é vasta e há os chamados caminhos "fiotes" ou clandestinos. Mas, com dificuldades ou sem elas, estamos a trabalhar para desencorajar os males que a assolam as nossas populações.

Jornal de Angola- Qual tem sido a principal dificuldade no combate a imigração ilegal na província?

Manuel Gouveia- Os entraves são vários. Debatem-nos com a complexidade da fronteira com o Congo Democrático devido aos laços históricos, culturais e até mesmo familiares querem os nossos povos. Não obstante isso, temos alcançado bons resultados, fruto do trabalho de Fiscalização e patrulhamento na orla marítima e fluvial e nas faixas fronteiriças terrestres.

Jornal de Angola- Especula-se que existe falta de pessoal para garantir uma cobertura da orla marítima.

Manuel Gouveia - Negativo. Não existem postos desguarnecidos. O Comando Provincial tem adoptado medidas operativas para garantir a inviolabilidade das fronteiras da região, dê os resultados alcançados na frustração de acções de violação da fronteira. Um ou outro caso escapa, mas o balanço é muito positivo.

Jornal de Angola-A questão da imigração ilegal e propensa a casos de tráfico de seres humanos?

Manuel Gouveia- Todas as regiões são propensas a casos de tráfico de seres humanos a partir da imigração ilegal. A Polícia deste Comando desdobra-se na contenção desses crimes. Temos a registar apenas um caso, que foi detectado no Soyo, no qual a autora, proveniente da RDC, se fazia acompanhar de seis crianças traficadas. O processo deste caso cumpriu as modalidades legítimas junto do Ministério Público.

Jornal de Angola - Onde reside a maior preocupação?

Manuel Gouveia - Na vertente da segurança pública, preocupa-nos a sinistralidade rodoviária, a imigração ilegal e o contrabando de combustíveis, já na sua fase derradeira de contenção, e a transgressão cambial. São questões acuteladas que a nossa corporação tem sabido solucionar em momento oportuno.

Jornal de Angola- Qual a situação delituosa na província?

Manuel Gouveia - A situação é calma. As estatísticas dão-nos uma média de 0,2 crimes cometidos por dia, para um universo de 567 mil habitantes.

Jornal de Angola- E em termos de delinquência juvenil?

Manuel Gouveia Verificam-se casos isolados que se apresentam como indícios. Os órgãos envolvidos na sua prevenção e combate tudo fazem para que este fenómeno não ganhe proporções alarmantes. Em suma, está controlado. Lance aqui um apelo a população para que colabore com as forças policiais na manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

1.1.2 Imigrantes sem documentos exploram diamantes no Bié

Jornal de Angola

02 De Setembro de 2015

O director provincial do Bié da Indústria, Geologia e Minas, Antunes Sapalo, afirmou ontem, na cidade do Cuito, que há estrangeiros de diversas nacionalidades em situação ilegal nas áreas diamantíferas a explorar e vender diamantes de forma ilícita.

Em declarações à Angop, Antunes Sapalo afirmou que esses estrangeiros, muitos em situação ilegal, praticam a exploração artesanal de diamantes, principalmente nas localidades de Seteca e Catacala,

comuna da Lubia, município de Nharea, e na comuna de Soma Kwanza, no Chitembo.

Entre os estrangeiros ilegais que exploram diamantes de forma ilícita estão cidadãos da República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Senegal, Mali, Guiné Conacri, Mauritânia e Sudão. O responsável referiu que além da exploração e venda ilícita de diamantes, eles também praticam o tráfico de drogas, de seres humanos, branqueamento de capitais, entre outros actos delituosos.

Antunes Sapalo afirmou que as forças da ordem e segurança tem realizado operações de recolha de estrangeiros em situação ilegal de forma a repor a legalidade. "A semelhança de outras províncias, Bié não tem escapado a invasão silenciosa, daí que uma maior atenção deve ser dada para evitar a permanência de estrangeiros em situação migratória ilegal", disse. No Bié existem diamantes nos municípios da Nharea, Andulo, Cuemba, Chitembo e Camacupa.

Nos últimos dias, as autoridades da província do Bié reforçaram o controlo da entrada de estrangeiros em situação ilegal. Ao mesmo tempo, decorrem acções de sensibilização junto das comunidades sobre os perigos que a imigração ilegal representa para a economia e segurança nacional.

11.3 Forças Armadas travam os ilegais

Jornal de Angola

05 De Setembro

Texto: Joaquim Júnior

O segundo comandante da Região Militar Norte (RMN) das Forças armadas angolanas (FAJ) exortou ontem o seu efectivo e demais órgãos de defesa e segurança no sentido de cooperarem na denuncia de estrangeiros ilegais, como forma de proteger a integridade territorial do país.

Carlos Sachimo encorajou as tropas no sentido de redobram a vigilância e a segurança nos marcos fronteiriços, para evitar a penetração desregulada no país por cidadãos estrangeiros. "Vamos continuar a prestar especial apoio aos governos provinciais na localização e desactivação de campos minados e colocação de sistemas de vigilância para que os inimigos da paz não perturbem a ordem publica e a tranquilidade entre as populações", afirmou o general, lembrando que a defesa da Pátria se realiza com um exercito organizado e com capacidade de dominar a técnica e arte militares.

11.4 Polícia Nacional reforça medidas

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2015

A Polícia Nacional no Moxico anunciou, em comunicado, o reforço das acções de combate cerrado a imigração ilegal na fronteira com a República Democrática do Congo (ROC) e com a Zâmbia.

O objectivo é combater de forma mais enérgica a entrada ilegal e impedir a violação das fronteiras com os dois países, de acordo com o documento do Comando Provincial da Polícia Nacional no Moxico, citado ontem pela Angop.

De acordo com um documento sobre as ocorrências dos últimos sete dias assinado pelo comandante provincial, comissário Dias do Nascimento Costa, o combate cerrado a criminalidade e prevenção da sinistralidade rodoviária é outro desafio.

O comunicado informa que, no contexto da vigilância e segurança de fronteiras, a Polícia de Guarda Fronteira de Angola interceptou três violações de fronteiras nos dias 21 e 23 de Agosto, culminando com a detenção de três congoleses e zambianos, com a faixa etária de 21 e 22 anos.

Os estrangeiros transpuseram o espaço fronteiriço, alegando procurar melhores condições de vida no território angolano. Os prevaricadores foram entregues ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SMB) para as formalidades migratórias subsequentes.

Em Julho deste ano, 13 elementos da Somália e nove da República Democrática do Congo foram igualmente expulsos pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, por entrada e permanência ilegal no território nacional.

11.5 Serviço de Migração trava os clandestinos

Jornal de Angola

8 De Setembro de 2015

Texto: Jaqueline Figueiredo

O Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire procedeu à detenção, nos últimos sete dias, de 131 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) por entrada e permanência irregular em território nacional.

Numa nota de imprensa divulgada ontem, o Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional explica os migrantes foram detidos em Mbanza

Congo na sequência das acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória ilegal. Neste momento, estão a ser criadas as condições para o seu repatriamento, que deve ocorrer nos próximos dias.

No mesmo período, a Polícia Nacional abortou dez tentativas de violação dos marcos fronteiriços ao longo da fronteira que delimita a província do Zaire e a região do Baixo Congo, na República Democrática do Congo. Das infracções registadas resultaram a detenção de 16 cidadãos da RDC que após registo operativo foram encaminhados à Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros. O SME deteve ainda 12 cidadãos nacionais acusados de promover a auxiliar a imigração ilegal, cujos processos correm os seus trâmites junto das entidades competentes. A província do Zaire partilha 330 quilómetros de fronteira com a região do Baixo Congo.

11.6 Cidadãos continuam a desaparecer na Lunda Norte

Jornal Grandes Noticias
18 De Setembro de 2015

O Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe volta a alertar para o "desaparecimento" de 174 cidadãos das Lundas, ruscados entre 27 e 28 de Junho, durante uma operação de combate à emigração clandestina e publicou uma lista não exaustiva dos mesmos, da qual estão ausentes os nomes de "desaparecidos" cujas famílias são do MPLA por temerem represálias. José Mateus Zecamutchima, presidente do Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe, que luta pela autonomia das Lundas, afirma que "fizemos publicar uma lista com uma parte dos nomes dos desaparecidos... algumas famílias que se manifestaram ser militantes do MPLA... não queriam que os seus nomes fossem publicados, porque temem represálias do próprio partido a que pertencem, mas nós temos esses nomes e qualquer instituição internacional de Direitos Humanos que nos contactar, vamos apresentar esses nomes... pois esses cidadãos estão desaparecidos até hoje, ou estão mortos, alguém tem que dizer porque é que morreram!":

O Presidente José Eduardo dos Santos é aguardado na Lunda Norte no próximo mês de Outubro e não está previsto qualquer encontro com o Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe... Este dirigente denuncia a forma como foram feitos os contactos e afirma que essa visita "não passa de uma farsa... ele não vai dizer absolutamente nada, vai inaugurar um condomínio que leva já o seu próprio nome, o que é próprio dos ditadores!":

José Mateus Zecamutchima pede à Europa que esteja atenta ao que se passa em Angola e afirma: "essa tirania tem de desaparecer, a Europa não pode mais estar aqui a dar guarida a esses tiranos em pleno século XXI!":

O líder do Protectorado denuncia a caça aos cidadãos nacionais, a pretexto de caça aos estrangeiros ilegais e afirma: "no sábado foram detidas centenas de pessoas, 126 postas em liberdade e segundo fontes da polícia 174 foram levadas à fronteira, onde nunca chegaram e as famílias estão preocupadas... muitos jovens sobretudo na localidade de Cafunfo estão foragidos nas matas, com medo de serem ruscados, porque parece-nos que a polícia em vez de ruscgar os estrangeiros que continuam ilegais nas ruas, foram ruscgando os nacionais.

O engenheiro Zecamutchima afirma ainda que "foram recolhidos três corpos... de pessoas desaparecidas no passado fim de semana... também temos relatos de garimpeiros, que nos disseram que no próprio rio Cuango estavam a flutuar corpos!.. para terminar ele denuncia "um pequeno genocídio de forma silenciosa e apela a comunidade internacional e organizações internacionais, para que se termine esse tipo de genocídio"

11.7 Estrangeiros Ilegais Prestam Serviço De Moto-Táxi

Jornal a Republica
18 De Setembro de 2015
Texto: Carlos Adriano

Os municípios de Viana estão preocupados com o elevado número de estrangeiros ilegais que circulam pelas principais vias daquele município prestando serviço de Moto-táxi. Para os municípios, embora a actividade desempenhada pelos mesmos facilite o processo de locomoção na área, ainda assim constitui uma ameaça para o município, visto que, para além da não observância das normas de condução e do não uso do capacete, os estrangeiros encontram-se em situação ilegal no país, não estando habilitados a exercer tal actividade.

Manuel Casimiro, um dos que falaram à nossa reportagem, lamentou a má condução dos moto-taxistas, bem como a falta de observância do código de estrada.

"É de lamentar a maneira como os estrangeiros vivem no nosso país. Os moto-taxistas circulam pelas estradas como se fossem os únicos utentes da via,

ignorando completamente as regras de trânsito", lamentou o jovem. Por outro lado, os munícipes do referido município estão indignados com a situação, visto que têm tido muitas dificuldades quando são lesados pelos moto-taxistas ilegais. "O que queremos é um país tranquilo e ordeiro, mas o que nos preocupa é ver Angola a ser invadida silenciosamente por cidadãos doutros países, que, ao invés de colaborarem para o crescimento e desenvolvimento do país, acabam por dificultar, desestabilizando assim a nossa economia", lamentou um dos munícipes. Segundo informações, a entrada do número excessivo de estrangeiros em Angola é facilitada por cidadãos nacionais, geralmente funcionários dos Serviços de Migração e Estrangeiros e por empresas que mantêm no seu quadro de pessoal, trabalhadores ilegais. Uma operação de fiscalização em grande escala realizada na capital angolana pelo SME, a 20 de Dezembro, levou à detenção de 884 estrangeiros ilegais, de um total de 2.161 cidadãos inspeccionados, existindo assim em Angola cerca de 500 mil imigrantes ilegais.

Apesar de, no ano passado, o Executivo Angolano ter agendado o fenómeno da imigração ilegal como uma das principais preocupações das autoridades para o corrente ano, verdade é que, até a data presente, o índice da taxa de imigração ilegal em Angola tende a aumentar.

11.8 Imigrantes Africanos pagam Salários Da Polícia Nacional

Jornal A República
18 De Setembro de 2015
Texto: Mwata Kalucango

Algumas das supostas vítimas denunciaram, em declarações ao Jornal a República, os abusos praticados pelos homens da farda azul e alegaram sentirem-se perseguidos e injustiçados, e acusam as autoridades fiscalizadoras angolanas de serem parciais nas suas actuações, pois a eles lhes é aplicada mão pesada, facto que não acontece com cidadãos estrangeiros de países da Ásia, América e Europa. Os mesmos cidadãos afirmaram ainda haver detenções arbitrarias e que, quando abordados, muitas vezes são espancados, molestados, sofrendo vários actos desumanos, ainda que possuam documentação exigida pelos serviços de Migração e Estrangeiros e estejam em território angolano em situação legal.

"Não é possível, nunca imaginámos que um dia viveríamos como se fôssemos selvagens. Além dos

miúdos que nos assaltam todos os dias, agora somos roubados também por pessoas que deviam proteger os cidadãos", disse uma das vítimas, que preferiu o anonimato com receios de vir a sofrer represálias por parte dos que praticam tais actos.

Segundo apurámos, os agentes da ordem fazem ameaças e cobram em troca das solturas valores que variam entre os 40 a 70 mil k:wanzas, fazendo assim os salários dos mesmos.

"Mas isso só acontece connosco, porque os estrangeiros que vêm de outros continentes não sofrem esses mal tratos e ainda têm muitos privilégios. Será que é por sermos africanos?", lamentou a mesma vítima, visivelmente transtornada.

As vítimas disseram estar confiantes na resolução deste problema, uma vez que acreditam nas autoridades angolanas. Outras, no entanto, cogitaram inclusive abandonar Angola caso continuem a ser maltratadas e extorquidas.

11.9 Ilegais repatriados por irregularidades

Jornal de Angola
25 De Setembro de 2015

o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) deteve 60 1 estrangeiros maioritariamente da República Democrática do Congo (RDC), que se encontravam em situação migratória irregular na cidade de Cabinda., revelou, ontem, em comunicado, a Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros.

Deste número 200 cidadãos da República Democrática do Congo foram repatriados para o seu país de origem no mesmo dia, enquanto 401 se encontram no centro de detenção de imigrantes em situação ilegal, no bairro Povo Grande, arredores da cidade de Cabinda, aguardando a expulsão. O documento esclarece que a operação de recolha de imigrantes em situação ilegal, nos bairros Cabassango, São Pedro e Chiweca, contou com a participação de efectivos do Serviço de Migração e Estrangeiros, Serviço Provincial de Investigação Criminal (SPIC) e do Comando da Polícia Nacional, em conformidade com o plano de medidas sobre o combate à imigração ilegal.

Ainda no âmbito do mesmo plano, acrescenta o documento, foram realizadas actividades de inspecção em unidades panificadoras e estabelecimentos comerciais que resultaram na

detenção de li cidadãos da República Democrática do Congo em situação migratória irregular e sem visto de trabalho, encaminhados para o centro de detenção para trâmites migratórios.

II.10 Mecanismos de fiscalização reforçados na fronteira

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2015

Os membros do Conselho Consultivo alargado da Delegação Provincial do Zaire do Interior defenderam, ontem, em Mbanza Congo, o reforço dos mecanismos de fiscalização de entrada e permanência de estrangeiros no território nacional a partir daquela província.

Os participantes reiteraram o apelo à população da província a continuar a colaborar no combate à imigração ilegal, abstendo-se das acções que auxiliem à entrada e permanência irregular de estrangeiros em Angola. Quanto à situação da criminal idade, o conselho consultivo concluiu que apesar de se registarem casos pontuais por jovens e adolescentes, principalmente na cidade de Mbanza Congo, a situação mantém-se calma.

Os membros do conselho consultivo da Delegação do Ministério do Interior recomendaram maior celeridade na tramitação de processos-crime que chegam ao Serviço Provincial de Investigação Criminal (SPIC), assim como no esclarecimento de outros.

A intensificação das campanhas de sensibilização da população da região sobre os perigos de residir em zonas consideradas de risco iminente por parte do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) consta também das recomendações da reunião. Os participantes tomaram conhecimento da situação da superlotação dos dois estabelecimentos prisionais da província, Nkiende e Mangue Grande, tendo recomendado o reforço das medidas de segurança, controlo e disciplina que garantam a educação dos reclusos, assim como a sua inserção em actividades produtivas.

A reunião alargada foi orientada pelo delegado provincial do Zaire do Ministério do Interior, Manuel Gouveia.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Imigrantes sem documentos exploram diamantes no Bié

Jorna de Angola

02 De Setembro de 2015

O director provincial do Bié da Industria, Geologia e Minas, Antunes Sapalo, afirmou ontem, na cidade do Cuito, que há estrangeiros de diversas nacionalidades em situação ilegal nas áreas diamantíferas a explorar e vender diamantes de forma ilícita.

Em declarações à Angop, Antunes Sapalo afirmou que esses estrangeiros, muitos em situação ilegal, praticam a exploração artesanal de diamantes, principalmente nas localidades de Seteca e Cata cala, comuna da Lubia, município de Nharea, e na comuna de Soma Kwanza, no Chitembo.

Entre os estrangeiros ilegais que exploram diamantes de forma ilícita estão cidadãos da Republica Democrática do Congo, Costa do Marfim, Senegal, Mali, Guine Conacri, Mauritânia e Sudão. O responsável referiu que além da exploração e venda ilícita de diamantes, eles também praticam o tráfico de drogas, de seres humanos, branqueamento de capitais, entre outros actos delituosos.

Antunes Sapalo afirmou que as forcas da ordem e segurança tern realizado operações de recolha de estrangeiros em situação ilegal de forma a repor a legalidade. "A semelhança de outras províncias, Bié não tern escapado a invasão silenciosa, daí que uma maior atenção deve ser dada para evitar a permanência de estrangeiros em situação migratória ilegal", disse. No Bié existem diamantes nos municípios da Nharea, Andulo, Cuemba, Chitembo e Camacupa.

Nos últimos dias, as autoridades da província do Bié reforçaram o controlo da entrada de estrangeiros em situação ilegal. Ao mesmo tempo, decorrem acções de sensibilização junto das comunidades sobre os perigos que a imigração ilegal representa para a economia e segurança nacional.

12.2 Diamantes rendem em Julho mais de USD 113 milhões

Jornal O País

11 De Setembro de 2015

Texto: Hermenegildo Tchípilica

A exportação de diamantes brutos rendeu ao país mais de USD 113.563.903, ao preço médio de USD 133 por quilate, durante o mês de Julho do corrente ano, sendo que foram exportados 850.519, quilates de diamantes brutos, segundo dados avançados pelo Ministério da Geologia e Minas, no seu mais recente boletim informativo, a que O País teve acesso.

Segundo o informe, comparativamente às exportações efectuadas no mês anterior, que foram de 1.332.825 quilates, perfazendo um valor de USD 161.026.674, ao preço médio de USD 120 por quilate, registou -se urna diminuição no volume e em valor de 36,19% e 29,48%, respectivamente.

Em relação ao período homólogo de 2014, em que as exportações se cifraram em 733.895 quilates, no valor de USD 96.207.480, ao preço médio de USD 131 por quilate, registou-se um aumento em volume e em valor de 15,89% e 18,04%, respectivamente.

O documento refere que os Emiratos Árabes Unidos foi o principal país de destino dos diamantes brutos, com 95% do total exportado, seguindo-se o Hong Kong (3%), Israel (1%), Bélgica (1%), e Panamá (0.01%).

Produção artesanal sobe

Relativamente à produção artesanal, os dados referem que este subsector contou com sete das doze operadoras credenciadas para a compra de diamantes brutos, tendo sido comercializados um total de 101.344,88 quilates, no valor de USD 24.678.482,27, ao preço médio de USD 243,51/quilate.

Em comparação com a produção do mês Junho de 2015, que foi de 47.151,27 quilates, no valor de USD 13.385.901,59, ao preço médio de USD 283,89/quilate, registou-se um aumento no volume e no valor de 114,94% e 84,36%, respectivamente. "Esta

variação deveu-se ao maior número de operadores que participaram na compra de diamantes brutos. Em relação ao período homólogo de 2014, em que a produção se cifrou em 22.423,44 quilates, no valor de USD 9.686.340,26, ao preço médio de USD 431,97 por quilate, registou-se um aumento no volume e no valor de 351,96% e 154,78%, respectivamente", salienta o documento.

Durante o mês de balanço, a produção artesanal de diamantes brutos distribuiu-se geograficamente pelas províncias da Lunda Norte, com 70% - nomeadamente nas localidades do Cuango (24,50%), Muxinda (10,50%), Lucapa (17,50%), Cábulo (9,10%) e Xá Muteba (8,40%) -, Lunda Sul, Malange (1,50%), na localidade de Kundi Ya Base e Marimba e Província do Kuanza Sul (0,50%) na localidade de Mussende.

Em relação à meta anual, diz o informe, a produção artesanal e a sua receita bruta alcançaram 85,92% e 70,29%, respectivamente.

Produção industrial aumenta 8,99%

O documento enfatiza que, durante o mês de Julho do corrente ano, a produção industrial contou com a participação de oito das doze minas em exploração, tendo registado uma produção total de 764 mil e 29, quilates, no valor de 90 milhões 741 mil e 780 dólares, ao preço médio de 118 por quilate, provenientes das minas de Catoca, Cuango, Camútwe, Chitotolo, Somiluana, Calonda Luó e Luminas.

Em comparação à produção do mês de Junho de 2015, que foi de 701.034 quilates, no valor de USD 79.528.937, ao preço médio de 113 por quilate; registou-se um ligeiro aumento no volume e no valor de 8,99% e 14,10%, respectivamente. O documento observa que "o aumento registado no peso em quilates deveu-se, como já acima referido, ao aumento da produção do Catoca em 3,83%, por um lado e, por outro, à acumulação da comercialização dos diamantes da classe dos finos, que normalmente ocorre de dois em dois meses".

Os dados apontam ainda para que, em relação ao valor das vendas, como já acima referido, se tenha registado um ligeiro aumento de preços de diamantes brutos no mercado internacional, tendo o volume de oferta dos preços por quilate atingido níveis considerados satisfatórios no mercado interno. Com relação ao período homólogo de 2014, em que a produção foi de 663.064 quilates, no valor de USD 82.859.759, ao preço médio de USD 124 por quilate, registou-se um ligeiro aumento no volume e no valor de 15,23% e 9,51%, respectivamente.

1.2.3 Emirados Árabes são o maior destino das pedras angolanas

Jornal Terra Angolana

11 De Setembro de 2015

Cerca de 95% dos diamantes extraídos em Angola em Julho passado tiveram como destino os Emirados Árabes Unidos, a que se seguiram Hong Kong com 3% e a Bélgica e Israel, ambos com 1 %, informou o Ministério da Geologia e Minas em comunicado.

O comunicado informa ainda que no período em análise foram extraídos e comercializados mais de 865 mil quilates de diamantes, montante que permitiu um encaixe de 115 milhões de dólares, a um preço médio de 133 dólares por quilate.

Em relação a Junho, mês em que foram extraídos e comercializados 748 mil quilates, com um valor de 92,9 milhões de dólares, ao preço médio de 124 dólares/quilate, registou-se um aumento quantidade e no valor de 15,66% e 24,22%, respectivamente.

Esses aumentos ficaram a dever-se, de acordo com o Ministério, aos factos de a mina de Catoca ter aumentado a produção em 3,83% e de em Julho terem sido comercializados diamantes de maior qualidade, processo que ocorre habitualmente de dois em dois meses.

A produção industrial de diamantes, durante o mês de Julho, contou com a participação das minas de Catoca, Cuango, Camútwe, Chitotolo, Somiluana, Calonda, Luó e Luminas das doze em actividade.

Nestas minas registou-se uma produção total de 764 mil quilates, no valor de 90,7 milhões de dólares, comercializada ao preço médio de 118 dólares por quilate, tendo a produção artesanal, que contou com sete das doze operadoras credenciadas para a compra de diamantes brutos, representado 10 1,3 mil quilates, com um valor de 24,6 milhões de dólares, ao preço médio de 243,51 dólares por quilate.

Australiana Lucapa Diamond extrai diamantes "especiais" em Angola A Lucapa Diamond Company extraiu mais diamantes de grandes dimensões, qualificados de "especiais", do projecto mineiro Lulo em Angola, de acordo com uma comunicação ao mercado divulgada pela Bolsa de Valores da Austrália.

A empresa australiana informou ter extraído nove diamantes "especiais" com mais de 10,8 quilates cada um no decurso das duas primeiras semanas de exploração mineira naquela concessão.

Das pedras extraídas há quatro de grandes dimensões, com 37,28, 17,15, 14,69 e 11 quilates, tendo sido obtido ainda um diamante cor-de-rosa.

A empresa extraiu em Agosto passado nesta mesma concessão cinco grandes diamantes com mais de 50 quilates cada.

A Lucapa Diamond Company tem como parceiros angolanos neste projecto a estatal Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama) e o grupo privado Rosas & Pétalas.

A concessão do Lulo dista 150 quilómetros da mina de diamantes de Catoca, que tem o maior kimberlito de Angola e o quarto maior do mundo, estando ambas localizadas na mesma área geológica.

12.4 Executivo aprova modelo de gestão para maior mina de diamantes

Jornal Agora

11 De Setembro de 2015

As Comissões Económica e da Economia Real do Conselho de Ministros, sob presidência do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, apreciaram e aprovaram ontem (10) o Memorando sobre o Projecto diamantífero do Luaxe. O documento estabelece o formato empresarial para a outorga da concessão e a realização dos investimentos necessários para a prospecção e exploração de Kimberlito, na área situada na província da Lunda Sul.

Praticamente desconhecido da maioria dos angolanos, o Projecto Luaxe é "só" a maior mina do País, superando, inclusive, a vizinha mina de Catoca, que dista a escassos 20 quilómetros e assegura uma produção anual de seis milhões de quilates de diamantes - cerca de 75% da produção total angolana.

De acordo com declarações do presidente do Conselho de Administração da ENDIAMA, Carlos Sumbula, à comunicação social, Luaxe representa algo em torno de 350 milhões de quilates e um tempo de vida útil de mais de 30 anos, algo bastante significativo e que pode mudar significativamente a geografia mundial dos diamantes.

Os dados de Luaxe são, igualmente, preliminares, mas a ENDIAMA e a sua parceira no projecto, a Airosa, estão confiantes num futuro promissor em

termos de resultados. Na verdade, espera-se que as projecções em relação a esta mina se materializem, o que representará grande contributo para a diversificação da economia nacional, excessivamente dependente do petróleo.

Até meados do próximo ano, estarão concluídos os trabalhos de prospecção, após o que será elaborado o correspondente estudo de viabilidade técnica económica e financeira. Nessa altura, também correrá a mobilização dos necessários investimentos para a montagem da mina.

Para já, a previsão é de que o início da produção inicie entre finais de 2017 e princípio de 2018. E, caso as previsões se materializem, como se espera, a produção anual no auge da mina será superior a oito milhões de quilates, superando, ligeiramente, toda a actual produção de diamantes do País, que anda à volta dos 8.200 milhões de quilates por ano. O projecto vai garantir mais de dois mil postos de trabalho directos.

Mas, esta descoberta tem as raízes no ano 2012, quando, sob orientação do titular do poder Executivo, José Eduardo dos Santos, a ENDIAMA iniciou, com a Airosa, o estudo científico das potenciais zonas diamantíferas e a respectiva prospecção. O objectivo era identificar e localizar a origem dos diamantes aluvionares explorados em Angola nos últimos 100 anos.

O resultado desse estudo e dessa prospecção entusiasmou, sobremaneira, a administração da ENDIAMA, assim como os parceiros russos. É que foi descoberto que apenas 10% dos diamantes aluvionares são provenientes de Kimberlitos conhecidos e que os restantes 90% se acham em Kimberlitos desconhecidos e por descobrir algo que deixou a direcção da concessionária nacional de diamantes optimista quanto ao futuro.

Angola é, actualmente, o quarto maior produtor mundial de diamantes, com urna produção avaliada em 8.200 milhões de quilates por ano, que garantem uma receita bruta de USD 1.200 milhões, contribuição significativa para as finanças públicas nacionais. Em contra partida, quando a produção do Luaxe estiver na sua plenitude, a posição mundial de Angola como produtora de diamantes pode melhorar substancialmente e os ingressos poderão dobrar. É só esperar para ver.

ABORDAGEM DE OUTRAS QUESTÕES. As Comissões procederam, igualmente, à análise do Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Carregadores (CNC) e a Empresa Agility, que estabelece os termos de referência para a

implementação do Acordo de Concessão e o modelo de construção e exploração de três Plataformas Logísticas nas áreas de Massabi, província de Cabinda, Luvo, Zaire, e Santa Clara, Cunene.

Segundo o comunicado saído da reunião e enviado para a nossa redacção, estas plataformas inscrevem-se no âmbito do Projecto da Rede Nacional de Plataformas Logísticas, como peça fundamental do processo de desenvolvimento económico do País.

Foi, também, apreciado o Relatório de Progresso dos Projectos Habitacionais do Estado, sob gestão da Imogestin, que descreve as principais acções realizadas no período de Janeiro a Abril de 2015, bem como a estratégia para assegurar o financiamento e a sustentabilidade dos referidos projectos.

Sobre esta questão, o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, disse, no final da 23 sessão extraordinária (conjunta) da Comissão Económica e da Comissão para Economia Real do Conselho de Ministros, que a empresa, responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas, vai retomar, em Outubro próximo, a cobrança das prestações de pagamentos mensais aos clientes que tenham adquirido habitações nas centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, em Luanda.

Os pagamentos a serem feitos em Outubro são referentes ao ano 2015. Quanto à prestação do ano de 2014, que está em falta, será deferida para mais um ano, no final do prazo total de pagamento. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos vai pagar o ano 2014, que está em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato", disse.

Rui Cruz informou que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos projectos em curso em todo o País. Referiu, igualmente, que os preços de base praticados na comercialização de casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo até 25 por cento.

No quadro da segunda fase do processo de venda de habitações nas centralidades, o gestor da Imogestin frisou que o sistema de renda resolúvel vai ficar para a função pública.

As Comissões tomaram; igualmente, conhecimento do 5.2 Relatório do PROGRAMA GEODATA que tem por objectivo a Legalização e a Regularização do Património Habitacional do Estado, do cadastro urbano, dos projectos de fomento habitacional e da construção e apetrechamento das lojas de registo.

Finalmente, a reunião foi informada sobre o conteúdo da Carta enviada pelo secretário-geral das Nações Unidas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, referente ao processo de Paz na República Centro Africana.

12.5 Luax, o chão onde repousam 350 milhões de quilates de diamantes!

Jornal A Capital
12 De Setembro de 2015

Uma das maiores minas de diamantes do Mundo, Luaxe, na província da Lunda Sul, foi descoberta recentemente no âmbito do programa de prospecção de novos Kimberlitos empreendido pela concessionária nacional, ENDIAMA. Com uma reserva estimada em mais de 350 milhões de quilates, o Projecto tem tudo para assumir-se proximamente como um colosso da economia angolana. Para tanto, já foram dados passos significativos para que dentro de sensivelmente dois anos e meio (ou menos) comece a produzir efectivamente.

Um desses passos foi dado quinta-feira última, 10, quando as Comissões Económica e da Economia Real do Conselho de Ministros do governo de Angola, sob presidência do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, apreciaram e aprovaram o Memorando sobre este Projecto diamantífero.

O documento ora aprovado, naquela que foi a segunda reunião conjunta anual dos órgãos colegiais do governo, estabelece o formato empresarial para a outorga da concessão e a realização dos investimentos necessários para a prospecção e exploração do Kimberlito, na área situada na província da Lunda-Sul.

De acordo com o que disse à Comunicação Social o PCA da ENDIAMA, Eng.º Carlos Sumbula, pelo seu potencial, a mina do Luaxe é a maior do país, superando inclusive a de Catoca, que assegura cerca de 75% da produção nacional de diamantes.

De acordo com dados preliminares extremamente conservadores, a nova mina deverá produzir durante os seus mais de 30 anos de vida útil algo em torno de oito milhões de quilates por ano, número que representa praticamente a totalidade da actual produção de Angola que é de 8,2 milhões de quilates.

Situada a uma vintena de quilómetros de Catoca, Luaxe deverá assegurar dois mil postos directos de trabalho, além de ser uma peça fundamental na diversificação da economia nacional, um dos principais "cavalos de batalha" do governo, sobretudo agora que os efeitos da queda do preço do petróleo no mercado internacional se fazem sentir no país.

Actualmente prosseguem trabalhos de prospecção, a que se vão seguir pormenorizados estudos de viabilidade técnica, económica e financeira, assim como a mobilização dos investimentos necessários para a montagem final da mina que, em princípio, deverá iniciar a produção entre final de 2017 e princípio de 2018, de acordo com a previsão da ENDIAMA e da sua parceira no Projecto, a AIrosa.

O Projecto Luaxe, contudo, não é obra do acaso e o seu caminho começou a ser palmilhado em 2012. Na verdade, é o resultado directo de uma orientação baixada pelo Presidente da República à administração da ENDIAMA para que procurasse outras minas, com o que já buscava então a diversificação da economia, de modo a não depender quase exclusivamente do petróleo, produto que no ano passado garantiu cerca de 75% das receitas fiscais do país.

Em função dessa instrução, a ENDIAMA associou-se à "gigante" russa Airosa e entrou literalmente em campo para buscar outras potenciais minas. Desse modo, empreenderam um minucioso estudo científico, com o objectivo de identificar e localizar a origem dos diamantes aluvionares explorados em Angola na última centena de anos.

Os resultados não podiam ter sido mais encorajadores, pois o estudo concluiu que apenas 10% dos diamantes aluvionares são provenientes de Kimberlitos conhecidos e que os restantes 90% estão ainda por descobrir, em Kimberlitos desconhecidos.

Com tamanha descoberta, Angola apresta-se a duplicar num futuro não muito distante a sua actual produção, com o que embolsará igualmente consideráveis cifras em divisas, além de possivelmente subir mais um degrau no "ranking" dos principais produtores mundiais, onde ocupa actualmente o quarto lugar, depois da Rússia, Botsuana e Canadá.

Assinale-se o facto de esta descoberta ocorrer fora do âmbito do PLANAGEO, o programa governamental de mapeamento das potencialidades geológicas do país. Isto quer dizer que após a conclusão desse inventário, as possibilidades de a ENDIAMA "atacar" outros projectos mineiros serão ainda

maiores, o que representará contribuição significativa na busca do desiderato da diversificação económica.

12.6 Exploração ilegal com dias contados

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2015

O director provincial da Indústria, Geologia e Minas no Bié manifestou-se preocupado com o aumento do número de estrangeiros que explora, de forma ilegal, diamantes na região. Em declarações à imprensa, Antunes Sapalo disse que os garimpeiros estão sob controlo dos Serviços de Migração e Estrangeiros.

O garimpo decorre, sobretudo, nos municípios do Andulo e Nharea. As Polícia em colaboração com a direcção da Indústria local redobram as acções para impedir a entrada e permanência de estrangeiros ilegais. Antunes Sapalo disse que os diamantes são o maior atractivo para a entrada de estrangeiros na região, salientando que é intenção do Executivo acabar com a exploração anárquica de diamantes em todo território.

12.7 Balanço. Produção de rochas ornamentais atinge 34,42%

Jornal Agora

18 De Setembro de 2015

De acordo com a última edição do boletim do Ministério da Geologia e Minas publicado nesta terça-feira, a produção do mês de Junho cifrou-se em apenas 1.646,46 metros cúbicos, contra 4.020,36 do período homólogo de 2014, em que se registou uma redução na ordem dos 49,56%.

A quebra na produção é justificada pela baixa procura no mercado interno e externo, ao exemplificar que a Coreangol, empresa do subsector, dispõe actualmente de um stock que dispensa a continuidade da produção.

O boletim avança que as vendas no referido mês atingiram pouco mais de um milhão e 50 mil dólares, contra os 40 mil dólares do mês anterior, representando um aumento de 2.523,79%, embora no período homólogo de 2014 o valor das vendas tenha alcançado apenas 952 mil dólares, representando um aumento de 10,37%.

O documento adianta igualmente que as exportações, no período em referência, foram de 3.502,61 m³,

contra 177,18 m³ do mês anterior, tendo registado um aumento de 1.876,87%, devido à acumulação de exportações das empresas Angostone e DGF África.

Em contrapartida, ao período homólogo de 2014, as exportações foi de 2.222,68 m³, tendo registado uma subida na ordem dos 57,58%, sendo a China o principal país de destino, com uma meta anual de exportações a fixar-se em 37,53%, com taxas não competitivas aplicadas nas despesas portuárias.

No subsector de minerais para a construção civil, que engloba areia, burgau, brita, argila e calcário, verificou-se uma produção total de mais de 410 mil m³. A produção de areia contribuiu com 22%, o burgau (32%), brita (37"10), argila (2%) e calcário com 7%.

Esta produção foi registada em 12 das 18 províncias de Angola, designadamente, Bengo, Cabinda, Huíla, Benguela, Cuanza Sul, Lunda Sul, Bié, Malange, Uíge, Zaire, Cuanza Norte e Namibe.

Comparativamente ao resultado alcançado em 11 Junho deste ano, que foi de pouco mais de 387 mil m³, registou-se uma variação positiva de 6,05%, contra mais de 362 m³, um aumento de 13,30% do período homólogo de 2014.

DADOS. O conflito político-militar que flagelou Angola durante quase três décadas cristalizou o desenvolvimento da quase totalidade dos sectores produtivos. Por maioria de razão, a situação do sector das rochas ornamentais não é, presentemente, muito diferente da registada aquando da Independência.

Assim, e à semelhança de há três décadas, as principais zonas extractivas continuam a localizar-se na Huíla e no Namibe, explorando-se, respectivamente, granitos e mármore. Existem outras pequenas explorações, mas as relevantes e marcantes para a definição da estrutura da indústria continuam a localizar-se nestas duas províncias a Sul.

São conhecidas, em Angola, numerosas ocorrências de rochas eruptivas, metamórficas e sedimentares que poderão ser utilizadas como pedras ornamentais.

As rochas ornamentais do País, as mais conhecidas no mundo, são, sem dúvida, os "granitos negros".

12.8 Condutores apelam por mais rigor na fiscalização de transportes de inertes

Jornal O PAÍS

18 De Setembro de 2015

Texto: Milton Mendonça

Apesar do Código Mineiro impor regras para o sistema de transporte de inertes, ainda são frequentes registos de acidentes envolvendo camiões transportando pedras, burgau e areia na Via Expresso de Luanda. Joelson Fortunato saiu ileso de um acidente ocorrido na passada semana, nas imediações do Zango, depois de se ter desviado de pedras soltas por um camião que circulava sem lonas de protecção na carroçaria.

Segundo o interlocutor, tão logo vislumbrou as pedras caindo viu-se obrigada a fazer urna manobra perigosa e os inertes embateram contra uma outra viatura que seguia atrás da sua. "As pedras eram grandes e a que eu esquivei vinha em direcção ao vidro, tendo danificado o capom da viatura que seguia atrás da minha", disse Joelson, acrescentando ainda já ter presenciado outros acidentes que resultaram em danos materiais e humanos.

Apesar de ter conseguido controlar o volante, o nosso interlocutor não conseguiu evitar que parte da matrícula frontal da sua viatura fosse afectada.

Joelson Fortunato referiu que mesmo tendo notada a ocorrência pelo espelho retrovisor, o camionista nem sequer parou para se inteirar dos prejuízos causados, e, como em varias situações similares, ele e o outro condutor lesado tiveram de arcar com as despesas de reparação das respectivas viaturas.

Para além das duas viaturas danificadas, o acidente causara transtornos ao trânsito na Via Expresso, por causa das pedras subitamente espalhadas no tapete asfáltico. E, embora reconheça a presença de agentes da Brigada Especial de Tránsito em varias trocos desta estrada, ainda assim Fortunato considerou deficiente a Fiscalização que se tem feito.

"A Policia deveria exigir mais dos motoristas, porque nota-se que muitos circulam sem que os carros tenham os equipamentos necessários para o transporte de pedras, burgau ou areia, de modos que

evitassem situações do género ocorressem, porque frequentemente vê-se camiões carregados com esses materiais a circularem sem os requisitos de segurança exigidos", precisou.

Já Pascoal Domingos, de 46 anos, que igualmente foi vítima de um acidente na Via Expresso envolvendo um camião que libertou inertes desguarnecidos, disse que, para além da falta de lonas, muitos automobilistas circulam com viaturas em péssimas condições técnicas e que em muitas circunstâncias avariaram em plena estrada com os referidos materiais.

O entanto, enquanto fazíamos a ronda por essa estrada, camiões desprovidos de cobertura nas carroçarias foram apanhados em flagrante a circular, pela equipa de reportagem de o PAÍS, alguns dos quais passando por barreiras policiais sem que fossem interpelados pelos agentes.

Ocupação de estradas e passeios

Em várias artérias de Luanda e comum ver-se passeios e parte das estradas ocupadas por inertes, em muitos casos estreitando a via de trânsito.

Esta situação tem afectado também trabalho dos funcionários das empresas de recolha de Lixo que queixam-se da sujidade causada pela queda de inertes, obrigando-os, em muitas ocasiões, a limpar por mais de uma vez a mesma área.

"As vezes limpamos mas os camionistas acabam por deixar cair areia e burgau e nos vimos obrigados a limpar novamente o mesmo lugar", desabafou Rosa António, da empresa VISTA, que entende ser necessário responsabilizar mais os condutores essa perspectiva, Joao Costa, da mesma operadora, realçou que em alguns casos, ao invés de lonas, as carroçarias são cobertas por telas de protecção de edifícios, que não garantem segurança total, já que em muitos casos mesmo com essa cobertura os inertes acabam caindo.

Importa referir que quanta ao trânsito de inertes, a legislação impõe que as cargas sejam cobertas por lonas apropriadas e não ultrapassem a capacidade recomendada.

O Código Mineiro, em vigor desde 22 de Dezembro de 2011, impõe também aos operadores condições gerais de segurança como equipamentos de protecção colectiva e individual assim como sinalização de segurança mineira.

12.9 Exploração ilegal de diamantes

Jornal a manchete

18 De Setembro de 2015

O director provincial da Indústria, Geologia e Minas no Bié manifestou-se preocupado com o aumento do número de estrangeiros que explora, de forma ilegal, diamantes na região.

Em declarações à imprensa, Antunes Sapalo disse que os garimpeiros estão sob controlo dos Serviços de Migração e Estrangeiros.

O garimpo decorre, sobretudo, nos municípios do Andulo e Nharea.

A Polícia em colaboração com a direcção da Indústria local redobrou as acções para impedir a entrada e permanência de estrangeiros ilegais.

Antunes Sapalo disse que os diamantes são o maior atractivo para a entrada de estrangeiros na região, salientando que é intenção do Executivo acabar com a exploração anárquica de diamantes em todo território.

12.10 Baixa procura trava exportação de rochas

Jornal Semanário Angolense

25 De Setembro de 2015

No subsector de rochas ornamentais, que engloba mármore, granitos e rochas similares, a produção global no passado mês de Julho foi de 2.027,69 m³. Comparativamente ao mês anterior, que foi de 1.646,46 m³, registou-se um aumento na ordem de 23,15%. Em relação ao período homólogo de 2014, em que a produção foi de 4.020,36 m³, registou-se uma diminuição de 49,56%.

Em relação à meta anual, a produção de rochas ornamentais alcançou somente 34,42%, devido à baixa procura no mercado interno e externo. A título de exemplo, a Coreangol dispõe de um grande stock, pelo que não tem necessidade de produzir mais.

Exportação de rochas

No período em referência foram exportados 3.502,61 m³. Comparativamente ao mês de Junho de 2015, que foi de 177,18 m³, registou-se um aumento de 1.876,87%, devido à acumulação de exportações de empresas, como a Angostone e a DGF África. Em relação ao período homólogo de 2014, que foi de 2.222,68 m³, registou-se um aumento de 57,58%. A China foi o principal país de destino.

Em relação à meta anual, a exportação de rochas ornamentais alcançou somente 37,53%, devido à baixa procura no mercado externo e às taxas não competitivas aplicadas nas despesas portuárias

Valor das Vendas

o valor das vendas do mês de Julho foi de pouco mais de 1 milhão e 50 mil dólares norte-americanos (areias, burgau, brita, argila e calcário). Comparativamente ao mês de Junho de 2015, que foi de mais de 40 mil Dólares, registou-se um aumento de 2.523,79%. Em relação ao período homólogo de 2014, em que o valor das vendas foi de mais de 952 mil Dólares, registou-se um aumento de 10,37%. Em relação à meta anual, o valor das vendas de rochas ornamentais alcançou 55,11%.

Minerais para construção

Este subsector que engloba areias, burgau, brita, argila e calcário, registou uma produção total de mais de 410 mil m³. A produção de areia contribuiu com 22%, de burgau com 32%, de brita com 37%, de argila com 2% e de calcário com 7%. Essa produção foi registada em 12 das 18 províncias de Angola, nomeadamente, Bengo, Cabinda, Huila, Benguela, Kwanza Sul, Lunda Sul, Bié, Malange, Uíge, Zaire, Kwanza Norte e Namibe.

Comparativamente aos resultados alcançados no mês de Junho de 2015, que foi de pouco mais de 387 mil m³, registou-se uma variação positiva de 6,05%. Em relação ao período homólogo de 2014, que foi de mais de 362 m³, registou-se um aumento de 13,30%.

Exportação aumenta

Durante o mês de Julho do corrente ano, foram exportados 3 mil e 502 m³. Comparativamente ao mês de Junho de 2015, que foi de 177 mil m³, registou-se um aumento de 1.876,87%, devido à acumulação de exportações de algumas empresas. Em relação ao período homólogo de 2014, que foi de 2.222,68 m³, registou-se um aumento de 57,58%. A China foi o principal país de destino.

Com relação a meta anual a exportação de rochas ornamentais alcançou somente 37,53%, devido a baixa procura no mercado externo e as taxas não competitivas aplicadas nas despesas portuárias.

Venda de USD 1 milhão

O valor das vendas no mês de Julho foi de pouco mais de 1 milhão e 50 mil Dólares norte-americanos. Comparativamente ao mês de Junho de 2015, que foi de 40 mil Dólares, registou-se um aumento de 2.523,79%. Em relação ao período homólogo de

2014, em que o valor das vendas foi de 952 mil Dólares, registou-se um aumento de 10,37%. Em relação à meta anual, o valor das vendas de rochas ornamentais alcançou 55,11%.

Variação positiva

Este subsector registou uma produção total de 410 mil e 888 m³. A produção de areia contribuiu com 22%, de burgau com 32%, de brita com 37%, de argila com 2% e de calcário com 7%. Essa produção foi registada em 12 das 18 províncias do País, nomeadamente, Bengo, Cabinda, Huila, Benguela, Kwanza Sul, Lunda Sul, Bié, Malange, Uíge, Zaire, Kwanza Norte e Namibe.

Comparativamente aos resultados alcançados no mês de Junho de 2015, que foi de 387 mil e 451 m³, registou-se uma variação positiva de 6,05%. Em relação ao período homólogo de 2014, que foi de 362 mil e 654 m³, registou-se um aumento de 13,30%.

Metas anuais

O «Plano de Governação» traçou como metas para esse sector no período de 2012-2015: aumentar em média/ano a produção de diamantes até 5%; aumentar em média/ano a produção de granito até 47.141 m³; aumentar em média/ano a produção de mármore até 6.602 m³; e aumentar em média/ano a produção de quartzo até 26.409 m³.

No geral, o desafio estratégico do Ministério da Geologia e Minas, no domínio da diversificação mineira, prende-se a normalização da exploração de inertes; a revitalização do subsector de rochas ornamentais e a abertura das minas de ferro, ouro, fosfatos e cobre.